



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

ACSA ROBERTA MACENA DA SILVA

**A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA E
PORTUGUESA**

Recife

2025

ACSA ROBERTA MACENA DA SILVA

**A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA E
PORTUGUESA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Orientador: Prof. Dr. Heitor Costa Lima da Rocha.

Coorientador: Prof. Dr. João Carlos Ferreira Correia

Recife

2025

.Catalogação de Publicação na Fonte. UFPE - Biblioteca Central

Silva, Acsa Roberta Macena da.

A autonomia jornalística na televisão pública brasileira e portuguesa / Acsa Roberta Macena da Silva. - Recife, 2025.
225 f.: il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2025.

Orientação: Heitor Costa Lima da Rocha.

Coorientação: João Carlos Ferreira Correia.

Inclui referências.

1. Comunicação pública; 2. Telejornalismo público; 3. Autonomia jornalística; 4. Imparcialidade jornalística; 5. COVID-19. I. Rocha, Heitor Costa Lima da. II. Correia, João Carlos Ferreira. III. Título.

UFPE-Biblioteca Central

ACSA ROBERTA MACENA DA SILVA

**A AUTONOMIA JORNALÍSTICA NA TELEVISÃO PÚBLICA BRASILEIRA E
PORTUGUESA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutora em Comunicação.

Área de concentração: Comunicação.

Aprovada com recomendação de publicação em: 16.06.2025

BANCA EXAMINADORA

Participação Via Videoconferência
Prof. Dr. Heitor Costa Lima (orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Participação Via Videoconferência
Profa. Karla Regina Macena Pereira Patriota
Universidade Federal de Pernambuco

Participação Via Videoconferência
Prof. Dr. Alfredo Vizeu Pereira Júnior
Universidade Federal de Pernambuco

Participação Via Videoconferência
Prof. Dr. João Carlos Ferreira Correia
Universidade da Beira Interior

Participação Via Videoconferência
Profa. Dra. Iluska Maria da Silva Coutinho
Universidade Federal de Juiz de Fora

RESUMO

A pesquisa investiga como o jornalismo das TVs públicas do Brasil e de Portugal pode servir ao público com autonomia, especialmente diante de denúncias de interferência política, que evidenciam uma confusão entre comunicação pública e governamental. Dessa forma, o estudo analisa como os telejornais públicos de ambos os países cumpriram sua função social durante a cobertura da pandemia da COVID-19 entre 2020 e 2021. Parte-se da hipótese de que a objetividade jornalística, norma profissional que pressupõe um posicionamento imparcial, pode camuflar interesses governamentais na notícia da TV pública e comprometer o compromisso com o interesse coletivo, especialmente em contextos de crise. A metodologia inclui um estudo comparativo (HALLIN; MANCINI, 2010), que permite explorar as similaridades e diferenças no processo de construção da notícia entre os principais noticiários: o Repórter Brasil (TV Brasil) e o Telejornal (RTP1). O corpus expandido é formado por 220 matérias do telejornal brasileiro e 670 do telejornal português, além de 10 entrevistas em profundidade com repórteres, editores e apresentadores. Para a análise qualitativa, foi realizada uma amostragem de 25 matérias de cada telejornal, a partir das seguintes temáticas: (a) uso de máscaras, (b) distanciamento e isolamento social, (c) vacinação, (d) impacto econômico e (e) avanço da contaminação. O tratamento dos dados se dá por meio da análise de conteúdo jornalística (BAUER; GASKELL, 2002), complementada pela Análise do Discurso Jornalístico (BENETTI, 2010), que reconhece a composição dialógica e polifônica dos elementos que compõem a heterogeneidade do discurso telejornalístico (textos e imagens). Os resultados destacam o esforço dos noticiários na promoção da cidadania, valorizando a ciência como referência de autoridade e credibilidade, ainda que apresentem limitações sobre a dimensão dos impactos econômicos frente à precarização das condições de vida de parcelas expressivas da população. Quanto às diferenças, no contexto brasileiro, observou-se a desinformação, omissão de responsabilidades governamentais e priorização de pautas secundárias, revelando o negligenciamento do interesse público e colaboração com estratégias que colocaram vidas em risco. Já entre os méritos do Telejornal (RTP1), destaca-se o compromisso social no combate à desinformação sobre o negacionismo científico, bem como a dimensão humana da crise na saúde pública. Dessa forma, ambos apresentam diferentes graus de autonomia editorial e de pressão política. O estudo conclui que, em Portugal, houve maior articulação entre comunicação pública e princípios de transparência e interesse coletivo. No Brasil, a

comunicação pública foi instrumentalizada para dissimular a comunicação governamental, minando a autonomia jornalística. A imparcialidade, embora valorizada por jornalistas em ambos os países, é percebida como difícil de manter, dadas as pressões externas que variam conforme o ambiente democrático. Portanto, o grau de autonomia conferido à TV pública depende diretamente das estruturas políticas (governos), institucionais (modelos de governança, controle social e financiamento) e das normas que regem o profissionalismo jornalístico. Nesse sentido, não apenas a noção de imparcialidade precisa ser revista, mas todo arcabouço relacionado à autonomia do jornalismo da TV pública, que pode ser instrumentalizado para encobrir interesses particulares e enfraquecer a sua função social.

Palavras-chave: comunicação pública; telejornalismo público; autonomia jornalística; imparcialidade jornalística; COVID-19.

ABSTRACT

This research investigates how public television journalism in Brazil and Portugal can serve the public with autonomy, particularly in light of allegations of political interference, which reveal a conflation between public and state communication. Accordingly, the study analyzes how public TV newscasts in both countries fulfilled their social function during the coverage of the COVID-19 pandemic between 2020 and 2021. The hypothesis is that journalistic objectivity, a professional norm that assumes an impartial stance, may mask governmental interests in public television news and undermine the commitment to the collective interest, especially in times of crisis. The methodology includes a comparative study (HALLIN & MANCINI, 2010), which enables an exploration of similarities and differences in the news production process between the main newscasts: Repórter Brasil (TV Brasil) and Telejornal (RTP1). The expanded corpus comprises 220 news reports from the Brazilian newscast and 670 from the Portuguese newscast, in addition to 10 in-depth interviews with reporters, editors, and anchors. For the qualitative analysis, a sample of 25 news stories from each program was selected, based on the following themes: (a) mask use, (b) social distancing and isolation, (c) vaccination, (d) economic impact, and (e) spread of the virus. Data were examined using journalistic content analysis (BAUER & GASKELL, 2002), complemented by Journalistic Discourse Analysis (BENETTI, 2010), which acknowledges the dialogic and polyphonic composition of the elements that make up the heterogeneity of television news discourse (texts and images). The results highlight efforts by both newscasts to promote citizenship, emphasizing science as a reference of authority and credibility, although limitations are evident in their treatment of the economic impacts, particularly regarding the worsening living conditions of significant segments of the population. Regarding differences, in the Brazilian context, disinformation, omission of governmental responsibilities, and the prioritization of less central topics were observed, indicating a neglect of the public interest and alignment with communication strategies that endangered lives. Among the strengths of Telejornal (RTP1), the study highlights its social commitment to combating disinformation and scientific denialism, as well as its human-centered coverage of the public health crisis. Both cases, however, demonstrate varying degrees of editorial autonomy and political pressure. The study concludes that in Portugal, public communication was more aligned with principles of transparency and the collective interest. In Brazil, public communication was instrumentalized to obscure

governmental messaging, undermining journalistic autonomy. Although impartiality is valued by journalists in both countries, it is perceived as difficult to uphold given the external pressures that vary according to the democratic environment. Therefore, the degree of autonomy granted to public TV depends directly on political structures (governments), institutional frameworks (governance models, public oversight, and funding), and the norms that guide journalistic professionalism. In this sense, not only must the notion of impartiality be reconsidered, but the entire framework surrounding the autonomy of public TV journalism must be reviewed, as it can be used to conceal private interests and weaken its social role.

Keywords: public communication; public television journalism; journalistic autonomy; journalistic impartiality; COVID-19.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu Deus, pela sua infinita fidelidade e intransponível cuidado.

Ao meu marido que tanto precisou renunciar para que eu pudesse chegar até aqui. É apoio, paciência e companheirismo ao longo da trajetória, especialmente na partilha da jornada com nossa filha Maria Liz, fonte constante de inspiração da nossa vida.

À minha tia, meu alicerce de vida, que caminhou comigo em todas as etapas desta jornada, oferecendo contribuições imensuráveis para minha formação pessoal, profissional e acadêmica. Aos meus familiares, em especial à minha mãe e ao meu pai, por me trazerem ao mundo, e aos meus sogros, pelo apoio generoso sempre que precisei.

Ao meu orientador, professor Heitor Rocha, pela parceria de longa data, cuja orientação tem sido essencial para o meu crescimento intelectual e aprimoramento da docência e pesquisa. Ao Professor João Carlos Correia, pelo apoio ao desenvolvimento do estudo comparativo e pelas contribuições relevantes, sempre demonstrando disponibilidade e acolhimento durante a pesquisa.

Ao professor Alfredo Vizeu e às professoras Iluska Coutinho e Karla Patriota, pelas valiosas contribuições para o aprimoramento da tese.

Aos profissionais da TV Brasil e da RTP que gentilmente se dispuseram a conceder entrevistas e compartilhar seus conhecimentos, contribuindo de forma valiosa para a realização desta investigação.

Agradeço à equipe da ONG Diaconia, especialmente à coordenação e aos colegas de trabalho, pela compreensão e pelo apoio na conciliação entre as demandas profissionais e acadêmicas.

Ao corpo docente do PPGCOM/UFPE e colegas de turma, por todos os aprendizados ao longo da caminhada, com destaque para Marília Gabriela, Laís Ferreira, Daniel Leal e Danilo Borges, que se tornaram grandes amigos. À Roberta, da secretaria do PPGCOM-UFPE, por sua solicitude e disponibilidade em todas as vezes em que precisei.

Meu agradecimento às professoras e amigas Ana Veloso e Ana Paula Lucena, cujas contribuições, ainda no início desta jornada, foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo financiamento oportunizou a realização desta pesquisa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Apresentação do telejornal Repórter Brasil (TV Brasil)	94
Figura 2 - Apresentação do Telejornal (RTP1)	94
Figura 3 - Comentarista faz análise das falas do presidente e do ministro da economia	122
Figura 4 - Repórter retira a máscara na passagem para ilustrar a forma errada de utilizá-la	125
Figura 5 - Repórter explica o passo a passo da higienização das mãos.....	131
Figura 6 - Infeciologista e apresentador analisam avanço dos casos de internados em cuidados intensivos por COVID-19	144
Figura 7 - Presidente de Portugal utiliza máscara ao admitir medidas mais duras para controle da pandemia	145
Figura 8 - Empresários com muletas em protesto contra “pernas partidas” do setor ...	153
Figura 9 – Apresentador mostra pesquisa sobre remodelação do governo	154
Figura 10 – Artista plástica ensina como fazer máscara caseira com tingimento de cúrcuma (açafão da Índia).....	158
Figura 11 – Apresentador do Telejornal (RTP) explica sobre tipos de máscaras	159
Figura 12 – Manifestação contrárias à vacinação contra COVID-19 em Portugal	168
Figura 13 - Infeciologista e apresentador analisam avanço dos casos de internados em cuidados intensivos por COVID-19	173
Figura 14 - Professora dá aulas na mala do carro por falta de internet	174
Figura 15 - Vídeo amador registra doentes amontoados em corredor de hospital	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Possíveis delimitações entre os sistemas de comunicação no Brasil	27
Quadro 2 - Características da Comunicação Governamental dentro da Comunicação Pública.....	30
Quadro 3 – Autorização normativa da capacidade interpretativa dos jornalistas da RTP	62
Quadro 4 – Eixos de cobertura do Repórter Brasil (TV Brasil) durante a pandemia.....	97
Quadro 5 – Eixos de cobertura do Telejornal (RTP) durante a pandemia	97
Quadro 6 – Corpus de matérias para análise do Repórter Brasil.....	99
Quadro 7 – Corpus de matérias para análise do Telejornal (RTP).....	102
Quadro 8 – Relação de entrevistados do Repórter Brasil.....	108
Quadro 9 – Relação de entrevistados do Telejornal (RTP).....	108
Quadro 10 – Categorias de análise das matérias	109
Quadro 11 - Características do telejornalismo público	111
Quadro 12 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre isolamento e distanciamento social	114
Quadro 13 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre economia	118
Quadro 14 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre uso de máscaras...	124
Quadro 15 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre vacinação.....	127
Quadro 16 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre avanço da contaminação do coronavírus.....	130
Quadro 17 – Relação de entrevistados do RB	134
Quadro 18 - Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre isolamento/confinamento e distanciamento social.....	142
Quadro 19 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre economia	148
Quadro 20 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre uso de máscaras	156
Quadro 21 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre vacinação.....	164
Quadro 22 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre avanço da contaminação.....	171
Quadro 23 – Relação de entrevistados do RB	178
Quadro 24 - Características do telejornalismo público	188
Quadro 25 – Relação de matérias críticas do Telejornal (RTP) à condução governamental do Brasil durante a pandemia	190

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. COMUNICAÇÃO PÚBLICA OU GOVERNAMENTAL?	24
2.1. Conceitos de comunicação pública no mundo	24
2.2. O caso brasileiro e a confusão entre a comunicação pública e governamental	26
2.3. Televisão pública: conceitos em construção e experiências no mundo	34
2.4. Semelhantes apropriações governamentais na TV pública do Brasil e Portugal.....	41
2.4.1. <i>A TV pública brasileira e problemas estruturais de autonomia em relação aos governos</i>	44
2.4.2. <i>A Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e os problemas de autonomia jornalística</i>	54
3. A INTENCIONALIDADE DO JORNALISMO DA TV PÚBLICA	62
3.1. A notícia na TV pública e sua relação com os paradigmas científicos positivista e construtivista	64
3.2. O profissionalismo do jornalismo da TV pública e as caixas “inadequadas” de distinção entre fato e opinião.....	71
3.3. Objetividade jornalística na televisão pública e interesses camuflados ..	76
3.4. Razões que denunciam a intencionalidade na construção do noticiário público.....	79
4. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	90
4.1. Sobre os noticiários públicos	93
4.2. A escolha do corpus	94
4.2.1. <i>As matérias dos telejornais públicos</i>	95
4.2.2. <i>Entrevistas aos jornalistas da TV pública</i>	107
4.3. Operadores de análise	109
5. ANÁLISE: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA DA TV PÚBLICA BRASILEIRA E PORTUGUESA DURANTE A PANDEMIA	112
5.1. TV Brasil: avaliando o pluralismo	112
5.1.1. <i>Isolamento e distanciamento social</i>	113
5.1.2. <i>Economia</i>	116
5.1.3. <i>Uso de máscaras</i>	123
5.1.4. <i>Vacinação</i>	126
5.1.5. <i>Avanço da contaminação do coronavírus</i>	129

5.2. Percepções dos jornalistas da televisão pública brasileira sobre a autonomia editorial.....	134
5.2.1. <i>Desafios enfrentados durante a cobertura da pandemia</i>	<i>135</i>
5.2.2. <i>Diferenciação entre comunicação pública e estatal</i>	<i>137</i>
5.2.3. <i>Compreensão sobre a imparcialidade para a construção da notícia... ..</i>	<i>140</i>
5.3. Telejornal da RTP: avaliando o pluralismo	141
5.3.1. <i>Isolamento/confinamento e distanciamento social.....</i>	<i>141</i>
5.3.2. <i>Economia.....</i>	<i>147</i>
5.3.3. <i>Uso de máscaras.....</i>	<i>156</i>
5.3.4. <i>Vacinação</i>	<i>163</i>
5.3.5. <i>Avanço da contaminação do coronavírus</i>	<i>171</i>
5.4. Entrevistas aos profissionais da RTP.....	178
5.4.1. <i>Desafios enfrentados durante a cobertura na pandemia.....</i>	<i>178</i>
5.4.2. <i>Diferenciação entre comunicação pública e estatal</i>	<i>182</i>
5.4.3. <i>Compreensão sobre a imparcialidade para a construção da notícia.....</i>	<i>185</i>
5.5. Análise comparativa: semelhanças e diferenças na cobertura dos noticiários públicos do Brasil e Portugal sobre a COVID-19	188
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS.....	218

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo da televisão pública é capaz de medir a qualidade de uma democracia a partir da manifestação de elementos como a “independência, diversidade, inclusão e participação” (REBOLLEDO, 2013, p. 303, tradução nossa). No Brasil, apesar de ainda não existir uma definição consensual que o caracterize, as reflexões costumam considerar que sua função social deve ir além do jornalismo praticado na TV comercial. O jornalismo da televisão pública deve possibilitar a pluralidade de opiniões sobre quaisquer assuntos e o fortalecimento da participação das camadas sociais desprivilegiadas (LEAL FILHO, 2007; ROTHBERG, 2011; COUTINHO, 2013a).

A TV pública é uma marca fundamental da comunicação pública (OTONDO, 2008), que tem como objetivos a promoção da cidadania e a mobilização para o debate de questões que afetam a coletividade (HABERMAS, 1997). Diante disso, a centralidade do seu jornalismo se dá no fortalecimento de sociedades democráticas em meio aos riscos impostos pela evolução da atividade como negócio (ROSS, 2008), assim como do controle exercido pelos governos em países cuja mídia é caracterizada pelo forte paralelismo político (HALLIN; MANCINI, 2010), que costumam deturpar os limites entre a comunicação pública e a governamental (SILVA, 2021).

Na tentativa de equilibrar os conflitos emergentes entre tais interesses particulares, a TV pública de alguns países europeus nasceu sob o domínio estatal no final dos anos 50 e posteriormente foi se moldando às características de serviço público (ROTHBERG, 2011). Ainda assim, em países como Portugal, cujo a TV pública tem mais de 58 anos de história, existem lacunas na “garantia de uma informação rigorosa e independente, focada no pluralismo da diversidade das vozes (...)” (CÁDIMA, 2016, p. 63).

Tal situação se reflete na falta de diversidade nas produções do principal noticiário público português, o Telejornal da RTP1, que costuma atribuir “maior relevância à classe política e institucional, deixando para segundo plano a sociedade civil e remetendo quase à invisibilidade outros setores relevantes da sociedade” (ASCENSÃO, 2019, p. 87).

No Brasil, além de a propriedade e a gestão da TV já terem nascido nas mãos de grupos empresariais para obtenção de lucro, o espaço da TV pública só veio a se fortalecer em 2007 com a criação da TV Brasil, marcando um atraso de quase 60 anos em relação ao destaque de atuação do sistema comercial de comunicação (VALENTE, 2013). Além

das críticas já tecidas em relação a inexistência de autonomia editorial no jornalismo da TV Brasil¹ desde a sua criação (BUCCI, 2015), a situação se agravou nos últimos anos com as denúncias de censura jornalística² a partir da demissão do seu Conselho Curador (ocorrida em 2016), órgão de representação da sociedade civil que tinha a responsabilidade de zelar pela linha editorial. Outro episódio marcante no enfraquecimento do caráter público foi a unificação da TV Brasil (pública) à TV estatal NBR (ocorrida em 2019), que trouxe graves implicações para suas práticas noticiosas.

Do ano de 2018 a 2022, foram registradas 741 denúncias de censura jornalística e governismo e 245 orientações para produção de pautas irrelevantes em dias em que houve acontecimentos fundamentais. O material foi reunido em 4 dossiês elaborados pelos empregados da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável por gerir a TV pública do país. Entre os casos de censura também se somaram o impedimento do uso das palavras “golpe” e “ditadura” nas reportagens sobre os 55 anos do golpe militar, o silenciamento de assuntos incômodos aos governos, inclusive sobre a pandemia do coronavírus.

Já em janeiro de 2023, a retomada eleitoral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva veio acompanhada de esperanças para continuidade do projeto de comunicação pública do país. Por outro lado, a separação do canal público de televisão (TV Brasil) do canal exclusivo para os atos do governo (Canal Gov) só veio acontecer em julho de 2023. Tal atraso tem sido acompanhado de diversas críticas dos profissionais e entidades em defesa da comunicação pública sobre o desfalque de recursos, estrutura e pessoas, agravada no terceiro mandato do governo Lula em razão da migração de grande parte de seus profissionais para o canal governamental “às custas da parte pública³”. Além disso, também há uma cobrança pela reativação dos órgãos de controle social da TV Brasil, com atribuições deliberativas equilibradas, como forma de proteger a autonomia jornalística da empresa frente aos riscos impostos pelos governos.

¹ A lei de criação da empresa vinculou suas instâncias de gestão à Secom da Presidência da República, tornando o jornalismo da TV Brasil suscetível aos interesses dos governos em vigor (BUCCI, 2015).

²Disponível em < [tps://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Censura_EBC_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/09/Dossie_Censura_EBC_2020.pdf)>. Acesso em 28 de set de 2020.

³ Nota pública: Oito meses de governo sem comunicação pública. Disponível em <<https://ouvidoriacidadeebc.org/nota-publica-oito-meses-de-governo-sem-comunicacao-publica/>>. Acesso em 26 de setembro de 2023.

É importante situar que a EBC foi criada no governo Lula, através da Lei 11.652/2008 que compreendia os mecanismos de controle social na empresa, representados pela atuação do Conselho Curador (enquanto existiu) e da Ouvidoria, que embora com menos poder deliberativo que o Conselho Curador, também cumpre um papel importante de escuta e prestação de contas, típico de mecanismos de controle social.

Mesmo assim, a situação ainda exige a reflexão sobre a vulnerabilidade da EBC que está ligada à Casa Civil da Presidência da República desde 2017, através da Lei N° 13.417 que alterou a legislação que a criou primeiramente vinculada à Secretaria de Comunicação da Presidência. Em outras palavras, a EBC permanece no seio governamental e sem a retomada do órgão responsável por deliberar sobre o cumprimento de sua linha editorial.

Diante desse breve contexto, permanecem as aspirações dos jornalistas, pesquisadores e de representações da sociedade civil a favor de mecanismos que assegurem a autonomia editorial⁴ em relação aos governos, sobretudo no que diz respeito ao jornalismo da TV pública brasileira. Também que seja capaz de catalisar uma posição pluralista na representação das versões significativas sobre os assuntos tratados (HERMAN, 2016), elemento também deficiente no sistema de comunicação comercial, propenso à manutenção do controle ideológico exercido por grupos econômicos e políticos sobre a produção de informação no Brasil (MATTOS, 1996).

Já em Portugal, o esvaziamento da diversidade de vozes da sociedade civil e o exponente crescimento da audiência dos canais privados reforçam a preocupação com a razão de ser e a própria manutenção do jornalismo da RTP (SOUSA; SANTOS, 2003). Em relação propriamente à sua independência, embora a RTP contemple mecanismos de supervisão e fiscalização independentes do governo, como o Conselho Geral Independente, a vinculação formal do Conselho de Administração ao Conselho de Ministros evidencia sua ligação ao setor governamental. Essa estrutura levanta questões sobre a autonomia da emissora e alimenta debates sobre o papel da comunicação pública no país.

⁴ Em setembro de 2016 a Medida Provisória 744 do governo Temer (PMDB) também permitiu que a nomeação do diretor-presidente seja feita a qualquer momento de acordo com os interesses do governo em vigor. Antes, a demissão só poderia ocorrer em casos justificados, com aprovação do Conselho Curador da EBC.

O Conselho Geral Independente (CGI) da RTP tem um papel de supervisão e fiscalização da gestão da empresa, e responsabilidade de nomear o Conselho de Administração. O CGI também deve aprovar o projeto estratégico e avaliar o desempenho do Conselho de Administração, garantindo que a RTP cumpra seu papel de serviço público de comunicação. Dessa maneira, em um primeiro olhar para o jornalismo dito público nos dois países, pesquisas observam a semelhança em relação à ausência da garantia de diversidade de vozes (SILVA, 2021; CÁDIMA, 2019), ainda que a TV pública portuguesa apresente o CGI e mecanismos de controle social em sua gestão, como a presença de um conselho de opinião com representantes da sociedade civil e o Provedor, ainda existem lacunas em termos de diversidade e autonomia.

É diante disso que o caso da TV pública brasileira e portuguesa serão abordados nesse estudo, a partir das suas fortes ligações históricas, culturais e linguísticas e, sobretudo, diante das conturbações que parecem estar presentes em ambos os países no que diz respeito à ausência das fronteiras necessárias entre a comunicação pública e a estatal. Além disso, os principais noticiários televisivos são semelhantes na orientação do mesmo indicador normativo de profissionalismo: a objetividade enquanto reguladora de uma suposta isenção e neutralidade, seguindo o modelo norte-americano de jornalismo pretensamente neutro e imparcial (HALLIN; MANCINI, 2010). A questão do mito da objetividade jornalística e a necessidade da isenção pelo jornalismo, e não só da TV pública, são sustentadas como ideais para garantir a correspondência dos fatos, ainda que isso seja humanamente impossível e sirva para camuflar relações de poder presentes no processo de construção da notícia (SCHUDSON, 2010; HACKETT, 2016).

No contexto português, as orientações do serviço público da RTP defende a isenção como a “capacidade de tratar e apresentar com equidistância e equilíbrio os valores e interesses que se cruzam na notícia e nos diversos conteúdos informativos” (GUIA ÉTICO E EDITORIAL RTP, p. 32). No Brasil, segundo expressa o Manual de Jornalismo da TV Brasil, um dos requisitos de qualidade deve ser a obstinação pela objetividade, definida como “o relato determinado pelos limites dos fatos em si. Opõe-se, portanto, à subjetividade” (BEIRÃO, 2013, p. 29-30), a fim de evitar “o alinhamento, público ou velado, com um dos lados de qualquer questão” (*Idem*).

É importante situar que a TV é central para a obtenção de informações tanto para os cidadãos brasileiros (63%)⁵ quanto para os portugueses (99%), além de Portugal representar uma média de 26% acima do consumo de outros países europeus⁶. Para mais, o telejornal ocupa um lugar de referência na vida das pessoas (VIZEU; CORREIA, 2008) e seu espaço discursivo é capaz de produzir efeitos de realidade (ao reportar o que surge no mundo); de ficção (ao reconstituir os acontecimentos passados); e de verdade (ao trazer visibilidade aos acontecimentos que não eram vistos) (CHARAUDEAU, 2010).

Diante de tais discussões, tudo nos leva a crer que não existe coerência entre o papel social do jornalismo da televisão pública e as orientações postas para o seu profissionalismo, uma vez que o relato guiado pela objetividade como correspondência fiel dos fatos, num ideal de separação entre fatos e valores, tem trazido inúmeras consequências sociais e profissionais aos jornalistas. Isso por causa da imposição de um método jornalístico já considerado inatingível: “O esforço para estabelecer um fato absoluto é simplesmente uma tentativa de alcançar o que é humanamente impossível; tudo o que posso fazer é lhe dar a minha interpretação dos fatos” (SCHUDSON, 2010, p. 159).

Historicamente, conforme observa Schudson (2010, p. 18), a objetividade jornalística foi imposta como um método para eximir a imprensa da obrigação de analisar as relações de poder e privilégios, além de tentar “legitimar o poder de definir questões políticas em termos técnicos”. Neste sentido, a objetividade também é resguardada como um ritual estratégico na tentativa do jornalista se proteger de possíveis acusações de parcialidade, mesmo sem consistência teórica/epistemológica (TUCHMAN, 2016). Assim, as consequências da imposição desse padrão jornalístico são explicadas por Hallin e Mancini (2010) como resultantes de uma tendência de jornalismo contrária ao fortalecimento da democracia.

Portanto, é importante salientar que a discussão sobre a função social do jornalismo da televisão pública carece de um aprofundamento teórico para esclarecimento das suas implicações com as concepções relativas aos paradigmas científicos a)

⁵ Segundo a última Pesquisa Brasileira de Mídia (2016) da Secom da Presidência, 77% dos entrevistados disseram que assistem TV os sete dias da semana. Além disso, a televisão ainda é central para a vida dos cidadãos (63%), seguida pela internet (26%), rádio (7%), jornal impresso (3%). Disponível em <<https://bit.ly/2ZOzoI5>>. Acesso em 10 de jun 2020.

⁶ De acordo com o estudo realizado pela Entidade Reguladora para Comunicação Social (2016), a televisão continua sendo a principal fonte de notícias dos portugueses, ficando na frente dos jornais impressos e da internet. Disponível em <<https://bit.ly/3hNh1JE>>. Acesso em 24 jun 2020.

positivista, que compreende o jornalismo como uma reprodução do real, capaz de reportar os fatos brutos com um “significado” inerente à própria realidade tal como ela é (defesa da teoria do espelho e da verdade como correspondência do real); e o b) construtivista, que surge nos estudos de jornalismo nos anos 70 do século XX, e reconhece que os fatos são construções humanas e portanto, não produzem “o conhecimento perfeito, completo e acabado, sem ser passível de revisão” (ROCHA; GRADIM, 2020, p. 99), admitindo uma noção de verdade construída pelo consenso da comunidade de comunicação. Assim, as teorias construtivistas ultrapassam a noção de um conhecimento transcendental para a concepção de um saber partilhado intersubjetivamente e formado por diversas interpretações.

Com base nisso, o presente estudo parte da compreensão de que o jornalismo da TV pública faz parte de “um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres combinados com intenções” (CHAPARRO, 1994, p. 22), além de ser direcionado por distintos aspectos, sejam eles pessoais (WHITE, 2016), institucionais e econômicos (BREED, 2016), governamentais e ideológicos (HACKETT, 2016; HALL et. al, 2016), não podendo dessa maneira ser em sua essência imparcial, isto é, isento dos processos sociais e, portanto, refletor de uma verdade perfeita e absoluta. Na verdade, o campo jornalístico está imerso em um “cabo de guerra” (GANS, 1979) na luta pela interpretação sobre a realidade social que será representada na construção da notícia (ALSINA, 2009).

Entendendo que o processo de produção da notícia é intencional e não neutro ou imparcial, o presente estudo questiona: como o jornalismo da TV pública brasileira e portuguesa pode servir ao público com autonomia? Quais são os interesses que a defesa de uma suposta isenção tem buscado atender no processo de construção da notícia da televisão pública brasileira (já rodeada por constrangimentos editoriais) e portuguesa (também carente de pluralismo e diversidade)? Qual é a percepção que os jornalistas da TV pública brasileira e portuguesa têm sobre a imparcialidade para a produção da notícia? Considerando que a invocação de uma suposta imparcialidade pode ameaçar o interesse coletivo, como o jornalista da TV pública pode se posicionar para encorajar o público a assumir uma opinião/posição sobre as problemáticas que afetam a coletividade?

Dessa forma, o objetivo central dessa pesquisa é discutir as condições de produção da notícia no jornalismo da televisão pública. De maneira específica, busca-se investigar a autonomia editorial nos noticiários públicos brasileiro e português em relação

ao governo federal; diferenciar as características do jornalismo público e estatal; entender as semelhanças e diferenças do processo de construção da notícia no jornalismo da TV pública brasileira e portuguesa e indicar parâmetros normativos que caracterizem o jornalismo da televisão pública.

Em diversos estudos abarcados pela autora, buscou-se compreender as relações de poder presentes na produção do principal telejornal público do país, o Repórter Brasil (TV Brasil), a partir das censuras denunciadas pelos jornalistas e reveladas na ausência da diversidade de vozes nas coberturas de temas inconvenientes ao governo. Isso porque os cargos de chefias de jornalismo e direção da empresa são indicados pela Presidência da República, tornando os conteúdos suscetíveis a defesa de interesses governamentais e à falta de pluralismo, apesar do noticiário se dizer imparcial (SILVA, 2021, ROCHA; SILVA, 2021; SILVA; ROCHA, 2022).

Sendo assim, partimos da hipótese de que a norma profissional de objetividade jornalística enquanto reguladora de uma noção de verdade única, assim como de um suposto posicionamento neutro, pode servir para esconder interesses governamentais na notícia da TV pública, se constituindo em verdadeira ideologia epistêmica positivista (PIAGET; GARCIA, 2011). Além disso, acredita-se que tal camuflagem da suposta objetividade comprometa a pluralidade de vozes e opiniões que devem estar presentes no noticiário público, podendo ser também uma problemática enfrentada pelos jornalistas portugueses, mas camuflada em ambos os países pela defesa da imparcialidade, ao tomar os relatos noticiosos na perspectiva da teoria da verdade como correspondência como se fossem a própria realidade e verdade absoluta e não uma representação da realidade social.

Para investigarmos tais questões, optamos pela construção de uma combinação teórico-metodológica capaz de abarcar a complexidade do problema de pesquisa. O primeiro passo foi a pesquisa bibliográfica exploratória, que se divide em três principais eixos: a) a clarificação dos limites entre a comunicação pública e estatal (HABERMAS, 1997, DUARTE, 2012; BRANDÃO, 2009; ZEMOR, 1995 WEBER, 2017); b) as similaridades e diferenças do jornalismo da televisão pública brasileira e portuguesa, considerando a formatação dos seus respectivos sistemas de comunicação (BUCCI, 2015; LEAL FILHO, 2007; VALENTE, 2013; VALENTE, 2008; SOUSA; SANTOS, 2003; LOPES, SOUSA, 2006; OLIVEIRA; PAULINO, 2017; SILVA, 2021) e a c) relação da intencionalidade do noticiário público com a sua autonomia jornalística ameaçada pela

imposição da pretensa objetividade (GILL, 2002; ROCHA; GRADIM, 2020; ALSINA, 2009; SCHUDSON, 2010; HACKETT, 2016; CHAPARRO, 1994; CORREIA, 2005, SCHUTZ, 2004; GANS, 2003; BARROS FILHO, 2003).

Nesse contexto teórico, o estudo comparativo (HALLIN; MANCINI, 2010) foi tomado para o aprofundamento das similaridades e diferenças das noções de imparcialidade no processo de construção da notícia dos dois principais telejornais públicos de ambos os países: o Repórter Brasil (TV Brasil), veiculado de segunda a sexta (19h as 19h30) e o Telejornal (RTP1), que vai ao ar diariamente às 20h (60 minutos).

Assim, a produção dos dados que formam o *corpus* da pesquisa se dividiu primeiramente na instância dos produtos dos telejornais, isto é, através da verificação do necessário pluralismo dos noticiários públicos através do mapeamento das vozes e sentidos presentes nas matérias dos noticiários (BENETTI, 2010), assim como na instância da produção dos telejornais, por meio da realização de entrevistas em profundidade com os repórteres, apresentadores e editores dos noticiários para exploração de assuntos delicados e complexos (DUARTE, 2006) sobre suas percepções acerca da imparcialidade para a produção da notícia.

Como recorte metodológico reunimos uma amostragem de edições dos noticiários veiculadas a partir do primeiro semestre de 2020 até o primeiro semestre de 2022, período em que a pandemia do coronavírus ocupou significativamente os noticiários televisivos mundiais⁷. Além de já ser a maior crise sanitária da história nos últimos 100 anos, a relevância da temática para a compreensão da produção dos noticiários justifica-se pelos desafios impostos ao seu dever de aprofundar as problemáticas sociais, em especial, de contribuir com a compreensão do cidadão sobre o posicionamento de acatamento ou negacionismo dos governos federais em relação às medidas estabelecidas pelas autoridades sanitárias mundiais para o enfrentamento do coronavírus.

Nesse sentido, mapeamos 220 matérias de temáticas referentes ao posicionamento dos presidentes da república ao longo da cobertura da pandemia pelo noticiário brasileiro e 670 matérias da cobertura realizada pelo telejornal português. Considerando os objetivos propostos para essa investigação, elencamos como temáticas

⁷ O levantamento do Datafolha (março de 2020) mostrou que maior parte dos entrevistados (mais de 61%) afirmaram maior confiança nos noticiários televisivos para compreensão sobre o novo coronavírus.

para a análise, as matérias sobre as medidas de combate à pandemia, a saber (a) uso de máscaras, (b) distanciamento e isolamento social, (c) vacinação, ambas recomendações consideradas cruciais pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para enfrentamento da COVID-19, SARS-CoV-2 (Síndrome Respiratória Aguda Grave Coronavírus 2).

Além disso, as matérias levantadas também abordam os impactos da pandemia na (d) economia e discutem o (e) avanço da contaminação do coronavírus, entendendo que, dentre diversos assuntos, tanto o cenário econômico quanto o alastramento do vírus foram alguns dos temas que ocuparam significativo espaço dentro do noticiário. Já para o tratamento analítico, optamos pelo recorte de uma amostragem de 25 matérias do telejornal brasileiro e 25 do português, sendo 5 sobre cada uma das temáticas propostas.

Para trazer luz sobre os dados obtidos nas entrevistas e matérias, optamos pela análise de conteúdo jornalística de cunho qualitativo (BAUER; GASKELL, 2002) a fim de expor “tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais analisados” (HERSCOVITZ, 2010, p. 127) para categorização do material a ser analisado, em combinação com a Análise do Discurso Jornalístico (BENETTI, 2010), que reconhece a composição dialógica e polifônica dos elementos que compõem a heterogeneidade do discurso telejornalístico (textos e imagens).

Esse método foi utilizado para a identificação dos elementos polifônicos e monofônicos das entrevistas aos jornalistas e matérias dos noticiários públicos através do sistema de Formações Discursivas (FD) – região de sentidos presentes no texto telejornalístico e nas entrevistas aos profissionais – que nos permitirá categorizar as Sequências Discursivas (SD) – trechos das matérias recortados para a análise das edições dos noticiários e trechos das entrevistas.

Portanto, o cruzamento das a) percepções dos jornalistas acerca das condições de produção da notícia com a b) efetividade do conteúdo veiculado, nos permitiram indicar parâmetros para refletir sobre o profissionalismo do telejornalismo público em diálogo com a discussão teórica levantada, a começar pela importância da diversidade de fontes de informação para constituição de uma verdade construída pelo confronto de versões alternativas sobre a realidade social.

Com o corpus sistematizado segundo as categorias temáticas e caminho teórico-metodológico consolidado, avançou-se para a construção de categorias analíticas próprias, ancoradas no referencial teórico da pesquisa. Esse processo consistiu em um

retorno reflexivo às bases conceituais, em diálogo direto com o problema de pesquisa e seus objetivos, para a criação de parâmetros capazes de aprofundar a compreensão do tratamento jornalístico da pandemia.

As categorias desenvolvidas foram: (a) promoção da cidadania, que reflete o compromisso informativo voltado ao interesse público e ao fortalecimento da participação democrática; (b) denúncia sobre o que afeta o cidadão, que evidencia a função crítica e fiscalizadora do jornalismo frente aos impactos sociais da crise sanitária; (c) avaliação crítica da condução do governo, voltada à identificação de posicionamentos críticos em relação às decisões das autoridades; (d) estímulo à participação do cidadão, que enfatiza a importância do jornalismo público na criação de espaços de interação, permitindo que a sociedade se envolva ativamente no debate público e nas decisões coletivas; (e) combate à desinformação, como expressão do papel do telejornalismo público na responsabilidade social sobre conteúdos verificados em contextos de crise informacional; e, por fim, (f) presença de comentaristas, observada como estratégia editorial que pode indicar uma personalização das análises ou mesmo uma diversificação de vozes.

Diante disso, a divisão do trabalho se dá em seis partes. No primeiro capítulo, apresentamos o problema de pesquisa, os objetivos do estudo, as justificativas para sua realização e os caminhos teórico-metodológicos adotados. O segundo capítulo foca no jornalismo da TV pública no Brasil e em Portugal, esclarecendo os conceitos de comunicação pública e governamental, e situando as experiências de jornalismo nas televisões públicas de ambos os países. O capítulo 3 se dedica à desmistificação da objetividade jornalística, destacando o processo intencional de construção da notícia na TV pública e os conflitos de autonomia editorial que influenciam essa produção. O capítulo 4 apresenta os operadores de análise que guiarão o tratamento das matérias e entrevistas com profissionais de ambos os países. No capítulo 5, realizamos as análises propriamente ditas, e, finalmente, o capítulo 6 reúne os principais resultados do estudo, destacando as contribuições desta pesquisa para a reflexão sobre as condições de produção jornalística nas TVs públicas brasileira e portuguesa.

2. COMUNICAÇÃO PÚBLICA OU GOVERNAMENTAL?

2.1. Conceitos de comunicação pública no mundo

Comunicação pública e comunicação governamental envolvem múltiplos conceitos e intersecções próximas que perpassam o dever de atendimento ao interesse público e ao fortalecimento da cidadania. Diante disso, a compreensão sobre os seus limites é fundamental neste trabalho, que se propõe a discutir a função social do jornalismo da televisão pública. Historicamente no Brasil, a clarificação desses conceitos costuma ser invertida para a camuflagem publicitária da divulgação das ações do governo, também usada erroneamente em um frágil diálogo com o cidadão. Em outras palavras, há maior preocupação em promover o governante, seus feitos e o partido político.

Essa preocupação em frisar que a comunicação pública não está restrita à comunicação governamental é apontada nas pesquisas brasileiras (BRANDÃO, 2009). Apesar de ambas integrarem o campo da comunicação pública, sendo dever do Estado garantir a existência e mecanismos para seu funcionamento com autonomia em relação aos governos (ZÉMOR, 1995), o conceito de comunicação pública é amplo. Ele não deve se restringir ao campo político ou estatal, uma vez que nem sempre são capazes de gerar produtos comunicacionais direcionados ao interesse público (WEBER, 2017).

Uma das principais referências no campo da comunicação pública é o italiano Stefano Rolando, que através do seu trabalho “A dinâmica evolutiva da comunicação pública” inspirou diversos pensamentos a respeito do tema no mundo, inclusive no Brasil. Em sua obra, publicada em 2011, Rolando propõe uma abordagem abrangente do conceito, dialogando com múltiplas vertentes que foram posteriormente organizadas pela pesquisadora brasileira Margarida Kunsch (2012) em quatro grandes categorias:

a comunicação política (partidos e movimentos na luta pelo consenso); a comunicação institucional (entes públicos e administração pública para atuações normativas, acompanhamento legal e direitos constitucionais, promoção de acessos aos serviços); a comunicação social (sujeitos públicos, associados e privados para tutelar direitos e valores); e também a comunicação de empresa (quando utilizada para o crescimento e desenvolvimento social), transformando o espaço em que todos esses sujeitos agem e interagem no âmbito de interesses gerais (KUNSCH, 2012, p.18).

Observa-se que apesar de não trazer uma definição clara de comunicação pública, Rolando (2011) explica a partir de diferentes dimensões, inclusive incorpora a

comunicação de empresa dentro do campo da comunicação pública quando utilizada para o desenvolvimento da sociedade. Vemos que em linhas gerais, a ideia do autor italiano, com base na experiência europeia, é a de que a comunicação pública deve promover os interesses da coletividade, a interação entre os atores sociais, o diálogo e debate, inclusão, participação e fortalecimento da democracia. De certa forma, não é identificada uma diferenciação entre o campo público e o governamental ou estatal.

Outro percussor da comunicação pública no mundo é o francês Pierre Zémor (1995), que também inspirou diversos trabalhos no campo e apresenta quatro importantes características do conceito:

a) informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar); b) ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público; c) contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao coletivo, tomada de consciência do cidadão enquanto ator); d) acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais quanto as da organização social (ZÉMOR, 1995, p. 5).

O autor francês deixa claro que a comunicação pública deve estar a serviço do interesse público e se atrelar ao atendimento das necessidades do cidadão, não dos governos. A relação da comunicação pública com a publicidade governamental e o desvio do seu espaço para fins particulares, como costuma acontecer em algumas experiências no mundo, como a brasileira, não é considerada pelo teórico como uma intersecção no conceito. Por outro lado, a prestação de contas pode ser vista como um caminho para a publicização das ações governamentais, desde que seja voltada para o conhecimento e interesse de todos.

Já de acordo com o colombiano Jaramillo López (2012), que apresenta contribuições importantes para os estudos da comunicação pública na América Latina, o funcionamento da comunicação pública representa um lugar central de disputas em volta de significações sociais e é definida da seguinte forma:

um conjunto de temas, definições, fatos e metodologias referentes à forma como os sujeitos lutam por intervir na vida coletiva e na evolução dos processos políticos provenientes da convivência com o outro por participar da esfera pública, concebida como o lugar de convergência das distintas vozes presentes na sociedade (JARAMILLO LÓPEZ, 2012, p. 55).

Diferente do conceito de comunicação pública apresentado na concepção italiana e francesa, o autor colombiano pontua uma importante convergência entre a comunicação pública e a estatal: “comunicação estatal é comunicação pública não porque se dá a partir

de uma instituição pública, mas porque, pela própria definição, corresponde ao que envolve todos os atores sociais e remete ao interesse comum representado e gerenciado pelos governos” (JARAMILLO LÓPEZ, 2012, p. 65).

Dessa forma, Jaramillo López (2012) também parte da compreensão de uma não exclusão entre comunicação pública e estatal ou governamental, uma vez que ambas devem atender ao interesse comum, reforçando parâmetros que devem ser atendidos sobretudo para a comunicação estatal, que também deve ser plural e voltada ao interesse coletivo. Assim, veremos que tanto a literatura brasileira quanto a estrangeira situam o interesse público como aspecto fundamental para a legitimação da comunicação pública (ZEMOR, 1995; ROLANDO, 2010; JARAMILLO LÓPEZ, 2012; DUARTE, 2012; KUNSCH, 2012).

2.2. O caso brasileiro e a confusão entre a comunicação pública e governamental

Especificamente no Brasil, existe uma clara distinção no Artigo 223 da Constituição Federal do Brasil sobre três dimensões para a comunicação, que deve se dar a partir da complementariedade entre os sistemas público, privado e estatal. Tal aspecto normativo justifica o interesse da presente investigação de situar os conceitos de comunicação pública e comunicação estatal ou governamental, uma vez que “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementariedade dos **sistemas privado, público e estatal**” (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Um passo importante para diferenciação de cada um dos sistemas foi dado na primeira e única Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), realizada no ano de 2009 em Brasília. A Confecom foi alvo de enormes resistências dos grandes grupos de mídia e da iniciativa do setor privado. O evento visou discutir as políticas de comunicação do país e a regulação dos meios, a possibilidade de outorgar estações radiodifusoras de som e imagem para diferentes atores sociais, inclusive, facilitar o acesso de setores sociais tradicionalmente excluídos do debate no espaço público. Apesar de ter cerca de 600 propostas aprovadas, essas ainda permanecem no papel. Entre elas, “a regulamentação dos sistemas público, privado e estatal de comunicação, que são citados na Constituição

federal, mas que, até hoje, carecem de definição legal, com reserva de espaço no espectro para cada um destes” (BARBOSA, 2020, p. 36).

Quadro 1 - Possíveis delimitações entre os sistemas de comunicação no Brasil

Público	Privado	Estatal
Deve ser entendido como aquele integrado por organizações de caráter público geridas de maneira <u>participativa</u> a partir da possibilidade de acesso universal do/a cidadão/s a suas estruturas dirigentes e submetido a controle social.	Deve abranger todos os meios de entidades privadas em que a natureza institucional e o formato de gestão sejam restritos, sejam estas entidades de finalidade comercial ou não comercial.	Deve compreender todos os serviços e meios controlados por instituições públicas vinculadas aos poderes do Estado nas três esferas da Federação.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora a partir da CONFECOM, 2010, p.27.

É importante perceber que um dos indicativos importantes apresentados na Confecom (2009) sobre o sistema público de comunicação, diz respeito a seu caráter participativo e de controle social, inclusive em sua gestão. Já no sistema estatal, observa-se que não há a prescrição da participação social, mas é apontada uma centralidade do poder estatal. Apesar de tal diferenciação, Bucci (2008) entende que a comunicação estatal ou governamental não é algo à parte da comunicação pública. A compreensão do autor é que o sistema estatal é uma subcategoria do sistema público e ambos integram o campo da comunicação pública:

O limbo [...] começa na própria Constituição, que institui os sistemas estatal e público de radiodifusão sem indicar uma distinção mínima entre ambos. Prossegue na ausência de lei complementar para organizar a matéria. Poucos são os estudiosos que sabem fazer uma distinção sensata entre o que é o sistema estatal e o público. No vazio legal, o senso comum dos profissionais – e dos políticos – da área consagrou o maniqueísmo estapafúrdio de que a comunicação estatal é aquela que “defende o ponto de vista do governo” e a pública é aquela que “dá voz à sociedade”. Não é nada disso, mas o senso comum prevalece. (BUCCI, 2008, p.259)

A essência publicitária e sedutora da comunicação governamental no Brasil é uma das causas desse desentendimento, com o uso da comunicação voltada ao controle e centralização do poder, ainda no período de Ditadura Militar (1964-1985). Nesse contexto, Becker (2017, p. 618) observa que, “durante anos, a comunicação dos governos brasileiros teve relação direta com o uso de técnicas e métodos do marketing político, sob

uma preocupação central na divulgação de ações através da propaganda veiculada nos grandes canais mediáticos”.

Esse cenário só é atravessado por mudanças a partir de 1980, quando um novo paradigma de comunicação começa a se apresentar no país, a partir do processo de reestruturação democrática (BECKER, 2017), que apontou uma nova forma de compreensão sobre a prática de comunicação de Estado e de governo. É nesse momento que se observa elementos de comunicação pública dentro da comunicação governamental, com o deslocamento das práticas persuasivas e propagandísticas para o objetivo de informar o cidadão de modo a promover a cidadania, a partir do conhecimento de seus direitos e deveres.

Tal observação também é compartilhada por Brandão (2009), que pontua que, com a restauração da democracia, surgiram novas formas de vivência democrática, o que trouxe à tona a necessidade de uma informação orientada à construção da cidadania:

A própria noção de cidadania sofre mudança e começa a ser entendida de forma menos passiva e mais participativa, apreendida como o livre exercício de direitos e deveres, situação para a qual só se está preparado quando existem condições de informação e comunicação (BRANDÃO, 2009, p. 10).

Becker (2017, p. 619) observa que a discussão sobre a complexidade da comunicação governamental dentro da comunicação pública tem contribuição e se desenvolve de forma contemporânea às discussões acadêmicas da época, com base na obra do francês Pierre Zémor, *La Comunicación publique* (1995), que “inaugura, de certa forma, tais concepções que aproximam o conceito de comunicação pública à demanda informativa do cidadão”.

Alguns conceitos importantes trabalhados pelo teórico francês apontam características que têm abrangência dentro da comunicação governamental, quando consideramos seu pertencimento ao campo da comunicação pública. Entre elas estão o não desvio para fins particulares, o respeito à manifestação de cada interessado, a transparência, a consideração do público como receptor ativo, a comunicação a serviço do público e a integridade da imagem da instituição que não pode ser diferente do que realmente é, isto é, não pode ser desonesta em sua representação (ZÉMOR, 2012).

Ainda na literatura brasileira, é importante registrar uma proposta de Duarte (2012) sobre a comunicação governamental, política e do terceiro setor, que considera as

três inseridas dentro da comunicação pública e que devem ser guiadas a partir de um “espírito público” para lidar com a comunicação de interesse coletivo. A comunicação governamental diz respeito aos fluxos de informação entre o Executivo e a sociedade. Já comunicação estatal estaria relacionada às instituições permanentes do Estado, a exemplo do Legislativo e Judiciário, sendo caracterizada por discursos e ações na conquista da opinião pública. Por sua vez, o Terceiro Setor se relaciona com as instituições representativas e “em certas circunstâncias às ações privadas”.

Brandão (2009) também abre uma discussão entre a comunicação do Estado ou governamental e a comunicação política. A primeira cria um fluxo informativo entre governo e cidadãos. Já a última, expressa ideias, crenças e posicionamentos políticos tanto de governos como de partidos. No entendimento da autora, a comunicação do Estado ou governamental estaria a favor do interesse público, enquanto a política, mais voltada à difusão da imagem governamental e de partidos.

Já de acordo com Matos (2021), é difícil delimitar a comunicação governamental dentro da pública, devido a frequente tomada desse espaço para uma tendência autoritária e inadequada propaganda personalista. Além disso, a lacuna existente na compreensão entre as diferenças dos âmbitos particular e público demarca uma herança patrimonialista que, segundo Kucinski (2008), está enraizada em nosso DNA, a tal ponto todos somos em alguma medida patrimonialistas, buscando interesses privados na máquina pública.

(...) a comunicação pública continua sendo confundida com a comunicação governamental (de Governos), com a comunicação do Executivo (Ministros, Ministérios, secretários etc.), com a comunicação dos chefes de governo (presidentes), e com a comunicação Estatal (Legislativo, Judiciário, autarquias etc.). E, sim, infelizmente parte dos políticos brasileiros têm atitudes demagógicas e com tendências autoritárias – independentemente do espectro político (esquerda, centro, direita) (MATOS, 2021 *in* DUARTE, 2021, p.178).

Ainda segundo Matos, “a comunicação governamental (CG) tem origem nos governos, e pode diferir da comunicação estatal (pois Estado e Governo são coisas diferentes). O Estado pode funcionar para além do governo. A comunicação política (CPo) tem como meta o poder: a obtenção, manutenção e/ou renovação do poder” (MATOS, 2021 *in* DUARTE, 2021, p.178). Tal categorização coloca o Estado enquanto organização política de uma nação, e os governos como algo provisório, um conjunto de órgãos que realizam a administração pública a partir dos poderes delegados pela soberania do povo.

Apesar de suas especificidades conceituais, a comunicação governamental ou estatal deve prezar pelo interesse público e sua principal função é a abordagem sobre as informações relevantes acerca das atividades do governo que contribuam para promoção da cidadania. Por isso, ela não deveria ser utilizada como instrumento de propaganda governista, mas se definir pelo que é capaz de perguntar ao poder, não pelo que responde em nome do poder (BUCCI, 2015). Assim, a comunicação desenvolvida no âmbito do sistema governamental pode tratar-se “de uma forma legítima de um governo prestar contas e levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, ações, atividades e políticas que realiza e que são de interesse público” (BRANDÃO, 2009, p.3).

Considerando que é importante “verificar em que medida essa comunicação se aproxima ou se afasta dos princípios da comunicação pública” (LUZ, 2017, p.436), elaboramos o quadro abaixo com as principais características da comunicação governamental a partir das principais referências do campo de estudos no Brasil e no mundo. Verificamos a integração da comunicação governamental dentro do campo da comunicação pública e o desafio que é situá-la, uma vez que, se praticada de forma adequada, pode contribuir efetivamente para a formação de uma opinião pública qualificada (HABERMAS, 2011).

Quadro 2 - Características da Comunicação Governamental dentro da Comunicação Pública

Função	Autor
Criar fluxos de informação entre o Executivo e a sociedade	DUARTE, 2011; BRANDÃO, 2009
Prestar contas e dar visibilidade às ações governamentais para a sociedade	ZÉMOR, 1995; BRANDÃO, 2006; DUARTE, 2012
Fortalecer a imagem institucional do governo, preservando sempre a integridade e a ética	ZÉMOR, 2012
Considerar o público como receptor ativo	ZÉMOR, 2012
Manter-se isenta de interesses particulares para promoção da cidadania	ZÉMOR, 2012
Levar ao conhecimento da opinião pública os projetos, atividades e políticas de interesse coletivo	BRANDÃO, 2009
Envolver todos os atores sociais e se remeter ao interesse comum, representado pelos governos	JARAMILLO LÓPEZ, 2012

Fonte: elaborado pela autora a partir das referências citadas.

Diante das vastas possibilidades de nuances entre a comunicação estatal, governamental e política, é importante situar que a comunicação pública é indicadora potente da qualidade de uma democracia, pois possibilita “processos de visibilidade e acessibilidade que permitem saber, refletir, argumentar, se posicionar e deliberar” (WEBER, 2017, p.28). Assim, é possível afirmar que comunicação estatal, governamental e política estão dentro da comunicação pública, mas a comunicação pública não pode ser restrita à comunicação do governo e do Estado, ela vai além.

A partir da discussão habermasiana sobre esfera pública, tem-se a compreensão de que a comunicação pública deve ser livre de interesses particulares e funcionar na articulação de uma opinião pública qualificada, permitindo o aprofundamento dos assuntos referentes aos problemas sociais, assim como dos debates realizados pela agenda política.

Habermas (1997) salienta que a presença de influência político-partidária em seu espaço discursivo pode causar uma ruptura em sua razão de ser, uma vez que seu funcionamento “retira seus impulsos da assimilação privada de problemas sociais que repercutem nas biografias particulares” (HABERMAS, 1997, p. 98), isto é, deve operar no que atinge as questões da vida coletiva, e não meramente nas situações individuais.

Nesse sentido, o conceito de esfera pública é tomado enquanto uma dimensão na qual as questões politicamente relevantes são abordadas e tematizadas, sendo “uma rede adequada para comunicação de conteúdo, tomadas de posição e opiniões” (HABERMAS, 1997, p.92). Assim, uma esfera pública qualificada se manifesta pela capacidade de promover a cidadania e influenciar a tomada de decisões, sobretudo, dos assuntos da agenda política.

Com base nisso, é possível afirmar que “preservar o conceito de esfera pública é investir na dimensão da participação da sociedade e entender que se movimenta em torno do interesse público, ao nível da interlocução com o Estado que a promove; ou como manifestação dirigida a um Estado impermeável” (WEBER, 2017, p.36). Assim, fundamentada na teoria democrática, a comunicação pública se alinha a um ideal de superação do modelo de governo centralizado, que atua voltado apenas aos seus próprios interesses, desvinculado das necessidades da população. Embora muitas vezes vista como utópica ou inalcançável, é essencial reconhecer que a comunicação pública é parte integrante das democracias. Como afirma Weber (2017, p. 29), ela incorpora “os

princípios da igualdade, liberdade, emancipação social e cidadania, com a adaptação destes valores a culturas, interesses econômicos e projetos pessoais”.

Por outro lado, nas sociedades modernas, é perceptível um afastamento em relação aos interesses coletivos, com a priorização de agendas autônomas que muitas vezes desconsideram a vontade expressa nas urnas. Esse distanciamento está ligado, em grande parte, à crescente dependência política e econômica dos governos. Ainda assim, de maneira geral, é possível afirmar que a consolidação da democracia está diretamente relacionada ao grau de participação dos cidadãos nos processos decisórios (WEBER, 2017).

Diante dessa complexidade de visões que a comunicação pública assume, principalmente no que diz respeito ao que deve cumprir, Duarte (2012) propõe três interseções que abrange o conceito no Brasil. São elas: a comunicação organizacional, política e governamental. A primeira está relacionada aos processos comunicativos no interior de uma organização e entre ela e seu ambiente externo. Já a comunicação política aborda o discurso e a ação de governos, partidos e seus agentes na conquista da opinião pública. Por sua vez, a governamental ou estatal tem foco na prestação de contas e em levar ao conhecimento da população as políticas, os projetos e as ações.

A pesquisadora Weber (2017, p. 41) também propõe uma categorização para a comunicação pública, a partir de duas perspectivas gerais que se complementam. A primeira diz respeito à atividade de comunicar todas as instituições vinculadas ao Estado democrático, isto é, “a publicidade de ordem legal e a comunicação institucional permitem que as ações dos poderes da república (Executivo, Legislativo e Judiciário) sejam visíveis à sociedade, às instituições e ao cidadão”.

Já a segunda diz respeito aos “sistemas de comunicação e radiodifusão regidos por autonomia e investimentos estatais com objetivos de promover o interesse público” (Idem, p. 41), que nesse âmbito se insere, por exemplo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC), criada em 2007 sob a defesa de relativa autonomia em relação ao governo federal e com o intuito de ser instrumento de comunicação pública voltada ao interesse do cidadão, através do funcionamento do sistema público de comunicação.

Portanto, destinada à garantia do exercício da cidadania, prestação de contas e transparência, Duarte (2021) elenca doze objetivos que caracterizam a comunicação pública: 1) garantir o acesso amplo à comunicação; 2) fomentar o diálogo; 3) estimular a

participação; 4) promover os direitos e a democracia; 5) combater a desinformação; 6) ouvir a sociedade; 7) focar no cidadão; 8) ser inclusiva e plural; 9) tratar a comunicação como política de Estado; 10) garantir a impessoalidade; 11) pautar-se pela ética e 12) atuar com eficácia.

Diante desse contexto, observa-se que embora as comunicações governamental e estatal sejam reconhecidas como uma das expressões da comunicação pública (BECKER, 2017), no contexto brasileiro, esses dois campos costumam ocupar espaços e funções distintas. A comunicação governamental, que costuma ser confundida com a comunicação estatal, está diretamente ligada à divulgação de ações, programas e políticas do governo em exercício, sendo uma forma de prestação de contas. No entanto, sua natureza pública é respaldada enquanto estiver voltada ao interesse coletivo e ao fortalecimento da cidadania. Caso contrário, pode correr o risco de ser reduzida a uma ferramenta de promoção pessoal ou de propaganda política.

Já a comunicação estatal diz respeito àquela realizada por instituições permanentes do Estado, como por exemplo o Judiciário, o Legislativo, o Ministério Público, as Forças Armadas e agências de fiscalização do Estado (como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA), que integram a estrutura permanente do Estado. Seu papel é informar e dialogar com a sociedade a partir de uma lógica institucional e contínua, independentemente de quem esteja no poder. Ela é orientada pela legalidade, pela transparência e pela defesa dos direitos dos cidadãos, devendo sempre atender aos princípios do Estado democrático de direito. Essa distinção é especialmente relevante no caso das Forças Armadas, que, enquanto instituições de Estado, devem lealdade à Constituição e aos interesses da nação, e não ao governo de ocasião. Assim, a comunicação estatal busca garantir a estabilidade, a continuidade e a legitimidade das instituições públicas, em contraste com o caráter transitório e político da comunicação governamental.

Essa tensão é especialmente sensível em países como o Brasil e Portugal, onde o histórico patrimonialista das instituições muitas vezes confunde o que é público com o que é estatal ou governamental. Nesse cenário, as comunicações governamental e estatal podem ser invadidas por práticas patrimonialistas ou de interesses individuais, afastando-se do compromisso central com a cidadania (HABERMAS, 1997), além de favorecer um verdadeiro trauma na delimitação entre tais esferas, já que a comunicação que deve servir à sociedade civil, pode ser instrumentalizado para fins individuais.

Nesse sentido, é importante situar que a publicidade governamental, desempenhada dentro da comunicação governamental, por sua vez, é um componente importante dessa engrenagem e deve respeitar princípios da comunicação pública, tais como a transparência, legalidade e interesse público (BRANDÃO, 2009; ZÉMOR, 1995). Assim, uma proposta mais avançada de comunicação pública, de natureza deliberativa, pressupõe a interação entre o sistema político, a sociedade civil e a esfera pública, estabelecendo um espaço de escuta, diálogo e corresponsabilidade entre Estado e cidadãos. Nesse modelo, os interesses do governo não estão isolados, mas atuam conjuntamente com as demandas sociais, garantindo legitimidade e ampliando a participação cidadã.

2.3. Televisão pública: conceitos em construção e experiências no mundo

A Europa foi o palco do surgimento dos primeiros aparelhos de televisão no século XX, mais precisamente em 1930, quando a imposição visual das imagens nas telas transformaria a atividade midiática e sua relação com o público. Na verdade, conforme observa Férres (1998, p. 13), “nenhum outro meio de comunicação na história havia ocupado tantas horas da vida cotidiana dos cidadãos, e nenhum havia demonstrado um poder de fascinação e de penetração tão grande”.

Longe de aprofundar sobre as características da televisão e os diferentes tipos de vínculos que estabeleceu desde o seu surgimento até os dias de hoje com o público em diferentes países, é importante situar que existem diferentes modelos de televisão. Para esse trabalho, interessa-nos diferenciar pelo menos três tipos experimentados no mundo: a televisão comercial, a estatal e a pública.

Voltada ao lucro, a televisão comercial é geralmente reconhecida pela sedução, fragmentação seletiva e adormecimento da racionalidade do cidadão (FÉRRES, 1998), embora possa também desempenhar serviço voltado ao interesse público. Já a estatal, que deve prezar pelo interesse público, tem como principal função a abordagem de informações relevantes e prestação de contas acerca das atividades do governo (BUCCI, 2015). Por sua vez, a televisão pública apresenta papel específico voltado a catalisação da cidadania, sendo seu dever pautar a promoção dos valores democráticos e plurais, além

de abrir espaços para a inclusão das diferentes ideias presentes na sociedade (ARROYO et al., 2012).

É bem verdade que existem tensões no funcionamento de tais modelos: isso envolve aquilo que devem ser e o que realmente são na prática. A TV comercial, ainda que tenha o dever de também prezar pelo interesse público, costuma estar direcionada aos índices de audiências e à busca incessante pela venda de publicidade. Na TV governamental/estatal, por exemplo, é comum que esteja aparelhada ao governo vigente e que sirva para propaganda de suas ações.

Já a TV pública, a que mais interessa na presente investigação, ainda que seja crucial para fortalecimento da democracia e cidadania, tem sofrido o esvaziamento do seu caráter público também pelo vínculo que mantém com os governos, além de outros fatores como a abertura para o financiamento comercial e outros. Apesar do conceito de televisão pública ter importantes investigações de autores e autoras de diferentes países, a discussão ainda levanta embates acadêmicos e não é consensual pelo menos nos seguintes pontos: a) a quem deve servir; b) por quem deve ser gerida; c) como fomentar a efetiva participação do público; d) formas de financiamento e e) tipos de programação e conteúdo.

No Brasil, há dúvidas de que esse modelo já tenha sido consolidado, apesar de ser fundamental para um país que se diz democrático (FERREIRA; MORAES; VARÃO, 2016). De forma geral, os principais estudos concordam em reconhecer a centralidade da TV pública para a promoção do interesse público, por não dever se atrelar aos interesses mercadológicos ou governamentais (LEAL FILHO, 2007; OTONDO, 2008; ROTHBERG, 2011; BUCCI et. al., 2012; BUCCI, 2015).

Em Portugal, também é discutido o papel diferenciador da TV pública e das responsabilidades acrescidas no que diz respeito à promoção do pluralismo e da diversidade de vozes para assegurar as necessidades democráticas:

O pluralismo deve fazer parte dos objetivos do sistema mediático e os operadores de serviço público devem cumprir uma adequada promoção e valorização da diversidade de opiniões, perspectivas e valores de uma sociedade, chamando os cidadãos a ter um papel mais ativo e integrador (ASCENÇÃO, 2019, p. 81).

Só para se ter uma ideia da vastidão de possibilidades que envolvem a discussão, Valente (2009) apresenta algumas perspectivas teóricas traçadas a respeito da televisão

pública. Entre elas podemos destacar: 1) a elitista, que se refere ao compromisso com a catalisação da alta cultura e conhecimento; 2) a educativa, voltada à ampliação da formação da população; 3) a alternativa ao modelo comercial, devendo atender às demandas sociais não oferecidas pela comunicação voltada ao lucro; 4) o público não-estatal, caracterizado pela sua independência dos interesses do Estado e do mercado; e 5) a culturalista, pautada no compromisso com a promoção da diversidade cultural.

Segundo a Unesco (2006), existem quatro elementos que devem ser perseguidos pela televisão pública: independência, universalidade, diversidade e diferenciação. Nessa perspectiva, a independência é entendida como a autonomia editorial e implica na expressão de ideias, críticas, informação e opiniões de maneira livre de interesses comerciais ou governamentais. Já a universalidade trata do alcance a todos os cidadãos, sem diferenciá-los quanto ao seu nível social; a diversidade diz respeito a variedade de oferta de conteúdo para o público que possui diferentes expectativas e a diferenciação está voltada à programação que deve ir além do que é comumente oferecido pela mídia comercial.

É importante situar que dentro das origens da TV pública no mundo, que aconteceu na Europa ao longo do século XX, a *British Broadcasting Corporation* (BBC) de Londres foi a primeira experiência de televisão pública, inaugurada em 1936. De forma geral, a TV pública surgiu “como instrumento de esclarecimento, no sentido iluminista, em que o conhecimento libertaria as mentes dos oprimidos, em concordância com as aspirações democráticas” (FERREIRA; MORAES; VARÃO, 2016, p. 85).

Assim, a base da noção de serviço público surge como uma resposta aos traumas trazidos pelos regimes totalitários e o final da Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, a reação do continente europeu para o campo da comunicação foi de não permitir que as forças comerciais tivessem espaço: “O Estado entendeu que a aplicação irrestrita das leis de economia de escala aos negócios de mídia tende a comprometer, de maneira significativa, a formação de cidadãos emancipados o suficiente para a manutenção da vitalidade de uma democracia plural” (ROTHBERG, 2011, p.8).

Por isso, a compreensão da importância da TV pública na Europa para o fortalecimento da cidadania é um dos pontos de referência não só para outras experiências, como por exemplo na América Latina, mas para compreendermos melhor suas potencialidades como um todo. Em países latino-americanos, as práticas de controle

governamental no sistema público de comunicação são numerosas e algumas delas são justificadas como legítimas pelo Poder Executivo. Entretanto, pesquisadores e pesquisadoras alertam que essa prática de apropriação do espaço público precisa ser sinalizada aos cidadãos e cidadãs como governamental, ainda que se intitule como comunicação pública (ARROYO, 2012).

Outras investigações sobre a TV pública na América Latina também têm sinalizado que as melhores práticas tem seu quadro profissional eleito através dos concursos públicos, assim como a seleção aberta e transparente de profissionais qualificados para gestão e funcionamento do serviço, a fim de que sejam capazes de promover uma boa administração dos recursos públicos, entendimento sobre sua prática e comprometimento com a programação de qualidade, diversa e criativa (ARROYO, 2012; BUCCI, 2015).

Exemplo disso também se dá a partir da existência de conselhos e órgãos representativos da sociedade, que atuem na linha de frente e não necessariamente aliados à direção, que deveria ser instituída através de requisitos claros e transparentes para o cargo (FREIRE, 2016). Para além disso, a presença do ombudsman ou ouvidoria é indicativo importante da abertura para interação direta com o público e tratamento das demandas sobre suas percepções acerca da programação e do conteúdo da televisão pública (PAULINO, 2013).

A experiência mundial e a curta experiência latino-americana em particular mostram que, para garantir a independência dos meios de comunicação públicos em relação aos governos, devem ser articulados órgãos e procedimentos que busquem ou garantam amplo consenso, estabilidade, longo prazo e renovação parcial de sus membros quando são nomeados por seus respectivos parlamentos (ARROYO, 2012, p. 131, tradução nossa).

Outro ponto de embate presente nas discussões sobre a TV pública são as formas de financiamento. Duas principais correntes entram em contradição: a que admite a captação de recursos oriundos da publicidade e a que defende o dever crucial do Estado de garantir o seu funcionamento. Para o teórico Diego Portales Cifuentes (2001, p. 134), é concebível a abertura para um financiamento misto, isto é, uma parte oriunda de recursos públicos e a outra do mercado: “ao conciliar publicidade e recursos estatais, as emissoras públicas (...) poderiam evitar os malefícios de um e de outro”.

A problemática da captação de recursos exclusivamente pelo Estado é também reforçada pelos riscos emergentes dos governos que estão “geralmente encarregados de supervisionar a administração e o financiamento (...)” (MENDEL; SALOMON, 2011, p. 46). Por outro lado, outra corrente teórica compartilhada por Bucci (2015) argumenta que a dependência de recursos comerciais deturpa a própria razão de ser das emissoras públicas: “quando aceitam a publicidade como meio de financiamento expressivo (com peso significativo no orçamento regular), elas não têm como evitar a adoção de critérios mercadológicos” (BUCCI, 2015, p. 88).

A perseguição pela elevação do índice de audiência também está associada a discussão sobre o financiamento da TV pública. A necessidade de entrelaçar a atenção do público com uma programação cada vez mais próxima do seu interesse é defendida por pesquisadores como estratégia fundamental para continuidade da existência da TV pública. Por outro lado, estudos apontam que não é dever da TV pública se guiar pelo *rating*, isto é, índices de audiência, mas pela busca da verdadeira conexão com o seu público:

Se a televisão pública não se mede por *rating*, então ela deve ser valorizada pela inovação, pela cidadania e pela inserção das pessoas e isso não é conteúdo: fala de estética, narrativas, formatos. A televisão pública deve inventar uma televisão que ainda não fizemos, mas acima de tudo que se conecte com seu povo (...) (RINCÓN, 2013, p.165, tradução nossa).

No continente europeu, o modelo predominante nas grandes rádios e TVs públicas é marcado pela existência de uma ampla margem de autonomia entre a direção e o governo: “os membros do conselho são nomeados por algum sistema que garante o acordo entre as várias forças políticas e às vezes sociais” (ARROYO, 2012, p.123, tradução nossa).

Uma das principais referências no setor é a BBC, do Reino Unido, cuja missão é educar, informar e entreter. A instituição é dirigida pelo *Executive Board* (Conselho Executivo), cujo principal dever é “apoiar e proteger a independência da BBC e tomar suas decisões no interesse público” (BBC, 2023). O Conselho é liderado por um presidente não executivo, e é composto por dez membros não executivos, incluindo o presidente, e quatro membros executivos, incluindo o diretor-geral e editor-chefe da BBC, que preside o Comitê Executivo. Quatro dos membros não executivos são especificamente nomeados como membros de cada uma das nações do Reino Unido.

Até sua extinção em 2017, o BBC Trust também foi um órgão importante para a autonomia da BBC e único instrumento que envolvia participantes da sociedade civil britânica. Seu objetivo declarado era tomar decisões no melhor interesse dos pagadores de taxas de licença – imposto anual que financia a BBC. Entre algumas de suas contribuições, houve registros de diversas críticas sobre o serviço de má administração financeira, incluindo valores de gastos excessivos.

Na França, com 4 canais de televisão nacionais, 24 canais regionais, 9 canais internacionais e uma gama completa de serviços digitais, a France Télévisions é o primeiro grupo audiovisual do país. Desde 2008, a Presidência da França assumiu o dever de indicar o presidente do sistema público de televisão; eles eram indicados previamente pelo *Conseil supérieur de l'audiovisuel*.

A empresa é dirigida por um Conselho de Administração com 14 representantes: 4 parlamentares, 5 do Estado e 5 pelo Conselho do Audiovisual. Importante ressaltar que esse Conselho de Administração é nomeado pelo Conselho Superior do Audiovisual, autoridade reguladora do audiovisual francês e conta sete membros indicados pela Presidência da República, pela Assembleia Nacional e pelo Senado.

Com forte pegada na criação audiovisual, a France Télévisions se destaca na busca contínua para intensificar a produção de filmes, documentários e séries. A produção do jornalismo regional, nacional e internacional também é uma abordagem importante dos canais. “Porque a televisão pública é um bem comum, a cada temporada, a França faz um forte compromisso editorial comprometendo-se a carregar valores que promovam a coesão social (France Télévisions, 2019).

Na Espanha, a Radio Televisión Española (RTVE) apresenta relativa independência do governo e da administração geral do Estado, pois é gerida por um Conselho de Administração formado por 12 membros com qualificação para a função executiva. “Além dessa instância, há um Conselho Assessor e um Conselho de Informativos, o primeiro para subsidiar o Conselho de Administração nas decisões sobre os veículos do grupo e o segundo para discutir especificamente o jornalismo veiculado nas emissoras” (VALENTE, 2009, p. 122).

Apesar do Conselho de Administração apresentar relativa representação dos funcionários, já que, dos 12 indicados, 2 são propostos pelos sindicatos, há denúncias de intervenção governamental na linha editorial da empresa. Nesse sentido, é importante

salientar a crucial importância do Conselho de Informativos da RTVE, que tem atuado em prol da garantia do controle interno, defesa da independência profissional, promoção da independência editorial e o amparo aos jornalistas da corporação.

Uma nota foi elaborada em apoio aos jornalistas da *Corporació Catalana de Mitjans Audiovisuals* (TV3 e Catalúnia Rádio) devido à vinculação dos meios públicos ao poder político, violando pontos da Constituição Federal Espanhola como “o reconhecimento e a garantia de uma instituição política fundamental que é a opinião pública livre, indissolavelmente ligada ao pluralismo político, que é um valor fundamental e uma exigência funcionamento do estado democrático”.

O episódio aconteceu devido a cobertura do conflito independentista na região da Catalunha. A emissora pública silenciou a abordagem sobre o plebiscito (01/10/2017) que contou com cerca de 2,3 milhões de pessoas, sendo 90% favoráveis a separação. O Conselho também pediu a demissão dos diretores e da equipe nomeada para dirigir a emissora. “Nos últimos 5 anos de gestão em que o Governo Central assumiu o controle da linha editorial dos telejornais da TVE, RNE e mídias interativas iRTVE, são inúmeras as reclamações devido à manipulação de informação” (Conselhos de Informativos da RTVE, 2017).

Por sua vez, na América Latina, a situação da televisão pública costuma ser cada vez mais de proximidade com o governo:

(...) quase desde a sua criação e por muitas décadas, a televisão pública na grande maioria dos países latino-americanos foi abrigada à sombra do poder político, em simbiose com o governo no poder, sendo utilizada como arma de propaganda. Essa situação se instalou no imaginário coletivo latino-americano, não sem razão (ARROYO, 2012, p. 126, tradução nossa).

Os autores observam que a composição dos mecanismos de gestão das TVs públicas na América Latina tem se apresentado distantes de grandes referências praticadas em países europeus. Já nos países latino-americanos, algumas formatações empregadas costumam contribuir para o enfraquecimento da credibilidade da TV pública por cidadãos e cidadãs. Na Argentina, por exemplo, “há críticas a esse respeito, pois o próprio governo reconhece que não há separação entre a linha editorial e a influência governamental” (ARROYO, 2012, p. 108, tradução nossa).

Na TV pública argentina (Canal 7) nunca houve diretores que não fossem ligados ao governo (BECERRA, 2015 in GODOY, 2015). Apesar da existência da Ley de Medios (Argentina, 2009) que prevê a realização de concursos públicos para ocupação dos cargos do Canal 7, na prática, as atividades são realizadas por pessoas próximas ao governo em vigor. Os cargos de gestão estão ligados à Presidência da República e os demais são indicados pelos governantes de turno. Já no Peru, Arroyo et. al. (2012) descrevem que a estratégia utilizada pelo governo foi a de diferenciar a informação estatal/governamental da pública, pois ambas são veiculadas no mesmo canal, que deve atender aos requisitos de uma informação ampla e plural.

No Chile, o cenário parece um pouco diferente das demais experiências apresentadas. A Televisão Nacional tem servido de referência no quesito da informação política, graças à sua formatação que tem evitado o uso propagandístico pelo governo vigente. Isso se deu “em parte pelo fato de o diretório ser designado em uma lista única fechada por consenso entre os poderes Executivo e Legislativo e deve ser aprovado pela maioria absoluta no Senado” (ARROYO, 2012, p. 107, tradução nossa).

Caso semelhante também do Paraguai, que apesar de sua recente criação, “tem se distinguido de outras emissoras estatais na região por acolher as vozes da oposição política ou de representantes sociais críticos ao governo” (ARROYO, 2012, p. 109, tradução nossa). Tal observação também foi feita pelos autores sobre a situação da TV Brasil, gerida pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), principal empresa de comunicação do país, que na época em 2012, conforme afirmaram, tinha a missão de “evitar o viés do governo” (Idem) após quatro anos de sua recente existência.

2.4. Semelhantes apropriações governamentais na TV pública do Brasil e Portugal

Dois movimentos apontam para o enfraquecimento da comunicação pública no mundo: em Portugal, a abertura para os primeiros canais privados na década de 1992, quando se quebra o monopólio estatal no continente europeu. No Brasil, desde o surgimento dos primeiros meios de comunicação na década de 50 até os dias de hoje, a valorização de um modelo midiático voltado ao lucro e à suposta neutralidade da atividade jornalística.

Em países europeus como Portugal, a distinção entre comunicação pública, governamental e estatal não é tomada como uma problemática, pois a noção de serviço público integra uma “vasta tradição europeia, historicamente marcada por um certo controlo do Estado relativamente à propriedade e administração editorial dos veículos audiovisuais” (OLIVEIRA; PAULINO, 2017, p.59).

Mesmo assim, tem sido demonstrado um “entendimento partilhado pela generalidade dos países europeus relativamente à necessidade de contrariar a centralização no Estado e progressivamente garantir um sistema de comunicação centrado nos cidadãos” (OLIVEIRA; PAULINO, 2017, p.59-60). Isso nos traz a compreensão de que o asseguramento da comunicação pública como princípio focado no interesse do cidadão ainda requer fortalecimento em Portugal.

Para melhor compreendermos, é importante situar o contexto histórico do surgimento dos sistemas de mídia de Portugal e Brasil, que adquiriram diferentes formatações no período das ditaduras que se seguiram até depois da democratização. O período da ditadura de 41 anos de António Salazar (48 anos se contar desde o golpe militar de 1926), conhecida como o salazarismo, adotou uma postura contrária às forças do mercado e às possibilidades de modernização.

Enquanto defendia uma visão “voltada à preservação de um Portugal tradicional e camponês, os militares brasileiros tinham uma visão desenvolvimentista, vinculada ao ideal do ‘Brasil grande’” (MIGUEL; BIROLI; SALGADO, 2016, p. 44-45). Tais posturas influenciaram a composição do cenário da comunicação dos diferentes países até os dias atuais.

Em Portugal, o salazarismo impulsionou o monopólio estatal da televisão com transmissões regulares em 1957. Já no Brasil, as transmissões da TV foram iniciadas um pouco antes (1950), e o regime da Ditadura Militar (1964-1985), que depôs o presidente João Goulart, foi responsável por expandir a presença da televisão e firmar parcerias com as redes privadas de comunicação. Concessões públicas de rádio e TV foram dadas para as emissoras que ainda hoje são líderes no mercado da comunicação brasileira, conferindo-lhes “um poder de lobby e de manipulação mais do que conhecido, inaceitável segundo padrões internacionais” (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 9).

Exemplo disso é a Rede Globo de Comunicação, principal grupo privado de comunicação do país, com alcance no país inteiro com suas emissoras, retransmissoras e

geradoras, e com grande influência na política, na economia e na sociedade brasileira (CABRAL, 2018). Só para se ter uma ideia, a influência da Globo “sobre a política e os políticos no Brasil, portanto, decorreu sempre muito mais da falta de um ambiente normativo claro e específico do que das ações de um empresário em particular” (RAMOS, 2005, p. 66).

Historicamente, a relação dos grupos políticos e econômicos com os meios de comunicação no Brasil sempre foi de alinhamento. Entre 1920 até 1960, o empresário Assis Chateaubriand, inspirado no modelo comercial norte-americano, formou conglomerados midiáticos com diversas estações de rádio e meios impressos, além de ajudar a “deflagrar revoluções, contribuiu para vitórias eleitorais, chantageou governantes e foi, ele próprio, senador da República” (MIGUEL; BIROLI; SALGADO, 2016, p. 50).

Dessa forma, o controle dos grupos econômicos e políticos na mídia brasileira constituiu-se uma disputa ideológica travada no sistema de comunicação brasileiro desde o seu surgimento. Além disso, desde os anos 70, o governo brasileiro se estabeleceu como principal anunciante nos meios de comunicação, aumentando o controle estatal através do financiamento das emissoras comerciais (MATOS, 1996).

Apesar das diferentes posturas políticas das ditaduras em relação à presença das forças comerciais na comunicação, as semelhanças consistem na tendência de utilizá-la em seu benefício. “Até o próprio Salazar reconheceu a importância da televisão e fez um esforço para a integrar na sua estratégia de propaganda política” (MIGUEL; BIROLI; SALGADO, 2016, P. 57). Somente nas últimas décadas do século XX, após a Revolução dos Cravos em Portugal em 1974, é que houve o retorno das instituições democrático-liberais. A televisão privada começou a ser delineada no terceiro mandato do governo de Cavaco Silva (1985-1995), que:

decidiu lançar dois canais privados contrariamente à generalidade dos estudos que aconselhavam a autorização de apenas um. Esta decisão, ainda hoje, é apontada como uma das razões por detrás do declínio do canal público de televisão, a RTP, um argumento que, todavia, não recolhe consensos (MIGUEL; BIROLI; SALGADO, 2016, p. 60).

Com essa abertura para privatização dos canais, o aparecimento da televisão comercial transformou de forma decisiva o panorama midiático em Portugal, enquanto no Brasil, a forte presença da TV privada já trazia profundos vazios de experiências consolidadas de comunicação pública. Os problemas de autonomia editorial também se tornaram marcas das experiências de comunicação pública de ambos os países, cujas

formatações dos sistemas de comunicação e respectivas administrações parecem apresentar falhar semelhantes: o estreitamento das funções de gestão da TV pública que são indicadas pelos governos em vigor.

2.4.1. A TV pública brasileira e problemas estruturais de autonomia em relação aos governos

"Começa uma nova etapa no projeto de comunicação pública no Brasil!", declarou o ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, em publicação nas redes sociais, ao comentar a nomeação de uma nova direção para a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Responsável pela gestão da televisão pública brasileira, além de um conjunto de rádios estatais e do portal de notícias Agência Brasil, a EBC foi objeto de reestruturação, anunciada ao final de janeiro de 2023, no contexto da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para seu terceiro mandato.

Essa mudança ocorreu após um período marcado por denúncias de censura, perseguição a jornalistas e ações que comprometeram a natureza pública da empresa, ocorrências amplamente denunciadas por profissionais da própria EBC e por organizações da sociedade civil entre os anos de 2018 e 2022. Tais episódios suscitaram debates sobre o enfraquecimento da função social da comunicação pública no país. Diante disso, a reformulação da direção da EBC foi tomada como um marco simbólico e político, que renovou as expectativas em torno da retomada da sua função pública, sobretudo, no que diz respeito à pluralidade informativa e independência editorial.

Apesar das expectativas positivas, sobretudo pelo fato de ter sido no segundo mandato de Lula que a EBC foi instituída, por meio da Lei nº 11.652/2008, a qual previa mecanismos de controle social, como a criação do Conselho Curador, a atual conjuntura revela a persistente vulnerabilidade institucional da empresa frente a interferências de natureza política, sobretudo alargada com a ausência de retomada do órgão de representação da sociedade civil, que tinha a responsabilidade de zelar pela autonomia editorial da empresa.

Desde sua origem legal, a empresa apresenta limitações que comprometem a plena autonomia jornalística. A EBC foi criada com o objetivo de fortalecer o campo da comunicação pública no Brasil, que até então era representado, predominantemente, por emissoras educativas e comunitárias. Instituída em 2007 por meio da Medida Provisória nº 398/2007, sua criação atendeu a uma série de reivindicações de movimentos sociais

que demandavam políticas públicas voltadas à comunicação não comercial (STEVANIN, 2017). A EBC surge, portanto, como uma proposta de alternativa ao modelo de mídia comercial dominante.

Ainda assim, sua vinculação direta à Secretaria de Comunicação Social (SECOM) da Presidência da República a torna suscetível a interferências e pressões governamentais, fragilizando sua independência editorial. Isso porque a estrutura de governança da EBC é amplamente determinada pela Presidência da República e composta por quatro órgãos principais: (a) o Conselho de Administração, com membros indicados pela Casa Civil; (b) a Diretoria-Executiva, cujo mandato é de quatro anos e cujos integrantes são nomeados diretamente pela Presidência; (c) o Conselho Fiscal, igualmente designado pelo chefe do Executivo; e (d) o Conselho Curador, era composto por 22 membros. Desses, 15 representavam diversos segmentos da sociedade civil, como movimentos sociais, organizações de mulheres, profissionais da comunicação, grupos culturais e étnicos, e acadêmicos, selecionados por meio de consulta pública, sendo também nomeados pela Presidência. Além disso, o Conselho contava com representantes do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, de quatro ministérios e de um empregado da própria EBC.

A partir de 2016, a TV Brasil passou a enfrentar um processo sistemático de desmonte institucional, impulsionado pela Medida Provisória nº 744/2016, do governo de Michel Temer. As alterações promovidas por essa medida contribuíram para a descaracterização do modelo de comunicação pública inicialmente proposto para a EBC, com Conselho Curador e participação da sociedade civil, o que a distingue da lógica de comunicação governamental. Como consequência, observa-se a redução da diversidade e do pluralismo tanto na produção jornalística quanto na programação em geral, com um período marcado por recorrentes denúncias de censura e interferência editorial, feitas por jornalistas da própria empresa, o que reforça o comprometimento da autonomia e da missão pública da emissora:

São algumas questões mesmo de direcionamento editorial e a censura clássica de tirar coisa que a gente fez. Então às vezes, algumas matérias que saem da redação ou da chefia com uma proposta de abordagem, a gente ouvia a fonte, e a fonte falava outra questão que não interessava, simplesmente era cortada ou era usado um trecho mais ameno para esconder a crítica que às vezes se fazia ao governo, ou simplesmente não iria pro ar (E02, 2021 in SILVA, 2021, informação verbal).

Uma das principais mudanças foi a vinculação da empresa à Casa Civil da Presidência da República, o que a manteve sob forte proximidade com o Poder Executivo e, conseqüentemente, aumentou sua suscetibilidade a interferências políticas. Outro ponto que acentuou a vulnerabilidade institucional da EBC foi a revogação do mandato fixo de quatro anos para o cargo de diretor-presidente, permitindo sua demissão a qualquer momento, de acordo com os interesses do governo em exercício. Também precisa ser registrada a alteração da composição do Conselho de Administração, que passou a ser de seis indicados pelo governo e um dos empregados (antes, eram quatro do governo e um dos funcionários da empresa).

Esse novo arranjo institucional comprometeu a estabilidade e a independência da gestão da empresa, afetando diretamente a prática jornalística. De acordo com relatos de profissionais da própria EBC, a cobertura de temas considerados sensíveis passou a ser rigidamente controlada, com pautas previamente direcionadas e fontes indicadas pelas chefias para favorecer a imagem do governo (SILVA, 2021).

A modificação mais impactante, no entanto, foi a extinção do Conselho Curador, órgão responsável por assegurar mecanismos de controle social e participação da sociedade civil na gestão da comunicação pública. De caráter deliberativo, o órgão tinha as seguintes incumbências: zelar pelos princípios da radiodifusão pública; opinar sobre o cumprimento das matérias ao caráter público da empresa; manifestar-se sobre a aplicação da linha editorial e destituir a diretoria executiva a partir de votos de desconfiança de seus membros, em casos de descumprimento dos princípios do serviço voltado ao interesse público (Brasil, 2008, art. 17).

Entre os exemplos que ilustram a relevância do seu trabalho estão a criação dos diversos produtos normativos para orientar a linha editorial, além do Comitê de Jornalismo, Manual de Jornalismo da EBC e outros. Também é possível destacar as resoluções e recomendações relacionadas à prestação de serviços ao Governo Federal, incluindo programas religiosos que veiculavam conteúdos político-partidários e eleitorais, além de alterações nas grades de programação das emissoras. O conselho também exigiu o cumprimento de uma cláusula do Acordo Coletivo de Trabalho da EBC, que estabelecia que 70% dos cargos comissionados fossem ocupados por funcionários efetivos, visando assegurar maior autonomia na gestão e produção de conteúdo em relação ao Governo (Freire, 2016).

O conselho também reivindicou uma cobertura jornalística mais aprofundada e explicativa sobre as manifestações relacionadas ao impeachment de Rousseff. Naquele momento, o jornalismo da empresa pública havia sofrido críticas “por mostrar os movimentos contrários ao processo de impeachment, pouco visibilizados pela mídia comercial” (Freire, 2016, p.45). Em diferenciação ao jornalismo comercial, foi recomendada a pluralidade de vozes da sociedade sobre o assunto; a clarificação sobre o que eram as pedaladas fiscais⁸, que se tornaram o foco das acusações contra Rousseff, tornando-se tema central no seu processo de destituição; além do equilíbrio sobre as diferentes perspectivas.

De acordo com Vieira (2016), apesar das diversas dificuldades enfrentadas, como a relação com a Diretoria da empresa, a resistência à participação, as limitações no processo de discussão e deliberação, as pressões financeiras e a curta experiência, o Conselho conseguiu influenciar, de certa forma, a prática jornalística. Contudo, segundo a autora, essa influência não se reflete de maneira consistente na produção cotidiana, em razão de fatores logísticos e do grande número de temas a serem debatidos, o que faz com que o jornalismo não seja discutido de maneira regular nas reuniões do Conselho:

A participação se exerce em maior medida no sentido prescritivo e a maior parte dos posicionamentos, embora possam ser resultados de discussões coletivas, é expressa individualmente. Além disso, dentre as poucas reuniões sobre o jornalismo, um número reduzido de intervenções é feito em relação ao telejornal Repórter Brasil, especificamente (VIEIRA, 2016, p.195).

Apesar de suas limitações, a presença do Conselho Curador e sua atuação incomodavam e causavam estranhamento pelas posições de cargos comissionados para a chefia de conteúdos da EBC (VIEIRA, 2016). Pouco depois, já no governo Bolsonaro (2019-2022), a intensificação dos episódios de censura contra jornalistas concursados e das práticas de autocensura sobre temas sensíveis ao governo, assim como a fusão do espaço do jornalismo da televisão pública (TV Brasil) com o jornalismo da TV estatal (NBR), foram algumas das diversas práticas autorizadas para a desconstrução da EBC:

No fim do Governo Temer, já existia a dificuldade de trazer abordagens que fossem mais críticas ao governo. Quando funde a TV Brasil com a NBR, que eram diretorias diferentes, equipes diferentes, que tinham contato entre si, mas se organizavam em espaços diferentes, (...) tudo

⁸ A controvérsia sobre a legalidade do impeachment de Dilma Rousseff envolve questões sobre o que exatamente constitui um crime de responsabilidade, as diferenças de interpretação jurídica sobre as pedaladas fiscais, a politização do processo e a falta de consenso técnico entre especialistas. Essa controvérsia continua a ser um tema central no debate sobre a democracia e o sistema político brasileiro.

se mistura e todas as equipes podem fazer assuntos de Estado (E02, 2021 in SILVA, 2021, informação verbal).

A fusão autorizada por meio da Portaria Interna nº 216, emitida em abril daquele ano pelo então diretor-presidente da EBC, resultou na introdução de uma programação fortemente alinhada ao governo federal no espaço da televisão pública, comprometendo o princípio da autonomia editorial. A gravidade dessa reconfiguração foi evidenciada por registros da Ouvidoria Cidadã da EBC, instância composta por representantes da sociedade civil, entidades do campo da comunicação e profissionais da própria empresa, que contabilizou 254 interrupções na grade da TV Brasil entre 2020 e julho de 2021, destinadas à transmissão ao vivo de eventos com o presidente Jair Bolsonaro.

Essa integração entre os canais também fragilizou a prática do jornalismo crítico no âmbito da emissora pública. A cobertura de pautas relacionadas ao Poder Executivo passou a ser realizada exclusivamente pela equipe da NBR, vinculada à comunicação institucional do governo, com veiculação direta no telejornal Repórter Brasil. Tal prática favoreceu um padrão de silenciamento de vozes divergentes.

Embora o Artigo 223 da Constituição Federal estabeleça a complementariedade entre os sistemas de comunicação público, estatal e privado, que devem coexistir de forma harmônica, com funções distintas e complementares, a fusão entre a TV Brasil (pública) e a NBR (estatal) desconsiderou esse princípio constitucional. Ao unificar dois canais com naturezas e finalidades distintas, promoveu-se um deslocamento da comunicação pública em direção a uma lógica de comunicação governamental, comprometendo sua autonomia editorial e seu papel crítico perante o governo.

A programação da TV NBR (estatal) que tinha como principal cliente a Presidência (Secom), passou a ocupar a grade de programação da TV Brasil (pública) para propaganda dos assuntos de interesse governamental. Além disso, em 2020 o principal telejornal público do país, o Repórter Brasil, teve uma redução de 30 minutos da sua produção. Em contrapartida, foram inseridos dois telejornais de cunho estatal na programação da televisão pública.

Enquanto a NBR tem como função principal a divulgação das ações governamentais, a missão da TV Brasil, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 11.652/2008, é fomentar a cidadania, fortalecer a democracia e promover a participação social, assegurando o direito à informação, à liberdade de expressão e à comunicação (BRASIL, 2008). A fusão comprometeu essa missão, esvaziando a função crítica e plural

da mídia pública e criando um ambiente institucional mais suscetível à censura e ao controle político.

Nesse sentido, é importante registrar que os jornalistas questionaram a autonomia editorial no governo Dilma, embora tenham tido espaço para disputar o enquadramento das matérias com as chefias de jornalismo, usufruindo de considerável autonomia real na prática profissional, ao ponto de prevalecer em suas reportagens a priorização de matérias favoráveis ao impeachment de Rousseff. Tal contradição ficou evidente na análise da autonomia efetivamente aferida nas reportagens, sobretudo quando comparada com a produção dos governos posteriores, quando a censura passou a ser regra no processo de construção da notícia na TV Brasil (SILVA, 2021).

Somente em julho de 2023, já sob a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) iniciou um processo de reestruturação com o objetivo de restabelecer os limites entre as esferas pública e estatal da comunicação. Como parte dessa reformulação, foi criado o Canal Gov, um canal de televisão com função específica de divulgar as ações do governo federal, e a unificação entre os canais foi formalmente desfeita.

O Canal Gov tem transmissões ao vivo e cobertura do dia a dia das ações do Poder Executivo que impactam e transformam a vida do cidadão. Fonte de informações e conhecimento para ampliar o acesso às medidas implementadas e facilitar a vida dos brasileiros. Acesso direto às fontes oficiais, garantia de dinamismo e credibilidade à informação (PORTAL AGÊNCIA GOV, 2023).

Apesar de ser fundamental a separação do canal dedicado para transmitir informações de interesse público sobre políticas, atos, programas e serviços do Governo Federal, existem questões a serem resolvidas. Em setembro de 2023, a Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública divulgou uma nota pública intitulada “Oito meses de governo sem comunicação pública”. O documento publicado no site da Ouvidoria Cidadã da EBC, espaço organizado pela sociedade civil, entidades ligadas à comunicação e jornalistas, denuncia uma série de desmontes que a empresa tem enfrentado desde 2016 e as frustrações de retomada de um projeto de governo para fortalecer a comunicação pública do país:

Desfalcada em recursos, estrutura e pessoas durante o governo bolsonarista, a EBC passou por um redesenho, no qual a comunicação pública foi a principal sacrificada. Mais de duas dezenas de cargos do jornalismo público foram transferidos para o serviço governamental (Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, 2023).

Conforme a nota, a separação que se deu “às custas da parte pública”, e tem ameaçado o próprio funcionamento da dimensão pública, uma vez que vários profissionais passaram a integrar a parte do serviço governamental. Além disso, há uma insatisfação com a ausência de debate com a sociedade civil em tomadas de decisões importantes “como o fim dos quatro telejornais locais e a realização de um *pitching* para reformular as grades da TV Brasil e das rádios. Decisões de gabinete que afastam a empresa do cumprimento de sua missão pública” (Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública, 2023).

A nota também considera que a empresa só poderá ser caracterizada como pública quando “o controle público for restabelecido, com um Conselho deliberativo, representativo das regiões, diversidade étnico-racial e de gênero, bem como a inclusão de qualificações técnicas e conhecimento acadêmico mediante consulta pública” (Idem).

Com a extinção do Conselho Curador da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) pela Lei nº 13.417, de 2017 (que alterou a Lei nº 11.652/2008), foi previsto em seu lugar o Comitê Editorial e de Programação (COMEP), concebido como instância consultiva, sem poder deliberativo. Embora a lei tenha atribuído ao COMEP a função de sugerir pautas relacionadas ao papel e à importância da mídia pública no Brasil, propor mecanismos de aferição de audiência, elaborar seu regimento interno e eleger sua presidência (BRASIL, 2024, art. 2), o comitê permaneceu inativo por anos.

Somente em abril de 2024, oito anos após sua previsão legal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva regulamentou sua criação por meio do Decreto nº 12.005. No entanto, os 11 membros titulares ainda não foram oficialmente instituídos, embora seus processos de seleção, realizados por meio de listas tríplices apresentadas por entidades representativas dos respectivos segmentos, já tenham sido concluídos.

Como resposta a demandas históricas da sociedade civil por mais participação na definição das políticas de comunicação pública, a Secretaria de Comunicação Social (SECOM) criou, em dezembro de 2023, um Grupo de Trabalho (GT) com a missão de debater e propor diretrizes voltadas ao fortalecimento institucional da EBC e ao aprimoramento dos mecanismos de controle social. Esse grupo foi composto por representantes do extinto Conselho Curador, da SECOM, da EBC, e de sindicatos de jornalistas. Entre os resultados desse GT, destaca-se a criação do Comitê de Participação

Social, Diversidade e Inclusão (CPADI), por meio da Portaria-Presidência nº 461, de agosto de 2024.

O CPADI, também vinculado à presidência da EBC, deverá ser composto por 11 representantes da sociedade civil, distribuídos da seguinte forma: um representante das entidades sindicais de radialistas ou jornalistas; cinco representantes de organizações da sociedade civil com atuação comprovada em comunicação pública; e cinco de emissoras públicas integrantes da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP). A nomeação dos membros ocorreu em dezembro de 2024, conforme a Portaria-Presidência nº 634, embora, até o momento, o comitê ainda não tenha sido formalmente instituído.

Tanto o COMEP quanto o CPADI têm natureza estritamente consultiva, não dispondo de prerrogativas para impor sanções ou intervir diretamente na atuação da diretoria executiva da EBC, mesmo diante de possíveis violações aos princípios da radiodifusão pública, como interferências governamentais ou ameaças à autonomia editorial. O caráter limitado dessas instâncias tem sido alvo de críticas, inclusive do próprio GT que originou o CPADI, o qual chegou a definir o novo comitê como uma “instância do silêncio, e não do diálogo”, diante da exclusão de atribuições deliberadas pelo colegiado e que não constaram no documento oficial de criação.

Ambos os comitês devem integrar o futuro Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública, iniciativa proposta no âmbito do mesmo GT. Esse sistema, ainda em construção, deverá atuar em conjunto com a Ouvidoria da EBC, a Assessoria de Participação Social e Diversidade, cuja criação está prevista pela própria empresa, e outras instâncias de participação que venham a ser propostas por entidades parceiras da RNCP, com o objetivo de ampliar os mecanismos de controle social, diversidade e pluralismo no campo da comunicação pública.

Diante das novas esperanças e velhas frustrações, nunca é tarde demais para revisitar a história conturbada de surgimento da comunicação pública brasileira. Com um atraso de 18 anos em relação à presença do modelo comercial a TV pública surge no Brasil a partir da criação das TVs Educativas, através da regulação trazida pelo Decreto-Lei 236, de 1967, que foi autorizado durante o primeiro período da ditadura militar (1964-1985) (LEAL FILHO, 2007).

É importante situar que as TVs educativas eram vinculadas aos governos estaduais e subordinadas ao Governo Federal, a exemplo da pioneira TV Universitária de

Pernambuco (Canal 11), implantada no ano de 1968, cuja finalidade maior estava destinada “à divulgação de programas educacionais, mediante a transmissão de aulas, conferências, palestras e debates” (BRASIL, 1967).

Com contribuições efetivas para o fortalecimento da cultura regional e da Teleducação no estado de Pernambuco e no Brasil, Angeiras (2015, p. 153) registra que, além de ter cumprido a missão para a qual foi criada, a TVU-PE foi um canal para expressão cultural, mas também de ferramenta de controle social: “Desde a sua concepção conceitual ao seu desenvolvimento na prática, foram pré-definidos em comunhão ao direcionamento político dos órgãos competentes relacionados tanto à Universidade quanto à telecomunicação ou às pressões do governo vigente”.

Também é importante registrar que a influência do governo brasileiro sobre a comunicação se deu até mesmo no âmbito da mídia comercial (MATTOS, 1996). Ainda no período da Ditadura Militar do Brasil (1964-1985), concessões públicas de rádio e TV foram dadas para as emissoras que ainda hoje são líderes no mercado, conferindo-lhes “um poder de lobby e de manipulação mais do que conhecido, inaceitável segundo padrões internacionais” (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 9).

Conforme observa Lima (2011), ao longo dos anos as concessões de rádio e televisão se transformaram em “locus privilegiado onde interesses do próprio estado e interesses privados de pessoas ou grupos políticos, disfarçados de interesse público, fossem negociados, estabelecidos, reproduzidos e preservados” (LIMA, 2011, p. 81).

Já a história da radiodifusão pública no país é marcada por episódios e tentativas de se apartar da influência governamental e pode ser compreendida a partir da classificação de Leal Filho (2007) que apresenta cinco importantes momentos históricos. O primeiro deles ocorreu em 1923, com a criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que na época foi responsável por articular uma programação semelhante à da BBC de Londres, pautada na informação, cultura e educação do povo. Outro momento histórico foi a implantação da Fundação Padre Anchieta em São Paulo em 1969, gerida por um conselho de representação da sociedade civil que buscava autonomia em relação ao governo estadual.

Já em 1988, a promulgação da nova Constituição da República é apontada por Leal Filho (2007) como o terceiro momento histórico da televisão pública brasileira, pois trouxe uma importante chave para as discussões acerca da mídia pública, ao afirmar no

seu Art. 223 que o serviço de radiodifusão precisa observar a existência dos sistemas comercial, público e estatal de forma complementar, isto é, os três modelos deveriam coexistir de forma equilibrada na comunicação do país.

De acordo com o texto constitucional, “compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observando o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal”. Tal princípio abriu espaço para muitas interpretações e disputas por não definir os limites dos três sistemas. Por outro lado, Lima (2011, p.95) afirma que Arthur Távola, na época deputado constituinte, “tinha como objetivo corrigir o inquestionável desequilíbrio histórico existente entre esses sistemas, com a óbvia hegemonia do sistema privado”.

Por fim, Leal Filho (2007, p.7) apresenta o lançamento pelo Ministério da Cultura do 1º Fórum Nacional de TVs Públicas, em 2006, como o quinto momento histórico do surgimento da televisão pública do país: “Pela primeira vez busca-se reunir todas as experiências concretas de produção e veiculação de televisão não-comercial, realizar um diagnóstico do setor e apontar caminhos para a sua consolidação”.

Conforme argumenta Stevanim (2017), isso se deu a partir das exigências das entidades de representação da sociedade civil, envolvidas em prol da democratização da comunicação, tais como o Fórum Nacional para o Direito à Comunicação (FNDC) e o Coletivo Intervezes, que “encontraram interlocução em um espaço específico do governo federal, por meio do Ministério da Cultura, tendo o ministro Gilberto Gil à frente” (STEVANIM, 2017, p.93), e buscaram trazer notoriedade ao assunto, ainda que atendidos somente no segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Foi a partir da incorporação do aparelho da antiga estatal Radiobrás com outras emissoras de TVs educativas, universitárias e legislativas já existentes que a televisão pública nacional foi implementada: “Com a TV Brasil se inaugurava no Brasil a oferta de televisão efetivamente pública, e não de exploração privada ou estatal, como as demais emissoras até então em funcionamento” (COUTINHO, 2013b, p.28).

Por outro lado, a incorporação das antigas estruturas de comunicação geridas pelo Estado pode ter contribuído para a incompreensão acerca do seu papel social junto ao cidadão, pois não houve um esclarecimento para a sociedade “sobre a proposta

governamental, o papel de uma TV pública e como tem se processado a experiência internacional” (BOLAÑO; BRITTOS, 2008, p. 2).

Atualmente, segundo informações obtidas para essa pesquisa através do portal Fala.gov, a TV Brasil atua por meio de suas filiais e afiliadas da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), sendo a geradora de conteúdo nacional. Além disso, a ‘TV Brasil – RNCP’ pode ser acompanhada por todo o Brasil, por meio da recepção digital de satélite, Operadoras de Serviço de Acesso Condicionado (SeAC) e por mais de 2.670 municípios, com cobertura estimada de 57% da população, na TV Aberta. A média de audiência da TV Brasil (Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo) de julho a setembro/2023 foi de 0,21, sendo: Julho: 0,22; Agosto: 0,22; Setembro: 0,18.

No contexto brasileiro, a televisão pública também está submetida à proibição da veiculação de publicidade comercial tradicional, sendo seu financiamento garantido, majoritariamente, por recursos públicos. Entre as fontes previstas, destacam-se as dotações orçamentárias da União, a remuneração por serviços prestados, doações, receitas provenientes de publicidade legal do governo, apoios culturais, publicidade institucional e outras fontes próprias, conforme estabelecido pela legislação vigente.

Também foi instituída a Contribuição para o Fomento da Comunicação Pública (CFCP), um mecanismo de financiamento criado para fortalecer a sustentabilidade econômica da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Tal contribuição seria arrecadada a partir de 5% do montante destinado ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), proveniente das empresas de telecomunicações. No entanto, apesar de sua previsão legal, os repasses da CFCP nunca chegaram a ser efetivamente realizados, o que evidencia a fragilidade dos instrumentos de financiamento da comunicação pública no país e a persistente dependência de recursos estatais tradicionais.

2.4.2. A Rádio e Televisão de Portugal (RTP) e os problemas de autonomia jornalística

A criação da televisão pública portuguesa é envolta de desconfianças sobre o verdadeiro atendimento ao interesse do cidadão até os dias de hoje. Em 1956, período em que foi criada a Radiotelevisão Portuguesa, SARL (RTP) pelo projeto de Dec-Lei de 1955, os autores intitulam a RTP como estatal por ter sido “criada e consolidada sob pressupostos de apertado controlo e sem interesse visível pela opinião do público” (SOUSA; SANTOS, 2003, p. 6).

Ainda assim, os pesquisadores reconhecem que a programação pioneira, com destaque para ficção internacional, a telescola e o teleteatro nacional serviu para aproximar a audiência e interligar o tecido social português, além de contribuir “decisivamente para aquilo que é entendido como o processo ‘silencioso’ de mudança social que ajudou, em última análise, a criar as condições para o sucesso do 25 de Abril” (SOUSA; SANTOS, 2003, p. 3), isto é, a Revolução dos Cravos que pôs fim a ditadura de Salazar.

Apesar da chegada da televisão em Portugal ter desempenhado um papel muito próximo do poder político, dadas as circunstâncias do propósito de continuidade de um país fechado e tradicional na ditadura, foi através dela que a informação do dia 25 de Abril de 1974 chegou aos lares dos portugueses mostrando os rostos de alguns dos protagonistas da mudança política que daria curso a uma nova era no país: a implantação de um regime democrático.

Sendo assim, em Portugal, a televisão pública era o único modelo previsto na Constituição da República Portuguesa de 1976, sendo 13 anos mais tarde aberta à entrada de operadores privados na atividade televisiva, a partir da retirada das limitações que impediam a existência de operadores privados na televisão, na revisão constitucional de 1989. Com essa medida, Sousa e Santos (2003, p.10) observam que foram negligenciadas “fontes alternativas de financiamento dos canais, clarificação das regras de concorrência, limites e obrigações ao nível da informação e programação de canais públicos e privados, entre muitas outras questões”.

Os impactos da abertura para os canais privados (Sociedade Independente de Comunicação (SIC) e Televisão Independente (TVI), canal de inspiração cristã associado à Igreja Católica) trouxe sérios impactos para a RTP, que precisou competir com o mesmo bolo publicitário das TVs privadas.

Tendo sido também abolida a taxa de televisão e vendida à Portugal Telecom a sua rede de transmissores, a RTP sofreu uma drástica redução das suas receitas e um aumento das despesas, relacionado não só com o pagamento da transmissão de sinal, mas também com a necessidade de competir pelos mesmos produtos audiovisuais e recursos humanos. A disputa por programas, formatos e estrelas inflacionou o seu custo (SOUSA, SANTOS, 2003, p. 10).

Além disso, um outro problema ganhava corpo e reforço na percepção pública: a ausência de autonomia da RTP em relação ao governo e a suspeita de falta de

credibilidade diante do cidadão. “Tal como no passado, a RTP continuou a ser vista como uma estação dependente dos interesses dos governos do dia e incapaz de garantir um tratamento equilibrado dos diversos actores políticos” (SOUSA; SANTOS, 2003, p.11).

No que diz respeito à regulamentação do serviço público de comunicação, a RTP possui quatro órgãos sociais da sociedade e separa a administração executiva e as funções de fiscalização. São eles: Conselho Geral Independente, a Assembleia-Geral, o Conselho de Administração, e o Conselho Fiscal. Além desses, existe o Conselho de Opinião, composto maioritariamente por membros indicados por associações e outras entidades representativas dos diferentes setores da opinião pública, conforme previsto nos Estatutos da RTP.

O Conselho Geral Independente (CGI) é o órgão de supervisão e fiscalização interna do cumprimento das obrigações de serviço público. Ele é formado por um presidente e cinco vogais que são “escolhidos entre personalidades de reconhecido mérito, assegurando uma adequada representação geográfica, cultural e de género, com experiência profissional relevante e indiscutível credibilidade e idoneidade pessoal” (Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, S. A, 2014, p.5). Este conselho tem a competência de escolher e indigitar o Conselho de Administração, aprovar o projeto estratégico e definir as linhas orientadoras para a empresa.

Dessa forma, a nomeação dos membros do CGI segue critérios legais definidos no Estatuto do Serviço Público de Rádio e Televisão, especificamente aprovados pela Lei nº 39/2014 de 9 de julho. Os membros são designados por diferentes entidades com o objetivo de garantir a independência do órgão em relação ao poder político e a outros interesses externos (Regulamento Interno CGI, 2015).

Já a Assembleia Geral delibera sobre o funcionamento da emissora é formada por acionistas com direito a voto, sendo que cada 1.000 ações corresponde a um voto. Apesar dos membros dos demais órgãos sociais da RTP dever estar presentes nas reuniões da Assembleia Geral e poder participar nos seus trabalhos, não têm direito a voto.

Com poder deliberativo, entre as principais funções está a eleição ou destituição da própria mesa da assembleia, alterar o estatuto da empresa, além de “investir e destituir, sob proposta do conselho geral independente, os membros do conselho de administração e eleger e destituir os membros do conselho fiscal e o revisor oficial de contas, este último por proposta do conselho fiscal” (Estatutos da Rádio e Televisão de Portugal, 2014, p.7).

Por sua vez, o Conselho de Administração é responsável por nomear ou destituir profissionais responsáveis pela grade de programação e pelo conteúdo, sendo formado por cinco membros eleitos pela assembleia geral, e um fiscal único (responsável pela administração contábil), também eleito em assembleia geral.

A participação da sociedade se dá através de um Conselho de Opinião que é formado por 30 membros eleitos ou indicados. Nele, há representação do governo, de associações sindicais, religiosas, juventude, mulheres, associações em defesa da família, autores portugueses, consumidores, pessoas com deficiência ou incapacidade e outros.

Compete ao conselho de opinião: apreciar os planos de atividades e orçamento, bem como os planos plurianuais; verificar os relatórios e contas; acompanhar a atividade do grupo, assim como pronunciar-se sobre o cumprimento da legislação de serviço público, e sentido detém o poder de convocar sempre que julgar necessário os responsáveis pela programação (VALENTE, 2009, p.220).

Além disso, cabe ao conselho de opinião “indigitar para o conselho geral independente duas personalidades que, não sendo membros do conselho de opinião, nem o tendo sido no mandato anterior, tenham reconhecido mérito e qualificações para o exercício das funções próprias daquele conselho geral” (Estatuto da Rádio e Televisão de Portugal, 2014, p.12).

A RTP também conta com uma ouvidoria (provedora do ouvinte e do telespectador), que além de contribuir para uma cultura de autocritica do trabalho desenvolvido pela corporação, também tem a missão de representar e defender as perspectivas do público sobre a programação da rádio e da televisão.

No que diz respeito ao financiamento, a Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro, permite que a RTP adote um modelo de financiamento misto, desde que isso não comprometa a missão de serviço público de rádio e televisão. Assim, além da taxa conhecida como Contribuição para o Audiovisual, cobrada de todos os consumidores de eletricidade em Portugal, por meio da fatura de luz, a RTP também obtém receitas comerciais provenientes de publicidade, venda de conteúdos, serviços audiovisuais, coproduções, entre outras fontes.

No Parecer ao Relatório das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico, divulgado em 2022, o Conselho de Opinião identificou que a RTP não melhorou a prestação do serviço público de rádio e televisão: “Apesar da informação ocupar uma parte significativa dos conteúdos, incluindo em comparação com outros

operadores, esta constitui uma das áreas mais frágeis da RTP em termos de impacto público, quantificável pelo fraco desempenho nas audiências” (Conselho de Opinião da RTP, 2022, p. 11).

Tal observação coaduna com o estudo de Ascensão (2019), que identificou no principal noticiário público do país, o Telejornal da RTP, o espaço discursivo desalinhado à participação da sociedade civil, devido à forte presença de: “(...) declarações oriundas de instituições e entidades oficiais, que são chamadas a falar e a ter voz no espaço público sobre assuntos que, grande parte das vezes, não dizem respeito à sociedade civil” (ASCENSÃO, 2019, p. 90).

Um problema também apontado por Sousa e Santos (2003) é a ausência de uma programação em função do interesse público, isto é, direcionada ao seu propósito de fortalecer a consciência crítica do cidadão: “A informação, antes e depois da abertura da televisão à iniciativa privada, manteve-se na RTP muito próxima dos interesses governamentais” (SOUSA; SANTOS, 2003, p.12). As autoras argumentam que, nesse contexto, o serviço prestado aos cidadãos não figurava como prioridade para os gestores da empresa nem para aqueles responsáveis por suas nomeações, embora em algumas ocasiões a RTP tenha, de fato, atendido ao público.

Sendo assim, ainda na última década, a RTP continuou apontada como vulnerável ao aparelhamento de Estado, conforme observam Miguel, Biroli e Salgado (2016, p.57): “é possível encontrar casos de ingerência, ou de tentativa de ingerência, na televisão pública, mas também nos canais privados, que surgiram em Portugal a partir de 1992”.

Entre as várias questões que podem estar relacionadas à problemática da independência da RTP, destaca-se o modelo de nomeação da gestão, que historicamente foi visto como um fator que comprometia a autonomia editorial em relação ao governo. Essa forma de nomeação, frequentemente indicada pelo primeiro-ministro, levantava discussões sobre a efetividade dessa independência, um tema presente em diferentes contextos internacionais. Em Portugal, Lopes e Sousa (2006) destacam esse problema, que também é visível no contexto da comunicação pública brasileira.

Dessa forma, na RTP, a estreita relação entre o Conselho de Administração (gestão executiva da RTP), anteriormente nomeado pelo primeiro-ministro, e a Direção de Informação e de Programas, gerava suspeitas quanto à autonomia da TV pública. Essa relação próxima se refletia nas acusações de ingerência política: “Durante o segundo

semestre de 2006, a RTP esteve permanentemente sob suspeita de ingerência política. Críticos de televisão, políticos dos partidos de oposição e académicos acusaram o serviço público de televisão de ceder a pressões do Governo” (LOPES, SOUSA, 2006, p. 113).

As autoras explicam que tais desconfianças em relação à autonomia da RTP e de sua consecutiva programação partiram de confrontos “por parte dos partidos da oposição que acusavam o operador público de ser alvo de manipulação política por parte do Partido Socialista” (LOPES, SOUSA, 2006, p. 114). Apesar de não ter havido provas das supostas ingerências políticas na RTP, uma série de demissões em massa ainda em 2006 suscitaram desconfiança face a posição vulnerável diante do poder político: “Em setembro, as chefias do Porto demitiram-se em bloco. Carlos Daniel, o demissionário subdirector da RTP, limitou-se a afirmar que ‘as razões são do conhecimento da administração e da direcção de informação’” (LOPES, SOUSA, 2006, p. 116).

Uma outra queixa apontada diz respeito a forte presença de representantes do governo nos programas informativos semanais, o que segundo as autoras, “não contribui para se criar uma ideia de independência da RTP face ao poder político; nem permite estender a agenda informativa a outros campos e actores sociais, algo que seria desejável para uma televisão que se diz “de todos” (LOPES, SOUSA, 2006, p. 117). Além do mais, a redução de debates e a excessiva concentração em discussões de assuntos políticos tem contribuído para que a percepção social sobre o serviço público de televisão esteja atrelado ao campo político do país.

No entanto, com a implementação do Conselho Geral Independente (CGI), formalizada através do Decreto-Lei n.º 39/2014, de 18 de março, houve a alteração do regime jurídico da RTP, motivada por uma necessidade crescente de garantir a autonomia e a credibilidade da comunicação pública em Portugal. A composição deste órgão, que é independente da nomeação direta do governo, buscou assegurar uma supervisão mais distante da interferência política, promovendo maior autonomia na gestão da programação e da linha editorial.

Essa mudança também se deu sob influência das recomendações de organismos internacionais como o Conselho da Europa, que defende a existência de órgãos de supervisão independentes nos serviços públicos de media, resultando na decisão do governo português optar por reformular o modelo de governança da RTP. A proposta, apresentada pelo então Ministro Miguel Poiares Maduro durante o governo de Pedro

Passos Coelho, visava criar uma estrutura de nomeação blindada à interferência política, assegurando que as decisões estratégicas da RTP passassem a ser supervisionadas por um órgão composto por membros independentes, com critérios técnicos e de mérito:

O objetivo da criação deste novo Conselho Geral Independente é diminuir o risco de governamentalização da RTP, e a perceção desta governamentalização, que é prejudicial à empresa em vários planos. Simplificando, o Conselho Geral Independente assume os poderes da tutela governamental. Tudo o que estava na minha tutela passa a ser exercido por este Conselho independente (PORTUGAL, 2014).

Dessa forma, o CGI passou a representar uma tentativa de reposicionar a RTP como um verdadeiro serviço público de comunicação, distante de pressões partidárias e mais próximo dos princípios da transparência e da responsabilidade institucional, e suscitar boas expectativas relativamente ao futuro, segundo Cádima, Martins e Silva (2016, p.110):

Em relação ao *Public Service Media* (PSM), a sua independência foi reforçada com a criação de CGI - Conselho Geral Independente em 2014, sendo que este é responsável pela supervisão da missão do serviço público de radiodifusão e garante a independência da gestão do PSM relativamente ao governo e / ou a um único grupo ou partido político. Não há nenhuma evidência de conflitos em matéria de nomeações e demissões de dirigentes e membros do conselho de gestão do PSM.

Em concordância a tal situação, o ex-administrador da RTP, Nuno Artur Silva, que foi responsável pelos conteúdos entre 2014 e 2018, afirmou que desde a criação do CGI "não há interferência do poder político" na empresa pública. Ele ressaltou que, durante seu período, não ocorreram reuniões com ministros da tutela para discutir conteúdos, algo que acontecia anteriormente, evidenciando que o modelo do CGI funciona e torna mais difícil a interferência política na linha editorial da RTP:

É muito diferente a pessoa reunir com um administrador que dá uma ordem para tirar, e uma pessoa reunir com um ministro que não tem hipótese de com a sua ordem fazer o que quer que seja. É muito mais difícil neste momento interferir na linha editorial da RTP do que se calhar fazer pressão num órgão privado, que está muito mais frágil do que a RTP (Jornal Económico, 2019).

É importante situar que a RTP oferece sua programação de forma segmentada ao público a partir de diferentes canais de serviços de programas. São eles: a RTP1 – canal generalista e de amplo alcance nacional; RTP 2 – que possui forte componente cultural e formativa; a RTP- Açores e a RTP Madeira – destinada às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira; a RTP Internacional e RTP África – que assegura a ligação às

comunidades portuguesas e a cooperação com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e a RTP Memória, voltada à programação do serviço de programas histórico e documental.

Diante dessa ampla e diversa natureza de canais, existe uma série de documentos normativos para guiar a programação da televisão pública portuguesa. Entre eles está o “Guia Ético e Editorial da RTP”, que prevê independência perante interesses de natureza política, apresenta regras gerais sobre publicidade, patrocínio e outros, e também aponta seus princípios de atuação: a) independência, b) pluralismo, c) rigor e isenção, d) proteção dos públicos, integração social e coesão.

Tais princípios prescritos no documento são considerados como fundamentais para a promoção da confiança do público na RTP. Isso a partir da “preservação da integridade editorial e a efetiva liberdade das suas escolhas perante interesses externos, sejam políticos ou comerciais (GUIA ÉTICO E EDITORIAL DA RTP, p. 14). Em outras palavras, a independência é considerada componente singular para assegurar a credibilidade do público. Nesse sentido, existe uma regra clara sobre a publicidade que é permitida na televisão pública: ela deve distinguir-se facilmente dos conteúdos editoriais.

O canal que veicula o Telejornal, programa investigado no presente trabalho, é o RTP1, generalista de âmbito nacional que tem como dever a promoção da cidadania para esclarecer “os telespectadores dos seus direitos e deveres de participação na vida pública, incentivando-os ao seu exercício e cumprimento, designadamente nas áreas política, educativa, cívica, ambiental e associativa” (GUIA ÉTICO E EDITORIAL DA RTP, p. 6).

Especificamente, orienta-se que o jornalismo seja de excelência e de referência para a formação cívica. Para isso, devem ser garantidos pelos jornalistas “os princípios, valores e práticas de independência, de isenção, de rigor, de contextualização e de aprofundamento, de credibilidade e de pluralismo da informação” (GUIA ÉTICO E EDITORIAL DA RTP, p. 18). O acesso ao espaço público dos agrupamentos políticos e sociais, em especial os mais significativos, são colocados para contribuir para uma participação verdadeiramente informada dos cidadãos na vida comunitária.

É importante observar que o direito dos jornalistas à independência é previsto nos números 1 a 3 do artigo 12.º do Estatuto do Jornalista, considerando inclusive que suas opiniões devem ser expressas, caso considere pertinente. Elencamos pelos quatro motivos

presentes no documento que autorizam a capacidade interpretativa do jornalista da televisão pública portuguesa, assim como o respeito às instruções normativas do seu profissionalismo.

Quadro 3 – Autorização normativa da capacidade interpretativa dos jornalistas da RTP

1) Jornalistas não podem ser constrangidos a exprimir ou subscrever opiniões nem a abster-se de o fazer, ou a desempenhar tarefas profissionais contrárias à sua consciência;
2) Não podem ser alvo de medida disciplinar em virtude de tais factos;
3) Podem recusar quaisquer instruções com incidência editorial emanadas de pessoa que não exerça cargo de direção ou chefia na área da informação;
4) Têm o direito de se opor à publicação ou divulgação dos seus trabalhos em órgão de comunicação social diverso daquele em cuja redação exercem funções, mesmo que detido pela empresa ou grupo económico a que se encontrem contratualmente vinculados, desde que invoquem, de forma fundamentada, desacordo com a respetiva orientação editorial.

Fonte: elaborado pela autora a partir do Guia ético e editorial da RTP (p.19)

Ainda sobre a independência editorial, o parágrafo nº 6 do artigo 38º da Constituição Portuguesa orienta que os meios de comunicação social do setor público “devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”. Diante disso, considera-se que o contraditório e a diversidade de vozes é fundamental desde que a isenção governamental e dos poderes públicos seja uma realidade, o que remete ao pluralismo. Já assegurar a isenção é considerada como uma forma de garantir o compromisso com o público.

3. A INTENCIONALIDADE DO JORNALISMO DA TV PÚBLICA

O telejornalismo, em si, ocupa papel norteador na vida do cidadão, apesar da inquestionável ascensão da internet e das novas relações e interações que proporcionou ao jornalismo de telas. Uma das provas da confiança do público no telejornalismo pôde ser sentida durante a cobertura midiática da pandemia de COVID-19, que vitimou milhões de pessoas e impôs uma série de medidas restritivas no mundo inteiro.

O ininterrupto contágio da COVID-19, a necessidade de isolamento social e as milhões de vítimas fatais foram alguns dos motivos pelos quais a população buscou no

telejornalismo informações com aprofundamento para compreender o turbilhão de acontecimentos inesperados que assolava o planeta. No Brasil, ainda em março de 2020, o Datafolha⁹ divulgou um levantamento mostrando que 61% das pessoas confiaram nas informações sobre a Pandemia veiculadas por emissoras de TV, 56% nas dos jornais e 50% nas das emissoras de rádio. O índice de confiança em redes sociais como WhatsApp e Facebook foi de apenas 12%.

Já um levantamento internacional realizado pelo Instituto Reuters revelou que, no contexto brasileiro, a confiança do público na mídia foi de 54%, um resultado acima da média mundial. Além disso, o Brasil se destacou pelo elevado nível de preocupação da população com a disseminação de informações falsas, com 82% dos participantes do estudo relatando inquietação em relação à desinformação¹⁰.

Em Portugal, a RTP foi apontada como o meio de comunicação mais confiável pelos portugueses. Num contexto marcado pela pandemia e pelo aumento da procura por informação, o relatório anual da Reuters, em parceria com a Universidade de Oxford, indica que mais de 80% dos inquiridos consideraram a televisão pública uma fonte fidedigna de notícias¹¹.

Esses dados indicam que, apesar da crescente digitalização, a televisão manteve-se como uma fonte confiável e amplamente consumida de informações durante a pandemia, o que reforça o lugar de referência (VIZEU, CORREIA, 2008) que o telejornalismo ocupa na vida das pessoas, assim como a sua função pública ao alcançar cidadãos e cidadãs muitas vezes negligenciadas/os pela ausência da garantia de direitos básicos (COUTINHO, MATA, 2010).

No Brasil, apesar de ainda não existir uma definição consensual que caracterize o jornalismo da TV pública, as reflexões costumam considerar que sua função social, diferentemente da mídia comercial, deve possibilitar a pluralidade de opiniões sobre

⁹ TVs e jornais lideram confiança do público sobre coronavírus, diz Datafolha. Disponível em < <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/03/24/tvs-e-jornais-lideram-confianca-do-publico-sobre-coronavirus-diz-datafolha.ghtml>>. Acesso em 25 de março de 2025.

¹⁰ Pandemia fortaleceu a confiança na mídia, indica estudo; no Brasil, índice é de 54%. Disponível em https://oglobo.globo.com/mundo/pandemia-fortaleceu-confianca-na-midia-indica-estudo-no-brasil-indice-de-54-25073380?utm_source=chatgpt.com. Acesso em 25 de março de 2025.

¹¹ Estudo Reuters/Oxford. Mais de 80% dos portugueses consideram a RTP uma marca de confiança. Disponível em https://www.rtp.pt/noticias/economia/estudo-reutersoxford-mais-de-80-dos-portugueses-consideram-a-rtp-uma-marca-de-confianca_v1329839. Acesso em 25 de março de 2025.

quaisquer assuntos e o fortalecimento da participação das camadas sociais desprivilegiadas (LEAL FILHO, 2007; ROTHBERG, 2011; COUTINHOa, 2013).

Já numa conceituação mais geral, as origens do jornalismo público, também definido como jornalismo cívico ou de proximidade, firmou-se em pretensões bem situadas: estabelecer um vínculo mais forte com os cidadãos (COLEMAN, 2003; LATTMAN-WELTMAN, 2007). Com seu surgimento impulsionado no final da década de 1980 nos Estados Unidos, viu-se a necessidade de aprimorar a participação dos cidadãos na vida pública a partir de um jornalismo norteado pela diversificação das fontes e problemáticas: “(...) a ideia de uma agenda do cidadão seria quase uma revolução copernicana, implicando uma deslocação do ponto de vista da notícia enquanto produto e enquanto consumível para uma visão centrada no cidadão” (CORREIA, 2005, p. 138).

Neste capítulo, buscaremos situar adiante o papel sociopolítico do jornalismo da televisão pública, tendo em conta as potencialidades e possíveis ameaças dessa prática no âmbito do sistema público de comunicação que como vimos no capítulo anterior, comumente é gerido pelo Estado. Partiremos da desmistificação da noção de objetividade jornalística, buscando situar também suas pretensões e raízes epistemológicas, e consecutivamente, apresentar os embates travados no processo de construção da notícia, especificamente, do noticiário público, assim como os conflitos existentes na consecução de seus objetivos públicos e que limitam a autonomia jornalística.

3.1. A notícia na TV pública e sua relação com os paradigmas científicos positivista e construtivista

Fundamentada na filosofia da consciência do sujeito transcendental (mentalismo) sobre um conhecimento obtido de forma metafísica, isto é, fora da sociedade e independente da capacidade interpretativa do jornalista, a compreensão sobre o jornalismo, e não só da TV pública, tem apresentado um alinhamento com a concepção de verdade defendida pelo paradigma tradicional positivista, que toma a objetividade enquanto critério regulador da profissão.

Muitos teóricos insistem na persistência do conceito de objetividade como se a validação dos significados e conhecimentos pudesse ser definida pela própria correspondência com a realidade, sem admitir que

a própria noção da realidade chega até as pessoas através da linguagem, como relatos do mundo, ou seja, ‘já impregnada de linguagem’ (HABERMAS, 2012, p. 14).

Conforme a observação de Rocha e Gradim (2020, p. 99), o que há de problemático nas abordagens que consideram a objetividade jornalística como aspecto fundamental para a profissão é a ausência do reconhecimento de que os fatos são construções humanas e, portanto, não produzem “o conhecimento perfeito, completo e acabado, sem ser passível de revisão”.

Na verdade, de acordo com Silva e Rocha (2021, p. 4), numa abordagem específica sobre a ideologia do profissionalismo jornalístico no noticiário público, é possível reconhecer que existe uma:

incompetência teórica-epistemológica da noção de objetividade enquanto critério metafísico para validação dos significados construídos pelo profissionalismo do jornalismo da televisão pública, que deve ter como referência somente aquilo que pode ser reconhecido como válido intersubjetivamente pelo consenso pragmático do público como comunidade de comunicação.

Além disso, observa-se que na ideologia epistêmica positivista da objetividade não há construção de conhecimento sobre o mundo social sem que sejam feitos uma avaliação e julgamento pelo próprio sujeito, quando na verdade “o jornalismo é um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis – portanto, fazeres combinados com intenções” (CHAPARRO, 1994, p. 22), não podendo dessa maneira ser imparcial ou neutro perante a realidade social, especialmente quando intenções particulares ameaçam o interesse coletivo, como frequentemente acontece na mídia comercial.

Essa questão, apesar de fecundar discussões há anos no estado da arte sobre o campo jornalístico, resulta de uma das noções de correntes científicas, que durante décadas esteve engessada na criação de dogmas e crenças pelo positivismo, colocando “os pesquisadores em outra dimensão, afastando-os do corpo social e do seu próprio corpo e, portanto, da realidade” (ROSÁRIO, 2016, p. 180).

Isso porque a crença na separação entre sujeito e objeto, impeliu até mesmo as pesquisas no campo das ciências humanas a perseguir uma suposta imparcialidade na investigação científica a fim de obter validação sobre a verdade do conhecimento. Por outro lado, é importante situar que “quando se trata de ciências sociais e humanas, esse

pretendido distanciamento não se realiza conforme a proposta positivista. Há uma produção de conhecimento diferente, que se constitui em múltiplas afetações e que coloca sujeito e objeto em contato” (ROSÁRIO, 2016, p. 182). Além disso, numa abordagem sobre a avaloratividade científica, o filósofo Karl Popper argumentava que:

(...) é, praticamente impossível, conseguir a eliminação dos valores extra-científicos da atividade científica. A situação é semelhante com respeito à objetividade; não podemos roubar o partidatismo de um cientista sem também roubá-lo de sua humanidade, e não podemos suprimir ou destruir seus juízos de valores sem destruí-lo como ser humano e como cientista (POPPER, 2004, p. 25).

Sobre esse limbo que persegue a sociologia do conhecimento a anos, a posição do teórico é clara: “a pureza da ciência pura é um ideal presumidamente inalcançável (...) (POPPER, 2004, p. 25). Além disso, Popper explica que a objetividade na ciência tem sido utilizada para uniformizar o conhecimento:

A objetividade pode, somente, ser explicada em termos de ideias sociais como a competição (ao mesmo tempo, de cientistas individuais e de várias escolas); tradição (principalmente a tradição crítica); a instituição social (por exemplo, a publicação em vários jornais concorrentes; discussão em congressos); o poder do Estado (sua tolerância com o debate livre) (POPPER, 2004, p. 23).

Sem distinguir o cientista natural do cientista social, o estudioso explica que o partidatismo integra o processo de conhecimento, sendo impossível eliminar interesses extra científicos e até mesmo impedir sua influência no decorrer da pesquisa científica:

É um erro admitir que a objetividade de uma ciência dependa da objetividade do cientista. E é um erro acreditar que a atitude do cientista natural é mais objetiva do que a do cientista social. O cientista social é tão partidário quanto as outras pessoas, e a não ser que pertença aos poucos, que estão, constantemente, produzindo novas ideias, ele está, infelizmente, muito inclinado, em geral, a favorecer suas ideias preferidas de um modo parcial e unilateral (POPPER, 2004, p. 22).

Popper sugere que a incansável busca pela impossível eliminação dos interesses na pesquisa científica poderia ser substituída pela identificação dos reais propósitos que a suposta isenção de valores tenta camuflar:

O que é possível e o que é importante e o que empresta à ciência o seu caráter especial não é a eliminação dos interesses extra-científicos, porém, mais propriamente, a diferenciação entre os interesses que não pertencem à pesquisa para a verdade e para o puro interesse científico na verdade (POPPER, 2004, p. 24).

Sendo assim, além de inalcançável na prática, para Popper, é paradoxal exigir a isenção de valores do cientista:

Nossos motivos e até nossos ideais puramente científicos, inclusive o ideal de uma desinteressada busca da verdade, estão profundamente enraizados em valorações extra-científicas e, em parte, religiosas. Portanto, o cientista “objetivo” ou “isento de valores” é, dificilmente, o cientista ideal. Sem paixão não se consegue nada – certamente não em ciência pura (...) (POPPER, 2004, p. 25).

A reflexão de Piaget e Garcia (2011, p. 334) sobre ideologia social e ideologia epistêmica também aponta contribuições para desmascarar a pretensa avaloratividade científica e neutralidade axiológica do positivismo ao considerarem que “não existe percepção ou experiência ‘pura’”.

A “leitura” da experiência supõe uma aplicação de instrumentos cognitivos – que a tornam leitura – assim como uma atribuição de relações entre objetos – que fornecem o encadeamento causal entre os acontecimentos. O intermediário entre os objetos e os acontecimentos, por um lado, e os instrumentos cognitivos, por outro, é de fato (...) a ação (PIAGET; GARCIA, 2011, p. 334).

Segundo os autores, em oposição ao paradigma social, que se caracteriza pelo estímulo e exigências externas impostas pela sociedade, o paradigma epistêmico “é uma concepção que se tornou parte integrante do conhecimento aceito e que com ele se transmite tão naturalmente quanto se transmite a linguagem falada ou escrita de uma geração a outra” (PIAGET; GARCIA, 2011, p. 340). Dessa forma, em cada momento histórico predomina-se um determinado quadro epistêmico que dificulta as contribuições do componente social.

Assim constituído, o quadro epistêmico começa a atuar como uma ideologia que condiciona o desenvolvimento posterior da ciência. Essa ideologia funciona como um obstáculo epistemológico que não permite qualquer desenvolvimento fora do quadro conceitual aceito (PIAGET; GARCIA, 2011, p. 334-335).

É nesse sentido que a reflexão dos autores sobre ideologia social e ideologia epistêmica fortalece a discussão a respeito da camisa de força imposta pela objetividade jornalística para desautorizar a autoria do jornalista e sua capacidade interpretativa no processo de construção da notícia. Essa crítica epistemológica atinge diretamente a concepção positivista que sustenta a pretensa neutralidade do jornalismo, especialmente

quando este se ancora na objetividade como valor supostamente universal. Ao se apresentar como isento e desprovido de valores, o jornalismo reproduz uma ideologia epistêmica que, segundo Piaget e Garcia (2011), contribui para dificultar o reconhecimento das dimensões sociais, históricas e políticas envolvidas na produção do conhecimento, no caso, da informação jornalística.

Por outro lado, a noção de verdade defendida pela pragmática linguística exclui um conhecimento definitivo a partir de uma realidade validada por si mesma e:

Critica uma verdade definida apenas em termos realistas, ou seja, enquanto correspondência entre proposições e o real descrito por essas proposições, e problematiza a possibilidade de verdades absolutas, conhecidas independentemente de um contexto e estabelecidas de modo conclusivo (MARCONDES, 2000, p. 41).

Também é importante situar que, segundo a concepção norte-americana do pragmatismo ou filosofia pragmática da comunicação, que teve ascensão no século XX, embora tenha surgido no final do século XIX e que foi marginalizada a partir da década de 30 do século XX pelo funcionalismo estrutural, a contextualização das proposições (intenções) em sua relação com a realidade do investigador precisa ser considerada para formação do conhecimento:

Não podemos estabelecer se um conjunto de proposições é verdadeiro ou falso de modo conclusivo por comparação com uma realidade independente dessas proposições, ou da linguagem em que são formuladas, isto é, uma realidade em si mesma, mas sim os resultados e consequências do que essas proposições afirmam sobre a realidade, a saber, suas pretensões a conhecimento (MARCONDES, 2000, p. 41).

O surgimento da representação do jornalismo objetivo tem base no final do século XIX nos Estados Unidos, quando o positivismo filosófico inunda as correntes de pensamentos e camufla a evidente intencionalidade no processo de construção da notícia. Nesse contexto, Barros Filho (2003) discute o que direciona o enquadramento do repórter e o que deveria conduzi-lo, já partindo do ponto de que a objetividade enquanto distinção entre fato e juízo de valor (opinião) não se sustenta:

Essa nova metodologia científica fez crer que todos os repentes advindos da liberdade criativa do homem fossem sem fundamento e irracionais. Surge, assim, como o positivismo, a distinção entre fato e juízo de valor, entre o real e valoração humana do real e entre o acontecimento a ser estudado e a opinião (BARROS FILHO, 2003, p.22).

Assim, a anulação de parte da reponsabilidade do jornalista se torna uma das consequências da consolidação do “jornalismo objetivo”, que tem causas que vão além dos ditames positivistas: “é consequência não só de interesses econômicos ligados à eficácia, à rentabilidade, ao menor esforço e ao menor risco, mas sobretudo por uma estratégia de legitimação de um tipo de produto dentro de um campo jornalístico em formação” (BARROS FILHO, 2003, p.22-23).

Ainda em concordância à observação do autor sobre o conjunto de regras que molduram a objetividade jornalística, o texto menciona três características presentes na deontologia e que são apontadas pelo teórico Denis Mcquail. São elas:

(...) a clara **separação entre fatos e opiniões, interpretações ou comentários**, mencionando as referências, nomeando as fontes e evitando abstrações e ambiguidades; **correspondência entre ambiguidade e realidade (accuracy)**, especialmente em questões de fato ou quantidade (números, lugares, nomes, atribuições, horários etc.); o **número mínimo de informações relevantes** para que a mensagem seja compreensível (completeness) (BARROS FILHO, 2003, p.40, grifo nosso).

É no bojo destas discussões que o paradigma científico construtivista ganha notoriedade para as investigações que buscam compreender o tipo de conhecimento produzido pelo campo jornalístico, assim como questionar quais noções de verdade são articuladas sempre intencionalmente no seu espaço discursivo. Esse posicionamento científico 1) admite a provisoriade da noção de verdade, assim como 2) a sua sujeição à revisão, isso através dos pressupostos da teoria consensual da verdade que prevê:

(...) a definição do significado através de um processo de negociação intersubjetivo pelos participantes da comunidade de comunicação, cujo consenso estabelece, sempre de modo provisório e sujeito à revisão, a noção da verdade e realidade das coisas e estados de coisas do mundo objetivo, mas também do que deva ser reconhecido como legítimo, correto e justo nas relações interpessoais do mundo social (ROCHA, GRADIM, 2020, p. 99).

Assim, as contribuições dos estudos que compreendem a construção social da notícia (ALSINA, 2009; CHAPARRO, 1994; SCHUDSON, 2010; CORREIA, 2005; HACKETT, 2016), ancorados no paradigma científico construtivista, se caracterizam pela postura crítica com respeito ao conhecimento concebido como possuindo um significado dado pela própria realidade do “fato”. Além disso, admite que “nossas maneiras atuais de compreender o mundo são determinadas, não pela natureza do mundo em si mesmo, mas pelos processos sociais” (GILL, 2002, p. 245), o que fundamenta a

compreensão teórica sobre as potencialidades do jornalismo da TV pública para o fortalecimento democrático e articulação da diversidade de vozes presentes na sociedade.

Sendo assim, compreende-se que apesar da credibilidade do campo jornalístico ser tangenciada pelo asseguramento da verdade em suas produções, essa verdade construída em seu espaço discursivo precisa estar sujeita à verificação e ao confronto contínuo, diferentemente do que pressupõe a concepção de verdade como um conhecimento dado pela própria realidade, defendido pelo paradigma científico positivista.

Partindo da compreensão que todo conhecimento é construído socialmente, possui intenções e procede de um julgamento ou avaliação sobre o real, nos cabe então indagar qual o posicionamento que o jornalismo da televisão pública deve perseguir, já que está imerso constantemente em um cabo de guerra (GANS, 1979) entre seu ideal de empoderamento da cidadania e consolidação da democracia com as concepções da ideologia dominante na luta pela interpretação sobre a realidade social.

Nesse contexto, não se pode escamotear a utilização da comunicação midiática para impor a dominação de classes, etnias e/ou grupos sobre o conjunto da sociedade, também não se pode deixar de reconhecer que os avanços sociais no campo específico dos direitos humanos só acontecem quando precedidos pela queda das barreiras que impedem a discussão dos temas, problemas, questões e reivindicações dos indivíduos, especialmente da periferia da estrutura de poder (ROCHA, CORREIA, 2017, p. 38-39).

Nesse sentido, questiona-se que tipo de imparcialidade é essa defendida como necessária ao jornalismo da TV pública. Nesse mesmo âmbito, Correia (2005) observa que a própria noção de objetividade enquanto produto autônomo nos *media* é insustentável, passando a ser concebido então como um produto socialmente intersubjetivo, isto é, uma construção realizada pelo jornalista, a partir de um conjunto de saberes compartilhados na comunidade de comunicação.

Assim, como a realidade não pode ser completamente distinta do modo como os atores a interpretam, a interiorizam, a reelaboram e a definem histórica e culturalmente, a **objetividade como produto autônomo entra em crise**, passando a ser um produto intersubjetivo” (CORREIA, 2005, p.132, grifo nosso).

Acrescenta o teórico que “o jornalista, tal como sociólogo, é um mesmo observador que partilha o mesmo mundo que o observado. Como será possível construir um relato objetivo sobre um determinado número de ações sendo todas elas revestidas de

um significado subjetivo?” (CORREIA, 2005, p.137). Sendo assim, é possível admitir a contribuição do jornalista enquanto observador da realidade social, sendo também ele um agente capaz de agir na produção noticiosa.

Portanto, compreende-se que o critério “objetividade” como qualificador do jornalismo evidencia fragilidades teóricas, uma vez que esse parâmetro normativo a) desautoriza o jornalista do processo de construção da notícia, quando insiste que as notícias são como são porque a própria realidade assim as determinam (TRAQUINA, 2001) e b) não garante honestidade no tratamento das informações para o público, uma vez que todos os fatos necessitam de uma interpretação humana, não correspondendo, portanto, à própria integridade da realidade social (MEDITCSH, 2001).

3.2. O profissionalismo do jornalismo da TV pública e as caixas “inadequadas” de distinção entre fato e opinião

Com a herança traumática trazida pela ascensão dos regimes totalitários depois da Segunda Guerra Mundial também no campo da comunicação, o clima de incertezas sobre o jornalismo acentuou a desconfiança na função social da profissão. Sendo assim, em alguns países da Europa, não foi permitida a presença de forças comerciais na mídia eletrônica, pois partiu-se da compreensão que ameaçavam o caráter público do jornalismo em detrimento de interesses particulares.

O Estado entendeu que a aplicação irrestrita das leis de economia de escala aos negócios de mídia tenda a comprometer, de maneira significativa, a formação de cidadãos emancipados o suficiente para a manutenção da vitalidade de uma democracia plural (ROTHBERG, 2011, p. 7).

Assim, a solução encontrada pelo Estado de alguns países europeus no final dos anos 50 foi a implantação das primeiras emissoras públicas de rádio e depois as de televisão ao longo do século XX, sendo a British Broadcasting Corporation (BBC) de Londres a primeira experiência de televisão pública do mundo, inaugurada em 1936. Na verdade, a intenção era a de promover o interesse público e garantir a “simetria entre as múltiplas vozes e os múltiplos olhares que têm lugar no espaço público” (BUCCI, 2015, p. 85).

Já na América, tal posicionamento foi diferente, onde permitiu-se a exploração da atividade comercial da mídia, favorecendo o fortalecimento de grandes conglomerados midiáticos, o controle da propriedade dos meios de comunicação e a consequente influência do poder econômico no jornalismo até os dias de hoje (RAMOS, 2005; VALENTE, 2013; CABRAL, 2019).

Apesar do campo de estudos sobre o assunto ser recente, tem-se discutido que o jornalismo público deve a) ter autonomia mínima em relação a mercados e governos (ROTHBERG, 2011); b) receber financiamento público (BUCCI et. al., 2012; BUCCI, 2015), que é realizado pelo Estado, por doações ou pelo pagamento de taxas anuais pelo cidadão, conforme ocorre por exemplo na *British Broadcasting Corporation* (BBC) do Reino Unido, na *Nippon Hōsō Kyōkai* do Japão, na RTP (Portugal) e na ZDF (*Zweites Deutsches Fernsehen*) na Alemanha; e c) fomentar a participação social na vida pública (LEAL FILHO, 2007; COUTINHO, 2013a; BUCCI, 2015).

Também existe uma linha de pesquisas que considera que a "existência de emissoras públicas, atuando ao lado das comerciais, garante a existência de um sistema democrático e autorregulado" (MAIA, 2021, p.360), razão que impele a necessidade do fortalecimento das experiências de jornalismo público para equilíbrio dos sistemas de comunicação e oferta de conteúdos à sociedade. Nesse sentido, o jornalismo público no âmbito da televisão pública adquire a missão de resgatar a responsabilidade social da imprensa, se posicionando de maneira diferente da atividade realizada pela mídia comercial (geralmente voltada ao lucro) e pela mídia estatal, que, apesar de também ser pública, costuma ser utilizada para servir aos interesses governamentais (SILVA, 2021).

Sendo assim, seu espaço discursivo precisa se posicionar em favor do bem coletivo através de uma leitura aguçada sobre a realidade social, que permita a formação crítica do público diante das problemáticas da vida coletiva. Por isto, acredita-se que não pode se alicerçar nos pressupostos da epistemologia positivista da objetividade jornalística, fundamentalmente fincada na distinção entre fato e opinião, o que impossibilita a elaboração de juízos de valor pelo jornalista e o fortalecimento das condições de reflexão crítica necessárias à constituição de uma sociedade democrática (ROCHA, SILVA, RÊGO, 2020).

As normas e práticas que regem a profissão jornalística estão também ligadas à estrutura dos sistemas de mídia e a forma como o jornalismo se insere no contexto político e econômico de diferentes países. Isso também nas condições da autonomia jornalística, segundo Hallin e Mancini (2010), que observam esse fenômeno a partir da classificação de três modelos de sistemas de mídia ao redor do mundo (liberal, democrático-corporativo e polarizado-pluralista).

No modelo liberal, caracterizado pela ênfase ao lucro, os interesses comerciais são sobrepostos ao bem comum. A intervenção do Estado é mínima e prevalece o modelo de jornalismo pretensamente neutro, objetivo e imparcial, onde a autonomia jornalística é reduzida. Esse modelo, hegemônico em países anglo-saxônicos como os Estados Unidos e o Reino Unido, exerceu forte influência sobre a mídia brasileira, por exemplo, sobretudo a partir da consolidação da Rede Globo como principal referência no campo da comunicação. Com seu estilo técnico e pretensamente imparcial, a emissora não apenas consolidou esse formato no jornalismo comercial brasileiro, como também impôs um padrão que passou a ser replicado, de certa forma, inclusive por veículos públicos de comunicação, contribuindo para a homogeneização da prática jornalística no país sob a lógica da obsessão pela objetividade jornalística.

Já no modelo polarizado-pluralista, o jornalismo tende a ser mais partidário por ter ligação estreita com os atores políticos e sofrer intervenção do Estado, manifestando forte paralelismo político e resultando em uma participação cívica, em certos casos, reduzida, além da autonomia jornalística limitada. Segundo Hallin e Mancini (2010), esse modelo é mais latente em países do Mediterrâneo e da Europa do Sul, como Itália, Espanha, Grécia e Portugal.

Já no democrático-corporativo, que se manifesta de forma mais incisiva em países nórdicos, como Suécia, Noruega, Dinamarca e Finlândia, destaca-se um forte compromisso com o bem comum, alto valor à autonomia jornalística e a responsabilidade do Estado é assumida para manter o fluxo de informações livre a fim de promover o debate cívico.

Com base nessa classificação, observa-se como as diferentes formatações políticas, econômicas e sociais refletem também no grau de autonomia dos profissionais da televisão pública, assim a insustentabilidade da defesa das noções de objetividade, isenção e imparcialidade:

Nenhum analista sério dos media defenderá que o jornalismo, seja em que parte do mundo for, é literalmente neutro. Dedicou-se um tremendo corpo de

investigadores ao dismantelamento dessa noção, mostrando que mesmo quando os jornalistas estão empenhados de forma efetiva numa ideologia de “objetividade”, as notícias incorporam valores que emergem de uma gama de influências, que vão desde rotinas de recolha de informação a padrões de recrutamento de jornalistas e convicções ideológicas partilhadas da sociedade em termos gerais. Nem seria correto estabelecer uma dicotomia muito marcada entre uma imprensa comercial e uma politizada: os media comerciais podem ser partidários, e os não comerciais – mesmo os que são financiados por partidos políticos – podem adotar normas de equilíbrio político (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 40-41).

Dessa forma, os teóricos reconhecem a falsa pretensão das noções de objetividade e imparcialidade, muitas vezes defendida pela mídia comercial, como também pela mídia pública, ainda que a autonomia jornalística seja um elemento basilar para ambos: “Todos os sistemas modernos de rádio e de TV exigem profissionais para os conduzir e nenhum sistema pode funcionar adequadamente se esses profissionais não usufruírem de algum grau de independência” (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 45-46).

Ter condições para escolher o que cobrir, como abordar e quais fontes entrevistar são algumas das características cruciais para a liberdade do jornalista em selecionar e apresentar notícias de acordo com critérios jornalísticos para atendimento do interesse público. Sendo assim, a manifestação desses elementos corrobora para a autonomia dos profissionais, que é fundamental para o exercício do jornalismo ético e independente de pressões externas, governamentais ou de censura interna.

Nesse âmbito, o surgimento de uma tendência no jornalismo para corresponder ao modelo de defesa de uma suposta neutralidade é observado a partir da imposição do padrão do jornalismo comercial norte-americano, e que a incorporação desse modelo do sistema liberal norte-americano não foi adotada de imediato pelos profissionais europeus. Em caminhos distintos, a trajetória histórica da pretensa neutralidade correspondeu ao nascimento de modelos diferentes de telejornalismo: “(...) enquanto a Europa praticava o jornalismo engajado, partidário, analítico, os americanos criavam a escola do jornalismo “clean”, onde os mitos da imparcialidade e da objetividade são defendidos como verdades inabaláveis até hoje” (MELLO, 2009, p. 2).

Isso passa a se manifestar na defesa de um discurso de “isenção de opinião” e fidelidade ao retrato da realidade, estimulado e concebido pelo padrão de americanização da imprensa, após os Estados Unidos se consolidarem como potência econômica e política no pós-guerra.

Esse modelo também chegou a rodear e influenciar a composição do conjunto de regras e a deontologia do jornalismo público, apesar de ter surgido com finalidade distinta do jornalismo comercial. Mesmo assim, o jornalismo público deu provas de que é capaz de dar “sentido de alguma responsabilidade pela sanidade do processo político pela qualidade da discussão pública gerada no seu seio” (BLUMER, 1992, p.36 apud HALLIN, MANCINI, 2010, p. 287), qualidade fundamentada na diversidade de vozes e interpretação causal dos acontecimentos.

Por outro lado, em nome da autoridade do público, a maioria dos manuais e códigos de jornalismo, e não só do jornalismo da TV pública, estão ancorados nas noções de isenção, neutralidade, imparcialidade e apartidarismo para o tratamento da notícia, reprimindo significativamente o jornalista de poder atribuir sentido e emitir juízo de valor na investigação e apuração da diversidade de posições, opiniões e versões sobre a realidade social, afastando-o da “exigência cívica propalada pelos defensores da democracia deliberativa” (ROCHA; CORREIA, TELLERÍA, 2017, p. 164).

Não obstante, lamentavelmente, como alertava há tempos a teoria crítica, ainda persiste uma “‘idolatria positivista da objetividade’ traduzida na redução do mundo a um juízo analítico que serve de fundamento a uma performatividade técnica. Assim, conduzem à naturalização da alienação social e reduzem o cidadão ao empreendedor” (ROCHA; CORREIA, 2017, p. 38). Tal modelo ainda reduz a autonomia a partir da propagação do profissionalismo neutro, que é uma característica do sistema liberal:

“(…) o processo da comercialização, embora possa acelerar a diferenciação dos media das instituições políticas, tem tendência para os subordinar à lógica do mercado e da luta das empresas por quotas do mercado, diminuindo com frequência a autonomia dos jornalistas e de outros profissionais da comunicação” (HALLIN, MANCINI, 2010, p.308).

Dessa forma, tudo nos leva a crer que o critério “objetividade” imposto como um dos principais qualificadores do jornalismo da televisão pública é ainda marcado por uma herança tecnicista equívoca que o considera necessário para o compromisso na abordagem dos acontecimentos e distinção de valores (SCHUDSON, 2010), onde seria possível por meio dele um relato correspondente à verdade absoluta sobre os “fatos”, ainda que isso seja humanamente inalcançável.

3.3. Objetividade jornalística na televisão pública e interesses camuflados

Especificamente na televisão pública, sabe-se que o Estado desempenha papel importante como fonte de informação e definidor primário das notícias. Tal situação já havia sido denunciada há anos por Hall (2016, p.325): “(...) os *media* ajudam a reproduzir e a manter as definições da situação que favorecem os poderosos, não só recrutando ativamente os poderosos nas etapas iniciais onde os tópicos são estruturados (Hall, 1975), mas favorecendo certas formas de expor tópicos e mantendo certas áreas estratégicas de silêncio”.

O amplo acesso estruturado na mídia das posições institucionalizadas é apontado por Hall (2016, p. 316) como um aspecto presente na produção jornalística: “os *media* tendem, fiel e imparcialmente, a reproduzir simbolicamente a estrutura de poder existente na ordem institucional da sociedade”. O teórico ainda clarifica que a ação jornalística é realizada de forma intencional: “As notícias são o produto final de um processo complexo que se inicia numa escolha e seleção sistemática de acontecimentos e tópicos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas” (HALL, 2016, p.309).

Numa abordagem específica sobre o processo de construção do telejornal, Stuart Hall (2003) deixa claro que os acontecimentos sempre são submetidos a um tempo que não é capaz de corresponder ao estado “bruto” do evento histórico. Isso significa dizer que o noticiário televisivo, ainda que busque atender à temporalidade e faça uso de recursos visuais para isso, é envolto de intencionalidades no seu próprio aspecto discursivo, assim como é delimitado pelas “ideologias profissionais, conhecimento institucional, definições e pressupostos, suposições sobre a audiência e assim por diante (...)” (HALL, 2003, p. 389). Portanto, não pode ser imparcial, ainda que o diga.

Assim, mesmo que a imposição visual presente nas informações trazidas no noticiário televisivo possa potencializar um entendimento imediato e possibilitar “às pessoas a visão de uma realidade externa àquela em que vivem” (PATERNOSTRO, p. 85, 2006), o noticiário não corresponde à integridade da realidade, mas a efeitos de realidade, ficção e verdade:

(...) um efeito de realidade, quando se presume que reporta diretamente o que surge no mundo; um efeito de ficção, quando tende a representar de maneira analógica um acontecimento que já passou (reconstituição);

um efeito de verdade, quando torna visível o que não o era a olho nu (...) (CHARAUDEAU, 2010, p. 110-111).

A criação de um sentimento de realidade é fortalecido através do jornalismo televisivo, que trabalha efetivamente com a ideia de verdade dos fatos diante da celeridade da informação, das imagens dos acontecimentos e principalmente com as entradas de repórteres ao vivo e *in loco* ao longo do noticiário, reduzindo a construção do produto informático ao espelho dos fatos.

Quando a televisão se estabeleceu como a principal fonte de notícias, a objetividade se tornou uma norma rotineira, uma prática indiscutível, uma boa conduta jornalística em função do status privilegiado que os canais de televisão adquiriram como fontes de informação (BARROS FILHO, 2003, p.27).

Ainda segundo Vizeu e Rocha (2012), o cotidiano é a principal referência utilizada pelo telejornalismo na tentativa de redução da complexidade que é o mundo. Sendo assim, na construção da notícia televisiva, a busca pelo efeito real objetiva a reprodução da realidade:

Uma imagem mais próxima procura enfatizar aspectos mais dramáticos da matéria, ocorrendo o contrário quando a imagem é mais geral, o que procura transmitir uma espécie de reprodução da realidade. É como se essa estivesse sendo mostrada de uma forma objetiva tal como é, produzindo um efeito real (VIZEU; ROCHA, 2012, p. 90-91).

Sem dúvidas, a imposição visual televisiva contribuiu para uma visão quase inquestionável da objetividade dos fatos, funcionando como uma verdadeira ilusão ou simulacro do real: “ela exige uma apresentação direta, exige que recebamos como objeto soberano, ela fornece o material e a forma como dados inevitáveis (...) sua duplicação, sua visibilidade, sua transparência são trunfos centrais” (BARROS FILHO, 2003, p.82).

A necessidade do público de consumir o real na mídia em concordância com o próprio movimento da imagem contribui para a corporalidade dos objetos e traz diferentes aparências do aspecto de realidade, conferindo um poder de convicção e ineditismo: “O movimento contribui para a expressão da realidade de forma indireta, dando corpo aos objetos, e de forma indireta, uma vez que aparece ele mesmo como “movimento real” (BARROS FILHO, 2003, p.84).

Dessa forma, Barros Filho (2003, p.86) explica que a presença dos apresentadores de televisão também contribui para o estreitamento de laços de intimidade com o público,

reforça a estreita ligação da imagem informativa com o real e contribui para a produção de efeitos persuasivos através de marcos de representação da imagem: “A imagem informativa, por mais que se argumente em contrário, ainda guarda íntima e estreita ligação com o real. Por ser hoje o principal instrumento mediático de informação, a imagem permite aos seus receptores, de forma ritualizada, conhecer um real inacessível”.

A própria atividade do jornalismo e especificamente do telejornalismo pressupõe a explicação de como o fato ocorreu, fortalecendo a construção da objetividade aparente e fazendo acreditar que a representação construída é a própria realidade. Por outro lado, há na construção da notícia televisiva com o movimento e dinâmica algumas características que vão além: “A notícia objetiva seus atores, cria e impõe estereótipos, faz coincidir com estereótipos (já impostos) e, portanto, produz a objetividade aparente porque atribui ao agente um caráter exemplar (...) (BARROS FILHO, 2003, p.90).

A subjetividade do trabalho jornalístico está presente em todas as etapas do processo de construção da notícia, sobretudo pela televisão, que é fundamental para orientar a atividade realizada pela imprensa em geral. Segundo observa Noelle Neuman a respeito da sua grande influência, os jornalistas se orientam pelos programas de televisão, enquanto os jornalistas de televisão se orientam pela imprensa. Nessa prática profissional tem um grande peso específico a busca do aplauso dos companheiros e superiores (BARROS FILHO, 2003, p.95).

Além disso, a ideologia profissional do jornalismo, formada por um conjunto de códigos norteadores e regras deontológicas, funciona como um mecanismo que autoriza a manifestação do poder e da ideologia, remetendo “os signos aos ‘**mapas de sentido**’ dentro dos quais qualquer cultura é classificada; e esses ‘**mapas da realidade social**’ contêm inscritos toda uma série de significados sociais, práticas e usos, poder e interesse” (HALL, 2003, p.396, grifo nosso). Assim, o autor fundamenta uma crítica à operação do código profissional, que de forma hegemônica, atua na manutenção da ideologia dominante através da camuflagem de uma pretensa neutralidade e defesa do tecnicismo.

Na verdade, ele serve para reproduzir as definições dominantes precisamente porque coloca entre parênteses seu caráter hegemônico e opera com códigos profissionais deslocados, que destacam **questões aparentemente técnicas e neutras**, como as da qualidade visual, dos valores – da notícia e da apresentação, da qualidade televisiva, do “profissionalismo” etc (HALL, 2003, p. 400, grifo nosso).

Por outro lado, é a partir do mundo real que o jornalista constrói um mundo possível (ALSINA, 2009) na notícia através do mundo de referências compartilhadas socialmente com o seu público na comunidade de comunicação que integram. Segundo o estudioso, os fatos e acontecimentos diários correspondem ao “mundo real”, enquanto o “mundo possível” é resultante da avaliação do jornalista acerca das interpretações da realidade compartilhadas no mundo das referências que, exatamente por serem compartilhadas intersubjetivamente, são inteligíveis ao público. Portanto, “na informação não vamos encontrar fatos brutos ou em estado puro, coisa que ingenuamente e como armadilha proclama a retórica da objetividade, mas uma determinada percepção e uma interpretação da realidade” (ALSINA, 2009, p. 68).

Tomando o noticiário televisivo enquanto instituição política e ideológica, Robert A. Hackett (2016) apresenta importante discussão sobre a apropriação da objetividade e imparcialidade para inibir algumas relações sociais dominantes: “Pode ser que as próprias formas através das quais as notícias televisivas transmitem a sua imparcialidade e neutralidade sirvam para disfarçar (ou esconder) as pressuposições ideológicas subjacentes” (HACKETT, 2016, p. 174). Além disso, tal dissimulação do processo de construção da notícia apresentada enquanto “correia de transmissão neutra” pode ser capaz de esconder “um sistema de ideias, valores e proposições que é característico de uma classe social específica, e/ou expressa os interesses políticos e econômicos dessa classe” (HACKETT, 2016, p. 171).

Como observa Correia (2005, p.130), “os *media* não se limitam a escolher o que é importante. Ajudam a determinar ou a reforçar o que é importante”, e isso também pode ser utilizado para emancipação das classes sociais colocadas como subalternas. É dentro dessa perspectiva que o jornalismo, e não só o da TV pública, adquire centralidade como mediador da discussão pública.

3.4. Razões que denunciam a intencionalidade na construção do noticiário público

Apesar de haver uma discussão que considera a objetividade jornalística na televisão pública como uma forma de assegurar a credibilidade do público, a construção dessas regras contribui para um problema de honestidade na construção da informação. Com base nas discussões já tecidas, elencamos pelo menos 4 razões pelas quais a objetividade jornalística não se sustenta, sobretudo no noticiário público. Apresentaremos

a seguir de modo a contribuir com a compreensão da evidente intencionalidade do processo de construção da notícia no jornalismo da televisão pública.

a) A objetividade não garante a honestidade do jornalista e do veículo: As noções de equilíbrio e justiça, pluralidade e neutralidade são apresentadas por diversos teóricos como características aceitas pela comunidade jornalística e seu público (GUERRA, 2008; SPONHOLZ, 2009). Tais noções costumam corresponder também ao conceito de objetividade. No entanto, o problema da objetividade identificado e discutido ao longo desse trabalho tem relação com a ineficaz tentativa de separar os fatos das opiniões, que embora não colocadas de forma explícita, estão presentes na representação da realidade que o jornalismo da televisão pública realiza.

Assim como considera Barros Filho (2003), concordamos que “não nos parece oportuno neste momento discutir sobre a evidente ineficácia e inutilidade prática desses códigos de ética. Seria interessante descobrir a que interesses atendem” (BARROS FILHO, 2003, p.30). A camuflagem desse processo pela suposta objetividade revela desonestidade e pode configurar na conseqüente perda de credibilidade do próprio público.

Tal razão poderia minar a própria função social do noticiário público de contribuir para a consciência crítica do cidadão, abordar as posições contrárias por meio da pluralidade de vozes e fomentar o diálogo amplo: “(...) a objetividade é um problema de honestidade do informador; é honesto quem põe todos os meios para informar-se bem; quem procura ouvir todos os lados; quem não oculta nada do que percebeu; quem não tergiversa ao que se opõe às suas opiniões” (BARROS FILHO, 2003, p. 45).

O desconhecimento da realidade midiática pelo público pode ainda se configurar como ausência de honestidade por parte do jornalista e do veículo de comunicação:

(...) o leitor, ouvinte ou telespectador, diante de uma matéria aparentemente neutra e informativa, se despirá de seus filtros valorativos (que contrastam sua própria opinião com a de outrem, concordando ou não). Ele estará mais inclinado a aceitar sem resistência o que lhe dita a mídia, por desconhecer a realidade fenomênica tratada e não ter nenhum registro sobre ela (BARROS FILHO, 2003, p.81).

Embora a construção da notícia seja envolta da seleção de temas, assuntos e léxicos, não podemos deixar de considerar sua própria ligação com o real e sua dimensão pragmática:

A notícia é um produto real (por isso pode ser lida ou ouvida) que faz referência a algo exterior a ela (por isso é um símbolo). O texto jornalístico, como qualquer texto de literatura, é um referente. Assim, todo texto informativo se refere a um fato sem ser o próprio fato, daí sua ficção dimensional. O fato, o real a ser codificado, “o visível também não é um sentido mudo, um significado de potências que se atualizaria na linguagem”. Daí a independência possível entre o produto jornalístico e o fato que lhe deu origem (BARROS FILHO, 2003, p. 50).

Tal colocação do teórico reforça a crucial relevância da codificação do real pelo jornalista da televisão pública para a sociedade. Também situa a autoridade da comunidade jornalística: “Se a eficácia simbólica das palavras só se exerce quando o receptor reconhece o emissor como legítimo, a legitimidade do texto jornalístico advém de um reconhecimento de legitimidade outorgado à empresa jornalística para que informe (BARROS FILHO, 2003, p. 80).

b) A camuflagem da objetividade não cativa o público: O público é o principal orientador da atividade jornalística. É claro que os jornalistas também almejam a legitimidade e reconhecimento de seus pares, assim como de seus superiores. No entanto, a principal razão do seu trabalho deve ser o interesse público. Por causa disso se reforça a importância de cativá-lo, não estritamente no sentido de ganhar mais audiências e sucessivo lucro com novos anunciantes, até porque esse não é o modelo fomentado por maior parte das televisões públicas no mundo.

A cativação que tratamos nesse trabalho diz respeito a notícia fazer sentido para o público diante da necessidade de compreensão das problemáticas que afetam a coletividade e que a abordagem possa fortalecer a cidadania. Por isso, a subjetividade inerente ao processo de construção da notícia não pode ser descartada, uma vez que “as regras da objetividade não cativam o leitor, despessoalizam o jornalista e dão da realidade uma visão superficial e parcial” (BARROS FILHO, 2003, p. 54).

A visão superficial e parcial colocada por Barros Filho (2003) pode se configurar em problema para o jornalismo da televisão pública, que deve atuar com eficácia e promover uma representação honesta e contextualizada sobre a realidade social. Por isso, não deve se pautar pelas opiniões dominantes acerca dos distintos assuntos nem mesmo se direcionar pelos repetitivos temas e abordagens realizadas pelo jornalismo da televisão comercial: A mídia constrói um mundo objetivo que, por se impor como o real de todos,

não é subjetivamente o real de ninguém, impondo-se a todos através da força da violência simbólica que caracteriza a objetividade aparente (BARROS, 2003, p. 80).

c) A objetividade retira a responsabilidade do jornalista: O desempoderamento da autoridade do jornalista e do público é uma consequência das “desigualdades estruturais especialmente potencializadas pela hegemonia da epistemologia positivista da objetividade, com a noção estratégica da distinção entre fato e opinião, como referência imposta aos jornalistas na produção das notícias (...)” (ROCHA, 2021, p.35).

Algumas técnicas de descrição do real e que se tornaram regras para garantir a suposta imparcialidade informativa, também contribuíram para eximir parte da responsabilidade do jornalista e de seu poder de manobra como codificador da realidade social:

A redação impessoal, a ausência de qualitativos, a atribuição das informações às fontes, a comprovação das informações às fontes, a comprovação das afirmações feitas, a apresentação das partes ou das possibilidades em conflito (doutrina do equilíbrio) e o uso das aspas (BARROS FILHO, 2003, p.23).

Conforme explica Rocha (2021, p. 27), é importante observar que alguns atributos que compõe as noções de imparcialidade, neutralidade e “fairness” “foram agregados à ideologia do profissionalismo jornalístico por pressão dos jornalistas e do público buscando garantir alguma diversidade nos enquadramentos das notícias além da versão dominante” (ROCHA, 2021, p. 27).

Por outro lado, a desautorização da capacidade interpretativa do jornalista mina o próprio profissionalismo jornalístico da televisão pública, que deve ser pautado pelo confronto de opiniões, aprofundamento e explicação das problemáticas, que por sua vez, não pode ser correspondido sem a interpretação do que quer dizer a diversidade de vozes preconizada pela doutrina do equilíbrio.

Em outras palavras, o jornalista da televisão pública, em favor do público, deve ser o profissional qualificado para contribuir com o entendimento sobre as diferentes vozes que disputam espaço na arena simbólica. Não é eficaz o equilíbrio quantitativo e qualitativo das versões, entrevistados e fontes oficiais quando não há a interpretação da comunidade jornalística para fortalecer o debate público:

(...) fica evidente como a epistemologia positivista da objetividade conspira para elaboração de enquadramento de notícias monológicas com a interpretação exclusiva da ideologia dominante sobre o fato como sendo a própria realidade, censurando a autonomia relativa dos jornalistas e a diversidade de versões sociais significativas, com certeza, fatores imprescindíveis para a vida democrática (...) (ROCHA, 2021, p. 37).

O problema da aceitação da capacidade interpretativa do jornalista está muitas vezes atrelado aos riscos impostos pelo direcionamento das possíveis opiniões e comentários, sobretudo no jornalismo da televisão pública, vinculada comumente e de forma errada aos interesses governamentais. Por outro lado, parece mais honesto fundamentar a opinião jornalística com honestidade do que camuflar um suposto apartidarismo ao esconder as reais intenções.

d) A objetividade exclui o aprofundamento sobre os acontecimentos: A confusão sobre os fatos e o que acontece na vida cotidiana pode ser resolvida a partir da atividade jornalística. O telejornalismo, em especial, orienta o conhecimento das pessoas acerca do mundo da vida e pode desempenhar quatro funções: exotérica, que corresponde à responsabilidade de tornar as informações compreensíveis ao público; pedagógica, que implica na mediação entre o público e os diversos campos de conhecimento; familiarização, que diz respeito à tentativa de trazer estabilidade para as pessoas diante dos acontecimentos do mundo; e segurança, ao mostrar que, apesar dos acontecimentos caóticos que incidem sobre a sociedade, a vida segue sua normalidade (VIZEU; CORREIA, 2008, p.18-21).

Diante disso, para que o noticiário público possa desempenhar seu papel crucial para a amplificação dos temas que serão debatidos e problematizados na esfera pública, atuando, inclusive, na construção social da realidade, precisa aprofundar as causas das problemáticas. Na contramão disso, a suposta objetividade jornalística não é capaz de promover tais potencialidades: “Oferecer ao leitor uma série de dados isolados não contribuía para a redução da complexidade social, pois tirava o receptor da ignorância dos fatos para deixá-lo na confusão dos fatos” (BARROS FILHO, 2003, p.26).

3.5 A centralidade da autonomia para o profissionalismo jornalístico da TV pública

A consecução dos objetivos maiores do jornalismo da TV pública, como o exercício da cidadania plena pelo público e consolidação da democracia, está imbricada com a sua capacidade interpretativa da realidade social e de estímulo à consciência crítica

do cidadão. Para isso, a autonomia editorial é fundamental para assegurar ao jornalista o pluralismo nas práticas de produção, edição e veiculação noticiosa. É a independência editorial que impulsiona e possibilita “o direito que o público tem de duvidar do poder, questioná-lo, inquiri-lo, de imaginar o mundo como ele não é, partilhar os desdobramentos de sua crítica e sua imaginação e utilizá-los em benefício de sua liberdade” (BUCCI, 2015, p. 127).

Segundo Bourdieu (1997, 2002), a autonomia jornalística sempre é parcial e relativa, e depende da posição do jornalista no campo jornalístico, considerando que as lutas não acontecem somente no campo interno, mas principalmente no seu entorno devido à heteronomia de campos vizinhos. “O grau de autonomia é sempre frágil e ameaçado, na medida em que constitui um desafio às leis do mundo econômico ordinário, e às regras do senso comum” (BOURDIEU, 2002, p. 378).

O teórico também apresenta caminhos para conquistar a autonomia, sendo necessário construir uma “espécie de torre de marfim no interior da qual se julga, se critica, se combate mesmo, mas com conhecimento de causa; há confronto, mas com armas, instrumentos científicos, técnicas e métodos” (BOURDIEU, 1997, p. 89).

Em concordância com o autor, Hallin e Mancini (2010, p. 52) também indicam que a autonomia é uma parte fundamental do profissionalismo jornalístico: “a profissionalização existe quando o jornalismo se desenvolve como um campo distinto dotado de autonomia significativa, de outros campos sociais, incluindo o político”.

Apesar de reivindicar e quase nunca alcançar, os autores também compactuam que é possível conquistar a autonomia relativa: “(...) ao contrário dos médicos e dos advogados que fornecem serviços pessoais, os jornalistas trabalham numa indústria em que a norma é a produção de massa. Quase nunca são proprietários dos seus próprios meios de produção, mas sim empregados assalariados de grandes empresas” (HALLIN, MANCINI, 2010, p. 48).

Em uma pesquisa sobre a autonomia para a produção de notícias, Reich e Hanitzsch (2013) identificaram que a autonomia profissional estava relacionada à liberdade dos jornalistas dentro de suas rotinas produtivas em decidir sobre as coberturas dos acontecimentos, quais enquadramentos, pontos de vistas, fontes e narrativas,

considerando alguns aspectos que poderiam restringi-la como a deontologia, a censura do Estado, a legislação e a regulação.

Já considerando o que realmente é a autonomia jornalística e não como deveria ser, Schmitz (2018, p. 106) propõe uma trilogia: a autonomia dos ideais, autonomia percebida e autonomia efetiva. A primeira é aquela que o jornalista atribui a si, “a partir de valores procedimentos e papéis profissionais”.

O pesquisador observa que pela autonomia dos ideais os jornalistas buscam resguardar a sua pretensa autonomia das ameaças externas. “Toma forma nos discursos, representações e linguagens relacionadas à coragem e à tensão de sua identidade alinhada aos valores e aos ideais do jornalismo” (SCHMITZ, 2018, p. 106). Já a autonomia percebida está ligada àquilo “que o jornalista nota de comum nos afazeres, tanto no seu trabalho, como de outros indivíduos e no seu grupo social”. Por fim, a autonomia efetiva é verificada na investigação do resultado do trabalho.

A questão da autonomia, também conhecida como independência, é um dos princípios que está presente dentro do quadro da Unesco (2001) como algo a ser perseguido pela radiodifusão pública, além da universalidade, diversidade e diferenciação. Desta maneira, não só na TV Pública, mas nas práticas do jornalismo de uma maneira geral, a despeito da influência da estrutura de poder,

(...) os *media* podem também ser elementos de reforço da sociedade civil, no sentido de proporcionarem uma visibilidade que se torne uma oportunidade para o aprofundamento das novas formas de cidadania que a emergência das identidades vem exigir. Os meios de comunicação social, devido à sua ligação com as estruturas simbólicas do mundo da vida e com o espaço público - graças à tensão introduzida pelos critérios jornalísticos que, mesmo nos *media* mais convencionais, desempenham uma função que não pode ser desligada de componentes críticos, graças, enfim, à capacidade de resistência protagonizada pelos mecanismos de comunicação cotidiana -, jamais poderão ser objeto de uma análise social que enfatize, de modo unilateral, a sua subordinação ao dinheiro e ao poder (ROCHA, CORREIA, TELLERÍA, 2017, p. 168).

Na televisão pública brasileira, a autonomia em relação ao Governo Federal está prevista inclusive na lei de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) como princípio fundamental para “definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão” do país (Lei Nº 11.652, de 7 de abril de 2008). Tal

necessidade de pluralismo e independência editorial também está abarcada em experiências de comunicação pública de países europeus.

Dentro do quadro legal da Rádio e Televisão de Portugal (RTP), a lei específica para a televisão (Lei nº 27/2007, de 30 de Junho) prevê entre seus princípios que “a estrutura e o funcionamento do operador de serviço público de televisão devem salvaguardar a sua independência perante o Governo, a Administração Pública e os demais poderes públicos, bem como assegurar a possibilidade de expressão e confronto das diversas correntes de opinião”.

Ainda que esteja presente dentro do quadro legal das televisões públicas, faz-se necessário reconhecer que existem intervenções editoriais capazes de minar a essência do profissionalismo jornalístico. Tal denúncia sobre as práticas de controle organizacional remota há décadas por teóricos como Warren Breed, Hebert Gans e John Soloski.

Gans (1979) e Breed (2016) reconhecem não só a existência da batalha que é travada na construção da notícia, mas também a necessidade da garantia da autonomia jornalística para assegurar que o interesse do público seja atendido nas produções noticiosas. Para isso, assim como Breed apresenta cinco fatores capazes de abrir brechas na política editorial dos veículos, Gans (1979), por sua vez, ainda propõe três formas de os jornalistas reivindicarem sua autonomia editorial: “eles podem lutar; eles podem ceder, alterando as notícias para aplacar aqueles que exercem pressão; ou podem antecipar seus críticos, cedendo o suficiente e antecipadamente para evitar serem pressionados” (GANS, 1979, p. 249, grifo nosso).

Já segundo Soloski (2016), o desenvolvimento de técnicas profissionais serve para controlar o comportamento dos profissionais, e isso costuma ocorrer nas empresas comerciais que procuram lucro, mas não deixa de ser uma dificuldade enfrentada pelos jornalistas em geral, inclusive, os da televisão pública. Por outro lado, o teórico acredita que o conjunto de técnicas pode ser utilizada pelos jornalistas para “frustrar a forte influência da direção nas atividades” (SOLOSKI, 2016, p. 139), a partir da ameaça de incorrer no tabu ético como conclamação da autoridade do público e, conseqüentemente, da possível perda de credibilidade do veículo se for percebida uma continuada intervenção da direção na produção noticiosa.

Um publisher que intervenha continuamente na cobertura jornalística correrá o risco de minar o profissionalismo dos seus jornalistas e, se a intervenção resultar numa reportagem tendenciosa, a reputação do jornal será potencialmente afetada. A continuada intervenção na

produção jornalística pela direção torna-se um tabu devido ao profissionalismo jornalístico (SOLOSKI, 2016, p. 144).

Nesta questão, é esclarecedora a posição do John Soloski (2016) sobre a ambiguidade e contradição da ideologia do profissionalismo jornalístico, que tanto se presta a ser um instrumento de constrangimento dos jornalistas pelos seus controladores/empregadores para se conformarem com a política editorial imposta pelas organizações empresariais, quando no seu núcleo duro exige a distinção entre fato e opinião pretendida pela ideologia epistêmica positivista da objetividade; quanto pode ser invocada pelos profissionais para reivindicar pluralismo diante da versão única da interpretação do “fato” pela ideologia dominante como sendo a própria realidade.

O conflito de interesses ideológicos existente nos veículos de comunicação envolve pelo menos três esferas, segundo Rocha (2021, p. 14): os jornalistas (com sua aspiração de autonomia e responsabilidade social), seus proprietários/dirigentes (com as motivações do lucro e influência política) e o público, “cuja autoridade constitui a base da concepção republicana de democracia e seus princípios de soberania popular e auto-organização da sociedade”.

Dessa forma, o autor observa que a contradição existente na instituição jornalística ocorre inclusive nos veículos noticiosos públicos, na luta pela consecução de seus objetivos “de se posicionar sempre em função dos interesses coletivos e do bem comum”. Sendo assim, reitera a centralidade da autoridade do público na instituição jornalística ao considerar que “a expansão da ação comunicativa está na esfera dos interesses do receptor” (ROCHA, 2021, p. 17).

Para isso, segundo observam Rocha e Gradim (2020), é admissível que o jornalista se posicione

(...) diante das questões públicas de maneira assumidamente crítica, elaborando um juízo respaldado no conjunto de princípios morais para que a sociedade possa formar uma vontade política em que a opinião pública se constitua em tribunal da honra capaz de coordenar o desempenho das instituições democráticas e ameaçar com o isolamento social as transgressões e desvios às normas e leis (ROCHA; GRADIM, 2020, p. 99).

Além disso, o direito do jornalista de emitir juízo de valor sobre os acontecimentos que apura e investiga possibilita “a formação de consenso intersubjetivo sobre a realidade

pela comunidade de comunicação, ou seja, pelo seu público, instância máxima de validação dos significados e conhecimentos” (ROCHA, 2021, p. 22).

Nesse sentido, fica clara a necessidade da autorização do jornalista da televisão pública poder se posicionar diante da linha editorial da organização noticiosa a fim de fornecer ao seu público uma interpretação causal sobre os acontecimentos da vida social, principalmente quando a linha editorial está voltada à defesa de interesses dos governos em vigor, tendência muito comum em televisões públicas da América Latina, devido à nomeação da sua gestão e dos demais cargos de chefia geralmente estar sob supervisão dos governos em vigor, conforme acontece na televisão pública brasileira, a TV Brasil, por exemplo (SILVA, 2021).

Sobre essa necessidade de posicionamento para fornecimento de uma melhor compreensão do público sobre os assuntos que afetam a coletividade, Gans (2003) observa que existe uma pressão presente na ideologia da profissão para que o jornalista exclua suas opiniões das reportagens, muito embora o conjunto de suas avaliações pudessem fornecer perspectivas mais aprofundadas sobre a realidade social:

Se eles pudessem injetar suas opiniões, eles poderiam aplicar seu julgamento pessoal em suas reportagens e análises, permitindo-lhes avaliar o que relataram. O resultado seria uma opinião informada, e se repórteres com diferentes perspectivas e valores fossem solicitados a fornecê-la, e suas diferenças fossem explicadas, o público noticioso se beneficiaria com a diversidade resultante (GANS, 2003, p. 100).

Considerando que o financiamento da mídia pública provém das contribuições dos cidadãos e que sua principal finalidade é fornecer informações que promovam o desenvolvimento da consciência crítica e o fortalecimento da vida em sociedade, é possível compreender o jornalista como um agente social especializado, cuja atuação deve estar comprometida de forma ética e moral com o público. Nesse contexto, espera-se que a organização noticiosa pública assuma a seguinte perspectiva:

permitir ao público uma participação mais direta e de maior peso na formação das pautas jornalísticas, de modo a garantir uma cobertura mais condizente com suas preocupações imediatas e prioridades, além de permitir a manifestação das próprias visões que o público, ou seus membros, possuiriam da realidade social imediata e seus problemas cotidianos mais urgentes (LATTMAN-WELTMAN, 2007, p. 199-200).

As ações do jornalismo da TV pública, isto é, as combinações de suas intenções (CHAPARRO, 1994), precisam estar alinhadas às ações que o sistema público de

comunicação pretende alcançar, isto é, com os propósitos de priorizar o interesse do cidadão. Assim, o jornalismo da TV pública “deve ir além do jornalismo convencional, privilegiar a controvérsia e, sobretudo, as pautas de interesse do cidadão. Para isso, não pode ser aliado do Estado nem das forças econômicas que movem o grande capital” (SILVA; ROCHA, 2021, p. 12).

É também importante registrar que noticiário público já deu provas que o seu destaque é ir além do noticiável, com a articulação de comentários fundamentados, como comprova o estudo de Gurevitch e Blumer (2016, p. 267) sobre a cobertura das eleições de 1979 da principal corporação pública de rádio e televisão do Reino Unido, que apresentou uma “(...) uma repercussão mais fiel das declarações e iniciativas de porta-vozes partidários, e mais circunspeção quando se aventurarem a comentar as atividades dos políticos”.

Dessa forma, o diferencial do noticiário televisivo público se manifestou no a) confronto das principais posições trazidas nas reportagens; b) aprofundamento na abordagem dos assuntos e c) explicação das principais problemáticas envolvidas ao fornecer “reportagens mais longas acerca de acontecimentos noticiosos importantes que visavam colocá-los num contexto explicativo” (GUREVITCH; BLUMER, 2016, p. 268).

Numa perspectiva voltada ao jornalismo de subjetividade, que busca ser integral e fundamentar suas ações e projeções, Moraes (2019, p. 428) defende que a questão de “tomar partido” “é algo que está no DNA do jornalismo, e se isso foi um dia declarado (como, por exemplo, nos jornais opinativos do século XIX), passou a ser encoberto justamente pelo manto da objetividade”. Sendo assim, argumenta que a isenção nunca foi uma marca da profissão, ainda que tenha sido permeada por interesses econômicos massivos. Apesar de ser confundido com o jornalismo envolvido com emoções e sem fundamentos, a autora explica de que forma é possível fazê-lo com critérios explícitos e plausíveis:

(...) na necessidade de observarmos posições de classe, gênero, geográficas, raciais, grupais; na obrigatoriedade de levar em conta a estrutura social circundante (em nosso caso, a brasileira, fraturada pelo classismo e pelo racismo); na necessidade de olhar miúdo para entender como essas questões se traduzem nas pessoas, em como são devolvidas ao mundo; na procura de fissurar representações previamente dadas (ou fatos previamente dados); finalmente, em uma autocrítica do próprio campo assentado em bases positivistas e também que privilegia narrar a partir de um enquadramento espetacular (MORAES, 2019, p.417).

Com base nisso, a intencionalidade do telejornalismo público deve 1) olhar o telespectador como cidadão, e não como mero consumidor; 2) contribuir com a diversidade de conteúdos e abordagens de diferentes assuntos, sobretudo as temáticas não abarcadas em profundidade por outros veículos de comunicação, a exemplo da cobertura de protestos, que priorizam as consequências no trânsito e não o mérito da questão; reivindicações de movimentos sociais cujas coberturas destacam conflitos entre a polícia e manifestantes; reivindicações sindicais e trabalhistas, entre outros temas de grupos periféricos que são silenciados ou distorcidos.

Diante disso, seu jornalismo pode conquistar maior credibilidade ao contribuir com a problematização das ações governamentais para erradicação da pobreza, desigualdade de gênero, problemas no sistema público de saúde, educação, transporte e tantas outras demandas que afetam a vida de milhões de pessoas todos os dias.

4. CAMINHOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O caminho teórico-metodológico para análise dos dados desse estudo foi construído a partir do reconhecimento da intencionalidade do processo de construção da notícia na televisão pública brasileira e portuguesa. Apesar de ambas tomarem a imparcialidade jornalística através de documentos normativos e códigos de conduta,

possuem intenções bem definidas. Cabe a presente investigação descobrir quais são. Afinal, “(...) mesmo quando os jornalistas estão empenhados de forma efetiva numa ideologia de ‘objetividade’, as notícias incorporam valores que emergem de uma gama de influência (...)” (HALLIN, MANCINI, 2010, p. 41).

Como já aprofundado ao longo desse trabalho, apesar de não apresentar fundamentação teórico-epistemológica consistente, o conceito de objetividade jornalística tem sido colocado como o imperativo ético fundante do jornalismo em geral. A defesa da suposta neutralidade tem apontado a necessidade de um distanciamento para que o jornalista não tome o partido de algum dos lados em questão; e de uma responsabilidade com a veracidade da realidade dos fatos (GUERRA, 2008; SPONHOLZ, 2009; PONTE, 2005). Além disso, ela tem sido discutida como necessária para assegurar a isenção no tratamento das informações até mesmo do jornalismo da televisão pública (COUTINHO, 2013a; PINHEIRO, BEZERRA, 2020).

Por outro lado, partimos da hipótese de que a suposta isenção jornalística, enquanto distinção entre fato e opinião no jornalismo da televisão pública, não tem sido honesta com o público, podendo servir para esconder interesses governamentais na notícia da TV pública. Essa também pode ser uma problemática enfrentada pelos jornalistas portugueses, mas camuflada em ambos os países, cuja defesa da pretensa imparcialidade desautoriza a capacidade interpretativa do jornalista de poder realizar um “juízo social” (HALLIN; MANCINI, 2010) causal sobre as problemáticas que afetam a coletividade.

Na verdade, compreende-se que o processo de construção da notícia está imbricado diretamente com as relações de poder presentes nos processos sociopolíticos que ocorrem no mundo da vida (CORREIA, 2005) e se constitui como cabo de guerra (GANS, 1979) na definição das significações que serão discutidas na arena simbólica da sociedade. Desse modo, a identificação dos interesses camuflados pela defesa da objetividade no jornalismo da televisão pública brasileira e portuguesa pode trazer indicativos importantes sobre a qualidade do jornalismo prestado ao público, assim como apontar caminhos para uma relação efetiva entre a televisão pública e a sociedade.

É diante disso que o problema da presente pesquisa consiste em saber como o jornalismo da TV pública brasileira e portuguesa pode servir ao público com autonomia. Quais são os interesses que a defesa de uma suposta isenção tem buscado atender no

processo de construção da notícia da televisão pública brasileira (já rodeada por constrangimentos editoriais) e portuguesa (também carente de pluralismo e diversidade)? Qual é a percepção que os jornalistas da TV pública brasileira e portuguesa têm sobre a imparcialidade para a produção da notícia? Considerando que a invocação de uma falsa imparcialidade pode ameaçar o interesse coletivo, como o jornalista da TV pública pode se posicionar para encorajar o público a assumir uma opinião sobre as problemáticas que afetam a coletividade?

É bem verdade que são muitas questões que desafiam a presente investigação em responder a todas, principalmente, quando consideramos as diversas influências que podem limitar a autonomia jornalística na TV pública. Além das normas e regras da ideologia do profissionalismo neutro, que representa uma significativa ameaça para o asseguramento de uma linha editorial voltada ao fortalecimento da conscientização cívica, também consideramos como mecanismos de limitação da autonomia jornalística as formas de financiamento da atividade, a estrutura de governança e controle social, onde ambas geralmente são vulneráveis às pressões dos governos, principalmente em países caracterizados pelo sistema de mídia liberal e polarizado (HALLIN; MANICI, 2010).

Nesse contexto de intencionalidades e diversas influências que ameaçam a autonomia jornalística, Hackett (2016) defende que a parcialidade se constitui ferramentas conceituais que podem ser utilizadas para a análise do funcionamento ideológico e político dos media. Esse método considera que diversos fatores interpelam na luta pela significação dos acontecimentos, mas costuma ser desprezado nas pesquisas científicas que se centram na realização isolada de algum dos seguintes elementos: i) análise de conteúdo das notícias; ii) análise do modo como os jornalistas selecionam e rejeitam um material; iii) observação participante (nem sempre há abertura) ou iv) realização de inquéritos e entrevistas (não conseguem provar se as posições se refletem na produção mediática) (HACKETT, 2016).

Dessa forma, há uma tendência na maioria das investigações centrarem-se mais no conteúdo das notícias do que nas condições de produção delas. Em resposta a essa lacuna, a presente investigação considera a potencialidade de relacionar a análise do conteúdo das notícias com as percepções da instância produtora, capaz de revelar a intenção de seu próprio trabalho: o jornalista (BARROS FILHO, 2003). Assim, o objetivo central dessa investigação é discutir as condições de produção da notícia no jornalismo da televisão pública. De maneira específica, busca-se investigar a autonomia editorial nos

noticiários públicos brasileiro e português em relação ao governo federal; entender as semelhanças e diferenças do processo de construção da notícia no jornalismo da TV pública brasileira e portuguesa e indicar parâmetros normativos que contribuam para caracterizar a notícia na televisão pública.

Também integra os objetivos específicos do presente estudo a diferenciação do jornalismo público e estatal, conforme já realizamos a partir da discussão teórica do segundo capítulo deste trabalho, a partir da discussão sobre os limites entre a comunicação pública e governamental (ZÉMOR, 1995; KUNSCH, 2012; DUARTE, 2012, 2021; BRANDÃO, 2009; WEBER, 2017); os desafios de credibilidade do jornalismo na televisão pública no Brasil e em Portugal (VALENTE, 2008; SOUSA; SANTOS, 2003; LOPES, SOUSA, 2006; OLIVEIRA; PAULINO, 2016; SILVA, 2021); e a evidente intencionalidade da construção da notícia no jornalismo da televisão pública (BARROS FILHO, 2003; CORREIA, 2005; HALLIN, MANCINI, 2010).

De forma geral, o estudo comparativo é tomado para delineamento das semelhanças do processo de produção da notícia nos diferentes países a partir dos seus principais telejornais: o Repórter Brasil (TV Brasil), veiculado de segunda a sexta (19h às 20h) e o Telejornal (RTP1), que vai ao ar de segunda à domingo às 20h (60 minutos). Esse método “forçar-nos a pensar com mais clareza sobre como podemos explicar os sistemas de *media*” (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 19) e torna visível aspectos “difíceis de detectar quando o enfoque incide sobre um único caso nacional” (*Idem*).

4.1. Sobre os noticiários públicos

Atualmente o Repórter Brasil é apresentado por Guilherme Portanova e Iara Balduino, que assumiram o cargo em janeiro de 2024. É exibido em todo o país e por meio de antena parabólica digital e por canais de televisão por assinatura. Ademais, em 24 estados brasileiros os telespectadores podem ter acesso ao programa por meio de canal de televisão aberta, mediante a transmissão da ‘TV Brasil – RNCP’, com destaque para as seguintes localidades: RJ, SP, DF, MA, AM, RR, PI, RN, PB, PE, GO, MT, ES, PR, SC, RS, AL, RO, TO, AP, BA, SE, MS, MG.



Figura 1- Apresentação do telejornal Repórter Brasil (TV Brasil)

Já o Telejornal da RTP1 também é transmitido nos canais da RTP Internacional e RTP África. É importante salientar que a RTP1 “oferece uma grade diversificada de programação, de caráter mais comercial, generalista, que procura abranger tanto a informação como o esporte, a ficção nacional e o entretenimento” (VALENTE, 2009, p. 226). Por outro lado, tem registrado ao longo dos anos diminuição de audiência para a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), que é um canal de televisão privado em Portugal.



Figura 2 - Apresentação do Telejornal (RTP1)

4.2. A escolha do corpus

Como o objetivo central desse estudo é discutir as condições de produção da notícia no jornalismo da televisão pública, entendemos ser importante analisar tanto a

instância da produção (repórteres, editores e apresentadores), assim como a dos produtos (notícias) dos dois noticiários. Esse caminho tem se mostrado fundamental para a investigação da autonomia editorial da televisão pública pois fornece uma visão ampliada do processo de seleção e construção da notícia e como efetivamente a autonomia editorial é sentida pelos profissionais (SILVA, 2021).

Para isso, escolhemos uma temática de relevância comum aos noticiários para analisarmos: a cobertura sobre a pandemia da COVID-19, que impactou mais de 15 milhões de pessoas em todo o mundo, levando-as à óbito, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). Sendo assim, os dados que formarão o *corpus* dessa pesquisa foram divididos primeiramente na instância dos produtos dos telejornais, através da verificação do necessário pluralismo dos noticiários públicos, isto é, no mapeamento das vozes e sentidos presentes nas matérias dos noticiários (BENETTI, 2010). Depois, na instância da produção dos telejornais, por meio da realização de entrevistas em profundidade aos repórteres, apresentadores e editores dos noticiários para exploração de assuntos delicados e complexos (DUARTE, 2006) sobre suas percepções acerca da diferenciação entre a comunicação pública e estatal, a compreensão sobre as noções de imparcialidade para a construção da notícia na TV pública, assim como os desafios enfrentados durante a cobertura jornalística da pandemia.

4.2.1. As matérias dos telejornais públicos

Como recorte metodológico reunimos uma amostragem de edições dos noticiários veiculadas a partir do primeiro semestre de 2020 até o primeiro semestre de 2021, isto é, período em que a pandemia do coronavírus ocupou significativamente os noticiários televisivos mundiais¹². Além de ser a maior crise sanitária da história nos últimos 100 anos, a relevância da temática para a compreensão da cobertura dos noticiários justifica-se pelos desafios impostos ao seu dever de aprofundar as problemáticas sociais, em especial, de contribuir com a explicação sobre os impactos do posicionamento de acatamento ou negacionismo em relação às medidas estabelecidas pelas autoridades sanitárias mundiais para o enfrentamento do coronavírus.

Embora Brasil e Portugal compartilhem uma história comum em diversos aspectos, a diferença nos sistemas políticos de ambos os países é um ponto de partida

¹² O levantamento do Datafolha (março de 2020) mostrou que maior parte dos entrevistados (mais de 61%) afirmaram maior confiança nos noticiários televisivos para compreensão sobre o novo coronavírus.

importante para analisar as semelhanças e diferenças na cobertura da pandemia da COVID-19 pela mídia pública. Enquanto o Brasil é uma República Federativa presidencialista, ou seja, o chefe de Estado e de governo é o Presidente da República, eleito por voto direto, em Portugal, funciona uma República Parlamentar semipresidencialista. Sendo assim, o chefe do Estado Português é o Presidente da República, mas o chefe de governo é o Primeiro-Ministro, que é escolhido a partir do partido ou coalizão com maior representação no Parlamento. Dessa forma, o Presidente tem um papel mais simbólico, embora desempenhe poderes constitucionais importantes.

Ainda assim, consideramos nesse trabalho que ambos os posicionamentos dos Presidentes da República durante a pandemia ocuparam grande relevância sociopolítica e indicaram como a pandemia seria encarada pelas medidas governamentais. Sendo assim, devido à diferença no regime de governo, incorporamos para a análise as matérias que apresentassem também o posicionamento do primeiro-ministro português sobre a pandemia. Entendemos que as análises das matérias podem contribuir com a investigação da autonomia editorial dos noticiários públicos brasileiro e português em relação aos governos a partir da compreensão sobre seus posicionamentos durante a cobertura da pandemia.

Considerando a diversidade de assuntos e abordagens ao longo desse período, elencamos como temáticas de análise, as matérias sobre as medidas de combate à pandemia que foram recomendadas como cruciais pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para enfrentamento da COVID-19. São elas: (a) uso de máscaras, (b) distanciamento e isolamento social/confinamento e (c) vacinação. Além disso, também foi importante levantar as matérias sobre os impactos da pandemia na (d) economia e de assuntos relacionados ao (e) avanço da contaminação do coronavírus, entendendo que dentre tantos assuntos, o cenário econômico e o alastramento do vírus foram alguns dos temas que ocuparam significativa relevância no jornalismo. Tais eixos temáticos foram abordados por ambos os noticiários, principalmente diante de um momento de incertezas e falta de clareza sobre os rumos que se sucederiam com o alastramento desenfreado pelo coronavírus e das milhares de vítimas que causou ao redor do mundo em um curto espaço de tempo.

Para reunir o corpus de matérias foi necessário assistir a cobertura dos dois anos do noticiário público brasileiro, cuja média era de 30 minutos de duração por edição, resultando no levantamento de 220 matérias sobre as temáticas propostas. Nesse caso, a

busca foi realizada no próprio site da TV Brasil, na aba específica para o telejornal Repórter Brasil, onde foi possível encontrá-las de acordo com o dia, ano e mês de exibição.

Quadro 4 – Eixos de cobertura do Repórter Brasil (TV Brasil) durante a pandemia

Tema	Quantidade
Isolamento ou distanciamento social/confinamento	08
Uso de máscaras	06
Vacinação	47
Economia	47
Avanço da contaminação do coronavírus	45
Outros	67
Total	220

Fonte: elaborado pela autora

Além das utilizadas para análise, a categoria “outros” reúne matérias com orientações sobre o que é o coronavírus, sintomas e formas de contágio, além de outras notas sobre trocas de ministros da saúde, avaliações da EBC pelo público, visitas da presidência da república para inaugurações de hospitais e cobertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19, que foi responsável por investigar omissões e irregularidades do governo federal durante a pandemia.

Já no noticiário público português, foi preciso assistir a íntegra de 104 edições do Telejornal, com uma média de 1 hora e 15 minutos de cada edição. Isso resultou no corpus de 670 matérias reunidas diretamente a partir do site da RTP. Para elencar as edições que seriam assistidas na íntegra, foi necessário utilizar o método da semana compósita, selecionando uma edição por semana ao longo dos dois anos, uma vez que considerando o laço temporal de 2 anos proposto para o corpus, ficaria inviável assistir todas as edições do noticiário português.

Quadro 5 – Eixos de cobertura do Telejornal (RTP) durante a pandemia

Tema	Quantidade
Isolamento ou distanciamento social/confinamento	62
Uso de máscaras	18
Vacinação	83
Economia	72
Avanço da contaminação do coronavírus	57
Outros	311

Total	670
--------------	-----

Fonte: elaborado pela autora

Além das matérias que envolvem as categorias de análise do presente estudo, também compõem a cobertura do Telejornal (RTP) a situação da educação remota e os entraves para o retorno presencial, o fechamento e desafios nos lares de idosos, os impactos no setor do turismo, a situação do alastramento na Europa com os acordos/desacordos entre governos que integram o bloco europeu, a crise enfrentadas pela população imigrante e a situação do alastramento do vírus no Brasil em relação com o governo federal.

Para o tratamento analítico, optamos pelo recorte de uma amostragem de 25 matérias mais significativas e representativas do telejornal brasileiro e 25 do português, sendo 5 de cada sobre (a) uso de máscaras, (b) distanciamento e isolamento social, (c) vacinação, (d) economia e (e) avanço da contaminação do coronavírus. Sendo assim, as temáticas escolhidas são universais e perpassam de certa forma os dois países em suas distintas realidades, nos permitindo identificar similaridades e diferenças na cobertura noticiosa de ambos os noticiários públicos. Já o recorte e a escolha do corpus também se justifica pela intenção de fornecer uma maior representatividade (BARDIN, 2002) sobre a análise da cobertura realizada pelo noticiário público sobre a pandemia, pois oferece:

(...) uma base lógica para o estudo de apenas partes de uma população sem que se percam as informações – seja esta população uma população de objetos, animais, seres humanos, acontecimentos, ações, situações, grupos ou organizações. Como pode o estudo de uma parte fornecer um referencial seguro do todo? A chave para decifrar este enigma é a representatividade. A amostra representa a população se a distribuição de algum critério é idêntica tanto na população como na amostra. (BAUER; AARTS, 2008, p. 40-41).

Sendo assim, a análise de conteúdo deve produzir um sistema de categorias com características importantes e que foram observadas para a seleção das matérias. São elas: 1) a exclusão mútua, “cada elemento não pode existir em mais de uma divisão”; 2) homogeneidade, “diferentes tipos de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas”; 3) pertinência, “quando está adaptada ao material de análise escolhido, assim como ao quadro teórico”; 4) objetividade e fidelidade, “definição das categorias bem estabelecidas” e 5) produtividade, “quando oferece resultados férteis” (BARDIN, 2002, p. 120).

Considerando tais critérios, foram selecionadas as matérias mais significativas, para compreender qual é a posição do noticiário público ao longo da cobertura da pandemia da COVID-19. Entre elas estão reportagens com a presença de vozes de entrevistados sobre as temáticas elencadas, presença de comentadores ao vivo no estúdio, e em alguns casos, se fez necessário a escolha de matérias no formato “ao vivo”, para englobar a natureza “imediate” do telejornalismo, que enfrentou desafios de captação de imagens e sonoras devido às restrições de deslocamentos. No quadro abaixo, ilustramos o corpus das matérias para análise da cobertura do Repórter Brasil (TV Brasil), considerando o tema, a data de veiculação, a retransca (título que dá uma ideia mais detalhada sobre o conteúdo) e o formato (gênero da matéria, podendo ser entrada ao vivo, reportagem ou presença de comentadores ao vivo no estúdio), além da descrição das funções das pessoas entrevistadas em cada matéria.

Quadro 6 – Corpus de matérias para análise do Repórter Brasil

MATÉRIA	TEMA	DATA	RETRANCA	FORMATO
M01	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	06/04/20	Ministério da Saúde reforça a necessidade de distanciamento social	Vivo + Reportagem - Secretário do Ministério da Saúde
M02	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	08/05/20	Entenda a diferença entre distanciamento social e o lockdown	Sonora Respostas com especialista
M03	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	08/06/20	Isolamento social pode causar conflito entre casais	Reportagem - Advogados - Antropóloga
M04	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	15/06/20	Distanciamento social deve ser mantido, alertam especialistas	Reportagem - Infectologista - Servidora pública
M05	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	12/02/21	Idosa usa criatividade para driblar solidão do isolamento	Reportagem - Aposentada - Dona de casa - Psiquiatra
M06	Economia	27/03/20	Governo anuncia medidas econômicas para enfrentar a pandemia	Vivo + Reportagem - Sonora Bolsonaro - Cidadã

M07	Economia	07/05/20	Bolsonaro vai ao STF com empresários	Reportagem -Bolsonaro -Empresário -Ministro da Economia -Presidente STF
M08	Economia	01/09/20	Auxílio emergencial será prorrogado até dezembro deste ano	Vivo + Reportagem -Bolsonaro -Cidadão -Beneficiário -Ministros
M09	Economia	19/06/20	Ministério da Saúde publica orientações para retomada de atividades	Reportagem -Cidadãos -Ministério da saúde
M10	Economia	22/10/21	Ricardo Caldas analisa falas do presidente e do ministro da Economia	Vivo no estúdio -Comentarista
M11	Uso de máscaras	29/04/20	Veja como usar de forma correta as máscaras	Reportagem -Enfermeira
M12	Uso de máscaras	22/05/20	Criatividade transforma máscaras com personalização	Reportagem -Costureira -Estilista
M13	Uso de máscaras	03/11/20	Uso de máscaras pode deixar a pele mais oleosa e causar acne	Reportagem -Dermatologista -Cidadão
M14	Uso de máscaras	07/07/21	Estudo da Fiocruz comprova eficácia de máscaras	Vivo
M15	Uso de máscaras	10/11/21	Ficar sem máscara em locais abertos divide opiniões	Vivo
M16	Vacinação	20/07/20	COVID-19 : testes mostram que vacina inglesa é segura	Reportagem -Médicos
M17	Vacinação	26/01/21	COVID-19 : gestantes e crianças	Reportagem -Infectologistas

			podem ser vacinadas?	
M18	Vacinação	12/04/21	Ministro da Saúde reforça importância da segunda dose da vacina	Reportagem -Ministro da Saúde
M19	Vacinação	23/06/21	Ministério da Saúde inclui dois novos grupos prioritários para vacinas	Reportagem -Motorista de ônibus -Professora
M20	Vacinação	16/11/21	Governo anuncia mudanças na campanha de vacinação contra a COVID-19	Reportagem -Secretário executivo do CONASS -Ministro da Saúde
M21	Avanço da contaminação do coronavírus	13/03/20	Prevenção é a melhor forma de combate ao COVID-19	Reportagem -Cidadão e cidadã -Infectologista
M22	Avanço da contaminação do coronavírus	24/08/20	Médicos entregaram carta a Bolsonaro sobre tratamento da COVID-19	Reportagem -Médicos -Bolsonaro
M23	Avanço da contaminação do coronavírus	18/03/21	Número de brasileiros passando fome aumenta durante a pandemia	Reportagem -Moradora de comunidade - Líder comunitário -Porta voz de movimento
M24	Avanço da contaminação do coronavírus	18/03/21	Aglomerção no transporte público coloca a população em risco	Reportagem -Aposentado -Auxiliar de limpeza -Tecnólogo -Infectologista
M25	Avanço da contaminação do coronavírus	09/11/21	Pandemia provoca impactos na saúde mental dos brasileiros	Reportagem -Pesquisador -Pesquisadora -Fisiologista

Fonte: elaborado pela autora

Seguindo o mesmo modelo do quadro que descreve o corpus das matérias do telejornal brasileiro, também construímos o quadro que representa o corpus das matérias

para análise da cobertura do Telejornal (RTP), considerando o tema, a data de veiculação, a retransmissão (título que dá uma ideia mais detalhada sobre o conteúdo) e o formato, isto é, o gênero da matéria (podendo ser entrada ao vivo, reportagem ou presença de comentadores ao vivo no estúdio), além da descrição das funções das pessoas entrevistadas em cada matéria.

Quadro 7 – Corpus de matérias para análise do Telejornal (RTP)

MATÉRIA	TEMA	DATA	RETRANÇA	FORMATO
M26	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	19/03/20	Um ano de prisão para desobediência a normas do estado de emergência	Reportagem -Sob som Presidente da República -Advogado -Primeiro-ministro
M27	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	20/08/20	Antonio Costa diz que não é possível voltar a encerrar totalmente escolas e empresas	Reportagem -Primeiro-ministro - Presidente PSD
M28	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	16/10/20	Presidente admite medidas mais duras como o recolher obrigatório ou confinamento total	Reportagem -Presidente da república
M29	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	02/11/20	Familiares das vítimas da COVID-19 ultrapassam muitas vezes a perda em isolamento	Reportagem -Familiares vítima COVID-19 -Psicólogo
M30	Isolamento e distanciamento social/ confinamento	14/04/21	Estado de emergência – Assembleia da República aprova renovação do estado de emergência até 30 de abril	Reportagem -Ministro da administração interna -Deputado PSD -Deputado CDS-PP -Líder parlamentar BE -Líder parlamentar PCP -Deputada PEV -Líder parlamentar PAN -Deputado IL -Deputada CH

				-Ministra da Saúde
M31	Economia	13/04/20	PCP diz que estado de emergência cortou direitos dos trabalhadores	Reportagem -Secretário Geral do PCP -Coordenadora BE
M32	Economia	29/04/20	Reativação da economia e se há condições sanitárias	Vivo em estúdio -Infecciolologista
M33	Economia	23/05/20	Governo prepara extensão do lay-off mas com adaptações	Reportagem -Ministra do trabalho, solidariedade e seg. social -Conf. comércio e serviços de Portugal -Conf. Empresarial Portugal -CGTP -UGT
M34	Economia	26/06/21	Manifestação restauração – Empresários foram de muletas a representar “as pernas partidas” do setor	Reportagem -Empresário restauração Matosinhos -Empresário restauração V.N Gaia -Empresário restauração Porto -Pres. Associação Nacional de Restaurantes
M35	Economia	21/07/21	O primeiro-ministro apela à união em torno da recuperação económica do país	Reportagem -Primeiro-ministro -Líder parlamentar PSD -Deputada CDS-PP -Secretário-geral PCP -Coordenadora BE -Porta-voz PAN -Iniciativa Liberal
M36	Uso de máscaras	13/04/20	Máscaras recomendadas para	Reportagem

			qualquer pessoa em locais fechados e movimentos	-Ministra da saúde -Bastonário ordem dos médicos -Pres. Conselho escolas médicas -Diretora-geral de saúde
M37	Uso de máscaras	13/04/20	Muitas pessoas estão a fazer máscara em casa para contornar a escassez desse produto	Reportagem -Artesã
M38	Uso de máscaras	16/10/20	Máscara na rua – “As pessoas têm de entender que estamos no meio de uma guerra”, diz especialista	Reportagem -Fala povo habitantes -Pneumologista e Dir. Fac. Medicina univ. Coimbra -Diretor faculdade de medicina universidade de Lisboa
M39	Uso de máscaras	29/07/21	Regresso à normalidade – Máscaras podem deixar de ser usadas na rua quando 70% da população estiver vacinada	Reportagem -Primeiro-ministro
M40	Uso de máscaras	21/11/21	Análise – Travar a Pandemia – Máscara obrigatória em locais fechados	Vivo em estúdio -Comentaristas
M41	Vacinação	29/11/21	Vacinação em todo o país – No agrupamento do Porto profissionais de saúde falam de confiança	Reportagem -Médicos vacinados -Enfermeiros vacinados -Enfermeiras -Diretora clínica
M42	Vacinação	27/06/21	Seis meses de vacinação – A 26 de dezembro de 2020 chegavam ao país as primeiras 9750 doses da vacina	Reportagem -Ministra da saúde -Médico hospital São João do porto

				<ul style="list-style-type: none"> -Médico hospital Curry Cabral -Coord. Plano nacional de vacinação COVID-19 -Vacinado em casa aberta -Task force plano vacinação COVID-19 -Diretora Executiva ACES Lisboa Norte -Voluntária C.M Lisboa
M43	Vacinação	15/08/21	Gouveia e Melo insultado – Coordenador do plano nacional de vacinação vaiado por um grupo de negacionistas	<ul style="list-style-type: none"> Reportagem - Coord. Plano Nacional de Vacinação Covid 19 -Sobe som manifestantes -DJ
M44	Vacinação	16/09/21	Elogio aos portugueses – presidente da república diz que a adesão à vacinação teve “votação maioritária”	<ul style="list-style-type: none"> Reportagem -Presidente da República -Presidente da Assembleia da República
M45	Vacinação	21/11/21	Vacinação das crianças – Especialistas dividem-se sobre as vantagens	<ul style="list-style-type: none"> Reportagem -Pediatras
M46	Avanço da contaminação do coronavírus	05/04/20	Análise do que está a ser bem-feito e mal feito na forma que estamos a lidar com a pandemia	<ul style="list-style-type: none"> Vivo em estúdio -Comentadores RTP
M47	Avanço da contaminação do coronavírus	23/05/20	Estudo hidroxiclороquina – Universidade de Havard admite que medicamento aumenta risco de morte em 45%	<ul style="list-style-type: none"> Reportagem -Presidente dos EUA -Professor Universidade Havard -Passagem

M48	Avanço da contaminação do coronavírus	23/05/20	Nos últimos 8 dias, hospital de Loures recebeu 12 novos casos de COVID-19	Reportagem -Médico -Pacientes infetadas/os -Adm. Executivo hospital -Enfermeiro Medicina intensiva -Coord. Medicina interna
M49	Avanço da contaminação do coronavírus	06/01/21	Vídeos mostram doentes amontoados nos corredores por falta de camas	Reportagem -Diretora Urgência Hospital da Guarda
M50	Avanço da contaminação do coronavírus	15/05/20	Durante dois meses Silvia tinha de ir para um monte para ter bom sinal de internet	Reportagem -Professora

Fonte: elaborado pela autora

Sendo assim, é importante situar que essa pesquisa é de cunho qualitativo, por se propor a lidar com interpretações da realidade social do noticiário televisivo público. Segundo Bauer & Gaskell (2002), também não há quantificação sem qualificação, sendo válido considerar as vantagens de aliar a pesquisa quantitativa e seus modelos estatísticos para explicar os dados. Os estudiosos ressaltam que, “embora a maior parte das análises clássicas de conteúdo resultem em descrições numéricas de algumas características do corpus do texto, considerável atenção está sendo dada aos ‘tipos’, ‘qualidades’, e ‘distinções’ no texto, antes que qualquer quantificação seja feita” (BAUER; GASKELL, 2002, p. 190). Ainda assim, optamos pela análise dos dados desta pesquisa corresponder à interpretação qualitativa, uma vez que as categorias elencadas para a observação do nosso corpus dialogam efetivamente com interpretações e escolhas realizadas pelo noticiário, evitando, portanto, se restringir as numerações.

Além disso, para trazer luz sobre os dados obtidos nas matérias e entrevistas, utilizaremos a análise de conteúdo jornalística de cunho qualitativo (BAUER; GASKELL, 2002). A ideia é expor “tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais analisados” (HERSCOVITZ, 2010, p. 127), para categorização do material a ser analisado, em combinação com a Análise do Discurso Jornalístico (BENETTI, 2010), que reconhece a composição dialógica e polifônica dos elementos que compõem a heterogeneidade do discurso telejornalístico (textos e

imagens). Assim, esse método será utilizado para a identificação dos elementos polifônicos e monofônicos das matérias dos noticiários públicos através do sistema de Formações Discursivas (FD) – região de sentidos presentes no texto telejornalístico e nas entrevistas aos profissionais – que nos permitirá categorizar as Sequências Discursivas (SD) – trechos das matérias recortados para a análise das edições dos noticiários e trechos das entrevistas. É importante salientar que, na análise de conteúdo, “o interesse não reside na descrição dos conteúdos, mas sim no que estes nos poderão ensinar após serem tratados (por classificação, por exemplo) relativamente a outras coisas” (BARDIN, 2002, p.38).

Portanto, a realização de um recorte representativo das matérias sobre as principais temáticas voltadas à pandemia poderá fornecer reflexões importantes para desvendar a autonomia editorial do noticiário, sobretudo durante esse período, e de que forma a abordagem de assuntos que têm relação com o governo federal são abordadas, assim como a qualidade do jornalismo público oferecido à sociedade em um dos piores e mais desafiadores momentos que a humanidade já enfrentou.

4.1.2. Entrevistas aos jornalistas da TV pública

Com base nas discussões de Barros Filho (2003, p.34) sobre a ética na comunicação, “a objetividade jornalística não pode ser avaliada pelo produto e sim pelo procedimento ou intenção do seu autor”. Sendo assim, estruturamos o roteiro de entrevista para situar a intencionalidade no processo de construção da notícia pelos profissionais, assim como os possíveis constrangimentos editoriais enfrentados.

A entrevista em profundidade é “um recurso metodológico que busca, com base em teorias e pressupostos definidos pelo investigador, recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que seja de conhecer” (DUARTE, 2006, p. 62). Dessa forma, as entrevistas abordam as percepções dos jornalistas da TV pública acerca da diferenciação entre a comunicação pública e estatal, a compreensão sobre as noções de imparcialidade para a construção da notícia e os desafios enfrentados durante a cobertura da pandemia. Especificamente, também buscamos entender: 1) se a isenção e a imparcialidade são vistas como crenças compartilhadas pelos jornalistas da TV pública; 2) se a ideia de objetividade é utilizada pelos jornalistas para atrair o público e 3) se a autorização da capacidade interpretativa do jornalista para se posicionar em favor do interesse público é aceita pelos profissionais.

A escolha por profissionais que estão na TV pública brasileira desde os primeiros anos foi fundamental para fornecer parâmetros sobre a autonomia editorial em relação com aos distintos governos que já perpassaram pela presidência da república desde 2007, ano de criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Entre os profissionais entrevistados estão repórteres, editores e apresentadores na intenção de termos um panorama das diferentes etapas do processo de construção da notícia. Para proteger a identidade dos profissionais, decidimos não divulgar seus nomes, conforme ilustrados a função e o período de ingresso na TV Brasil, a partir do quadro abaixo:

Quadro 8 – Relação de entrevistados do Repórter Brasil

NOMECLATURAS ENTREVISTADOS	FUNÇÃO	PERÍODO NA TV BRASIL
Entrevistado 01(E01)	Repórter em Brasília do telejornal Repórter Brasil	Desde 2007
Entrevistado 02 (E02)	Edição de texto em São Paulo do telejornal Repórter Brasil	Desde 2012
Entrevistado 03 (E03)	Apresentação do telejornal Repórter Brasil	Desde 2007 até 2023
Entrevistado 04 (E04)	Edição geral do Repórter Brasil	Desde 2013
Entrevistado 05 (E05)	Edição de texto no Rio de Janeiro telejornal Repórter Brasil	Desde 2012

Fonte: elaborado pela autora

No caso da escolha dos profissionais da TV pública portuguesa, também foi fundamental oferecer um panorama das diferentes etapas do processo de construção da notícia no Telejornal (RTP). Para proteger a identidade dos entrevistados, também optamos por não divulgar seus nomes, mas apresentamos suas funções e o período de ingresso na RTP, conforme ilustrado no quadro abaixo:

Quadro 9 – Relação de entrevistados do Telejornal (RTP)

NOMECLATURAS ENTREVISTADOS	FUNÇÃO	PERÍODO NA TV BRASIL
Entrevistado 06 (E06)	Repórter de saúde	Desde 1997
Entrevistado 07 (E07)	Repórter de saúde e sociedade/ Apresentação	Desde 2015
Entrevistado 08 (E08)	Apresentação	Desde 2003
Entrevistado 09 (E09)	Edição geral	Desde 2013
Entrevistado 10 (E10)	Repórter de investigação	Desde 2014

Fonte: elaborado pela autora

4.3. Operadores de análise

a) Pluralismo

A criação de um vínculo mais forte com o cidadão (COLEMAN, 2003; LATTMAN-WELTMAN, 2007) é uma das principais características do jornalismo público, que se dá através da diversificação das fontes e das problemáticas tratadas pelo noticiário. Sendo assim, considerando que a objetividade não garante a honestidade do jornalista e do veículo, não cativa o público, retira sua responsabilidade e exclui o aprofundamento sobre os acontecimentos, optamos pelo pluralismo como aspecto norteador que deve estar presente nas matérias do jornalismo da televisão pública.

Sendo assim, a partir do mapeamento de vozes e sentidos presentes na cobertura dos noticiários durante a pandemia, poderemos indicar se existe o confronto de ideias em relação ao posicionamento do governo ou se as matérias contribuem para a consecução dos objetivos da comunicação pública. Para isso a categorização proposta por Porto (2004) sobre versões e enquadramentos noticiosos será fundamental nesta análise, pois classifica a existência do enquadramento restrito, quando a notícia expressa uma única versão sobre o acontecimento; plural-aberto, quando são apresentadas uma diversidade de perspectivas; e o plural-fechado, quando, apesar de haver diferentes perspectivas sobre o acontecimento, existe a supervalorização de um deles em detrimento dos demais.

Deste modo, para adequar a proposta de Porto (2004) aos objetivos da presente investigação, incluiremos a partir da reflexão de Herman (2016), outras categorias para incorporar a análise das matérias com a inclusão da diversidade significativa de versões, que corresponde ao enquadramento plural-aberto, e a diversidade reprimida ou marginalizada, quando há a estigmatização da versão ou de versões, como no enquadramento plural-fechado, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 10 – Categorias de análise das matérias

Indicadores de Pluralismo	Descrição
Diversidade significativa de versões	Mais de uma fonte com perspectivas diferentes sobre o assunto, constituindo-se no ideal da teoria democrática.
Versão única ou restrita	Apresenta apenas um ponto de vista sobre a problemática.
Versão única com mais de uma fonte	Representa diferentes vozes, mas que reforçam o mesmo ponto de vista.

Diversidade reprimida ou marginalizada	Mais de uma interpretação da realidade, mas com a distinção privilegiada de uma versão hegemônica e a estigmatização da outra ou outras versões.
--	--

Fonte: elaborado pela autora

b) Autonomia editorial

A discussão sobre as condições de produção da notícia e as ameaças de interferência governamental deve estar alinhada às características da TV pública e do sistema público de comunicação, reconhecidos em tese pela autonomia em relação aos interesses do mercado ou governo; pela sua natureza jurídica de direito público e pelo financiamento público, sendo realizado pelo Estado, doações ou taxas anuais pagas pelo cidadão (BUCCI, 2015).

Dessa forma, entendemos que recai sobre o telejornal público uma responsabilidade ainda maior: ele deve interpretar a realidade a partir de uma verdade dialógica (PONTE, 2005), isto é, apresentando o confronto de perspectivas que em sua maioria são dadas como a verdade absoluta pelo jornalismo da mídia comercial. Também deve permitir que o jornalista articule a discussão pública e realize uma interpretação causal com a diversidade de vozes em substituição a representação monolítica do objetivismo (ROCHA; GRADIM, 2020).

O desenvolvimento da atividade comercial da mídia, baseada no impedimento do jornalista poder realizar uma interpretação causal sobre os acontecimentos, foi capaz de a) enfraquecer o elo social entre a mídia e os acontecimentos do mundo, assim como b) reduzir o envolvimento da sociedade nos processos políticos, uma vez que a objetividade revelava a mais insidiosa das parcialidades, geralmente, camuflando relações de poder e os privilégios das elites. Assim, compreendemos que o jornalismo da televisão pública tem mais a ganhar ao se posicionar em favor do público, e isso é possível através do asseguramento da autonomia jornalística:

(...) a noção de independência jornalística e do jornalismo como um serviço público: isto é o que ele quer dizer com ser uma ‘testemunha honesta’, contar a ‘história do presente’ tal como o jornalista a apreende; isto é como o jornalismo serve o público; e isto é a razão por que a autonomia jornalística tem importância – para preservar não a neutralidade, mas a integridade deste processo de ‘julgamento social’ (HALLIN, MANCINI, 2010, p. 55).

Por outro lado, há uma diferença entre o que os jornalistas acreditam, o que eles realmente fazem ou o que são capazes de fazer, principalmente quando consideramos que

a construção da notícia perpassa diversas orientações editoriais e não necessariamente conseguem cumprir os valores da televisão pública. Por outro lado, Soloski (2016) defende o posicionamento do jornalista diante dos constrangimentos editoriais a partir da conclamação da autoridade do público e dos riscos de perda de credibilidade do veículo, caso seja percebido pela sociedade a intervenção no processo de construção da notícia.

Considerando isso, analisaremos as entrevistas realizadas aos repórteres, editores e apresentadores dos noticiários públicos brasileiro e português tendo como base a categorização proposta por Schmitz (2018) sobre a trilogia da autonomia jornalística: (a) autonomia editorial ideal; (b) a autonomia percebida na prática profissional e (c) a autonomia efetiva.

A autonomia dos ideais, aquela que o indivíduo atribui a si, pela importância que confere ao que faz com base nos valores profissionais; a autonomia percebida, relacionada àquilo que ele nota de comum no seu ambiente de trabalho e a autonomia efetiva, mensurada no resultado do seu trabalho (SCHMITZ, 2018, p. 149).

Tal classificação será adaptada no presente estudo na intenção de guiar o aprofundamento sobre (a) a percepção dos profissionais da televisão pública acerca da autonomia ideal para o jornalismo da TV Brasil e RTP; (b) como os jornalistas percebem tal autonomia editorial na prática durante a cobertura da pandemia nos dois noticiários. Já a verificação sobre a (c) autonomia efetiva será realizada através da análise das matérias, com a aferição, conforme já salientamos, do quanto se aproximam dos princípios da comunicação pública ou da comunicação governamental.

Por fim, para delimitar como os noticiários públicos cumprem sua função social, sistematizamos as características cruciais que operam para o fortalecimento da democracia e do debate cívico, conforme o quadro abaixo, construído com base no referencial teórico que vem sendo aprofundado ao longo dessa investigação (HABERMAS, 1997; OTONDO, 2008; BUCCI, 2015; GANS, 2003; CORREIA, 2005; COUTINHO, 2013a; ROCHA; GRADIM, 2021; GUREVITCH; BLUMER, 2016; DUARTE, 2021; HALLIN, MANCINI, 2010).

Quadro 11 - Características do telejornalismo público

Características do telejornalismo público	
a) Promoção da cidadania	Como o noticiário público promove o debate sobre questões que incidem no bem coletivo (direitos e deveres)

b) Denúncia sobre o que afeta o cidadão	De que forma o noticiário público trata as reivindicações da população, especialmente contra estruturas de poder
c) Avaliação da condução do governo (posição crítica)	Como se posiciona de forma crítica à condução das políticas governamentais
d) Estímulo à participação do cidadão (interação com o público)	Quais mecanismos são utilizados para promover um vínculo mais forte com o cidadão
e) Combate à desinformação	Quais estratégias são utilizadas para esclarecer informações falsas ou distorcidas
f) Presença de comentaristas (qualificação do debate)	De que forma são elaborados comentários políticos fundamentados para compreensão do contexto a fim de fortalecer o debate para constituição de uma opinião pública qualificada

Fonte: elaborado pela autora

Esse quadro será utilizado como parâmetro para a análise comparativa entre as diferenças e semelhanças sobre as condições de produção da notícia na TV pública brasileira e portuguesa.

5. ANÁLISE: AS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO DA NOTÍCIA DA TV PÚBLICA BRASILEIRA E PORTUGUESA DURANTE A PANDEMIA

5.1. TV Brasil: avaliando o pluralismo

5.1.1. Isolamento e distanciamento social

O Brasil chegou a ser o segundo país com mais mortes por COVID-19 no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Na tentativa de conter a contaminação do vírus no mundo, ainda em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) chegou a orientar o isolamento social para as pessoas que haviam testado positivo ou suspeitavam ter contraído a doença, sobretudo, considerando que os hospitais poderiam entrar em colapso com altos picos de infecção e que não seriam apenas os idosos e as pessoas com comorbidades que precisariam de aparelhos de respiração.

Houve orientação para dois tipos de isolamento social, o vertical, onde apenas grupos de risco como idosos e pessoas com doenças preexistentes deveriam ficar em casa, e o horizontal, onde toda a população, com exceção dos que trabalhavam em atividades essenciais, deveria ficar em casa. Em alguns casos, o lockdown ou confinamento, que representa o endurecimento das medidas restritivas, chegou a ser adotado por governos estaduais e prefeituras de municípios brasileiros.

Um pouco mais tarde, o distanciamento social também foi outro caminho apontado pela OMS, onde era possível sair de casa, mas evitando aglomerações e mantendo distância de no mínimo um metro de outras pessoas. Essa série de medidas restritivas causou grandes polaridades diante do cenário econômico brasileiro, onde havia quem concordasse e quem se colocasse contrário.

O presidente Jair Bolsonaro chegou a criticar tais medidas, mostrando preocupação com a economia do país. Em pronunciamento na TV comercial, chegou a defender o isolamento apenas para os grupos de risco: “nossa vida tem que continuar”, afirmava. Também chegou a identificar as pessoas que ficaram em casa e seguiram as recomendações da OMS como “idiotas”¹³.

Passados os dois primeiros anos de pandemia, que resultou em mais 700 mil vidas interrompidas e famílias enlutadas, Bolsonaro afirmou que o país não havia perdido empregos durante esse período por não ter seguido as medidas restritivas de combate ao coronavírus: “Não perdemos empregos e cada vez mais fomos conscientizando o Brasil

¹³ Bolsonaro critica quem faz isolamento: “Tem idiotas até hoje em casa”. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-critica-quem-faz-isolamento-tem-idiotas-ate-hoje-em-casa/>>. Acesso em 11 de outubro de 2023.

de que não podíamos ficar em casa, como impuseram muitos governadores com a política de lockdown”¹⁴, disse.

No levantamento que realizamos de matérias do noticiário público brasileiro sobre a temática do isolamento e distanciamento social, podemos observar a ausência de reportagens com tais pronunciamentos e falas do presidente. Além disso, as causas do distanciamento e isolamento não foram aprofundadas no noticiário.

No corpus expandido desse trabalho, mapeamos apenas 08 matérias com essa temática dentre as 220 levantadas entre os anos de 2020 e 2021. Abaixo, na nossa amostragem para análise, vemos que na maioria das matérias prevalece a versão única com mais de uma fonte sobre o assunto, que representa diferentes vozes, mas que reforçam o mesmo ponto de vista.

Quadro 12 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre isolamento e distanciamento social

MATÉRIA	RETRANÇA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M01 06/04/20	Ministério da Saúde reforça a necessidade de distanciamento social	Vivo + sonora secretário do ministério de saúde	Versão única ou restrita
M02 08/05/20	Entenda a diferença entre distanciamento social e o lockdown	Respostas com especialista	Versão única ou restrita
M03 08/06/20	Isolamento social pode causar conflito entre casais	Reportagem -Advogados -Antropóloga	Versão única com mais de uma fonte
M04 15/06/20	Distanciamento social deve ser mantido, alertam especialistas	Reportagem -Infectologista -Servidora pública	Versão única com mais de uma fonte
M05 12/02/21	Idosa usa criatividade para driblar solidão do isolamento	Reportagem -Aposentada -Dona de casa -Psiquiatra	Diversidade significativa de vozes

Fonte: elaborado pela autora

Apesar de não haver matérias dessa temática com o pronunciamento do Presidente da República sobre o isolamento social, podemos observar que as matérias encontradas não apresentam posicionamentos contrários às medidas restritivas orientadas pela OMS. A M01, por exemplo, apresenta a recomendação do Ministério da Saúde, ainda que não

¹⁴ Bolsonaro diz que conscientizou Brasil contra isolamento social. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-diz-que-conscientizou-brasil-contr-isolamento-social/>>. Acesso em 11 de outubro de 2023.

seja o mesmo partilhado pela Presidência, e faz uma denúncia sobre as fragilidades do Sistema Único de Saúde (SUS):

Não tenho dúvidas que as medidas de distanciamento social são fundamentais para que o sistema de saúde se organize. O distanciamento social não é para impedir a transmissão. (...) A gente vai continuar tendo surtos (...), agora fazer uma transição direta sem termos os condicionantes de saúde, quais são: equipamentos de proteção individual, respiradores mecânicos e testes laboratoriais em quantitativos suficientes é temerário (M01).

Assim como a M01, a M02 apresenta a ausência de uma representação crítica do noticiário sobre a própria situação nacional a respeito da falta de normas claras e ações coordenadas pelo governo federal para o distanciamento. O apresentador ao chamar a matéria, diz que “o Brasil tem seguido as determinações da Organização Mundial da Saúde e adotado o isolamento social como principal medida para conter a proliferação do novo coronavírus” (M02), mas sem contextualizar que a adoção dessas medidas estava a mercê do posicionamento autônomo dos governos estaduais.

Dessa forma, a M02 traz um especialista, professor de direito administrativo, que diferencia isolamento enquanto uma “prática de autopolicimento” para não propagar a pandemia; distanciamento como isolamento seletivo, onde “permanece as pessoas mais necessitadas” e o lockdown enquanto bloqueio total, sendo uma “exceção no momento de crise”. Não há um aprofundamento sobre as experiências de outros países que seguiram as medidas restritivas, nem mesmo dos impactos de não as seguir, como o aumento da superlotação em grande escalada nos hospitais e o exponencial contágio na população.

A M04 é a matéria mais próxima da discussão aprofundada sobre o assunto, pois repercute os dados de uma pesquisa do Ministério da Saúde sobre as pessoas que estavam quebrando o distanciamento e isolamento social para realização de atividades não essenciais. Na passagem do repórter, há a indicação que o país atravessa uma situação de alerta e que o ideal é permanecer em casa, seguindo a orientação de especialistas:

Vinte por cento (20,5%) disseram que saíram de casa porque estavam entediados ou cansados e 19,8% disseram que foram visitar um familiar ou amigo. Essa saída por motivos além dos essenciais, mostra, segundo os especialistas, uma tendência de relaxamento do isolamento social quando o país ainda está em situação de alerta. Por isso, o ideal é continuar em casa o máximo possível (M04).

Também é interessante observar na M04 a presença das falas de especialistas em combinação com a do cidadão, representada por uma servidora pública, que apontam a

autorresponsabilidade como elemento fundamental para o momento em que se estava atravessando. O infectologista alertou sobre o quanto o isolamento era fundamental: “Como a gente não tem vacina nem o tratamento, o recurso mais importante é esse, então claro: o isolamento social, distanciamento, aliado também à higienização das mãos e uso das máscaras” (M04).

Em concordância a orientação das autoridades sanitárias, a matéria é validada pela participação da servidora pública que mostra ser possível seguir as medidas: “Amigos, parentes, estamos visitando de forma virtual ou por aplicativos de videoconferência, WhatsApp. Então todos os nossos hábitos de sair de casa rotineiramente foram alterados e estamos fazendo tudo dentro de casa” (M04), afirma a servidora.

Duas matérias curiosas sobre o assunto são a M03 e M05, que repercutem o comportamento de algumas pessoas em suas casas. A M03 explora o aumento do número de divórcios e conflitos familiares devido ao convívio prolongado trazido pela pandemia, além de mostrar o passo a passo de como se divorciar sem precisar sair de casa. Já a M05 apresenta a experiência de uma idosa que encontrou “um jeito de fugir da tristeza e aproveitar melhor o tempo” (M05) por causa do isolamento social, abordando a importância de exercitar a música e a arte enquanto antidepressivos naturais.

Dessa forma, o espaço discursivo destinado à temática do distanciamento e isolamento social não é crítico ao posicionamento da presidência de República, que se apresentou contrário às medidas restritivas à COVID-19. Vale lembrar que no primeiro ano de pandemia, a pasta do Ministério da Saúde teve três demissões consecutivas de ministros no pior momento de crise sanitária mundial, sendo no total 4 ministros da saúde durante a pandemia da COVID-19: Luiz Henrique Mandetta, Nelson Teich, Eduardo Pazuello e Marcelo Queiroga. Ainda assim, apesar das matérias sobre a temática apresentarem majoritariamente uma versão única sobre a importância do isolamento e distanciamento social, o noticiário se absteve desse tipo de debate.

5.1.2. Economia

A pressão pela retomada das atividades econômicas se mostrou uma constante preocupação no período mais grave da pandemia. De um lado, milhares de pessoas perdiam familiares, amigos e até mesmo suas próprias vidas. Do outro, a economia mundial atravessava um dos piores momentos de sua história. Só para se ter uma ideia, no Brasil, mais de 99% das empresas de pequeno porte encerraram suas operações durante

a primeira onda da doença (até junho de 2020), segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, o dilema entre proteger sua saúde e colocar a comida na mesa foi enfrentado por milhões de trabalhadores.

Economistas chegaram a explicar que um dos caminhos para a recuperação da economia era de fato evitar as maiores taxas de mortalidade com o vírus, uma vez que “os países que perderam mais economicamente foram os mesmos que perderam mais em termos de mortalidade, na média¹⁵”. Ou seja, a retomada segura da economia precisava caminhar em conjunto com políticas públicas que contribuíssem para sanar o vírus, como a aquisição de vacinas, máscaras gratuitas e respeito às medidas de distanciamento social.

Na contramão disso, ainda em 2020, o governo brasileiro chegou a lançar uma campanha contra o isolamento intitulada “O Brasil não pode parar”, que foi avaliada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como gravíssima¹⁶:

Trata-se, ademais, de uma campanha 'desinformativa': se o poder público chama os cidadãos da "Pátria Amada" a voltar ao trabalho, a medida sinaliza que não há uma grave ameaça para a saúde da população e leva cada cidadão a tomar decisões firmadas em bases inverídicas acerca das suas reais condições de segurança e de saúde (BARROSO, 2020).

Não obstante, Bolsonaro chegou a acionar o STF para derrubar a decisão de que estados e municípios não tivessem autonomia para regulamentar as medidas de isolamento social. Para além disso, a distribuição do auxílio emergencial, um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do COVID-19, envolveu diversas polêmicas e dificuldades de acesso ao benefício, além das gigantescas filas para o recebimento. Inicialmente teve cinco parcelas de R\$ 600 (a partir de abril de 2020), que poderiam ser recebidos por até dois membros da família, e de setembro a dezembro de 2020, metade do valor.

Nas matérias levantadas para análise do posicionamento do noticiário público brasileiro na cobertura sobre os impactos da pandemia na economia, destacam-se: o anúncio de medidas econômicas pelo governo para enfrentamento da pandemia; a sensibilização do Presidente da República com a situação dos empresários afetados pela

¹⁵ Discutir conflito entre 'saúde e economia' não faz sentido para governos, avalia economista. Disponível em < <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56413842>>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

¹⁶ STF proíbe que Bolsonaro faça campanha para população furar isolamento. Disponível em < <https://exame.com/brasil/stf-proibe-que-bolsonaro-faca-campanha-para-populacao-furar-isolamento/>>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

pandemia; a orientação do Ministério da Saúde para retomada das atividades econômicas; os impactos do recebimento do auxílio emergencial para a população em situação socioeconômica sensível e a análise sobre a condução do presidente em relação ao cenário econômica.

Quadro 13 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre economia

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M06 27/03/20	Governo anuncia medidas econômicas para enfrentar a pandemia	Vivo + Reportagem -Presidente do Brasil - Empresária -Presidente Banco Central	Versão única com mais de uma fonte
M07 07/05/20	Bolsonaro vai ao STF com empresários	Reportagem -Bolsonaro -Empresário -Ministro da Economia -Presidente STF	Versão única com mais de uma fonte
M08 19/06/20	Ministério da Saúde publica orientações para retomada de atividades	Matéria - Cidadãos - Ministério da Saúde	Versão única com mais de uma fonte
M09 01/09/20	Auxílio emergencial será prorrogado até dezembro deste ano	Vivo + Reportagem -Presidente do Brasil -Cidadão beneficiário -Ministros	Versão única com mais de uma fonte
M10 22/10/21	Ricardo Caldas analisa falas do presidente e do ministro da Economia	Vivo no estúdio -Comentarista	Versão única e restrita

Fonte: elaborado pela autora

Assim como nas matérias relacionadas ao isolamento e distanciamento social, a amostragem do nosso corpus referente à temática “economia” apresenta majoritariamente a versão única com mais de uma fonte. Na maior parte delas, há a presença do presidente Bolsonaro defendendo abertamente a necessidade da retomada da economia a fim de evitar um “colapso” da indústria e comércio do país.

Na M06, a entrada ao vivo da repórter explica didaticamente os requisitos para o recebimento do “pacote de auxílio anunciado pelo governo para garantir o pagamento de salários para os funcionários de pequenas e médias empresas”. Já a fala do presidente

Bolsonaro deixa claro que a preocupação é dupla: “De modo que nós possamos atender as possíveis vítimas do coronavírus, também uma preocupação em garantir os empregos”.

Também é importante observar como a fala de uma empresária, que é proprietária de uma loja de materiais de construção, é utilizada para ilustrar a problemática: “caso o comércio continue fechado, infelizmente seremos obrigados a suspender alguns contratos de trabalho”. Apesar de ser um noticiário público, não há a presença das vozes das pessoas mais afetadas com tal situação: a do cidadão que se viu dentro de um emaranhado entre permanecer no isolamento social para salvar a própria vida e ter que sair para trabalhar e garantir o sustento.

No mesmo sentido, apesar da M07 ser formada por diferentes falas, todas reforçam o mesmo ponto de vista de que o comércio precisa voltar. Nela estão presentes as sonoras do presidente Bolsonaro, o presidente executivo do Instituto Aço Brasil, entidade representativa das empresas brasileiras produtoras de aço, o Ministro da Economia e o Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF).

Também esvazia a crítica de que a visita de Bolsonaro com diferentes empresários ao STF não estava prevista na agenda oficial da corte e que a motivação foi para solicitar a flexibilização de medidas restritivas nos estados e a retomada da economia quando o país atingia a marca de mais de 9.000 mortes causadas pela pandemia, em maio de 2020. Defendendo a visão da classe industrial, Bolsonaro dizia que se a economia não voltasse a funcionar, vários setores entrariam em colapso: “(...) conciliar a saúde das pessoas e a reconciliação da economia. Nós devemos salvar a economia porque a economia é vida” (M07).

Já na versão do Presidente Executivo do Instituto Aço Brasil, também presente na M07, a produção teve quedas bruscas com a pandemia:

Toda vez que sou perguntado: ‘Mas a siderurgia não poderia esperar mais 15 dias para atender o que seria o regramento da Organização Mundial da Saúde? Eu informo que a siderurgia não parou, como várias outras atividades não pararam no Brasil, atividades prioritárias e essenciais, e com total segurança dos colaboradores, através de protocolos rígidos de proteção e saúde (M07).

Por sua vez, o Ministro da Economia chegou a fazer analogias da situação crítica da economia com a Unidade de Terapia Intensiva (UTI): “Temos aí 3 e 4 meses que a população tem meios de subsistência, só que as informações que os empresários nos

trazem, nós mantemos contatos com eles de forma regular, é de que, embora preservados os sinais de vida da indústria brasileira, estamos indo para UTI” (grifo nosso, M07).

Além disso, a representação da matéria sobre a fala do STF não clarifica o posicionamento da corte sobre o assunto, quando essa já havia previsto que a decisão da retomada das atividades econômicas estava na tutela dos municípios e estados: “(...) eu penso que o poder executivo, o presidente da República junto com seus ministros, chamando os outros poderes, chamando os estados também, os representantes dos municípios, eu penso que é fundamental isso” (M07).

Já a M08 é de orientação sanitária para a retomada gradativa de atividades, a partir da publicação de uma portaria do Ministério da Saúde em junho de 2020. A matéria deixa claro, a partir da fala do Ministério da Saúde, que a decisão sobre a reabertura do comércio cabe aos gestores locais: “Quando o gestor flexibilizar ações de distanciamento de acordo com a avaliação da curva epidemiológica e uma capacidade de resposta da área de saúde, ele vai conseguir, com medidas de prevenção, mitigar a contaminação coletiva da população” (M08).

Ainda na M08 é interessante observar a presença das falas de cidadãos que reforçam a importância dos cuidados: “Agora tem que tomar todo cuidado porque essa doença não é de brincadeira. É se cuidar e trabalhar” (M08); “A gente tem que tomar os cuidados. Limpar a mão com gel, não ficar muito próximo” (M08). Também reforça a versão única sobre a volta das atividades e em nenhum momento se coloca contrária, embora ressaltando que deva ser acompanhada dos cuidados.

Já a M09 se caracteriza como uma matéria de cobertura de ação governamental, quando a transferência condicionada de renda através do auxílio emergencial foi prorrogada em setembro de 2020 por mais 4 meses, ou seja, para ser paga até dezembro do primeiro ano da pandemia. Por outro lado, a M09 não aprofunda a discussão quando o benefício que custava R\$600 teve redução de R\$300, sendo distribuído para quem recebia o Bolsa Família: “Vai ajudar a mim e a minha família a comprar um alimento, pagar algumas contas que estão pendentes, e ajudar outras famílias do Brasil” (M09).

O auxílio emergencial foi a única renda de milhões de brasileiros que antes da pandemia já viviam em situação de vulnerabilidade econômica, acentuada ainda mais com a maior crise sanitária enfrentada na história, principalmente para vendedores ambulantes e a população que já vivia na rua. Encerrado no fim de 2020, quando a

pandemia ainda não havia acabado, mais de 65 milhões de brasileiros acessaram o benefício que totalizou em R\$ 4.200 por pessoa, segundo dados da Caixa Econômica Federal. A M09 também apresenta a versão única com mais de uma fonte que aponta apenas a parte boa da disponibilização do benefício, sem contextualizar outras problemáticas inerentes aos desafios de sobrevivência com esse valor.

Por sua vez, a M10 traz a participação do comentarista dentro do Repórter Brasil, que foi introduzida para analisar o cenário político-econômico brasileiro e internacional, sendo escolhido o cientista político Ricardo Wahrendorff Caldas, em abril de 2021. Segundo o noticiário, a ideia foi “tornar o conteúdo cada vez mais atual, dinâmico e relevante para a sociedade”¹⁷. Além disso, como parte do projeto de renovação da programação e jornalismo do canal, a TV Brasil informou que “o foco é levar informação e conhecimento para a vida das pessoas com conteúdo relevante”.

Para Ricardo Caldas, em nota divulgada no site da TV Brasil, o objetivo era “trazer comentários políticos com objetividade e imparcialidade, analisando diariamente os principais fatos nacionais e internacionais e suas repercussões para a sociedade brasileira”.

Na M10, o comentarista analisa as falas do presidente e ministro da economia, diante da reação negativa do mercado a respeito da aprovação do Auxílio Brasil, programa criado pelo governo Bolsonaro em substituição ao Bolsa Família (política social de transferência de renda que já registrava 18 anos de execução no país). O comentarista avaliou que as falas do presidente e do ministro da economia haviam passado segurança para o mercado, quando afirmaram que a economia estava ajustada e que o auxílio não alteraria os fundamentos fiscais da economia brasileira:

Penso que a fala do presidente e do ministro foram muito equilibradas. Mostraram em ambos os casos o compromisso com o equilíbrio fiscal, com o orçamento. E isso passou uma mensagem de tranquilidade para os investidores, para os acionistas, aqueles que estão com recursos aplicados na bolsa. Então com isso, o mercado acabou absorvendo um pouco essa mudança de posição. Porque inicialmente a expectativa do mercado era que o Auxílio Brasil, que já estava previsto, não é nenhuma novidade, que ele seria em torno de R\$300, e no final acabou optando-se por R\$400 e isso alarmou o mercado inicialmente, mas depois essas declarações, ao final do dia, o mercado se acalmou (M10).

¹⁷ Ricardo Caldas é o novo comentarista político da TV Brasil. Disponível em <<https://www.ebc.com.br/imprensa/2021/ricardo-caldas-e-o-novo-comentarista-politico-da-tv-brasil>>. Acesso em 19 de dezembro de 2024.



Figura 3 - Comentarista faz análise das falas do presidente e do ministro da economia

O comentarista também se colocou favorável à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição, conhecida como “PEC dos Precatórios”, que visava mudar as regras para o pagamento de dívidas da União com objetivo de abrir espaço orçamentário para custear o Auxílio Brasil. Além disso, ele explica que se não houvesse essa PEC, o país teria condições de custear o programa de assistência social, uma vez que existia uma espécie de “sobra de caixa” nas arrecadações orçamentárias do governo:

Se fomos lá no Ministério da Economia, aonde está bastante acalorada essa discussão, a própria Secretaria de Política Econômica, numa declaração em 13 de setembro de 2021, disse que esse ano a arrecadação foi superior à do ano passado. Então ela superou as expectativas, houve uma espécie de “sobra” de caixa, recursos não contabilizados que poderiam também ajudar. Algo em torno de R\$110 milhões, segundo a SPE. Ou seja, a gente tem que olhar com mais prudência para esses números, e a tendência talvez tenha sido um pouco precipitada das pessoas acharem que o orçamento não fecharia (M10).

Sendo assim, a M10 constitui versão única e restrita favorável a condução do governo, que de acordo com o comentarista, tinha equilíbrio com o compromisso fiscal e orçamento. Por outro lado, não são explicados os riscos da PEC dos Precatórios pressionar as contas públicas, nem mesmo são mencionadas as tentativas do governo 'driblar' o teto de gastos em benefício de políticas que favorecessem a campanha de reeleição do presidente. Também não são discutidas a posição de economistas que chegaram a assinalar que o texto se tratava de uma “pedalada”, pelo fato de oficializar uma operação fiscal não prevista na legislação brasileira. Também não são mencionadas outras possíveis

fontes de custeio para o programa de assistência social, como ampliação da tributação sobre o sistema financeiro e ainda impostos sobre embarcações de luxo, como iates e jatinhos.

5.1.3. *Uso de máscaras*

No Brasil, o uso de máscaras foi mais um assunto sensível ao governo federal, que por várias vezes defendeu a desobrigação do uso, principalmente para pessoas vacinadas e recuperadas da COVID-19, apesar de não ser uma prática recomendada pelas autoridades sanitárias. De acordo com a OMS, as máscaras deveriam ser usadas como parte de uma estratégia abrangente de medidas para interromper a transmissão, considerando que o uso restrito não seria suficiente, mas importante para conferir um nível de proteção adequado.

No corpus expandido de 220 matérias do noticiário público brasileiro, reunidas nessa investigação, identificamos apenas 6 matérias sobre o uso de máscaras. A única que não integra a nossa amostragem abaixo é uma nota pelada de trinta segundos sobre os vetos do presidente Bolsonaro à lei que obrigava o uso de máscara no país todo. O primeiro veto era para liberação de lojas e entidades de afixar cartazes que indicavam como utilizar a máscara e o número máximo de pessoas permitidas dentro dos estabelecimentos ao mesmo tempo. Já o segundo veto visava retirar a obrigatoriedade do uso de máscaras em presídios e outros locais.

Vale lembrar que a Lei 14.019, de 2 de julho de 2020 obrigava o uso da máscara em espaços públicos, e privados com acesso ao público e foi sancionada com 17 vetos. Entre eles, o presidente havia vetado a obrigação de estados, municípios e o Distrito Federal a estabelecerem multas e a restringirem a entrada ou retirarem de suas instalações quem não estivesse usando máscaras. Já outros trechos rejeitados por Bolsonaro previam multas a estabelecimentos em funcionamento durante a pandemia que deixassem de fornecer gratuitamente máscaras a funcionários e colaboradores e álcool em gel a 70% em locais próximos a entradas, elevadores e escadas rolantes.

Nas cinco matérias que integram a nossa amostragem para análise, é notável a ausência da fala do governo federal e de representantes do Ministério da Saúde sobre o assunto. As matérias explicam como usar a máscara de forma correta; a criatividade de pessoas que faziam máscaras personalizadas em casa; os impactos de oleosidade na pele

por causa do uso de máscaras; a comprovação da eficácia das máscaras evidenciada em pesquisas científicas e as dúvidas da população se era necessário usar máscaras em locais abertos.

Quadro 14 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre uso de máscaras

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M11 29/04/20	Veja como usar de forma correta as máscaras	Reportagem -Enfermeira	Versão única ou restrita
M12 22/05/20	Criatividade transforma máscaras com personalização	Reportagem -Costureira -Estilista	Versão única com mais de uma fonte
M13 03/11/20	Uso de máscaras pode deixar a pele mais oleosa e causar acne	Reportagem -Dermatologista -Cidadão	Versão única com mais de uma fonte
M14 07/07/21	Estudo da Fiocruz comprova eficácia de máscaras	Vivo	Versão única ou restrita
M15 10/11/21	Ficar sem máscara em locais abertos divide opiniões	Vivo	Versão única ou restrita

Fonte: elaborado pela autora

Na M11, a importância do uso de máscaras é abordada através da forma didática apresentada pelo noticiário sobre como evitar o uso inadequado, higienizá-la e realizar outros cuidados necessários. A fala de uma especialista reforça isso, assim como as informações adicionais trazidas na passagem pela repórter:

A proteção dessas máscaras dura em média 3 horas, que é quando elas começam a ficar úmidas. Mas tem muita gente usando errado e contaminando o tecido bem antes disso, por exemplo assim, quando

abaixa a máscara deixando o nariz descoberto, ou quando solta uma das tiras (M11).



Figura 4 - Repórter retira a máscara na passagem para ilustrar a forma errada de utilizá-la

É importante observar na M11 que a versão única ou restrita compactua com a recomendação do Ministério da Saúde para diminuir a contaminação do coronavírus. Já a M13 também apresenta semelhanças com a M11 no que diz respeito ao seu caráter didático. A matéria traz orientações sobre como evitar que a pele fique oleosa e com acne devido ao uso de máscaras: “as pessoas muitas vezes usam as máscaras de tecidos muito grosseiros que abafam demais a pele, a máscara cirúrgica é mais confortável e melhor para a pele, e evitar o uso e coisas que contribuam para piora da acne. Maquiagem é uma delas” (M13), explica a dermatologista.

Já M12 é uma matéria leve sobre a personalização das máscaras e como algumas pessoas usaram a criatividade para conquistar uma renda extra: “Achei uma alternativa nessa crise pra tentar ganhar um dinheiro extra. Estou vendendo máscaras com personagem de TNT, e poliéster. Eu pego pra revender, eu não fabrico” (M12), afirmou um taxista. “Com o tempo passando, eu tive a necessidade de me reinventar, foi onde eu criei um kit e tive a ideia também de criar a máscara luxo, que vem com regulador na lateral” (M12), disse uma estilista infantil. A M12 também apresenta a versão única com mais de uma fonte sobre a personalização das máscaras ser naquele momento uma alternativa para se reinventar e ter o sustento do dia a dia.

Duas entradas de repórteres ao vivo são registradas na M14 e M15. A primeira repercute um estudo da Fiocruz em pacientes com a COVID-19, reforçando a importância das máscaras para conter a transmissão do vírus: “Os pesquisadores (...) identificaram a presença viral apenas na parte interna da máscara, ou seja, a máscara bloqueou a

passagem do vírus, ajudando aí, fazendo com que outras pessoas não se contaminassem”, explicou a repórter.

Já na M15, a entrada ao vivo do repórter aborda a polarização de opiniões sobre o não uso das máscaras em locais abertos, quando municípios como Rio de Janeiro, Brasília e Porto Velho, por exemplo, liberaram o uso obrigatório. Por outro lado, o repórter mostra no ao vivo que a grande maioria dos municípios brasileiros decidiu manter a obrigatoriedade, como São Paulo. Para reforçar isso, também apresentou dados indicadores da pandemia e do início da vacinação: “O Estado de São Paulo foi o primeiro a atingir 70% de toda população imunizada contra COVID-19. São 33 milhões de pessoas vacinadas com as duas doses ou com a dose única. A última semana não houve mortes causadas pelo Coronavírus em 86% das cidades paulistas”.

Sendo assim, observamos que a M14 e M15 apresentam a versão única e restrita, sem a presença de pessoas entrevistadas, e não apresenta posicionamento contrário ao não uso das máscaras. Por outro lado, reforçam a importância da utilização da proteção, comprovada através de pesquisas realizadas por especialistas sobre a eficácia para controle da transmissão do vírus, ainda que não abordem a posição da Presidência da República que foi favorável ao afrouxamento do uso.

5.1.4. Vacinação

No Brasil, vários episódios e propagação de notícias falsas marcaram o posicionamento do governo federal em relação à vacinação contra a COVID-19. Entre eles estiveram o negacionismo científico sobre a eficácia das vacinas; a negligenciada logística de distribuição que chegou a desperdiçar 1,9 milhão de imunizantes em um momento em que a pandemia deixava mais de mil mortos por dia no país¹⁸; além de uma série de falas¹⁹ do presidente Jair Bolsonaro, explicitamente contrárias à vacinação: “Se você virar um jacaré, problema de você”; “Eu tive a melhor vacina: o vírus”; “Ninguém pode obrigar ninguém a tomar vacina”.

¹⁸ Governo Bolsonaro desperdiçou pelo menos 1,9 milhão de vacinas contra a covid. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/saude-e-ciencia/governo-bolsonaro-desperdicou-pelo-menos-19-milhao-de-vacinas-contr-a-covid/>>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

¹⁹ Relembre declarações de Bolsonaro sobre a vacinação. Disponível em <<https://www.poder360.com.br/governo/relembre-declaracoes-de-bolsonaro-sobre-a-vacinacao/>>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

Nesse sentido, observamos na amostragem das matérias sobre a temática vacinação a ausência de falas como essas ao longo da cobertura. No nosso corpus de análise, vemos que são mostradas a segurança da vacina inglesa após a realização de testes, são esclarecidas as dúvidas se gestantes e crianças poderiam ser vacinadas, a segunda dose da vacina é reforçada pelo Ministério da Saúde; a inclusão de novos grupos prioritários no plano de vacinação e o anúncio de mudanças que ocorreram no plano de vacinação.

Quadro 15 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre vacinação

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M16 20/07/20	COVID-19: testes mostram que vacina inglesa é segura	Reportagem -Médico -Pesquisadores -OMS	Diversidade significativa de versões
M17 26/01/21	COVID-19: gestantes e crianças podem ser vacinadas?	Reportagem -Infectologista	Versão única e restrita
M18 12/04/21	Ministro da Saúde reforça importância da segunda dose da vacina	Reportagem -Ministro da Saúde	Versão única e restrita
M19 23/06/21	Ministério da Saúde inclui dois novos grupos prioritários para vacinas	Reportagem - Motorista de ônibus -Professora	Versão única com mais de uma fonte
M20 16/11/21	Governo anuncia mudanças na campanha de vacinação contra a COVID-19	Reportagem -Secretário executivo do CONASS -Ministro da Saúde	Versão única com mais de uma fonte

Fonte: elaborado pela autora

Em julho de 2020, a M16 repercutiu o potencial da vacina contra a COVID-19 que “se mostrou segura na fase inicial de testes e capaz de treinar o sistema imunológico para se defender e sem efeitos colaterais graves”. A matéria é formada por especialistas da universidade britânica de Oxford com a farmacêutica AstraZeneca, que estava realizando testes no Brasil, e que apontavam a importância dos estudos iniciais para o desenvolvimento das vacinas como um eficiente caminho contra o coronavírus. Já a fala de um médico brasileiro que se voluntariou ao teste da vacina também é apresentada. Ele

explica que não teve reação à vacina e que seguiu o protocolo para participar da pesquisa: “Eu tenho que responder a um questionário virtual. Então recebo no meu e-mail algumas perguntas: “teve algum sintoma?” “teve febre?”, diz.

Já a M17 é esclarecedora nas primeiras dúvidas sobre a vacinação em gestantes e crianças: “De acordo com o Ministério da Saúde, considerando os ensaios clínicos, estar grávida é uma provável contraindicação para tomar as vacinas ofertadas até agora. Mas, para essa infectologista, os riscos variam caso a caso”, afirma o repórter na passagem. Por outro lado, a matéria apresenta a posição de uma especialista que recomenda a vacinação para diferentes públicos: “É a nossa gota de esperança nesse momento. É segura, é confiável e tem que se fazer as duas doses”.

A M18 é interessante porque sugere uma suposta divergência, ainda que de forma implícita, entre a posição da Presidência da República e do Ministério da Saúde sobre a vacinação, isso porque a fala do Ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, reforça a importância da segunda dose da vacinação: “É preciso que aqueles que ainda não tomaram a segunda dose, que são muitos, que procurem as salas de imunização dos municípios para fazer a segunda dose”.

Já a M19 apresenta as falas de dois cidadãos que foram incluídos nos grupos prioritários para vacinação: os trabalhadores de transporte coletivo e os professores de ensino superior. “Nos deixa um pouco mais tranquilos, saber que estamos mais próximos de retomar nossas atividades presenciais e agora de uma forma mais segura” (M19), diz a professora. “Dá para trabalhar com mais tranquilidade e com esperança de voltar para a família com saúde”, explica o motorista de ônibus.

Por sua vez, a M20 não apresenta contrapontos em relação à condução da vacinação do país. Feita em novembro de 2021, ano de maior letalidade no Brasil pela COVID-19, a M20 aborda o lançamento da campanha do governo que visava alcançar mais de 20 milhões de brasileiros para completar o esquema de vacinação. Os apresentadores explicam as três mudanças anunciadas pelo governo: todas as pessoas com mais de 18 anos receberiam a dose de reforço; o intervalo entre a segunda dose e a dose de reforço teria sido reduzido e a vacina da Janssen teria uma outra dose.

Na M20, o secretário-executivo do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) reforça a importância de a população ir se vacinar: “É imprescindível que a população atenda a esse chamado do Ministério da Saúde, dos estados e municípios e

compareça à unidade de saúde”, afirma. Por sua vez, o Ministro da Saúde Marcelo Queiroga explica a importância da segunda dose da vacina: “No início, a recomendação era que essa vacina fosse de dose única. Hoje nós sabemos que é necessária essa proteção adicional”, explica.

Em nenhum momento são desmistificadas as falas negacionistas propagadas pela Presidência da República sobre a vacinação, nem mesmo são repercutidos os atrasos no calendário de compras da vacina. Só para se ter uma ideia, o diretor do Instituto Butantan, responsável por testar a CoronaVac, imunizante desenvolvido pela farmacêutica chinesa Sinovac, chegou a afirmar que o Brasil poderia ter sido o primeiro país a vacinar contra a COVID-19 se não fossem os entraves contratuais, além das acusações infundadas sobre a origem do coronavírus, direcionadas amplamente pelo presidente ao país asiático, o que resultou em negociações em suspenso e no atraso da vacinação²⁰.

Por outro lado, a versão única com mais de uma fonte aponta a importância da vacinação, mas de forma descontextualizada de um dos maiores problemas enfrentados no país: o atraso do plano de imunização, que só foi iniciado em 17 de janeiro de 2021, enquanto mais de 40 países do mundo já haviam começado a aplicar vacinas no início de dezembro de 2020.

5.1.5. Avanço da contaminação do coronavírus

Além das medidas restritivas para evitar o alastramento da COVID-19, outra temática que repercutiu nos noticiários televisivos mundiais foi o avanço da contaminação do vírus de diferentes formas na população. Nas matérias abaixo, veremos um recorte desses diferentes impactos para além das categorias de análise que já foram discutidas anteriormente.

Entre elas são abordadas a importância da higienização das mãos como medida para evitar o contágio da COVID-19; a defesa da hidroxicloroquina para tratamento precoce da COVID-19 sem recomendações dos órgãos de saúde; a situação do alargamento da fome na população pobre; a aglomeração nos transportes públicos e os impactos da pandemia na saúde mental das pessoas.

²⁰ Brasil poderia ter sido primeiro do mundo a vacinar, afirma Dimas Covas à CPI. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/05/27/brasil-poderia-ter-sido-primeiro-do-mundo-a-vacinar-afirma-dimas-covas-a-cpi>>. Acesso em 18 de dezembro de 2024.

Quadro 16 – Indicadores de pluralismo nas matérias do RB sobre avanço da contaminação do coronavírus

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M21 13/03/20	Prevenção é a melhor forma de combate ao COVID-19	Reportagem -Cidadãos - Infectologista	Diversidade significativa de versões
M22 24/08/20	Médicos entregaram carta a Bolsonaro sobre tratamento da COVID-19	Reportagem -Médicos -Presidente Bolsonaro	Diversidade reprimida ou marginalizada
M23 18/03/21	Número de brasileiros passando fome aumenta durante a pandemia	Reportagem -Moradora de comunidade -Líder comunitário -Porta voz de movimento contra fome	Diversidade significativa de versões
M24 18/03/21	Aglomerção no transporte público coloca a população em risco	Reportagem -Aposentado -Auxiliar de limpeza Tecnólogo -Infectologista	Diversidade significativa de versões
M25 09/11/21	Pandemia provoca impactos na saúde mental dos brasileiros	Reportagem -Pesquisadores -Fisiologista	Versão única com mais de uma fonte

Fonte: elaborado pela autora

Ainda em março de 2020, uma das abordagens exploradas pelos noticiários televisivos foi a de orientação sobre boas práticas para prevenção contra a COVID-19. A M21 reforça esses cuidados didaticamente com o passo a passo de como higienizar as mãos e evitar o contágio. Também de tentar acalmar a população para que não entrasse em pânico: “Lá na China, hoje se tem o relato que está caindo esse tipo de transmissão (...) o que significa que se imagina que em três meses também esse comportamento vai

se repetir aqui. Nós teremos um crescimento e depois diminuição gradual”, explicou o infectologista.



Figura 5 - Repórter explica o passo a passo da higienização das mãos

No caso da M21, a versão única com mais de uma fonte corresponde a uma posição otimista sobre os primeiros dias de pandemia no país, pois são colocadas as falas de especialista explicando que a situação inicial que o Brasil enfrentava logo passaria. Já os cidadãos apresentavam quais cuidados essenciais estavam sendo realizados no dia a dia para evitar a doença: “fico lavando a mão toda hora e também com cuidado nos objetos de trabalho como mouse e teclado”; “estou tomando bastante água e lavando sempre as mãos e evitando andar de ônibus”, compartilham.

Já a M22 repercute a entrega de uma carta por médicos ao presidente em apoio ao tratamento precoce da COVID-19 com uso da hidroxicloroquina. “Vamos vendo que existia uma sinalização que se ministrando precocemente esse protocolo da hidroxicloroquina com a azitromicina as pessoas tinham muito mais chance de sobreviver. Vocês marcaram nesse momento difícil para o mundo uma posição de coragem” (M22), afirmou o presidente Bolsonaro.

Ainda na M22, as falas dos médicos defendiam o uso da medicação, mesmo que sem comprovação científica, conforme a fala proferida por uma anesthesiologista no evento de entrega da carta em defesa da hidroxicloroquina ao presidente: “Para a população eu digo ‘não tenha medo, procure o atendimento precoce, você vai receber medicações seguras que podem te ajudar a desenvolver a doença de forma branda e talvez não evoluir para a forma moderada”.

Em nenhum momento, a matéria apresenta a posição do Conselho Nacional de Saúde sobre os riscos do uso de tais medicamentos, que chegou a circular uma nota pública²¹ contrária ao uso do medicamento:

Até o momento, os resultados de pesquisas têm demonstrado que a Cloroquina e a Hidroxicloroquina podem não ser eficazes para tratar pacientes de COVID-19, incluindo pacientes com sintomas leves. Na verdade, as pesquisas vêm demonstrando o surgimento de graves e fatais efeitos indesejáveis, incluindo problemas cardíacos (Conselho Nacional de Saúde, 2021).

Nesse caso, a M22 apresenta uma diversidade reprimida ou marginalizada, pois apresenta a distinção privilegiada de uma versão hegemônica e a estigmatização da outra ou outras versões em relação ao uso de medicamentos sem comprovação científica.

Já na M23 é escancarado o aumento da fome durante a pandemia para a população que vive em favelas, a partir da apresentação dos dados de um estudo feito em comunidades: “a pesquisa mostra que oito em cada dez famílias dependem de doações para sobreviver. A maioria das pessoas não consegue mais fazer duas refeições por dia”, afirmava a apresentadora do noticiário. Na reportagem, ações de solidariedade com o próximo são colocadas como fundamentais para a sobrevivência de quem precisava de comida: “dá porque a gente não come muito não, a gente come pouquinho” (M23), afirmava uma catadora de materiais recicláveis sobre as doações que havia recebido de um líder comunitário.

Ainda na M23 a fome nas comunidades é denunciada pelo líder comunitário: “Na periferia tem famílias passando fome. A gente entra na casa das famílias e não tem nada para as crianças comerem”, afirmava. Mais adiante, a repórter indicava que somente a solidariedade estava garantindo a alimentação das famílias em situação de pobreza: “Se não fossem as doações, oito em cada dez famílias não teriam como se alimentar”. Já o porta-voz de um instituto de pesquisa reforça o papel do poder público, iniciativa privada e organizações do terceiro setor para o enfrentamento da situação:

Nunca foi tão importante doar para garantir que milhões de brasileiros que moram em favela não passem fome durante a pandemia. É fundamental que a sociedade volte a se unir numa grande corrente de solidariedade, envolvendo a iniciativa privada, organizações do terceiro

²¹ Nota pública: CNS alerta sobre os riscos do uso da Cloroquina e Hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19 . Disponível em < <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1194-nota-publica-cns-alerta-sobre-os-riscos-do-uso-da-cloroquina-e-hidroxicloroquina-no-tratamento-da-covid-21>>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

setor e poder público, para garantir efetivamente que não falte arroz e feijão na mesa dos brasileiros (M23).

De forma geral, a M23 não abre a discussão sobre o que poderia ser feito enquanto política pública para combater à fome na pandemia, onde a população das favelas realiza apenas uma refeição por dia, segundo o estudo. Nesse momento, as desigualdades sociais estavam sendo alargadas com o alastramento do vírus e já não havia mais o recebimento do auxílio emergencial. Nesse sentido, a diversidade significativa de versões denuncia que o problema existe, mas não chama a responsabilidade direta do governo sobre a situação.

A M24 também abre a discussão para outro problema enfrentado durante a pandemia: as aglomerações dos transportes públicos. Apesar de apresentar o escalonamento de setores pela prefeitura de São Paulo, que buscava diminuir a superlotação de pessoas no transporte público, a reportagem reforça a importância das medidas restritivas através da fala de especialista: “temos que ter o isolamento, distanciamento social e o uso de máscaras. Agora se me colocam quatro pessoas por metro quadrado numa condução, nós não vamos ter mais vacina que resolva” (M24). Também apresenta o receio da população que precisava utilizar o transporte público: “já tomei vacina e a gente tem medo [da superlotação], eu ando só de máscara” (M24), afirmou um aposentado.

Assim, ainda que de forma sutil, a M24 apresenta diversidade significativa de versões sobre o colapso do transporte público e os impactos disso no alastramento do vírus. Por outro lado, não existe a responsabilização nem indicação de caminhos para a resolução do problema que apesar de ter se intensificado na pandemia, já fazia parte da rotina de mais da metade da população brasileira que depende do transporte público.

Por sua vez, a M25 repercute outra problemática alargada pela pandemia: o aumento da depressão e ansiedade. Com a fala de pesquisadores, a matéria relata o estudo da Universidade de São Paulo em parceria com instituições de pesquisa de outros 11 países: “A pandemia de COVID-19 tem se mostrado um evento traumático para muitas pessoas, levando ao aumento exponencial do sentimento de medo e estresse”, afirma na M25. A reportagem também aborda sobre as consequências do trabalho remoto e apresenta dicas com uma fisiologista sobre como evitar a sobrecarga no corpo:

Não estenda a sua carga de trabalho, trabalhe oito ou nove horas. Segunda dica é se preocupar com sua postura de trabalho, sempre que

possível rotacione os seus ombros para trás para fazer um alinhamento da sua coluna vertebral. E terceiro ponto é se alimente bem, prefira alimentos *in natura* e fuja daqueles industrializados e ricos em açúcar (M25).

Apesar de abordar o assunto, o noticiário não contextualiza os fatores que contribuem para o aumento da ansiedade e depressão, uma vez que milhares de brasileiros estavam desempregados e já haviam perdido familiares. Então a preocupação com a postura de trabalho e alimentação saudável não seria tão pertinente para o momento de profundas dúvidas e incertezas quanto ao futuro, como por exemplo, o cenário de desemprego.

5.2. Percepções dos jornalistas da televisão pública brasileira sobre a autonomia editorial

Para aprofundarmos a discussão sobre os interesses que a defesa de uma suposta isenção tem buscado atender no processo de construção da notícia da televisão pública, observaremos a seguir a percepção dos jornalistas da TV pública brasileira sobre (a) os desafios enfrentados para o cumprimento do seu serviço ao público durante a cobertura da pandemia; (b) os limites existentes entre a comunicação pública e estatal e (c) a compreensão sobre as noções de imparcialidade para a produção da notícia da televisão pública. Para isso, preservaremos os nomes dos/as entrevistados/as, que serão reproduzidos pelas seguintes nomenclaturas:

Quadro 17 – Relação de entrevistados do RB

NOMECLATURAS ENTREVISTADOS	FUNÇÃO	PERÍODO NA TV BRASIL
Entrevistado 01(E01)	Repórter em Brasília do telejornal Repórter Brasil	Desde 2007
Entrevistado 02 (E02)	Edição de texto em São Paulo do telejornal Repórter Brasil	Desde 2012
Entrevistado 03 (E03)	Apresentação do telejornal Repórter Brasil	Desde 2007 até 2023
Entrevistado 04 (E04)	Edição geral do Repórter Brasil	Desde 2013
Entrevistado 05 (E05)	Edição de texto no Rio de Janeiro telejornal Repórter Brasil	Desde 2012

Fonte: elaborado pela autora

5.2.1. Desafios enfrentados durante a cobertura da pandemia

Ao longo da cobertura da pandemia, E01 explica que a cobertura política não existiu no noticiário: “O nosso foco foi mais na cobertura de serviço e de orientação. O público da TV Brasil é um público de classes D e E, um público muitas vezes de interior, a gente precisava muito fazer isso e acho que foi feito. Já a cobertura política, realmente, ela praticamente não existiu” (E01).

A ausência de matérias humanizadas sobre as vítimas, assim como o aprofundamento sobre o avanço desenfreado do coronavírus são observadas por E01 como decisões editoriais com base na orientação política: “O desmonte já tinha começado a ser feito, teve decisões que foram feitas com base em questões editoriais políticas da parte dos gestores de cargos mais elevados. Nós não vamos fazer cobertura de hospital porque nós não temos pessoal para mandar ou não temos equipamentos de segurança. Não temos condição de ir para dentro de um hospital fazer imagens de UTIs lotadas etc. Nós não temos condição física e havia uma decisão, acredito que política, dentro da empresa”, afirma.

Por outro lado, E01 apresenta posição diferente e acredita que o noticiário conseguiu levar informações importantes sobre cuidados durante a pandemia: “O mais importante da pandemia não foi o debate político sobre o comportamento do governo e sim o serviço à população sobre como proceder naquela situação”, argumenta.

Já de acordo com E02, a ausência de matérias de rua e a cobertura “distante e fria da realidade com o balanço dos números de casos” justifica-se, primeiramente, como uma decisão de assegurar a saúde da equipe de reportagem: “Tínhamos uma condição um pouco mais cautelosa do que a maioria das outras empresas de comunicação, que era evitar ao máximo a exposição dos colegas jornalistas. Então, fizemos pouquíssima matéria de rua”. Por outro lado, E02 explica que também havia uma censura na redação sobre esse tipo de abordagem humanizada com foco nos impactos na vida das pessoas:

Praticamente durante o primeiro ano da pandemia inteira, não falávamos de vítimas da pandemia. Não entrevistamos parentes, familiares de vítimas. Fizemos uma cobertura muito distante do sofrimento da população que estava acontecendo naquele momento porque existia uma orientação de que a gente não podia fazer a mesma cobertura de urubu das outras empresas, das outras emissoras, mas a gente sabia que era uma censura (E02).

Outra situação sentida por E02 diz respeito à ausência de matérias críticas ao governo federal: “Os comentaristas ali nos governos anteriores à Bolsonaro colocavam opiniões críticas em relação ao governo, mas esse não tinha qualquer tipo de crítica e basicamente estava ali para defender o governo. Foi muito ruim essa cobertura porque justamente a gente não podia falar das questões mais sensíveis em relação a esse momento. A gente praticamente fez propaganda do governo, uma cobertura muito distante, muito fria do que estava acontecendo. Os colegas jornalistas que conseguiram blindar e prestar o serviço mínimo, foi quando saiu a vacina, com o estímulo à vacinação.”.

Ainda sobre essa questão da cobertura de assuntos sensíveis ao governo federal, E05 concorda que houve dificuldades de fazer um jornalismo crítico na cobertura do coronavírus: “O Repórter Brasil enfrentou ainda mais conflitos para encontrar o “tom” do que seria uma cobertura aceitável jornalisticamente, já que - com o posicionamento antivacina da presidência e anti-quarentena, por exemplo - afluíram mais ainda, nesse momento, os receios de sofrer censuras da gestão e, assim, houve o recrudescimento das dificuldades para se fazer um jornalismo público”.

Outro ponto destacado por E05 foi a dificuldade para acessar a atualização dos números oficiais do governo federal relacionados à COVID-19: “Não à toa foi criado um consórcio de imprensa em 2020 diante da omissão e atraso dos boletins do governo Bolsonaro”. E05 também destaca as próprias vulnerabilidades enfrentadas pelos jornalistas da TV pública naquele momento: “Éramos jornalistas, produtores, radialistas e muitos não poderiam parar ou trabalhar de casa, então, tiveram momentos em que muitos pegaram COVID-19 ao mesmo tempo, o que dificultou um pleno ou satisfatório funcionamento”.

Já E04 observa que “as orientações políticas para a construção da notícia, na prática, não é uma coisa diária. Não teria como nenhum governo influenciar do ponto de vista diário”. Por outro lado, destaca que existe a “colocação de pessoas em postos chave para que isso possa ser feito de acordo com o que o governo pensa. Então, nas gestões anteriores, também foram colocadas pessoas em altos cargos na cúpula para garantir isso”. Segundo E04, os cargos de tomada de decisão no período da pandemia também se relacionavam à aproximação com a presidência da República:

A diretora de jornalismo tinha uma relação até pessoal com o presidente da República. Você tinha o gerente de jornalismo que também tinha

suas relações ideológicas com o bolsonarismo. Então, essa cobertura também foi uma proteção ao governo federal sobre a questão da COVID-19. Não foi a atuação do governo federal que foi desastrosa, criminosa, foi a cobertura de forma não crítica pelo Repórter Brasil (E04).

E03 aponta que, ao longo dos anos, a TV Brasil, assim como os demais veículos da EBC, sofre uma influência indireta de cada novo governo, dado que a emissora depende de recursos do Tesouro Nacional. Esse vínculo financeiro, segundo E03, confere ao governo a capacidade de exercer uma certa influência sobre as pautas da emissora, uma vez que quem provê o financiamento sempre terá algum grau de poder de opinar sobre os rumos da programação. Também ressalta a abordagem da temática da vacinação foi direcionada com intensões definidas:

A pandemia se tornou uma discussão política que a gente sabe. E, dentro dessa discussão política, existia um governo que dava um direcionamento para a TV Brasil. Então, para não entrar nessa discussão política sobre a questão da vacina, que foi uma das críticas ao governo Bolsonaro e a briga entre o que era ciência, o que não era ciência, optou-se por fazer uma análise, mais uma divulgação, com números, pessoas desempregadas e tudo o mais para tentar fugir dessa discussão, que não interessava ao governo que estava vigente (E03).

5.2.2. Diferenciação entre comunicação pública e estatal

As percepções dos jornalistas sobre a diferenciação entre a comunicação pública e governamental são basilares para compreendermos se a distinção necessária entre esses dois campos é reconhecida pelos profissionais. Segundo E03, “muitas vezes essas duas comunicações são borradas na experiência da comunicação pública e nos últimos anos do governo Bolsonaro, essas duas comunicações foram feitas de forma integrada em apenas um único canal, que era a TV Brasil”.

Ainda de acordo com E03, “a comunicação pública é voltada para os interesses desse cidadão e a comunicação estatal ou governamental vai servir para divulgar o conteúdo que está sendo produzido pelo governo, divulgar políticas, projetos, propostas e realizações”. Já segundo observa E01, as duas comunicações se tocam:

A comunicação estatal é da publicidade para os atos de governo com o fim de informar o cidadão, de acordo com os interesses do cidadão. Então nesse aspecto, ela e a comunicação pública se tocam, é uma prestação de serviço ao cidadão. Mas a comunicação pública tem um espaço maior na hora de fazer esse serviço, de abordar isso de uma forma mais crítica, mais distanciada do governo (E01).

E01 também questiona qual deve ser o papel da comunicação pública: “é fazer uma cobertura política ou fazer uma cobertura de serviço?” Já E05 reconhece que “é uma diferenciação difícil que confunde não só o público, mas também os jornalistas na hora da confecção das notícias”, e se arrisca a diferenciar da seguinte forma:

A comunicação estatal deve se centrar na divulgação das notícias do Estado, nas políticas públicas, projetos, prestação de contas, atendimentos, criação de espaços de ouvidoria, de negociações e diálogos com a sociedade para que o estatal tenha feedback e uma via de mão dupla. E a comunicação pública, como patrimônio do povo brasileiro (e não do governo da ocasião) e com uma atuação independente, deve se centrar em tudo que é do interesse público e da coletividade, englobando notícias do Estado (não somente divulgação), dos governos, terceiro setor, sociedade, no geral, tudo com foco no interesse público (E05).

Para E04, a comunicação governamental é “de direito das pessoas e um dever de transparência do Poder Executivo”. Já a comunicação pública “tem esse papel claro de dar voz a quem nunca teve voz” e de diferenciação da comunicação realizada pelo sistema de mídia privado, cujo foco apesar de dever ser o interesse público, é direcionado ao interesse do grande capital:

Eu volto a dizer recortes de raça, classe, gênero. Dar voz a quem nunca teve voz e cobrir o privado de uma forma mais qualificada e sem os interesses difusos, como os dos da propaganda comercial que banca o privado. Então, o público tem essa liberdade para abordar isso de uma forma mais qualificada (E04).

Por sua vez, E02 clarifica que a comunicação governamental tem a “missão de divulgar quais são as políticas, que é muito diferente de promover a figura do presidente, de promover certos ministros. É uma missão de serviço público”. Também define a comunicação pública como um grande campo que engloba a comunicação governamental, mas com o diferencial de ouvir a sociedade:

No público, claro que essas questões de políticas de governo também têm que ser encaradas, mas a partir daí a gente tem que se voltar para as questões mais amplas: como que a sociedade está reagindo a isso, como que os movimentos organizados da sociedade civil estão reagindo a esse tipo de política? (E02).

Apesar de todos os profissionais entrevistados reconhecerem os limites, ainda que tênues, entre a comunicação governamental e pública, todos os profissionais entrevistados afirmaram que esses não foram respeitados no Repórter Brasil: “Isso ficava visível, por exemplo, quando o próprio RB aproveitava, de modo completo, sem cortes ou adequações, matérias do jornal exibido mais cedo (Brasil em Dia) que continham ações

do governo e cujo foco era divulgação” (E05). E01 também afirma que o RB estava funcionando a partir de uma confusão entre a comunicação pública e governamental, sem a posição crítica em relação às medidas governamentais:

Muito conteúdo do governo estava dentro do telejornal, que inicialmente, foi criado para conversar com o público, para ser voltado ao cidadão. Então, não havia muito bem um limite entre essas duas comunicações. O Repórter Brasil estava fazendo as duas comunicações de forma integrada, porque assim estava funcionando a TV Brasil como um todo. Por isso, você via muita notícia de governo. A gente aproveitava todo o material que era produzido antigamente pela TV GOV ou o que era a antiga NBR (E01).

Considerado como uma patologia no sistema de mídia do Brasil, E04 observa que “existe uma visão de que comunicação é propaganda ou que comunicação é só um microfone ligado para o ministro ou presidente falar. As pessoas ainda têm essa noção e isso é um problema crônico do Brasil como um todo, histórico também, que é a não separação entre o que é público e o que é a estatal”.

A separação entre os canais público e governamental, ocorrida somente em julho de 2023 no terceiro mandato do governo Lula, foi um passo importante, mas não suficiente na opinião de E05: “a criação de um canal específico para as ações do governo é reivindicação antiga dos funcionários. A questão é que isso tem que vir cercado de outras ações para funcionar de modo ideal e cito um ponto dito antes: há necessidade urgente de concurso público”.

Por sua vez, E04 faz uma crítica a suposta preferência do governo em investir mais recursos e o quadro de profissionais da EBC para o novo canal governamental (Canal Gov): “você acaba prejudicando a parte pública em que pessoas, recursos, foram alocados na parte pública para ir para a parte estatal atual. O governo do PT criou a EBC e criou já na lei a possibilidade de um Conselho Curador. Por que demorar em fazê-lo voltar?”

Já E03 não acredita que a separação entre os canais refletirá em mudanças efetivas para assegurar o cumprimento do serviço público de comunicação: “eu não acredito que esse jornalismo público de verdade, imparcial, agora vai ser aplicado pelo novo governo apenas, pura e simplesmente, porque trocou o governo. Então, o que aconteceu no Repórter Brasil era reflexo disso, da nossa baixa demanda de pessoal na redação, aliada ao viés de governo que a gente vivia”.

Já de acordo com E02, é evidente que separação mostra uma nova fase também para o noticiário Repórter Brasil: “Existe uma intenção de que o público do Repórter

Brasil deve ser brasileiro, das classes D e E. Mas ainda tem equipes que produzem para os dois canais e que muitas vezes a gente tem dificuldade de colocar a crítica às políticas públicas, não por censura exatamente. Eu não vejo mais isso acontecer, mas por uma confusão mesmo. Às vezes, até o vício da autocensura”.

5.2.3. *Compreensão sobre a imparcialidade para a construção da notícia*

Considerando que o processo de construção da notícia da televisão pública é intencional e pode ser vulnerável aos interesses governamentais, também perguntamos aos profissionais do noticiário público brasileiro sobre a utilidade da defesa de uma suposta imparcialidade jornalística.

Segundo E02, “a imparcialidade não se sustenta na prática em nenhum veículo de comunicação. Qualquer lugar que você for trabalhar sempre vai ter o direcionamento do que aquele veículo pensa”. Por outro lado, acredita que o incentivo à participação do público é um caminho para fortalecer o jornalismo público: “Eu acredito que o público deve, sim, dar a sua opinião sobre os problemas que afetam a coletividade e isso deve sim ser incentivado. Você vai ter uma diversidade de respostas, várias pessoas falando sobre o mesmo problema, cada uma trazendo um ponto de vista”.

Para E05, apesar da imparcialidade ser uma preocupação para os jornalistas e algo perseguido por eles, acredita “que é uma noção que não se sustenta no RB e nem no produto de outros veículos, no geral. Acredito que, ao final, a matéria sempre vai deixar, ao menos implícita, uma "lição", um culpado, um peso maior ou menor” (E05).

E01 também concorda no que diz respeito a partilha dos mesmos dramas e embates éticos que os jornalistas da mídia comercial enfrentam em relação à suposta isenção. Por outro lado, acredita que o “jornalista da mídia pública, por ser concursado, tem um pouco mais de espaço para levantar essas questões internamente nas redações sem tanto medo de questionar isso. Mas, ao fim e ao cabo, as decisões editoriais elas vêm de cima para baixo em todos os veículos” (E01).

Ainda segundo E01, embora entenda que as noções de imparcialidade seja um desafio na televisão pública, acredita que as noções de isenção puderam ser experimentadas pelos profissionais da TV Brasil em momentos políticos pontuais, mas que a variabilidade das indicações de chefias correspondentes aos interesses de governos

em vigor de diferentes espectros políticos, serviram para direcionar a produção jornalística para outros rumos:

Eu já cobri muitas manifestações. Eu tive uma liberdade de fazer uma cobertura do impeachment que eu não percebi quando eu estava na TV Brasil no governo Bolsonaro, onde adotou-se uma coisa mais de se afastar e não cobrir manifestações. Era uma decisão editorial um pouco de “eu não quero dar as manifestações contra o governo, então eu não vou dar manifestação nenhuma”. Então foi uma decisão editorial que foi tomada, mas, de maneira geral, a gente sempre deu, então sempre houve espaço para uma certa isenção (E03).

E03 não acredita no discurso de defesa de apartidarismo dentro do jornalismo público e defende que o jornalismo deve se posicionar como representante do público, com a informação sendo objetiva, baseada em evidências e opiniões, e refletindo as questões da sociedade, em vez de se limitar às opiniões pessoais dos jornalistas: “São coisas da sociedade, não no que eu acho. A gente pode em todos os pontos que se deparar, ter uma objetividade. Mas alguns valores a gente tem que ter bem claros no jornalismo público e que eles não têm relação com o ser neutro”.

E04 já defende que o jornalista da televisão pública “consegue se posicionar para encorajar o público a enxergar as coisas de forma um pouco mais nítidas”. Ele sugere na prática como isso é possível na produção da notícia:

Você vai fazer isso a partir das fontes entrevistadas, nem tanto na produção do seu texto. Agora, dentro do jornal, há uma possibilidade disso, inclusive com entrevistas de estúdio, comentaristas. Então você consegue fazer isso de uma forma um pouco melhor e mastigando os assuntos (E04).

5. 3. Telejornal da RTP: avaliando o pluralismo

5.3.1. Isolamento/confinamento e distanciamento social

Em Portugal, por duas vezes o confinamento geral obrigatório foi determinado pelo Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa (Independente²²) com o intuito de conter a transmissão do vírus e a expansão da doença COVID-19, sendo o primeiro em março de 2020 e o segundo em janeiro de 2021. Com restrições à circulação e controle de medidas, o Decreto do Presidente da República n.º 14-A/2020, de 18 de março de

²² Apesar de ser militante do Partido Social Democrata (PSD) desde 1974, desde 2015, candidatou-se de forma independente, sem apoio financeiro ou político de seu partido.

2020, reconhecia a necessidade de “forte restrição de direitos e liberdades, em especial no que respeita aos direitos de circulação e às liberdades económicas, procurando assim prevenir a transmissão do vírus”. Nesse mesmo momento foi decretado estado de emergência.

No primeiro confinamento total (março de 2020), foram suspensos o exercício de direitos de deslocação e fixação em qualquer parte do território nacional; propriedade e iniciativa económica privada; direito dos trabalhadores (impedidos de realizar greves e podendo desempenhar funções em locais diversos, no caso de profissionais de saúde); controle de circulação internacional; restrições para reunião e manifestação; limitação ou restrição de liberdade de cultos; impedimento do direito de resistência, ambos com o intuito de reduzir o risco de contágio e executar as medidas de prevenção e combate à pandemia.

É diante desse contexto que se dá a escolha das matérias representativas da cobertura do noticiário público português sobre a temática do confinamento e desconfinamento, termos utilizados em Portugal para se referir ao isolamento e distanciamento. As matérias discutem a aceitação sobre as normas impostas pelo estado de emergência, os desafios enfrentados para a reabertura de escolas e empresas, o endurecimento de medidas restritivas como o recolher obrigatório ou confinamento total, a humanização do luto de familiares das vítimas do coronavírus e os entraves entre o afrouxamento e endurecimento das medidas restritivas ao longo de 2020 e 2021.

Quadro 18 - Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre isolamento/confinamento e distanciamento social

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M26 19/03/20	Um ano de prisão para desobediência a normas do estado de emergência	Reportagem -Sob som Presidente da República -Advogado -Primeiro-ministro	Diversidade significativa de versões
M27 20/08/20	Antonio Costa diz que não é possível voltar a encerrar totalmente escolas e empresas	Reportagem -Primeiro-ministro - Presidente PSD	Versão única com mais de uma fonte
M28 16/10/20	Presidente admite medidas mais duras como o recolher	Reportagem -Presidente da república	Versão única ou restrita

	obrigatório ou confinamento total		
M29 02/11/20	Familiares das vítimas da COVID-19 ultrapassam muitas vezes a perda em isolamento	Reportagem -Familiares vítima COVID-19 -Psicólogo	Diversidade significativa de versões
M30 14/04/21	Estado de emergência – Assembleia da República aprova renovação do estado de emergência até 30 de abril	Reportagem -Ministro da administração interna -Deputado PSD -Deputado CDS-PP -Líder parlamentar BE -Líder parlamentar PCP -Deputada PEV -Líder parlamentar PAN -Deputado IL -Deputado CH -Ministra da Saúde	Diversidade significativa de versões

Fonte: elaborado pela autora

Para explicar esse cenário que envolvia a suspensão de direitos e as consequências em casos de descumprimento das medidas, a M26 explica a necessidade de seguir as normas do estado de emergência, assim como os riscos de punição, através da fala de advogado: “Quem não cumprir, portanto, existe na lei o crime de desobediência, tem uma moldura penal punitiva, portanto, uma pena de prisão de 1 ano e uma multa de até 2 mil euros”.

Ainda no sobe som que abre a M26, recurso técnico usado em produções audiovisuais que consiste em aumentar o volume do áudio original de uma gravação, com o objetivo de dar ênfase, a fala do Presidente da República dá o tom de determinação: “Portugueses, acabei de decretar o estado de emergência”, que foi o primeiro desde o 25 de Abril de 1974. Desde então, foi renovado sucessivas vezes com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública. No off da M26, a repórter afirma que “é para cumprir”, referindo-se à necessidade do confinamento geral que buscava reduzir e prevenir o risco de contágio. Já a fala do primeiro-ministro, António Costa (Partido Socialista), afirma que havia permissão para um quadro sancionatório e que as forças de segurança estariam monitorando o cumprimento das medidas em prol do dever geral de proteção.

Já em agosto de 2020, diferente do posicionamento favorável a restrição de direitos trazida no primeiro confinamento, a M27 abordava o posicionamento do primeiro-ministro contrário a um novo confinamento total:

Não vamos poder ter no próximo ano, a capacidade de resposta que tivemos em março, quando decidimos encerrar as escolas. Não podemos encerrar totalmente empresas, atividades empresariais, porque significa milhares de postos de trabalho em risco e uma destruição coletiva da riqueza do país e do funcionamento da sociedade.

Compartilhando do mesmo posicionamento, o presidente do Partido Social Democrata (PSD) afirmou que o país “não tem condições de fechar novamente as portas como fechou em março. A economia portuguesa não aguenta”. Apesar da reportagem ter sido gravada na inauguração do novo Hospital de Gaia, o foco esteve direcionado à posição do governo contrária a um novo confinamento total por causa dos impactos na economia.

Ainda em setembro de 2020, com o retorno de atividades baseado em várias fases do plano de desconfinamento, houve o regresso ao trabalho e às aulas presenciais, envolta de receios por parte de pais, professores e da Federação Nacional da Educação. Profissionais de saúde admitiam não conseguir mais quebrar cadeias de transmissão do vírus. No mesmo dia da exibição da M28, o noticiário trouxe ao vivo no estúdio a análise do infecciologista sobre o aumento de número de casos e alertava para uma grande pressão no Serviço Nacional de Saúde (SNS), pior do que a sofrida em março de 2020.

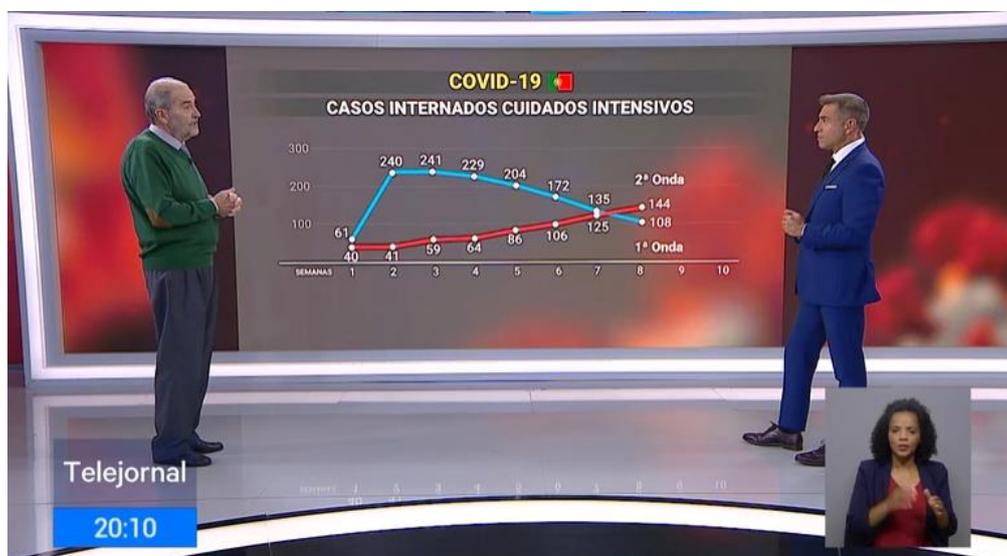


Figura 6 - Infecciologista e apresentador analisam avanço dos casos de internados em cuidados intensivos por COVID-19

Na M28, o off explica o reconhecimento do presidente para medidas mais duras como o recolher obrigatório ou confinamento total em caso do agravamento da pandemia em Portugal. Em desabafo, o presidente explicava que as pessoas precisavam obedecer às medidas já estabelecidas ao invés de questionar a restrição de direitos que visavam “equilibrar a vida e saúde das pessoas”. Também situava que estava atento a dois indicadores importantes para a tomada de medidas restritivas: a elevação do número de pessoas internadas e o avanço do número do mortes.



Figura 7 - Presidente de Portugal utiliza máscara ao admitir medidas mais duras para controle da pandemia

Já a M29 traz um aspecto importante de humanização da notícia sobre o isolamento ao entrevistar familiares de vítimas da COVID-19 que precisaram enfrentar o luto e a dor de não conseguir se despedir de parentes. “Vou ao cemitério e eu não sinto que ela esteja lá porque eu não a vi. O tempo todo que estava internada, ninguém a viu. Eu precisava ter visto e me despedido dela e não consegui”. Já a fala do psicólogo reforça o quanto o momento de perda de familiares em decorrência ao alastramento do vírus estava sendo difícil: “A experiência dessas pessoas com o luto é o isolamento que muitas vezes ocorre, mas que nesse caso é muito maior. Portanto, falamos em muitas situações de lutos muito sofridos por esse isolamento, não tem a visita do filho, não tem a visita do neto”.

No segundo ano da pandemia, o duelo entre a preocupação com a recuperação da economia e a preservação da vida dos portugueses, que envolvia restrições de circulação para frear a contaminação do vírus, continuou a ser uma linha tênue entre as negociações do governo. A M30 repercute trechos dos participantes da Assembleia da República ao

aprovar mais um estado de emergência, apesar de diversas discordâncias colocadas pela oposição do governo. A AR é o órgão legislativo da República Portuguesa e um dos dois órgãos de soberania do país, sendo composta por deputados eleitos pelo povo e tem como principais funções legislar e fiscalizar o governo.

A sonora do Ministro da Administração Interna refletia a busca do governo pelo “justo equilíbrio entre a vontade e necessidade de desconfinamento e absoluta determinação na adoção de medidas restritivas ou de eventual pausa, suspensão desse nível de desconfinamento onde tal seja necessário” (M30), indicando que na medida do possível, o desconfinamento tratava-se de uma necessidade.

Já o deputado do Partido Social Democrata (PSD) expôs a insatisfação com o governo sobre o confinamento de estudantes: “Negligência pura. Como se explica que os alunos do secundário que querem fazer exames de melhoria de nota estejam pelo segundo ano consecutivo impedidos de fazer? No primeiro ano, poderiam ter alegado problemas de logística. Agora só se pode alegar preguiça, desleixo e impreparação”.

Já o trecho de crítica do deputado do CDS-Partido Popular (PP) culpa o governo de prejudicar a economia portuguesa. “Anda sempre a navegar a vista. Sempre a procurar no otimismo que permita um bom enquadramento eleitoralista, a solução para aquilo que não se resolve com eleitoralismo nem se resolve com otimismo”.

Alegando que deveria ser o último Estado de Emergência e criticando a quantidade de testagens no país, o líder parlamentar do Bloco de Esquerda (BE) acusou o governo de falhar ao não defender o levantamento das patentes das vacinas enquanto estava à frente do Conselho da União Europeia: “Portugal falha quando não diz que as pessoas valem mais do que patentes e que a vida humana vale muito mais que o gasto de multinacionais e é isso que o governo não tem conseguido fazer”.

O problema com a vacinação e sua relação com o desconfinamento também foi colocado pelo líder parlamentar do Partido Comunista Português (PCP): O que mais é preciso para que o governo assuma que só com essa capacidade de produção é possível defender a vida e a saúde dos portugueses face a algumas multinacionais farmacêuticas”, assim como a deputada do Partido Ecologista "Os Verdes" (PEV), que reforçou a necessidade se “adquirirem mais vacinas”.

Ainda na discussão sobre o estado de emergência e um novo desconfinamento, questões alargadas pela pandemia, como a pobreza, também estão presentes em trechos da M30. “É absolutamente essencial evitar o caos social. Estamos perante o agravar daquilo que tem sido os avanços no combate a pobreza”, afirmou a líder parlamentar do Pessoas–Animais–Natureza (PAN). Já o deputado da Iniciativa Liberal (IL) acusa o governo de ser desarticulado na condução da pandemia, “já que continua a não haver ligação entre plano de desconfinamento, vacinação e testagem”, afirma.

Por sua vez, o deputado do Chega! (CH) criticou a falta de vacinação dos oficiais de justiça diante da pressão para que os tribunais reabrissem, mas sem garantir a vacinação dos oficiais, que já haviam afirmado por meio dos Funcionários Judiciais (SFJ) estarem sendo discriminados no âmbito do plano de vacinação COVID-19 e no qual apenas juízes e procuradores estariam a ser vacinados: “Pedimos aos tribunais que reabram, mas não vacinamos os oficiais de justiça como se fossem pessoas empregados menores”, afirmou.

Rebatendo as críticas de que Portugal seria um dos países que menos testam na União Européia, a M30 também traz o trecho em que a ministra da saúde afirma não ser verdade. “Como podemos pedir para que confiem em nós se dizemos mentiras. Não é verdade”.

É importante observar que M30 apresenta uma diversidade significativa de versões, isto é, discute a problemática da votação para renovação do 15º estado emergência com posicionamentos favoráveis e contrários à medida, que segundo a Presidência da República, tinha fundamento “na verificação de uma situação de calamidade pública”²³. Ainda que não houvesse cenário favorável para a retomada total das atividades, devido ao alto risco de contágio do vírus, a M30 apresenta posições contrárias à restrição de direitos e a condução da pandemia pelo governo.

5.3.2. Economia

A economia portuguesa também sofreu o impacto da pandemia. Em 2020, o Produto Interno Bruto (PIB) teve redução de 6,6% em relação a 2019. Ainda em abril de 2020, mais de 80% das empresas mantiveram-se em produção ou funcionamento e 18%

²³ Decreto do Presidente da República n.º 41-A/2021, de 14 de abril. Disponível em <<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-presidente-republica/41-a-2021-161433529>>. Acesso em 25 de novembro de 2024.

fecharam portas temporária ou definitivamente, segundo o Instituto Nacional de Estatística.

Formulação de linhas de apoio económico, suporte de custos e equipamentos de proteção, disponibilização de linhas de crédito e pagamento de salários aos trabalhadores de empresas, que se viram obrigadas a fechar, foram alguns das reações que o Estado tomou para minimizar os impactos na economia (GUIMARÃES, 2023).

Apesar de medidas de apoio governamental para continuidade do funcionamento das empresas, o setor da restauração e do turismo foram alguns dos que mais sofreram os impactos, uma vez que a natureza da sua atividade impossibilitou as condições de continuidade, pelo que a sua suspensão se configurou como a única saída.

Nesse contexto, o pagamento dos salários dos trabalhadores em *layoff* foi proposto pelo governo para apoiar financeiramente os restaurantes. Como uma alternativa à demissão em massa, o *layoff* é uma medida temporária que consiste na suspensão ou redução dos períodos normais de trabalho de um funcionário, que passa a receber uma compensação de, pelo menos, dois terços do seu salário habitual.

Outra medida tomada pelo governo foi a obrigatoriedade do teletrabalho. Determinado pelo Decreto-Lei n.º 94-A/2020, cuja elaboração foi da presidência do conselho de ministros, a adoção do regime “independentemente do vínculo laboral”, foi orientado “sempre que as funções em causa o permitam e o trabalhador disponha de condições para as exercer, sem necessidade de acordo escrito entre o empregador e o trabalhador”.

Diante desse contexto, selecionamos cinco reportagens do noticiário público português que perpassam os assuntos mais latentes relacionados aos impactos da pandemia na economia, como as consequências do estado de emergência para o setor da restauração, as dificuldades de extensão do *layoff* e os desafios enfrentados pelo governo para a recuperação económica do país.

Quadro 19 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre economia

MATÉRIA	RETRANÇA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M31 13/04/20	PCP diz que estado de emergência cortou direitos dos trabalhadores	Reportagem -Secretário Geral do PCP -Coordenadora BE	Versão única com mais de uma fonte

M32 29/04/20	Reativação da economia e se há condições sanitárias	Vivo em estúdio -Infeciologista	Versão única ou restrita
M33 23/05/20	Governo prepara extensão do <i>layoff</i> mas com adaptações	Reportagem -Ministra do trabalho, solidariedade e seg. social -Conf. comércio e serviços de Portugal -Conf. Empresarial Portugal -CGTP -UGT	Diversidade significativa de versões
M34 26/06/21	Manifestação restauração – Empresários foram de muletas a representar “as pernas partidas” do setor	Reportagem -Empresário restauração Matosinhos -Empresário restauração V.N Gaia -Empresário restauração Porto -Pres. Associação Nacional de Restaurantes	Versão única com mais de uma fonte
M35 21/07/21	O primeiro-ministro apela à união em torno da recuperação económica do país	Reportagem - Primeiro-ministro -Líder parlamentar PSD -Deputada CDS-PP -Secretário-geral PCP -Coordenadora BE -Porta-voz PAN -Iniciativa Liberal	Diversidade significativa de versões

Fonte: elaborado pela autora

Ainda em abril de 2020, Portugal atravessava o segundo estado de emergência e já contabilizava 126 detenções ocasionadas pelo descumprimento do dever de recolhimento e de confinamento. Na mesma edição da M31, o Ministro da Administração Interna afirmava que para reativar gradativamente a economia, seria necessária uma retomada com segurança e proteção de grupos vulneráveis.

Em crítica ao estado de emergência, a insatisfação do secretário geral do Partido Comunista Português (PCP) é trazida na M31, pois de acordo com ele, estaria sendo aproveitado para limitar os direitos dos trabalhadores, aumentar o despedimento e os cortes de salários. “O vírus é perigoso e pode matar. Mas elevar a exploração e o empobrecimento, despedir abusivamente, cortar salários, negar proteção social aos setores mais vulneráveis também destrói vidas. Os direitos não estão nem podem estar de quarentena”, afirma. Dessa forma, a M31 aponta a importância da economia acima da continuidade das medidas sanitárias que visavam o controle da pandemia.

Logo após, a M31 também traz a acusação da coordenadora do Bloco de Esquerda (BE) sobre a Galp, grupo de empresas portuguesas no setor de energia, que de acordo com ela, a partir do apoio do governo nos descontos de impostos e contribuição social, estaria distribuindo a divisão dos lucros entre seus acionistas, enquanto despediam trabalhadores.

A mesma empresa, que segundo denúncia do sindicato, despediu mais de 80 trabalhadores precários, prepara-se agora para distribuir mais de 300 milhões de euros em dividendos aos seus acionistas. A decisão sobre a distribuição de dividendos, na Galp como em outras empresas, não é um assunto pormenor. Marca a forma como respondemos a crise porque se é certo que nesse momento há sacrifícios, é inaceitável que os trabalhadores paguem para que os acionistas lucrem com a crise. (Coordenadora do Bloco de Esquerda, M31).

Nesse sentido, a M31 reflete profundas acusações às ações do governo na pandemia sobre a economia, tanto no que diz respeito ao impacto do estado de emergência para a redução de postos de trabalho, quanto aos lucros obtidos por empresas a partir de apoios governamentais.

Ainda no final de abril de 2020, a M32 traz a análise do infectologista ao vivo no estúdio para esclarecer se havia condições sanitárias para a reativação da economia. Com presença constante no noticiário ao longo da cobertura de dois anos sobre a pandemia, o papel do especialista ao vivo representa a fala científica sobre a necessidade de alívio ou não das medidas restritivas.

A posição do especialista considerou o número de novas infecções que havia sido menor nas últimas semanas, a redução do número de internados e de doentes em cuidados intensivos e a agilidade dos testes de diagnósticos que apresentavam respostas adequadas. Por outro lado, foram consideradas também a falta de controle da transmissão do vírus e

os indicativos de mortalidade que ainda eram altos naquele momento. Ainda assim, o infecciologista se mostrou favorável a retomada de algumas atividades com cautela:

Parece-me que se pode aliviar algumas das medidas restritivas. Já percebemos, possivelmente, algo do pequeno comércio, a circulação das pessoas, o regresso de algumas pessoas ao trabalho, mas tem que existir um grande rigor de todos e nomeadamente o cuidado com afastamento físico tem que ser mantido. Eu lanço aqui um alerta: vai ser necessário, não tenho grandes dúvidas, passar a utilizar a proteção respiratória, a máscara, quando utilizamos o transporte público, quando estamos em espaços ou abertos ou fechados (Infecciologista, M32).

Sendo assim, ainda que em abril de 2020 o mundo estivesse atravessando a primeira das diversas ondas de contágio do vírus que se sucederiam, e mesmo o infecciologista reconhecendo que não havia controle para a transmissão do vírus, a sua posição é favorável à retomada da economia, desde que fossem utilizadas as máscaras de proteção e o afastamento físico.

Diante da pressão para a retomada da economia, em maio de 2020 o governo analisava a possibilidade de extensão do *layoff* de forma simplificada, isto é, sem a suspensão total das atividades: “Nesse momento, já não temos as empresas totalmente paradas. E agora pensamos como é que passamos por essa lógica de uma reabertura reconhecendo que a atividade não está normalizada”, afirmava a Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social na M33.

Nesse contexto, a pressão da pandemia na economia foi latente no setor da restauração, que foi obrigado a fechar as portas para cumprir as medidas restritivas que visavam o controle do alastramento do vírus. Só para se ter uma ideia, 95% das empresas que recorreram ao *layoff* até abril de 2020 eram micro e pequenas empresas ligadas à restauração e comércio. A ideia era permitir a suspensão dos contratos de trabalho ou redução das horas de trabalho, enquanto as empresas recebiam da Segurança Social um apoio para o pagamento dos salários dos trabalhadores.

Na M33, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal expôs suas expectativas: “esperamos que o próximo *layoff* não seja complicado”. Isso porque a solicitação do *layoff* havia sido acompanhada de diversas críticas de empregadores e

consultorias que solicitavam clarificações na lei e celeridade na operacionalização dos processos²⁴, o que não está aprofundado na matéria.

Com apenas dois terços dos salários no regime *layoff*, a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) manifesta sua insatisfação e solicita outras medidas: “ter medidas econômicas e sociais que efetivamente garantam a subsistência à vida digna dos trabalhadores e o desenvolvimento da própria economia”, explica na M33. Por sua vez, a União Geral de Trabalhadores (UG) também questiona na M33 “de que forma e como isso garante a viabilidade das empresas? E perguntar ao governo quando os trabalhadores vão receber”. Apesar da M33 não aprofundar as dificuldades enfrentadas pelas empresas na solicitação e efetivação do *layoff*, ainda assim discute as expectativas do setor do comércio, representantes dos trabalhadores e do governo a respeito do pagamento de salários e retomada da economia nos setores mais afetados.

Já a M34 traz a manifestação do setor da restauração, exigindo apoios à recuperação do setor que já contabilizava prejuízo de mais de 5 mil milhões de euros, segundo a Associação Nacional de Restaurantes. De muletas, os manifestantes foram as ruas para representar “as pernas partidas” do setor. Apesar das portas abertas, os empresários queixavam-se da obrigatoriedade de apresentação de testes, o que na opinião deles, estaria a diminuir a quantidade de clientes: “A situação das muletas é precisamente para descrever a situação em que se encontra a restauração com esse limite de horários e com a testagem à porta, simplesmente os clientes não vêm e estamos no limite”, afirmou um empresário na M34.

²⁴ Lay-off "simplificado"? As dificuldades das empresas para aceder ao novo regime: <<https://observador.pt/especiais/lay-off-simplificado-as-dificuldades-das-empresas-para-aceder-ao-novo-regime/>>. Acesso em 02 de dezembro de 2024.



Figura 8 - Empresários com muletas em protesto contra “pernas partidas” do setor

A exigência do alívio das medidas restritivas que visavam frear o avanço do vírus é unânime na M34: “Nós temos os restaurantes completamente vazios. É o fato de essas medidas serem implementadas ao fim de semana quando nós habitualmente trabalhamos mais. Depois não se compreende: se somos obrigados a ter certificado digital por que razão é que tem que ir embora as 22h30?”, afirma empresário na M34.

Além de exigir o afrouxamento das medidas, os manifestantes também questionaram a efetividade delas, o que corrobora para a constituição da M34 enquanto versão única com mais de uma fonte: “A comunidade não está de todo consciente de que essas medidas façam algum sentido para controle da pandemia. Elas próprias acabam por sentir que efetivamente elas são exatamente restritivas para ir ao restaurante, mas não são restritivas na sua vida diária”, afirma empresário. Por fim, a Associação Nacional de Restaurantes faz uma exigência ao governo: “É preciso que o governo encontre apoios, nós nesse momento estamos completamente desprotegidos”, afirma.

Por sua vez, a M35 apresenta trechos do debate do Estado da Nação, onde o primeiro-ministro responde perguntas dos grupos parlamentares e dos Deputados únicos representantes de um partido. “Neste momento em que nós vivemos, o que interessa não é discutir se o copo está mais cheio ou mais vazio. Vamos lá encher o copo”, afirmou o primeiro-ministro na M35 ao se referir à importância do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), ao mesmo tempo em que apelava para a união em torno da recuperação econômica do país. O PRR foi um programa de aplicação nacional, com um período de

execução até 2026, com o objetivo de implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico, após a pandemia. O plano estava ancorado em três principais desafios:

do controlo e combate da pandemia; o da superação dos seus efeitos sociais e económicos, recuperando uma trajetória de crescimento sustentado; e, finalmente, o da construção de um futuro mais robusto, mais coeso e mais sustentável, capacitando o país para prosperar num contexto de mudança (DIÁRIO DA REPÚBLICA²⁵).



Figura 9 – Apresentador mostra pesquisa sobre remodelação do governo

É importante observar que na mesma edição da M35, o telejornal traz uma reportagem só com o off da repórter sobre a sondagem da Universidade Católica feita para a RTP mostrando que 71% dos portugueses consideravam necessária uma remodelação do governo, com destaque para a demissão do Ministro da Administração Interna e da Ministra da Saúde.

Em crítica ao governo, os depoimentos da M35 expõe os tensionamentos dos partidos PSD e CDS-PP que acusam o governo de não ter dinheiro suficiente para as empresas no Plano de Recuperação e Resiliência, que visava a recuperação económica de Portugal durante e após a pandemia. “Quando chega o momento de distribuir o dinheiro, temos uma distribuição minoritária para as empresas”, afirmou o líder parlamentar PSD, posição semelhante à da deputada do CDS-PP: “De fato, o dinheiro vai para as empresas, mas invés de ir para as empresas dos setores dinâmicos, dos setores que concorrem mercado, dos setores importadores, vai para a contratação pública”, diz.

²⁵ Plano de Recuperação e Resiliência (PRR): <<https://diariodarepublica.pt/dr/lexionario/termo/plano-recuperacao-resiliencia-prr>>. Acessado em 02 de dezembro de 2024.

Por sua vez, a M35 apresenta também a posição dos partidos de esquerda que no caso do PCP solicitava apoio às famílias por causa do fim das moratórias de crédito que terminariam em dezembro de 2021, afirmando que “o governo não demonstra vontade de resolver o problema”. As moratórias foram criadas em março de 2020 para apoiar as famílias e empresas que foram mais afetadas pela pandemia da COVID-19. O objetivo era garantir que as empresas e as famílias portuguesas conseguissem manter a capacidade de gestão de liquidez e tesouraria. Em resposta, a M35 traz a fala do primeiro-ministro: “até o momento, a indicação que temos é que não há necessidade de fazermos mais do que aquilo que tem sido feito. Se for necessário, tomaremos medidas para que ninguém fique para traz nessa crise”.

Já o bloco de Esquerda pedia a revisão imediata das leis de trabalho diante da ameaça de despedimentos em massa de trabalhadores em empresas com lucro em plena pandemia. “Agora que vai a contração social resolver quando? Quando os trabalhadores da Altice, do Santander, do BCP já tiverem sido substituídos por *outsourcing*? É aí que vamos andar? É tarde demais, senhor primeiro-ministro”. Em resposta, o primeiro-ministro diz na M35: “Não é de agora a preocupação. Nós demos discussão a um processo que foi apresentado ao nível verde, houve um debate, chegou agora ao momento de avançarmos”.

A exigência colocada na M35 pelo Bloco de Esquerda diz respeito a situação enfrentada por empregados da Altice (conglomerado de telecomunicações), Banco Comercial Português, S.A. (BCP), conhecido como Millennium, e Santander que estavam a ser substituídos por trabalhadores em *outsourcing*, isto é, contratação de empresas terceirizadas que realizam tarefas feitas pelos próprios funcionários, mas com baixo custo e precarização. Só para se ter uma ideia, naquele momento da pandemia, cerca de 250 trabalhadores na Altice começaram a receber as suas cartas de demissão. A ameaça de demissões também era uma realidade no Santander, com 700 postos de trabalho ameaçados e cerca de 1000 no BCP, ainda que as receitas dessas empresas tivessem subido entre 2020 e 2021²⁶.

²⁶ Despedir trabalhadores em empresas com lucros: o novo normal? Disponível em <<https://www.esquerda.net/opiniao/despedir-trabalhadores-em-empresas-com-lucros-o-novo-normal/75623>>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

É importante observar que a cada crítica ao governo, a M35 traz também trechos de respostas do primeiro-ministro, o que contribui para a constituição do ideal da teoria democrática com a diversidade significativa de versões, pois apresenta mais de uma fonte com perspectivas diferentes sobre o assunto.

5.3.3. *Uso de máscaras*

O uso de máscaras em espaços públicos só se tornou obrigatório em Portugal em dezembro de 2020, a partir da Lei n.º 88/2021 de 15 de dezembro²⁷, para “acesso, circulação ou permanência nos espaços e vias públicas”. De acordo com o artigo 5º sobre a fiscalização do cumprimento das obrigações previstas na lei, “compete às forças de segurança e às polícias municipais, cabendo-lhes, prioritariamente, uma função de sensibilização e pedagogia para a importância da utilização de máscara em espaços e vias públicas quando não seja possível manter a distância social”.

As matérias selecionadas para análise da cobertura do noticiário público português discutem a recomendação do uso de máscaras em locais fechados pela Direção Geral de Saúde, os desafios e aceitação das recomendações de uso pela população, a importância de seguir as orientações para enfrentamento da pandemia e análise dessa medida que visava interromper a transmissão do coronavírus e salvar vidas.

Ainda em janeiro de 2021, o uso da máscara para todas as pessoas foi recomendado pela Organização Mundial da Saúde em áreas onde o distanciamento social não fosse possível. Ainda assim, o uso da máscara não dispensaria outras medidas de saúde pública, como o distanciamento social.

Quadro 20 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre uso de máscaras

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M36 13/04/20	Máscaras recomendadas para qualquer pessoa em locais fechados e movimentos	Reportagem -Ministra da saúde -Bastonário ordem dos médicos -pres. Conselho escolas médicas -Diretora-geral de saúde	Diversidade significativa de versões

²⁷ Lei n.º 88/2021 - Regime transitório de obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos: Disponível em <<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/88-2021-175923956>>. Acesso em 05 de dezembro de 2024.

M37 13/04/20	Muitas pessoas estão a fazer máscara em casa para contornar a escassez desse produto	Reportagem -Artesã -Infecciosologista	Diversidade significativa de versões
M38 16/10/20	Máscara na rua – “As pessoas têm de entender que estamos no meio de uma guerra”, diz especialista	Reportagem -Fala povo habitantes -Pneumologista e Dir. Fac. Medicina univ. Coimbra -Diretor faculdade de medicina universidade de Lisboa	Diversidade significativa de versões
M39 29/07/21	Regresso à normalidade – Máscaras podem deixar de ser usadas na rua quando 70% da população estiver vacinada	Reportagem -Primeiro-ministro	Versão única ou restrita
M40 21/11/21	Análise – Travar a Pandemia – Máscara obrigatória em locais fechados	Vivo em estúdio -Comentaristas	Diversidade significativa de versões

Fonte: elaborado pela autora

“O que antes era de uso voluntário, passou a ser uma recomendação para todos”, afirmava o off do repórter na M36, ao se referir à orientação da Direção Geral da Saúde sobre o uso de máscaras que só passou a ser orientado para locais fechados como supermercados, farmácias, lojas, estabelecimentos comerciais e transportes públicos, em abril de 2020. Ainda segundo a Ministra da Saúde, o uso de máscaras na comunidade se constituía “uma medida adicional, complementar às medidas anteriormente recomendadas: lavagem das mãos, etiqueta respiratória (cobrir o nariz e a boca com lenços de papel ao tossir e espirrar) e manutenção da distância social”.

Já para o bastonário da ordem dos médicos, a recomendação deveria ser uma obrigação: “Se eu usar máscara e o meu vizinho, colega que está comigo não usar, a situação já não é igual. Por isso é que a recomendação tem que ser forte ou tornar obrigatória. Não pode ser se as pessoas quiserem usar usem, se não quiserem não usem”, afirma. Por sua vez, a fala do presidente do Conselho de Escolas Médicas de Portugal, a orientação sobre o uso de máscaras não tinha clareza: “Se foi tomada essa decisão é bem-vinda. Acho que é ótimo. Mas tem que ser dada de uma forma que seja clara para que não

haja excitações, não hajam titubear sobre aquilo que está a dizer. E fique muito claro para a população”, afirma. Já a fala da Direção de Saúde apresenta a taxa de mortalidade de 11,2% para pessoas com mais de 70 anos, isto é, contabilizava-se 31 vítimas até o momento, considerando o avanço da contaminação do vírus, sobretudo, nos lares de idosos, reforçando os desafios enfrentados pela população.

Sendo assim, após a sétima semana em que foi registrado o primeiro caso de COVID-19 em Portugal, a M36 de forma geral constitui uma diversidade significativa de versões ao apresentar reflexões sobre a importância da recomendação do uso de máscaras pelo governo, ao mesmo tempo em que discute contrapontos sobre a necessidade de obrigatoriedade da medida e ausência de clarificação sobre a medida.

A M37 mostra como as pessoas em casa realizavam a confecção de suas próprias máscaras de forma simples. Ela apresenta a experiência de uma artista plástica que estudou na Ásia e “aprendeu os princípios da medicina tradicional e indiana”, conforme diz o off da repórter ao referir-se ao potencial anti-inflamatório da cúrcuma, o açafrão da Índia. Para confeccionar a máscara, a artista plástica realiza o tingimento do tecido com a cúrcuma. Depois é inserido um filtro de papel para confecção do material: “Aqui está um retângulo com essas medidas que é dobrado e cozido aqui. E depois, leva um segundo retângulo tingido que é preso com essas duas costuras”, explica a artesã.



Figura 10 – Artista plástica ensina como fazer máscara caseira com tingimento de cúrcuma (açafrão da Índia)

Considerando que havia cada vez mais casos assintomáticos de COVID-19 e que as máscaras poderiam prevenir o contágio de outras pessoas, a M37 também apresenta o passo a passo da confecção de outro modelo de máscara, dessa vez pelo infecciosologista: “Este pano eu vou dobrá-lo em três partes e introduzir o elástico na extremidade”, explica. Para encerrar a M37, a repórter reforça que “continua a ser importante a lavagem das mãos e o cumprimento do distanciamento social”. Dessa forma, a M37 apresenta diversidade significativa de versões ao mostrar que era possível qualquer pessoa confeccionar sua própria máscaras de proteção em casa.

Na mesma edição, o noticiário também apresentava três tipos de máscaras utilizadas naquele momento: os respiradores (recomendadas para profissionais de saúde em contato com pessoas infectadas), as cirúrgicas (para profissionais de saúde em geral) e as não-cirúrgicas (que poderiam ser confeccionadas pela própria população para utilização em momentos pontuais como a ida ao supermercado).



Figura 11 – Apresentador do Telejornal (RTP) explica sobre tipos de máscaras

Na edição da M38, o noticiário já iniciava apresentando o cenário do avanço da contaminação do coronavírus. Naquele momento, Portugal atingia números recordes de óbitos e contaminados. Ainda que sem obrigatoriedade e com proposta de lei a ser aprovada pelo parlamento, a utilização obrigatória do uso de máscaras foi amplamente defendida por especialistas.

Apesar disso, as opiniões da população na M38 refletiam a dúvida sobre a necessidade ou não do uso das máscaras para frear o alastramento do vírus: “Eu acho

bastante bem até porque essa doença pode ser transmitida. Eu posso estar sem máscara agora e estar infectado e daqui há 1 minuto passar outra pessoa no local onde eu desci e pode pegar o vírus. Pelo menos temos o mínimo de segurança”, afirmou um jovem. Mais adiante, outra jovem diz que “em espaços tão abertos, acho que não faz sentido andar de máscaras”, também na M38.

Outras incertezas são expostas na mesma Matéria 38 por diferentes pessoas: “Se a pessoa estiver sozinha a passear na rua, acho que não é necessário usar a máscara”; “Ainda hoje estava a vir por Lisboa e vi muita gente com o uso da máscara e corretamente”; “Há muito mais gente com máscara e mais gente a cumprir”. Essas foram as impressões das pessoas trazidas na matéria, que também apresentou a opinião de dois especialistas.

O pneumologista e Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra lamentou a falta de conscientização da população acerca do uso das máscaras: “Tenho pena é que tenha que ser necessária essa obrigatoriedade porque acho que isso devia vir a partir das pessoas. E devo dizer que não tenho dúvida que a grande maioria das pessoas têm essa consciência”, afirmou. Já o Diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa enfatizou que o cenário era de guerra e a necessidade de conscientização:

Isto não é uma questão de gostar ou não gostar. É a realidade. Portanto, estamos no meio de uma guerra. Tem que haver aqui uma atitude por parte da população, sabemos que isto não é fácil, mas temos que perceber que nesse momento não é tempo para festas, não é tempo de espetáculos, não é tempo para aglomerações, porque senão nunca mais teremos isso. (M34)

Nesse sentido, a M38 constitui uma diversidade significativa de versões a respeito do uso de máscaras e a apresenta, inclusive, pontos divergentes pela população que são esclarecidos por especialistas sobre a importância do uso de máscaras como medida contra o alastramento do vírus.

Já em julho de 2021, a edição da M39 apresenta as medidas das fases do plano do governo para desconfinamento ou “libertação”, expressão utilizada pelo primeiro-ministro que visava aliviar restrições em função do plano de vacinação. Divididas em três fases, o governo apresentou o plano para o "regresso à normalidade". Em agosto de 2021, esperava-se que 57% da população estivesse vacinada e com isso seriam liberados a

realização dos espetáculos com 66% da lotação, eventos desportivos com público, casamentos e batizados com lotação de 50% e fim da obrigatoriedade do teletrabalho.

Já a previsão para setembro de 2021, segunda fase do plano, era de 70% da população vacinada e com isso, a liberação dos casamentos com 75% da lotação, fim do limite de lotação em transportes públicos e fim do uso das máscaras na rua. Já na terceira e última fase, em outubro de 2021, onde pelo menos 85% da população estaria vacinada, seria permitida a reabertura dos bares e discotecas, espetáculos sem limite de lotação e grupos sem limite máximo dos restaurantes.

Abordando especificamente a segunda fase do plano de desconfinamento, a M39 apresenta a posição do governo sobre o fim da obrigatoriedade do uso de máscaras, uma das medidas de afrouxamento das restrições que visavam controle do alastramento do coronavírus. Dessa forma, na M39, o primeiro-ministro chama a responsabilidade do uso da máscara ou não para a própria população:

Nós temos que assumir de uma vez por todas que a população é responsável e adulta e, portanto, não é o Estado que tem de andar a definir. Se as pessoas estiverem num grande ajuntamento é evidente que tem que ter máscara. Se estão sozinhas, se estão só com seu núcleo familiar não precisam estar a usar máscara. Esta é a regra que vigorará (M39).

A M39 apresenta a versão única ou restrita pelo primeiro-ministro que defende o fim do uso das máscaras, a partir da segunda fase do plano do governo para “regresso à normalidade”, mas não deixa de pontuar que possíveis mudanças podem ser consideradas na caminhada:

Se as coisas não correrem bem, não deixaremos de fazer como no passado: parar ou mesmo recuar, relativamente, aquilo que na trajetória está definido. Creio que “definitivo” é uma expressão que só poderemos utilizar no dia em que a Organização Mundial de Saúde considerar erradicada esta pandemia. E sendo como sempre otimista, estou certo de que este dia chegará (M39).

Já a M40 apresenta uma análise no estúdio do noticiário com os comentadores políticos João Soares e Pedro Norton, que compõe uma das duplas do noticiário a cada semana ao longo da pandemia. Em nota no site da RTP²⁸, o telejornal reforça a importância do seu painel de comentadores: “porque em tempos de incerteza é preciso

²⁸RTP reforça painel de comentadores do Telejornal de domingo. Disponível em: <<https://media.rtp.pt/extra/noticias/rtp-reforca-painel-comentadores-do-telejornal-domingo/>>. Acesso em 09 de dezembro de 2024.

saber ler os dias”, explica, ao se referir a necessidade de ampliação do quadro de comentaristas, sendo João Soares, um dos quais foram inseridos na pandemia, além do “comentador residente para avaliar a evolução da pandemia COVID-19”, o médico infeciologista António Silva Graça.

Dessa forma, a M40 apresenta a análise dos comentaristas políticos sobre a relação do avanço da pandemia em Portugal com o cenário político que o país atravessava. É importante observar que desde julho de 2021, os números de pessoas internadas não havia subido tanto quanto os números registrado em novembro do mesmo ano, período da M40. Naquela altura, o país registrava 597 pessoas infectadas, 89 em cuidados intensivos e 2499 casos de infeções. Paralelo a isso, dava-se início a 3ª dose da vacinação de profissionais de saúde do Centro Hospitalar Lisboa Norte.

Na M40, segundo explicou o comentarista Pedro Norton, que desempenhou funções de diretor financeiro, subdiretor de programação da SIC, diretor de novos negócios e membro do conselho da administração da SIC Filmes e da SIC Notícias, na altura em que a pandemia estava em Portugal, a maior preocupação seria a dependência que um novo processo político poderia trazer para a tomada de decisões sobre a pandemia, diante da próxima dissolução do parlamento e eleições legislativas que estavam às portas:

Aquilo me preocupa mais é esse momento desta quinta vaga da pandemia coincidir com um momento político muito sensível no país. Vamos ter o parlamento dissolvido dentro de poucos dias, temos eleições legislativas à porta, isso obviamente pode criar algumas entropias no processo (M40).

Com confiança, Pedro Norton também fez elogios a condução da vacinação do país. Na sua opinião, não era necessário fazer alarmismo em relação ao avanço da pandemia, e sim, em tomar precauções:

Não precisamos entrar em grandes alarmismo. A campanha de vacinação de fato foi um sucesso, estamos numa situação muito melhor que há um ano, com muito menos contágios e que se traduzem em menos internamentos. É preciso tomar precauções. Não estamos a falar em confinamento, não estamos a falar em medidas drásticas. Estamos a falar no regresso à utilização das máscaras, aumento da testagem, e sobretudo esta recomendação fundamental de fazer um esforço para reforçar a vacinação. Temos que ter confiança (M40).

Por sua vez, o comentarista João Soares, presidente da Câmara de Lisboa, Deputado e Ministro pelo Partido Socialista (PS), ressaltou sua opinião acerca da conscientização das pessoas para o controle da pandemia: “As pessoas estão com muito

mais precauções e voltaram a retomar a máscara e a procurar a manter o distanciamento social”, afirmou. Mais adiante na M40, reconheceu que alguns desafios se destacaram no controle da pandemia, como o “relaxar de medidas de segurança” e “movimentos com peso negacionista”:

Houve um relaxar das medidas de segurança e houve, sobretudo, movimentos com peso negacionista, felizmente Portugal não teve isso, que tomaram posição contra as vacinas. Eu sinto que as pessoas nas últimas semanas estão com a preocupação de usar a máscara e ter um certo distanciamento e, sobretudo, o processo das vacinas está a correr muito bem. Estava com algum temor que saída do almirante Gouveia e Melo estivesse a perturbar isso (M40).

Ambas as análises apresentadas na M40 não realizam críticas diretas sobre a ausência de obrigatoriedade do uso de máscaras como medida do governo para aquele momento. De certa forma, o uso das máscaras é defendido a partir do reforço da responsabilidade da população para “tomar precauções”, como afirma Pedro Norton, e estar atento às consequências do “relaxar de medidas”, conforme observa João Soares. Ainda assim, a M40 apresenta diversidade significativa de versões pois aborda observações diferentes que corroboram para a necessidade do uso de máscaras para travar a pandemia, seja a partir da conscientização da população, seja através dos impactos que um novo processo eleitoral iria sugerir naquele momento.

5.3.4. Vacinação

Em Portugal, a estratégia para atingir a vacinação em massa da população foi regida a partir da Task-Force da vacinação contra a COVID-19, criada em 2020 pelo Governo com o objetivo de coordenar todo o plano de vacinação, desde a estratégia de vacinação à operação logística de armazenamento, distribuição e administração das vacinas, sendo constituída por militares dos três ramos das forças armadas.

A princípio, a Task-Force foi liderada por Francisco Ramos, ex-secretário de Estado Adjunto e da Saúde e com ampla experiência em organização, gestão e financiamento de serviços de saúde. Após uma sucessão de polémicas suscitadas por casos de vacinações indevidas, Francisco Ramos renunciou ao cargo "por irregularidades detectadas pelo próprio no processo de seleção de profissionais de saúde no Hospital da

Cruz Vermelha, do qual é presidente da comissão executiva"²⁹. Foi substituído em fevereiro de 2021 pelo vice-almirante Henrique Gouveia e Melo. Neste início de fevereiro, infeções e mortes começam a baixar significativamente, colocando Portugal como uma referência na vacinação contra a COVID-19.

Segundo o relatório do Tribunal de Contas de Portugal, divulgado em 2023, “o processo de vacinação contra a COVID-19 em Portugal foi eficaz e contou com a articulação de múltiplas entidades, alcançando taxas superiores à média europeia e um esquema de vacinação inicial completo de 92,4% da população até 31 de março de 2022”, gerando impactos positivos inclusive sobre a sobrecarga do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e os efeitos da doença.

A estratégia também contou com um plano de vacinação que visava criar confiança na população para promover a aceitação da vacina; reforçar a literacia em saúde no âmbito da vacinação, com informação transparente, fidedigna e regular; lutar contra a desinformação e as notícias falsas, bem como responder aos grupos anti vacinação; incentivar a comunicação interna e interinstitucional na área da vacinação; assegurar fluidez e tempestividade na comunicação com os profissionais de saúde; avaliar e monitorizar, continuamente, a percepção pública quanto às vacinas e as barreiras à vacinação (Auditoria à vacinação contra a COVID-19 , 2023)³⁰.

É diante desse contexto que as matérias selecionadas para análise da cobertura do noticiário público português sobre a vacinação do país no enfrentamento à pandemia contemplam a aceitação da vacina pela população e profissionais de saúde, primeiro grupo prioritário a receber as vacinas, a reação de grupos negacionistas em Portugal contra a vacinação, a condução do plano de vacinação e seus desafios, assim como as divergências e opiniões diversas sobre a vacinação de crianças.

Quadro 21 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre vacinação

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
----------------	-----------------	----------------	----------------------------------

²⁹ Demitiu-se Francisco Ramos, coordenador da task force da vacinação contra a COVID-19 . Disponível em < <https://sicnoticias.pt/especiais/coronavirus/2021-02-03-Demitiu-se-Francisco-Ramos-coordenador-da-task-force-da-vacinacao-contr-a-COVID-19> >. Acesso em 09 de dezembro de 2024.

³⁰ Auditoria à vacinação contra a COVID-19. Disponível em < <https://www.tcontas.pt/pt/ProdutosTC/Relatorios/RelatoriosAuditoria/Documents/2023/rel013-2023-2s.pdf> >. Acesso em 09 de dezembro de 2024.

M41 29/12/20	Vacinação em todo o país – No agrupamento do Porto profissionais de saúde falam de confiança	Reportagem -Médicos vacinados -Enfermeiros vacinados -Enfermeiras -Diretora clínica	Diversidade significativa de versões
M42 27/06/21	Seis meses de vacinação – A 26 de dezembro de 2020 chegavam ao país as primeiras 9750 doses da vacina	Reportagem -Ministra da saúde -Médico hospital são joão do porto -Médico hospital curry cabral -Coord. Plano nacional de vacinação COVID-19 -Vacinado em casa aberta -Task force plano vacinação COVID-19 -Diretora Executiva ACES Lisboa Norte -Voluntária C.M Lisboa	Diversidade significativa de versões
M43 15/08/21	Gouveia e Melo insultado – Coordenador do plano nacional de vacinação vaiado por um grupo de negacionistas	Reportagem - Coord. Plano Nacional Vacinação COVID-19 -Sobe som manifestantes -DJ	Diversidade reprimida ou marginalizada
M44 16/09/21	Elogio aos portugueses – presidente da república diz que a adesão à vacinação teve “votação maioritária”	Reportagem -Presidente da República -Presidente da Assembleia da República	Versão única ou restrita
M45 21/11/21	Vacinação das crianças – Especialistas dividem-se sobre as vantagens	Reportagem -Pediatras	Diversidade significativa de versões

Fonte: elaborado pela autora

Em dezembro de 2020, primeiro ano da pandemia, chegavam a Portugal as primeiras doses da vacina contra a COVID-19, que foram destinadas à vacinação de profissionais de saúde e, posteriormente, a 150 lares de idosos de 25 concelhos em alto risco de transmissão. Nesse momento, mais de 6.500 pessoas já haviam morrido em Portugal em decorrência do coronavírus. Nos três primeiros dias do início da campanha de vacinação, já haviam sido vacinados mais de 16.000 profissionais.

Sendo assim, a M41 apresenta a satisfação e confiança de médicos e enfermeiros que receberam a vacina no Porto: “tivemos momentos muito complicados, e essa é uma luta desigual”; “espero que aqui seja um motivo para os profissionais estarem em segurança e tratarem dos doentes em segurança”; “é um alívio contido porque sabemos que ainda estamos no início do fim”; “agora é o início da mudança e quando fizer a segunda dose espero ficar mais protegido”.

O sentimento de alívio também foi compartilhado por profissionais que estavam na linha de frente da aplicação das vacinas: “temos confiança”; “essa iniciativa realmente parece uma luz no fim do túnel para todos nós”; “é de fato um momento muito importante para conseguirmos controlar essa pandemia”, afirmavam. De modo geral, a M41 não apresenta questionamentos a importância da vacinação e constitui uma diversidade significativa de versões que apontam a esperança com a chegada das vacinas.

Na metade do ano de 2021, já haviam sido administradas mais de 8 milhões e 500 mil doses da vacina contra a COVID-19 em Portugal, possibilitando a vacinação de mais de 30% da população. Em 6 meses após o início do plano de vacinação, a M42 faz uma retrospectiva da condução do plano de vacinação. Abre com a fala da Ministra da Saúde, dita no dia em que chegam as primeiras doses ao país: “É um marco histórico para todos nós depois de uma ano tão difícil, abre-se agora uma janela de esperança”.

Logo depois, a M42 retoma as falas dos primeiros médicos a serem vacinados: “É um marco importante para todos nós. É um dia histórico depois de um ano difícil. Abre-se agora uma janela de esperança”; “Estou absolutamente tranquilo com a vacina”; “Tenho mais receio em ter doença do que em ser vacinado”, afirmavam.

O caso de demissão do primeiro coordenador da Task-Force, responsável por conduzir o plano nacional de vacinação contra a COVID-19 é mencionado no off da repórter: “Mas no plano chega a acontecer desvios de vacinas e ultrapassagens perigosas. A 28 de janeiro de 2021 o país batia recordes. Em 24 horas morriam 303 pessoas e havia

mais de 16400 novas infeções. Houve demissões e em fevereiro muda o homem do leme”, afirmava ao se referir a nomeação do vice-almirante Gouveia e Melo.

Até 08 de agosto de 2021, o Governo esperava que pelo menos 70% da população tivesse recebido a primeira dose da vacina. O off da repórter dizia que “já se sabe que pode atrasar”, ao apresentar a fala de um idoso que estava recebendo a dose única da vacina em junho de 2021: “Dá-me a impressão que está um bocadinho atrasado”, afirmava. Já o coordenador da Task Force apresenta fala otimista na M42 com o cumprimento do plano: “Nossa estimativa é começarmos a vacinar pessoas dos 20 anos no dia 4 de julho, no caso 18 até os 30 anos. Portanto, daqui há 15 dias temos todas as faixas etárias em processo de vacinação”.

A posição dos profissionais de saúde que estavam na aplicação das vacinas também é apresentada na M42: “Sinto maior orgulho em estar aqui e tentar ajudar as pessoas e salvar vidas”; “A vacinação não é suficiente. É preciso continuar a ter um conjunto de outras medidas”; “Esta variante que vem, a Delta, é uma variante com mais contágio. E claro, tendo um filho pequeno, como eu tenho, é preocupante”, afirmavam.

Nesse caso, a M42 constitui uma diversidade significativa de versões sobre a condução do plano de vacinação, que envolvia a esperança do Governo para enfrentamento da situação difícil que o país encontrava-se, a confiança dos médicos vacinados, o questionamento da viabilidade e do cumprimento de prazos pela população, as expectativas da Task Force para o cumprimento de prazos da vacinação da população, o questionamento de outras medidas conjuntas a vacinação para enfrentamento do vírus, que foi apresentado por profissionais de saúde.

Por sua vez, a M43 apresenta uma manifestação contra a vacinação e insultos ao coordenador da Task Force, o vice-almirante Gouveia e Melo. Antes de apresentar a M43, o noticiário traz informações sobre o avanço da vacinação de mais de 153 mil jovens de 16 e 17 anos, que apesar dos números, teve baixa adesão por motivo de férias e algumas recusas. Em nota, o noticiário também situa que mais de 159 mil adolescentes de 12 aos 15 anos haviam realizado o autoagendamento para se vacinarem ainda em agosto.

É diante desse contexto que a M43 é apresentada. O apresentador chama a matéria dizendo que o responsável pela vacinação em Portugal, Gouveia e Melo, foi insultado por um grupo de negacionistas em Odivelas: “Cerca de 30 manifestantes chamaram

“assassino” ao vice-almirante. O responsável pela vacinação respondeu que o negacionismo e o obscurantismo é quem são os verdadeiros assassinos”, afirmou.

A M43 começa com barulhos de vaias e palavras ditas “assassino”. As imagens das placas traziam as seguintes imagens: “injeção não é obrigatória”, “União Europeia 20.525 mortes injeção”, “morte Inês Rafael 19 anos”, “Crianças não!”, “Portugal 1087 incapacitados”, “Portugal 68 mortes injeção”, “Infertilidade, morte súbita, problemas cardíacos/renais, doenças auto-imunes”



Figura 12 – Manifestação contrárias à vacinação contra COVID-19 em Portugal

A posição do vice-almirante é apresentada:

Nós não devemos ter medo. Nós quando acreditamos numa coisa temos que sofrer as consequências. Eu não tenho medo nenhum e vou passar por ali quando sair outra vez. O negacionismo e o obscurantismo é quem são os verdadeiros assassinos. Morreram mais de 18.000 pessoas em resultado desta pandemia (M43).

Ainda na M43, é apresentado mais um sobre som dos manifestantes: “Vocês vão para a morte! Problemas cardíacos!”, gritam em voz alta, ao se referir às supostas consequências das vacinas. Mais uma vez, a posição do coordenador do plano nacional de vacinação é colocada: “Problemas associados à ignorância. Têm o direito a sua opinião como é evidente. No entanto, esse direito, a sua opinião, não pode implicar que os outros não tenham também direito a sua”, afirma.

Mais adiante, Gouveia e Melo parabeniza os jovens que já haviam se vacinado: “Esses jovens já demonstram uma maturidade muito superior aos que estão atrás de mim nesse momento”, referindo-se aos mais de 103 mil jovens que foram vacinados de forma voluntária, entre os 16 e 17 anos. O DJ responsável por animar com música o galpão de vacinação em Odivelas, dedica uma canção ao coordenador da Task Force e faz elogios: “O almirante é o símbolo da Task porque ele tem levado as coisas em Portugal ao bom ponto e estamos até em um bom ranking em termos europeus”, afirma.

A M43 apresenta uma diversidade reprimida ou marginalizada de versões, pois apresenta mais de uma interpretação da realidade, mas com a distinção privilegiada da versão hegemônica, que foi conduzida pelo vice-almirante e baseada em evidências científicas, e a estigmatização da versão dos manifestantes, que têm suas falas trazidas apenas em sobe sons, isto é, frases que surgiram ao longo da manifestação, onde as pessoas não foram entrevistadas especificamente para falar sobre suas reivindicações.

Já a M44 apresenta o posicionamento do Presidente da República que elogia a adesão dos portugueses à vacinação. O contexto envolve as discussões trazidas na reunião do Infarmed - Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde, que tem por missão regular e supervisionar os setores dos medicamentos. Na mesma edição da M44, o telejornal apresentava as discussões da reunião que apontavam para maior alívio de medidas, mas apelando à responsabilidade de cada um. Os especialistas do órgão também afirmavam que naquele momento, em setembro de 2021, Portugal encontrava-se no fim de uma fase pandêmica.

O off da repórter que abre a M44 situa que o presidente estava otimista com a vacinação maciça e voluntária, assim como animado com as eleições legislativas que ocorreriam em janeiro de 2022: “É um presidente otimista e inspirado pelo momento eleitoral, que chega a mais uma reunião do Inframed para deixar um elogio aos portugueses em geral e um alerta aos chamados negacionistas, em particular. Logo depois, a M44 clarifica o repúdio do presidente a respeito das posições negacionistas sobre a vacinação:

Mais importante do que o que é condenável na democracia, os excessos nas defesas negacionistas, é demonstrar o caráter ultraminoritário desse setor da opinião pública portuguesa. Não sei se isso não tem um efeito de expansão. Mas é a realidade: O povo português votou, e uma das formas de votar foi vacinar-se. E aqui votou como uma maioria que em nenhuma eleição deu a ninguém (M44).

A M44 também apresenta a posição do Presidente da Assembleia da República Portuguesa que elogia a condução do plano de vacinação: “Não vou falar de negacionistas. Só quero prestar a minha homenagem ao senhor vice-almirante Gouveia e Melo”, afirma. Mais adiante, a M44 traz novamente a fala do Presidente da República que deixa um apelo para a conscientização em prol do bem coletivo:

Foi uma sessão que representou o fechar de uma página, mas não a conclusão de um processo. Mas sobretudo houve um grande apelo aos portugueses sobre sua responsabilidade individual e que no fundo é coletiva. Há duas situações que esse apelo tem que estar muito presente: a abertura do ano letivo e o Natal e final do ano (M44).

A versão única com mais de uma fonte na M44 diz respeito à posição contrária aos comportamentos negacionistas à vacinação, que é compartilhada pelo Presidente da República e Presidente da Assembleia da República Portuguesa, autoridades de fundamental relevância para o funcionamento das instituições democráticas.

Já a M45 abre a edição do noticiário e apresenta a ausência de evidências sobre a necessidade ou não de vacinar as crianças dos 5 e 11 anos de idade contra a COVID-19: “A discussão sobre as vantagens de vacinar crianças não encontra consensos entre pediatras e epidemiologistas”, afirmava a apresentadora. Isso porque o Presidente do Colégio de Pediatria da Ordem dos Médicos dizia que o aumento dos casos de COVID-19 nessas faixas etárias se explicava com o aumento do número de testes a serem feitos.

Naquele momento, diante da ausência da recomendação da Direção Geral de Saúde (DGS) para a vacinação de crianças dos 5 aos 11 anos, que só veio a ter o parecer da Comissão Técnica de Vacinação em 7 de dezembro de 2021, muitas eram as incertezas. Dessa forma, a M45 apresenta algumas opiniões de pediatras que eram favoráveis à vacinação da faixa etária: “Isso é um elemento fundamental para a prevenção ou até direi, erradicação do vírus na sociedade”; “Temos que compreender que há argumentos de segurança e benefício para nós todos enquanto sociedade”, afirmavam.

Por outro lado, a M45 também apresenta a posição contrária à vacinação da faixa etária: “Quando vacinamos uma criança contra a meningite, contra o sarampo, contra a poliomielite sabemos que o benefício que estamos a dar é infinitamente maior do que o pequeno risco que podemos causar. E hoje não sabemos isso nessa vacina”, afirmava o Presidente do Colégio de Pediatria da Ordem dos Médicos, que também questionou como os registros sobre o número de mortes de crianças pela COVID-19 foi obtido:

Como é que foram obtidos esses números de crianças positivas? Foi em internamento hospitalar? Foi em Unidades de Cuidados Intensivos? Ou foi meramente porque viam um caso positivo em escola e testaram toda gente na escola? Não identificaram doentes que precisavam de cuidados médicos e que foram testados por esse motivo (M45).

Sendo assim, a M45 constitui uma diversidade significativa de versões que reflete a falta de consensos a respeito da vacinação das crianças de 5 a 11 anos de idade, e conclui que uma comissão de pediatras havia sido formada pela DGS para elaborar parecer técnico sobre a vacinação contra a COVID-19 para crianças, apesar da Agência Europeia de Medicamentos (EMA) já ter dado parecer positivo para a vacinação. Por fim, ainda na M45, o Colégio de Pediatria se mostra favorável à vacinação de crianças, desde que houvesse uma recomendação clara da DGS: “Se a Direção Geral da Saúde recomendar a vacina, o Colégio de Pediatria aceitará disciplinadamente a recomendação, na medida em que decorreu de uma análise do grupo de peritos sobre o assunto”.

5.3.5. Avanço da contaminação do coronavírus

Nas matérias abaixo, veremos um recorte dos diferentes impactos para além das categorias de análise basilares que já foram discutidas anteriormente. Para analisarmos como o noticiário se posicionou sobre o avanço da contaminação do coronavírus, escolhemos cinco matérias representativas que discutem os desafios para o enfrentamento ao avanço do coronavírus e os impactos em setores já debilitados, como a saúde e a economia, a discussão sobre o uso de medicamentos contra a COVID-19 sem comprovação científica, a situação de colapso dos hospitais para tratamento da doença e as dificuldades enfrentadas por profissionais da educação, que precisaram reinventar-se na realização de aulas à distância e superar desafios como a falta de insumos necessários como internet.

Quadro 22 – Indicadores de pluralismo nas matérias do Telejornal (RTP) sobre avanço da contaminação

MATÉRIA	RETRANCA	FORMATO	INDICADORES DE PLURALISMO
M46 05/04/20	Análise do que está a ser bem-feito e mal feito na forma que estamos a lidar com a pandemia	Vivo em estúdio -Comentadores RTP	Diversidade significativa de versões
M47 15/05/20	Durante dois meses Silvia tinha de ir para um monte para ter bom sinal de internet	Reportagem -Pediatras	Versão única com mais de uma fonte

M48 23/05/20	Estudo hidroxicloroquina – Universidade de Havard admite que medicamento aumenta risco de morte em 45%	Reportagem -Presidente dos EUA -Professor Universidade Havard -Passagem	Diversidade significativa de versões
M49 23/05/20	Nos últimos 8 dias, hospital de Loures recebeu 12 novos casos de COVID-19	Reportagem -Médico -Pacientes infetadas/os -Adm. Executivo hospital -Enfermeiro Medicina Intensiva -Coord. Medicina interna	Diversidade significativa de versões
M50 06/01/21	Vídeos mostram doentes amontoados nos corredores por falta de camas	Reportagem -Diretora Urgência Hospital da Guarda	Versão única e restrita

Fonte: elaborado pela autora

Em abril de 2020, período de veiculação da M46, Portugal atingia um dos primeiros picos de infecções e mais de 295 mortes por coronavírus. O número de pessoas infectadas ultrapassava 1200, além de registrar mais de 1000 pessoas internadas. Nesse momento, a Ministra da Saúde admitia atrasos na realização de testes para a COVID-19, assim como o aumento da pressão nos hospitais.

Com a presença de comentadores políticos no estúdio, a M46 registra uma análise sobre o que estava a ser bem-feito e mal feito na forma que Portugal lidava com a pandemia. O comentarista Pedro Adão e Silva, ex-ministro da Cultura, sociólogo e docente universitário, deixou claro que a crise ocasionada pela pandemia no país teria “impactos muito assimétricos. Aqueles que já estavam em situações mais difíceis do ponto de vista dos rendimentos vão ser mais afetados”, afirmava.

Pedro Adão e Silva também foi um dos primeiros a antecipar um alerta sobre a necessidade de atenção para a situação dos lares de idosos, que de acordo com ele, não apresentava capacidade de respostas nem recursos necessários para controle do alastramento do coronavírus, o que poderia ocasionar uma situação de colapso em poucas semanas, como realmente decorreu posteriormente.

Estão a ser cometidos erros, é obvio. Mas qualquer um, nesse momento, em lugar de decisão cometeria erros. Temos que esperar o tempo para

vermos o que foi feito de errado e o que podia ter sido feito diferente. Apesar de tudo eu gostava de sublinhar uma coisa que tenho ouvido pouco e que me parece que é uma característica da sociedade portuguesa: é sobre a forma que estamos organizados para responder aos mais idosos e que tem haver com os planos de contingência nos lares e em todas as respostas à terceira idade. Eu acho que nós temos aí uma enorme fragilidade porque a nossa rede de respostas à terceira idade é muito fragmentada, não há um serviço de saúde naquilo que tem a ver com os lares. As respostas estão no terceiro setor com financiamento público, estruturas técnicas envelhecidas. E, portanto, temos um problema muito difícil de digerir (m46).

Só para se ter uma ideia, estudos que foram realizados após a pandemia mostraram que tanto a prevalência como a letalidade por COVID-19 entre os utentes foram significativamente mais elevadas do que as da restante população idosa. Além disso, as medidas de prevenção e resposta como a restrição de circulação na proibição de visitas de familiares; existência de equipamentos de proteção individual; capacidade de criação de áreas diferenciadas; recurso a programas de apoio e outros, parecem não ter tido um impacto significativo na explicação da variação na ocorrência de surtos e na variação da prevalência entre diferentes instituições (CAROLO, ESTÊVÃO; SANTI, 2023).



Figura 13 - Infeciologista e apresentador analisam avanço dos casos de internados em cuidados intensivos por COVID-19

Já a análise de Pedro Norton reforçava que antes de pandemia, o país já estava muito fragilizado na área da saúde e da própria economia, principalmente com o Sistema Nacional de Saúde (SNS). Mas apresenta otimismo ao afirmar que as respostas do governo estavam sendo positivas “tanto na forma, quanto no conteúdo” e faz elogios:

Nós partimos para essa crise muito fragilizados já na área da saúde e da própria economia. Não há nenhum país, nem sistema de saúde que estivesse preparado para isso, mas já estávamos fragilizados. Eu acho que a partir do momento em que as autoridades do governo percebeu a dimensão do problema por volta de 11 de março, eu acho que a partir daí as coisas mudaram. E acho que temos tido uma atuação generalizada das autoridades públicas positiva quer na forma, quer no conteúdo. Eu acho que o primeiro-ministro tem tido pretensões muito positivas, seguras, serenas. Apesar presidente ter desaparecido naquela primeira fase, que foi de quarentena, voltou, ocupou seu espaço e fez duas grandes comunicações ao país. O estado de emergência era inevitável pela sinalização que deu a sociedade.

Dessa maneira, a M46 apresenta uma diversidade significativa de versões pois apresenta críticas sobre a fragilidade do setor público de saúde, a situação dos lares de idosos, o alargamento dos impactos assimétricos da pandemia nos mais vulneráveis, assim como apresenta reflexões equilibradas sobre a condução de medidas necessárias pelo governo para enfrentar o alastramento do coronavírus em Portugal.

Já a 47 aborda um dos impactos da pandemia na educação. Com o fechamento obrigatório das escolas, desafios foram enfrentados por alunos e professores para a continuidade das aulas à distância, seja pela falta de acesso à internet ou computadores. Sem condições para acessar a internet de casa pelo sinal ruim, Silvia precisava acessar à internet próximo ao monte e deu aulas na mala do carro por dois meses.



Figura 14 - Professora dá aulas na mala do carro por falta de internet

Após a humanização da situação da professora Silvia, realizada na reportagem de edição anterior do telejornal, a solução chegou em poucas horas. A operadora realizou uma ligação de internet fibra, depois de mais de dois meses da solicitação de Silvia. Na M47, ela denuncia a falta de investimentos das operadoras de internet e agradece a resolução do problema:

Mesmo lá em cima a chamada estava sempre a cair. E era difícil porque estávamos numa linha de raciocínio, estávamos a pensar, os dois juntos e de repente “pum”, cai, não é? Agora está a funcionar com muito mais qualidade (M47),

Sendo assim, a M47 representa uma versão única e restrita sobre a dificuldade de profissionais de educação no acesso à internet, evidenciando a potencialidade do noticiário público em trazer as demandas do cidadão para discussão sem deixar de abordar o contexto das limitações e desafios enfrentados na educação pelo alastramento do coronavírus.

Já a M48 esclarece as recomendações científicas contra o uso do medicamento hidroxicloroquina, que segundo a Universidade de Havard aumenta o risco de morte em 45%, apesar do presidente dos Estados Unidos afirmar fazer uso, e inclusive contrariando a recomendação oficial dos órgãos de saúde de seu próprio governo: “Comecei a tomar há algumas semanas porque acho que é bom, ouvi muitas histórias boas”, afirma Donald Trump. Em seguida a M48 apresenta a fala do médico pesquisador da Universidade de Havard:

Perguntamos se havia algum benefício em usar qualquer uma desta medicação em pacientes internados com COVID-19. E a resposta é um não bastante conclusivo. Não há nenhuma prova. Há provas de danos? E isso também foi um sim surpreendente, há de fato indícios de danos potenciais no uso destes medicamentos (M48).

A M48 também constitui uma diversidade significativa de versões pois é colocada a posição contrária e favorável ao uso do medicamento. Além disso, clarifica a importância dos estudos científicos que não recomendavam o uso da hidroxicloroquina para prevenção e tratamento da COVID-19.

Diante do alastramento do vírus que colapsou a capacidade dos hospitais, a M49 traz a humanização da situação das pessoas internadas na Unidade de Cuidados Intensivos (UCI) com COVID-19 dentro de hospitais, assim como os desafios enfrentados não só pelos infectados, mas pelos profissionais de saúde na luta pela vida. A equipe de reportagem entra dentro da UCI e entrevista pessoas com a COVID-19: “Eu acho que

depois de chegar aqui apaguei completamente. Depois de me entubarem – eu não me lembro – eu apaguei e estive cinco dias, para aí, quatro, cinco dias, meia maluquita”, conta Dulce Almeida, idosa internada há 13 dias no hospital de Loures.

Mais adiante é explicado pelo administrador executivo do hospital que os profissionais percebem uma certa sensação de irrealidade dos pacientes e falta dos familiares também é sentida:

A pessoa entra no serviço de urgência em estado bastante crítico e com uma insuficiência respiratória, que é o que domina nesses doentes graves. Perguntam pelas famílias, muitas das vezes. Nós temos o cuidado de diariamente falar com as famílias. Perguntam há quantos dias cá estão (M49).

A equipe de reportagem mostra todo o passo a passo para colocar e tirar o equipamento de proteção necessário para acessar a zona suja do hospital, local denominado para internação de pessoas infectadas pelo coronavírus. A M49 também aborda a sensação dos médicos ao realizar o mesmo procedimento para proteção:

É uma sensação de alívio quando se tira estes equipamentos todos, de proteção. Por isso é que se pode tornar perigoso. Nós estamos ali habitualmente no máximo quatro horas. Ao fim de quatro horas, a pessoa está exausta, está suada, está cansada, quer beber água, quer descansar. Então a gente começa a ser mais rápida a retirar tudo e a tentar ultrapassar algum destes passos (M49).

Além disso, é abordada a condição de pacientes que após terem alta, retornariam aos lares: “Acho que já o venci. Ele comigo não quer nada. Meteu-se mal. Vou para um lar, que eu também vivo num lar”, afirma uma delas. E é colocada a falta de condições dos lares para o isolamento dos doentes com COVID-19: “São positivos e não tem condições nem em casa ou nos lares, e os lares não têm a zona para receberem doentes positivos. E, portanto, os doentes acabam a ficar por aqui até terem dois testes negativos para poder voltar para o lar”, explica o médico.

Outro destaque da M49 é a denúncia da incapacidade do hospital para o recebimento de novos doentes com COVID-19, assim como a desarticulação dos hospitais de campanha que serviriam para apoiar os doentes durante a pandemia. Essa situação foi exposta pelo coordenador de medicina interna:

Estamos à espera dos hospitais de campanha que foram instalados para que servissem também para fazer o acompanhamento desses doentes após a alta hospitalar, mas os hospitais de campanha tanto quanto eu ouvi nas notícias estão a ser desarticulados, estão a ser encerrados e, portanto, não sei que solução possa haver (M49).

Dessa forma, a M49 constitui uma diversidade significativa de versões pois apresenta de forma humanizada o dilema enfrentado por pessoas com COVID-19 no internamento hospitalar, os desafios internos dos profissionais de saúde para proteger-se e ao mesmo tempo cuidar dos doentes, a ausência de condições nos lares para o isolamento de idosos com COVID-19 ou em tratamento, e o colapso da capacidade dos hospitais com a ausência de hospitais de campanha em funcionamento.

Já M50 apresenta uma denúncia da situação de colapso do hospital em Guarda, cujos pacientes estavam amontoados na sala de urgência e nos corredores. O vídeo amador enviado por utentes para o noticiário registra a falta de camas no internamento.



Figura 15 - Vídeo amador registra doentes amontoados em corredor de hospital

Na M50, a direção do hospital reconhece os problemas, mas garante que não havia doentes abandonados:

É um cenário de grande esforço, mas de controlo. Não temos doentes abandonados. Há doentes que não estão bem acomodados. Há doentes que estão há muito tempo em situações que não são de modo nenhum desejáveis, mas é aquilo que nesse momento nós podemos dar. Vamos ver se conseguimos arranjar mais espaço e mais profissionais nas próximas semanas (M50).

Ainda na M50, a diretora do hospital justifica que o hospital da Guarda é periférico e que tem enfrentado uma sobrecarga grande após o período das festas do final de ano,

com poucos profissionais a trabalhar e superlotação: “Nós todos somos humanos, todos nós temos nossos limites”, afirma. Dessa forma, a M50 constitui uma versão única ou restrita sobre a situação de sobrecarga do hospital.

5.4. Entrevistas aos profissionais da RTP

Observaremos a seguir a percepção dos jornalistas da TV pública portuguesa sobre (a) os desafios enfrentados para o cumprimento do seu serviço ao público durante a cobertura da pandemia; (b) os limites existentes entre a comunicação pública e estatal e (c) a compreensão sobre as noções de imparcialidade para a produção da notícia da televisão pública. Esperamos compreender as condições de produção da notícia na televisão pública portuguesa e a quais interesses a defesa de uma suposta isenção tem buscado atender. Preservaremos os nomes dos/as entrevistados/as, que serão reproduzidos pelas seguintes nomenclaturas:

Quadro 23 – Relação de entrevistados do RB

ENTREVISTADOS	FUNÇÃO	PERÍODO NA RTP
Entrevistado 06 (E06)	Repórter de saúde	Desde 1997
Entrevistado 07 (E07)	Repórter de saúde e sociedade/ Apresentação do Telejornal	Desde 2015
Entrevistado 08 (E08)	Apresentação do Telejornal	Desde 2003
Entrevistado 09 (E09)	Edição geral do Telejornal	Desde 2013
Entrevistado 10 (E10)	Repórter de investigação	Desde 2014

Fonte: elaborado pela autora

5.4.1. *Desafios enfrentados durante a cobertura na pandemia*

A função de orientação social do telejornalismo é confirmada pelos profissionais, que se sentiram desafiados a sistematizar rapidamente as informações que, naquele momento, eram permutáveis diante da rápida propagação da COVID-19. Segundo E06, a falta de clareza dos próprios especialistas e órgãos de saúde em lidar com o novo, também pôs em causa a “autoridade de saúde” do jornalismo, que precisou criar estratégias para se adequar às simultâneas atualizações de orientações das autoridades sanitárias:

Tivemos que diversificar as fontes, trazendo matemáticos, virologistas, estatísticos e outros especialistas que antes não eram comuns em noticiários de saúde. Aprendemos, por exemplo, sobre a importância da saúde pública, uma especialidade que muitas pessoas nem sabiam que existia. No início, muitos especialistas assumiam que não sabiam as respostas para as perguntas que lhes eram feitas, o que era algo novo e contra a natureza do jornalismo, que busca sempre respostas. A própria

OMS teve timing antes que autoridade nacional de cada país e ia alinhando na sua comunicação, depois percebíamos, ao final de alguns dias, que a estratégia já era outra. Portanto, a nossa também (E06).

E06 acredita que a pandemia também recentrou a responsabilidade do noticiário público, sobretudo, em não compactuar com a desinformação e o negacionismo. Segundo afirma, esses fenômenos já têm plataformas amplas o suficiente para prosperar abertamente. E06 enfatiza que, como jornalista, foi possível questionar especialistas e autoridades de saúde sobre questões como os efeitos secundários das vacinas, especialmente no caso das crianças. Também lembra de um episódio delicado em que médicos divergiram entre si, o que, embora difícil, não foi um caso de negacionismo, mas um debate sobre os benefícios da vacina, ouvindo todas as partes envolvidas.

O bom jornalismo não alimenta informações falsas, então por que vai dar voz a negacionistas? E para nós a questão é jornalismo e tem que ser bom. Se sabemos que a informação que está a ser veiculada é falsa vamos dar palco a informação falsa? Mas ainda hoje temos essa necessidade de contrariar muito os receios sobre a vacinação e isso é uma coisa estranhíssima. Quando começou a vacinação e um ano depois, voltamos a estar muito presentes nos hospitais e percebíamos que as pessoas que estavam lá eram as que não estavam vacinadas (E06).

E07 também acredita que a relevância do jornalismo está em saber distinguir o que é correto e o que pode representar um risco à democracia. Também menciona que, na RTP, enfrentaram manifestações negacionistas, incluindo protestos em frente à emissora no Porto, onde manifestantes acusaram o serviço público de fazer parte de um sistema favorável às vacinas. Essas manifestações foram organizadas através das redes sociais e se dirigiram contra os meios de comunicação tradicionais, criando um cenário desafiador.

Acho que não devemos ir ouvir uma manifestação de negacionistas porque estão a criar desinformação quando ao mesmo tempo temos fontes a quem reconhecemos autoridade, nomeadamente cientistas reputados, portugueses e internacionais e que nos dizem que o caminho pode ser aquele no sentido da imunidade de grupo. Como justificaríamos dar espaço a pessoas que protestam contra as regras impostas para proteger a saúde pública? Não acho que faça sentido porque o populismo nasce exatamente desse contexto (E07).

E09 também destaca a importância da função social do noticiário público, afirmando que ele não pode ser contrário aos valores democráticos. Dessa forma, explica que, embora tenham feito reportagens com negacionistas, nunca deram demasiada importância a essas posições, uma vez que havia evidências científicas claras de que a doença existia, e, portanto, não era adequado alinhar com essas ideias.

Nós ouvimos, mas não valorizamos ou não sobrevalorizamos, como se calhar outros fizeram, porque nós também temos responsabilidade. Portanto, havendo a evidência científica de que a doença existia, como opção editorial, não damos muito palco a essas pessoas que têm uma via mais populista, uma via mais inflamada, mais polêmica e sem qualquer evidência científica, ao contrário da doença que estava comprovada e a provocar mortos. Portanto, era uma ideia de responsabilidade (E09).

Outro desafio observado por E08 foi a monotemática dos telejornais durante a pandemia, algo do qual, segundo afirma, foi impossível escapar, como também reconhece E06 e E08. Além disso, realizar a cobertura sem recorrer ao sensacionalismo:

A Covid dominou as nossas vidas, os nossos empregos, a economia e até a política. Tentamos encaixar todas essas visões nas notícias que produzimos, apesar de estarmos todos a navegar num território desconhecido. Todos os dias tivemos médicos, cientistas, investigadores a explicar os contornos da pandemia. Esclarecer sem causar alarme público (E08).

A situação do Telejornal ficar monotemático também é colocada por E09, principalmente, em tentar evitar que as reportagens feitas em diferentes lugares se tornassem repetitivas e iguais. Segundo explica, isso tornou o trabalho mais complicado, mas, por outro lado, ajudou a fortalecer a ideia de criar um tipo de “explicador”. A ideia era trazer mais clareza e contexto às notícias. Nesse sentido, E09 ressalta a importância de ajustar os meios e recursos técnicos disponíveis às necessidades do público, com o objetivo de oferecer a melhor informação possível:

Em jornalismo, muitas vezes chamamos isso de "explicador", mas parece redundante, pois nossa função já é tornar uma peça de jornalismo suficientemente clara para não suscitar dúvidas. Criávamos um grafismo, fazia-se a pergunta e, depois, a resposta era dada, no formato de um gráfico explicativo, e encerrávamos o jornal dessa forma. Era uma espécie de “Sabia que?”, com as dúvidas que a população tinha sobre o tema. Além disso, na transmissão, sempre tínhamos gráficos e um plasma, onde explicávamos as curvas e como as coisas estavam evoluindo (E09).

E09 afirma que o Telejornal evitou se tornar um simples porta-voz do Governo, a partir de um jornalismo realizado com foco em reportagens e questionamentos. No entanto, observa que, em alguns momentos como no início da pandemia, o processo jornalístico de pesquisa, tratamento e confirmação das informações foi deixado de lado, pois havia uma pressão para divulgar rapidamente as regras e orientações para evitar a propagação da doença na população:

Tentamos não ser um pé de microfone ou o porta-voz do Governo. Tenho a certeza de que não fomos. Fizemos reportagem, questionamos

coisas, este era de fato um tempo em que a missão do jornalista era ainda mais fundamental no sentido de informar corretamente as pessoas e por vezes, penso que aquele tratamento jornalístico de pesquisar, tratar, de confirmar, pode até ficar um bocado de lado porque a gente vê a comunicação e é preciso divulgar estas regras (E09).

Assim como os demais entrevistados, E10 destaca que o Telejornal evitou transmitir informações que não tivessem confirmação total ou a evidência necessária, priorizando a confirmação através de diversas fontes antes de divulgar qualquer situação. Apesar de reconhecer que no início, era natural que a atenção estivesse voltada para a pandemia, acredita que, após um certo período, seria necessário ampliar o leque de informações: “A certo ponto, eu creio que era importante termos reduzido o tempo que estávamos a dar sobre estas informações e incluir outras para que obviamente que fossem notícia também” (E10).

Uma questão levantada por E06 aborda a inevitável necessidade de humanização imposta à cobertura jornalística durante a pandemia. E06 relata como os jornalistas, diante do cenário caótico nos hospitais, precisaram lidar com suas próprias emoções:

Eu passei muitas horas com colegas repórteres de imagem nos mais variados hospitais. Vi gente de todas as idades faleceram ou ficar com sequelas gravíssimas por causa desta doença. Sentimos e vimos a luta que era. Era um passo de cada vez, uma descoberta de cada vez e algum tempo era preciso para credibilizar cada passo e cada descoberta que era dada (E06).

Segundo E07, a pandemia também colocou em risco a saúde dos próprios profissionais. Além disso, restrições editoriais por conta do contágio impediram a realização de algumas atividades nos primeiros meses da doença. Isso influenciou na normalização das entrevistas em plataformas digitais, um modelo que se mantém até hoje:

Facilitou-se muito a distância e nomeadamente as entrevistas por Skype. A pandemia terminou e nós hoje ainda nem sequer conseguimos reverter essa situação, porque a maior parte das pessoas continuam a entrevistar por Skype, sendo que isso implica a própria qualidade. Portanto, a pandemia veio impactar a qualidade da imagem que o telespectador recebe (E07).

E09 também acredita que o modelo de reportagem à distância pode comprometer a qualidade do telejornal. E09 enfatiza a importância de estar no local, pois somente assim é possível vivenciar as sensações, como ver, sentir o cheiro e captar a atmosfera do ambiente:

Não estarmos a ver outras pessoas que estão envolvidas, e o Skype pode fazer perder um bocadinho isso. Portanto, vai haver menos

conhecimento, menos percepção e, portanto, quando o jornalista está a fazer a sua interpretação dos acontecimentos, não vai estar tão documentado como estaria isso se tivesse ido ao local (E09).

5.4.2. Diferenciação entre comunicação pública e estatal

E06 observa que, embora nunca tenha sentido interferência política no processo de construção da notícia, percebe diferenças nas estratégias de comunicação adotadas por diferentes governos ao longo de quase três décadas em que integra a equipe da RTP. Diante disso, afirma que se houvesse qualquer tipo de interferência, assumiria posição contra a limitação da autonomia jornalística:

Honestamente não posso dizer que no meu trabalho tenha sentido a pressão de algum governo para abafar alguma notícia ou ir no sentido A ou B. Senti vários desconfortos e foram expressos por algumas notícias que não eram favoráveis, mas não no sentido de uma pressão ou outra até sobre as direções com as quais eu passei. Até porque também se tivesse, tinha posto para fora na mesma. Eu tenho uma grande autonomia, talvez pela experiência porque já estou na área há muito tempo e os editores confiam na análise que eu faço e do que eu proponho. Lutei muito por minha autonomia. É uma reputação e a reputação constrói-se. (E06).

E06 destaca que alguns governos são mais abertos à comunicação do que outros, e cita como exemplo o governo durante a pandemia, que foi muito acessível devido à necessidade de informar o público. Diante disso, reconhece que em alguns momentos no início da pandemia, os limites entre a comunicação pública e governamental foram borrados no Telejornal e permitidos por um “consenso tácito” em prol da saúde pública.

Quem estava no governo e quem estava a liderar a oposição percebeu e estabeleceu uma estratégia de saúde pública, de união. E o resto da oposição que estava na altura também. É uma espécie de uniformização de posições que, quase naturalmente, todos assumimos, até os jornalistas porque havia uma causa e propósito único: querer salvar o máximo possível de pessoas, entender rapidamente o que se estava a passar, criar as soluções para resolver e mitigar os danos (E06).

Ainda assim, afirma que o noticiário ouvia especialistas, confrontava suas opiniões, cruzava informações e observava o que estava acontecendo no terreno:

Temos sempre que fazer o eterno trabalho de filtragem e ter sempre presente ou tentar ver se há outros interesses envolvidos, se não estamos a ser manipulados porque costuma-se dizer que a saúde é um dos setores mais politizados e onde mais os interesses cruzam. São águas às vezes agitadas em que temos que saber navegar (E06).

Apesar de reconhecer os momentos em que a comunicação pública acaba por estar muito alinhada com a comunicação governamental, E06 ressalta que o alinhamento durou

poucos meses. “A própria comunicação governamental começa a ser questionada, no sentido em que começamos a ter mais informação e os próprios especialistas nos alertam para outras questões e para algumas falhas ou incoerências da comunicação governamental” (E06).

Nesse sentido, E06 dá exemplos concretos para ilustrar a incoerência nas medidas governamentais durante a pandemia. Enquanto algumas atividades, como festivais de verão ou concertos, eram proibidas, eventos com sua componente política, eram permitidos. E06 aponta que tais exceções colocaram em dúvida a credibilidade das autoridades, e geraram questionamentos sobre as estratégias adotadas pelo governo, também realizados por agentes de saúde pública e pelo próprio Telejornal.

Assim como E06, E07 também afirma que nunca sentiu limitação de autonomia jornalística na RTP: “Nunca percebi que tenha havido determinada orientação no sentido A ou no sentido B. Nunca senti na pele determinada pressão para obter desta forma ou para fazer daquela porque o governo era este ou era aquele” (E07). Também compartilha a impressão de que no caso da pandemia, a comunicação governamental se aliou à comunicação pública no sentido de tentar esclarecer a população sobre os riscos da doença:

Custa-me a crer que o governo tenha usado esses momentos de comunicação altamente vistos como uma espécie de propaganda. Acredito que tenham sido muito mais de comunicação pública, de sensibilização, de consciencialização do momento que estávamos a viver (E07).

Também entende que nesse caso excepcional da pandemia, essa “espécie de união quase até inconsciente, de todos os partidos, e, portanto, aí as críticas esfumaram-se um pouco” (E07), foi refletida até nos comentários políticos do Telejornal, que esvaziaram críticas diretas ao governo. E07 também distingue a comunicação governamental, mas reconhece que ela deva estar no campo comunicação pública no sentido de ser voltada ao interesse público: “Parece que uma comunicação governamental ela seja pública e de caráter público, esclarecedor. No entanto, muitas vezes sabemos que é eleitoralista, oportunista, voltada para um eleitorado específico que se procura conquistar” (E07).

A percepção de existir uma independência editorial no Telejornal também é compartilhada por E08, apesar de reconhecer que, a depender da qualidade das democracias, existem governos mais propensos à defesa de interesses particulares nesse espaço: “Tenho esse entendimento de que há necessidade de os governos tentarem fazer

uma gestão a informação que lhes diz respeito, mas a percepção que tenho é de que há independência editorial na RTP” (E08).

E08 ressalta que a RTP transmitiu na íntegra as conferências de imprensa promovidas pelo governo, nomeadamente da Direção-Geral da Saúde e do primeiro-ministro António Costa: “Esses momentos eram muitas vezes transmitidos na totalidade, mas também eram muito importantes pois eram autoridade que o país seguia. Aquilo que o António Costa e a ministra de saúde dissessem, era regra” (E08).

Por outro lado, acredita que a transmissão dessas declarações no noticiário público “não foram propriamente uma apropriação do governo. Agora que o governo teve um grande espaço? Teve, mas sempre com mediação jornalística” (E08). Assim, E08 também tem convicção de que os limites entre o público e governamental foram respeitados no noticiário público. E08 elucida um exemplo que deu provas da capacidade analítica do jornalismo da RTP:

Como jornalistas, o nosso papel é agir como um filtro de toda a informação que recebemos, mesmo a estatal. Dou como exemplo as parcerias que fizemos com a ARS Norte (Administração Regional de Saúde) para um "explicador" diário sobre a Covid. Um responsável estatal falava, mas todo o material era editado por um jornalista (E08).

Já E10 também afirma que os limites entre comunicação pública e governamental foram respeitados no noticiário e as distingue da seguinte forma:

Há uma clara diferença entre a comunicação pública e estatal porque o escrutínio do jornalista tem que ter um contexto para perceber a relevância do que é dito e se realmente é dito dessa forma ou não porque pode o governo pode querer se apropriar de uma medida que já foi feita anteriormente (E10).

Além disso, E10 afirma que sempre sentiu liberdade para se posicionar nas reportagens jornalísticas:

Nos dez anos que estou na RTP, já estive a governar diferentes executivos e nunca senti qualquer orientação distinta por estar esse ou outro governo para produção de qualquer notícia. Sempre senti liberdade para trabalhar as temáticas e as abordar do ângulo que a mim, enquanto jornalista, me pareceu ser o importante, certo e necessário para que o público tenha acesso à melhor informação (E10).

Já E09, diferente dos demais profissionais entrevistados, afirma já ter sofrido interferência política no processo de construção da notícia na RTP, isso em períodos anteriores ao da pandemia:

Entre 2005 e 2011, com o governo socialista do José Sócrates, isso aconteceu muito. Eu tive que criar alguns mecanismos de defesa para ter, digamos assim, alguma alforria editorial porque havia diretores que claramente receberam ordens diretamente do governo e muitas vezes sem nos perguntar por que é que tínhamos feito assim, mandavam alterar alguma coisa só porque tinham recebido uma ordem do governo a dizer isso. Isso aconteceu até 2011. De então, pode, às vezes, haver a tentação, mas não há interferência direta. Há períodos em que se sente mais, outros em que se sente menos. Mas eu acho que na democracia também não se conquista tudo ao mesmo tempo e os protagonistas vão regendo ferramentas para lidar com a situação (E09).

E09 reconhece que há uma tentação de governos posteriores e partidos políticos tentarem interferir de alguma forma no serviço público de comunicação da RTP: “hoje há menos interferência, embora seja sempre uma tentação para o poder político interferir na RTP. Isso também é uma tentação por parte dos vários partidos, de criticar e de tentar interferir nas dinâmicas de funcionamento da RTP” (E09).

Dessa forma, E09 confere à autoridade do público e ao modelo de governança da RTP, nomeadamente ao Conselho Geral Independente, um ambiente propício à independência jornalística frente aos governos. Esse órgão, instituído em 2013, é responsável pela supervisão e fiscalização da RTP e tem certa autonomia em relação ao governo:

Cada português tem uma opinião muito formada e é muito crítica em relação às coberturas jornalísticas. Depois disso o Conselho Geral Independente faz com que haja um filtro entre indicações diretas que possam ser dadas pela tutela à administração da RTP. Aliás, o governo pode, por exemplo, rever o contrato de concessão de serviço público. Mas não pode, por exemplo, convocar o presidente do Conselho de Administração para dizer “admite este diretor, ou faça assim ou faça assado (E09).

5.4.3. *Compreensão sobre a imparcialidade para a construção da notícia*

E06 afirma que, sendo jornalista já há quase 30 anos, a imparcialidade é quase um mito. Apesar de ser guiada por fatos e prezar pela objetividade, reconhece que “há sempre algo de nós nas reportagens que nós fazemos” (E06). Também refletiu sobre a dificuldade de abordar temas sensíveis, como a situação em Unidades de Cuidados Intensivos, onde pacientes de diversas idades estavam intubados, destacando que esse tipo de cobertura não pode ser feita com isenção.

E06 também questionou se, ao tentar aumentar as taxas de vacinação, ao produzir reportagens que enfatizam os benefícios da vacina e os riscos de não se vacinar, estaria

comprometendo a imparcialidade. Embora tenha expressado dúvidas sobre a questão, considerou que, talvez, essa abordagem fosse um exemplo do jornalismo público, que não pode seguir as amarras da suposta imparcialidade:

Acho que há outros valores. Muitas vezes nós não falamos sobre isso. Em alguns assuntos nós temos uma espécie de autocensura e acho que às vezes a autocensura é uma coisa que o jornalista deve refletir mais. E as redações deviam refletir mais (E06).

Segundo E06, a defesa de uma suposta imparcialidade e desautorização de um posicionamento crítico do jornalista também pode representar graves riscos para o ambiente democrático: “Até porque nós, jornalistas, também não podemos estar a contribuir para a ascensão de outros movimentos que, no fundo, podem levar-nos a repetir a história que nós não queremos ver repetido? (E06)

E06 destaca que consegue se posicionar em diversos temas sem deixar explícita a sua opinião: “Voltamos ao valor das fontes que nós temos. Não é a minha opinião. Eu posso ter noção através dos estudos e dos dados que me são apresentados e que são inequívocos”. E06 explica que, ao apresentar informações, consegue contextualizá-las com a ajuda de especialistas respeitados e dados comprovados. Além disso, ressaltou a necessidade de ouvir os protagonistas da situação, seja uma decisão governamental ou oficial, para avaliar o impacto no terreno, como a medida é recebida pelas pessoas afetadas, seus resultados, custos e possíveis benefícios para a saúde pública.

Já E07 acredita que qualquer jornalista busca a isenção em nome da credibilidade do público:

Pelo menos, eu tento fazê-lo e sinto que, nesse caso, os jornalistas também o fazem. Na tentativa de serem imparciais, buscam não tomar partido e quando deixam se levar por essa perda de imparcialidade aí diria que o caos está internado e acho que as pessoas também sabe distinguir isso.

No entanto, em relação à pandemia, acredita que esse valor se tornou insustentável. E07 argumentou que, ao abordar temas como a vacinação, os jornalistas não devem se posicionar de forma unilateral, seja recomendando a vacinação ou destacando os possíveis efeitos secundários. Ele defendeu que é importante apresentar ambos os pontos de vista, levantando os prós e os contras, e questionando o que se sabe de cada lado. Embora tenha reconhecido que, de maneira geral, os jornalistas tenham incentivado a vacinação para promover a imunidade de grupo, ele acredita que o papel deles é informar de forma equilibrada, sem tomar partido de um lado ou outro.

De acordo com E08, embora os jornalistas da RTP não sejam permeáveis a interesses políticos ou econômicos, a imparcialidade não deve ser “cega”. Ela destaca que questões fundamentais, como os direitos humanos, devem ser consideradas: “Há esse dever e essa lealdade para com os cidadãos”. E08 ressalta que embora não considere que deva desempenhar um papel ativo nesse sentido, acredita que o trabalho jornalístico pode e deve ajudar os cidadãos a desenvolver o senso crítico e tomar decisões informadas.

Por sua vez, E09 acredita que as referências de imparcialidade no jornalismo são importantes, mas reconhece que é algo difícil de medir. Para E09, o jornalismo envolve a interpretação dos fatos e a mediação, onde o jornalista analisa um acontecimento e o apresenta de forma mais fatural, concisa ou isenta. Na RTP, E09 destaca que essas são as marcas distintivas da emissora, que busca fazer um jornalismo transparente, isento, conciso, objetivo e responsável, muito embora, na prática, isso nem sempre se sustente: “às vezes, em determinados acontecimentos, a interpretação também tem opinião, ainda que a opinião nas redações está quase sempre reservada para os analistas e para os comentadores” (E09).

Sobre o jornalista da TV pública poder se posicionar em favor do interesse do público na construção da notícia, E09 acredita que o jornalista não deve tomar posição em nenhum assunto. Por outro lado, enfatiza que, em busca de objetividade, isenção e transparência, o jornalista deve sempre manter um distanciamento total em relação a polêmicas e causas “fraturantes”:

Se um jornalista, da TV pública, tomar partido em relação a uma matéria de direitos humanos, não chocará muito. Mas pode desacreditá-lo quando no dia seguinte estiver a tratar uma matéria. Portanto, a meu ver, o jornalista deve ter distanciamento total dos acontecimentos. A não ser que deixem de fazer reportagens e passe a ser analistas com um espaço de opinião (E09).

Já E10 acredita que consegue atribuir total isenção à sua produção jornalística, do ponto de vista de não existir nenhuma orientação, intervenção ou influência para ser de determinada forma: “Há, obviamente, linhas que marcam a forma como trabalha a RTP no geral, portanto, pela sua isenção, rigor e pela forma competente como tenta ser trabalhado, não populista, não sensacionalista, mas tem mais a ver com uma forma de conduta” (E10).

E10 expressa confiança de que todos os colegas, enquanto jornalistas, desempenham seu papel de forma ética e com o posicionamento adequado, alinhado aos

requisitos da profissão. Também acredita que há um grande respeito pelo posicionamento a favor do público, mesmo entre colegas de outras emissoras, onde pode haver um interesse econômico implícito. No entanto, destaca que a RTP não está sujeita a essas influências, o que proporciona maior liberdade na prática jornalística.

5.5. Análise comparativa: semelhanças e diferenças na cobertura dos noticiários públicos do Brasil e Portugal sobre a COVID-19

Entre os principais objetivos que devem ser perseguidos pelo jornalismo da televisão pública, a promoção da cidadania é fundamental para consecução da sua existência. Nessa sessão, com base na análise das matérias (cobertura noticiosa) e das entrevistas (percepções dos jornalistas), iremos comparar as similaridades e diferenças das condições de produção da notícia na televisão pública do Brasil e Portugal. Para orientar a análise comparativa, utilizaremos como referência os elementos que construímos com base no referencial teórico dessa investigação. Trata-se da sistematização dos conceitos que buscam caracterizar o telejornalismo público, conforme destaca o quadro abaixo:

Quadro 24 - Características do telejornalismo público

Características do telejornalismo público	
a) Promoção da cidadania	Como promove o debate sobre questões que incidem no bem coletivo (direitos e deveres)
b) Denúncia sobre o que afeta o cidadão	De que forma trata as reivindicações da população, especialmente contra estruturas de poder
c) Avaliação da condução do governo (posição crítica)	Como se posiciona de forma crítica à condução das políticas governamentais
d) Estímulo à participação do cidadão (interação com o público)	Quais mecanismos são utilizados para promover um vínculo mais forte com o cidadão
e) Combate à desinformação	Quais estratégias são utilizadas para esclarecer informações falsas ou distorcidas
f) Presença de comentaristas (qualificação do debate)	De que forma são elaborados comentários políticos para compreensão do contexto a fim de fortalecer o debate para constituição de uma opinião pública qualificada

Fonte: elaborado pela autora

a) Promoção da cidadania

As análises realizadas sobre a cobertura da pandemia da COVID-19 nos noticiários das televisões públicas do Brasil e de Portugal revelam pontos de convergência e divergência quanto ao cumprimento da promoção da cidadania. Considerando as discussões de Brandão (2009), Duarte (2021) e Correia (2005) sobre o papel da comunicação pública na valorização dos direitos e deveres dos cidadãos, no incentivo à participação na vida pública e no fortalecimento da democracia, é possível observar que ambos os noticiários, em alguma medida, responderam a esse compromisso.

Nos dois contextos analisados, é recorrente a presença de fontes especializadas, entre profissionais de saúde e pesquisadores, que reforçam a noção de autorresponsabilidade cidadã como necessária para o enfrentamento da pandemia. Essa presença serviu para difundir orientações sobre a importância da vacinação, do uso de máscaras e do isolamento social, práticas recomendadas como fundamentais para o controle do vírus por autoridades sanitárias mundiais. Há também um investimento na dimensão pedagógica das reportagens, que buscam instruir o público sobre como confeccionar máscaras caseiras, higienizar as mãos de forma adequada ou evitar erros no uso da proteção facial. Nesse aspecto, os noticiários desempenham um papel educativo alinhado com a promoção da cidadania. Outro ponto em comum é a valorização da ciência como fonte de autoridade e confiança. A presença de profissionais de saúde e pesquisadores vacinados nas reportagens aponta uma estratégia de reafirmação da credibilidade científica para atestar a segurança das vacinas, contribuindo para a construção de uma representação pautada na racionalidade científica.

No entanto, a abordagem política da crise sanitária revelam diferenças significativas em relação as estratégias adotadas por cada noticiário. Em Portugal, o Telejornal (RTP) adota uma postura de reforço à autoridade governamental, destacando o dever cívico da população em cumprir as recomendações oficiais para o bem coletivo. A narrativa das reportagens é construída majoritariamente por fontes institucionais, como o Primeiro-ministro, o Presidente da República, a Direção Geral da Saúde e a Ministra da Saúde, resultando em versões consensuais, isto é, versões únicas com mais de uma fonte que fortalecem o discurso oficial.

Tal alinhamento é confirmado nas entrevistas aos jornalistas da RTP, que de forma unânime, destacam que houve uma espécie de aliança entre o governo, envolvendo

partidos políticos de oposição e até mesmo jornalistas. Defende-se pelos profissionais entrevistados que essa estratégia de união visou a promoção do bem coletivo no início da pandemia. Já nas fases consecutivas, os jornalistas afirmam que essa posição em torno de consensos sobre a necessidade do cumprimento das orientações sanitárias foi desfeita, onde o Telejornal (RTP) adotou postura crítica às ações governamentais. Tal colocação é evidenciada nas análises das reportagens, onde os entrevistados passam a questionar a condução das medidas governamentais no enfrentamento à pandemia através da exposição de descontentamento com a política governamental de enfrentamento à pandemia e de graves acusações ao governo (M30, M31, M34, M35).

Já no caso brasileiro, observa-se uma cobertura marcada pela omissão da representação do Presidente da República, cuja postura contrária às medidas sanitárias recomendadas pela comunidade científica foi amplamente divulgada por outros veículos de comunicação, nacionais e internacionais. O telejornal público português, inclusive, destacou esse distanciamento do governo Bolsonaro, assim como o impacto social e econômico, ao trazer as posições de movimentos sociais e de outros setores geralmente marginalizados pela mídia. Nesse sentido, durante o levantamento do corpus dessa investigação, identificamos que o Telejornal (RTP) chegou a produzir 12 reportagens críticas sobre os impactos da postura governamental do governo brasileiro na condução da pandemia, matérias que não incorporaram o corpus de análise do presente estudo, mas que suscitam outra investigação específica sobre o silenciamento do noticiário público português, conforme ilustra o quadro abaixo:

Quadro 25 – Relação de matérias críticas do Telejornal (RTP) à condução governamental do Brasil durante a pandemia

DATA	RETRANCA DAS MATÉRIAS
19/03/20	No Brasil, aumentam os protestos contra a postura do presidente
27/03/20	Bolsonaro insiste em violar as medidas de isolamento
04/04/20	Doença está a se alastrar nas favelas onde a densidade populacional é elevada
07/05/20	Apesar dos cerca de 9 mil mortos, Bolsonaro não quer o confinamento de milhões de pessoas
15/05/20	Novo ministro da saúde esteve menos de um mês no governo de Bolsonaro
12/08/20	Foram atingidos os 20 milhões de casos de COVID-19 em todo o mundo
08/06/20	O presidente Bolsonaro está a ser acusado de esconder os números da pandemia
10/07/20	Presidente Bolsonaro pede calma a quem contrair novo coronavírus no país
06/09/20	Apesar das restrições de autoridades brasileiras milhares de pessoas encheram as praias

02/10/21	Contra Jair Bolsonaro – Milhares de pessoas por todo o país saíram a rua a pedir a destituição imediata do presidente
21/03/21	Caos no Brasil – Aumento das infecções por COVID-19 provoca falta de medicamentos essenciais
24/09/21	Escândalo no Brasil – Doentes com COVID-19 tratados com medicamentos ilegais em vários hospitais

Fonte: elaboração da autora.

Apesar do silenciamento da omissão do governo brasileiro na condução da pandemia, o Repórter Brasil optou por dar voz a ministros da Saúde (M01, M09, M18, M20) que, em diferentes momentos da crise sanitária, chegaram a orientar o distanciamento social e a vacinação. Ainda assim, há uma lacuna evidente: o noticiário evita abordar explicitamente os conflitos entre esses ministros e a Presidência da República, bem como a sucessão de demissões no comando da pasta, o que silencia uma dimensão essencial da crise sanitária, assim como a instabilidade e a descoordenação da comunicação governamental, que deve publicizar as ações do governo e prestar contas à sociedade (BRANDÃO, 2009; ZÉMOR, 1996).

Essa escolha editorial revela um limite no âmbito do compromisso da comunicação pública com a promoção da cidadania. A omissão de disputas políticas relevantes para a sociedade compromete a transparência informativa e o direito do público de compreender como as dinâmicas institucionais afetam a gestão da saúde pública e a consecução do bem coletivo. Nesse caso, evidencia-se uma disfunção entre a comunicação pública e governamental, cuja fusão operada durante a pandemia contribui para impedir a ação fiscalizadora e crítica do noticiário público sobre os impactos da condução governamental na sociedade. Embora o Repórter Brasil contribua para a orientação da população em termos de proteção individual e coletiva, ele se distancia da função crítica e fiscalizadora que caracteriza o jornalismo público comprometido com a promoção do debate público e dos valores democráticos (HALLIN; MANCINI, 2010; GUREVITCH; BLUMER, 2016).

Essa limitação também é confirmada nas entrevistas, que revelam uma série de contradições no exercício do jornalismo durante a pandemia da COVID-19, especialmente no que diz respeito à promoção da cidadania e na ausência de uma cobertura política consistente no noticiário. Segundo os depoimentos dos jornalistas da TV Brasil (E02, E04 e E05), a dimensão política da pandemia foi invisibilizada, com o Repórter Brasil optando por uma abordagem distante da população. Tal escolha editorial, conforme os profissionais, estaria relacionada à proximidade dos cargos de chefia com a

presidência da República, o que teria influenciado diretamente na linha editorial adotada no período e contribuído para a adoção da autocensura através da escolha de pautas que evitassem qualquer tipo de confronto com o governo federal.

Em vez de uma cobertura crítica sobre as decisões políticas, optou-se por uma restrita divulgação de dados, como o número de infectados e de mortos, de forma descontextualizada e monótona. Isso serviu, em certa medida, para desviar o foco das responsabilidades políticas e administrativas no enfrentamento da crise sanitária. Essa opção editorial também comprometeu a pluralidade de vozes e opiniões no telejornal, que em maior parte das matérias apresenta a versão única ou reprimida.

Apesar de haver, entre os profissionais do Brasil, certa hesitação sobre até que ponto o noticiário público deveria assumir uma cobertura mais diretamente política ou se deveria limitar-se a temas considerados de "interesse social" (E01), a análise das matérias e entrevistas reafirma a importância do que Hackett (2016) define como a natureza política e ideológica do telejornalismo público. Para o autor, essa dimensão política não deve ser interpretada como partidarismo, mas como uma responsabilidade intrínseca do jornalismo público de atuar como mediador entre as estruturas de poder e o interesse coletivo, especialmente quando consideramos contextos de emergência social.

A pandemia da COVID-19 tornou essa função ainda mais evidente. O cenário exigia não apenas a disseminação de orientações sanitárias, mas também o posicionamento crítico diante das decisões (ou omissões) políticas que afetaram diretamente o bem-estar da população. Nesse aspecto, o noticiário público português revelou maior alinhamento com essa missão de ser um instrumento de cidadania, não apenas por informar, mas por sustentar o debate público com base em princípios democráticos e na responsabilização institucional. No caso brasileiro, a hesitação editorial diante de uma cobertura mais incisiva da crise política, especialmente no que se refere ao papel do Presidente da República aponta para os limites do noticiário público enquanto espaço de confronto democrático.

Outro aspecto sensível identificado nas entrevistas aos jornalistas brasileiros (E02, E04, E05) foi a ausência de matérias humanizadas sobre as vítimas da pandemia, o que diferentemente aconteceu na cobertura do Telejornal (RTP), onde evidencia-se o mérito do telejornalismo público português na imersão dentro dos hospitais, sendo capaz de

driblar os riscos impostos no contexto de pandemia, assim como desprender-se das noções da suposta imparcialidade jornalística.

Os entrevistados afirmam que conseguiram driblar as acusações de um jornalismo sensacionalista por meio da contextualização dos casos das vítimas em unidades de cuidados intensivos e da humanização de suas histórias (E06, E07 e E10). Esse enfrentamento se deu por meio de um posicionamento voltado ao interesse público, respaldado na autorização da sua capacidade interpretativa como profissionais. Embora adotem essa postura mais interpretativa, a maioria defende a objetividade jornalística como uma espécie de “escudo”, um recurso usado para desviar de acusações de parcialidade.

Como já apontavam Tuchman (2016) e Soloski (2016), essa é uma contradição recorrente: a chamada “objetividade jornalística” é, em certa medida, mantida pelos profissionais e organizações noticiosas como um ritual estratégico para assegurar a credibilidade junto ao público, reforçar o profissionalismo jornalístico e evitar a desqualificação do seu trabalho, embora também possa servir para controlar os jornalistas.

Já os jornalistas da TV Brasil reconhecem que houve um distanciamento da cobertura do noticiário em relação ao sofrimento da população (E02, E04 e E05), advindo da ausência de uma decisão editorial a favor do interesse da sociedade, o que comprometeu a capacidade do noticiário de gerar empatia e de engajar o público a partir de uma perspectiva centrada nas pessoas. Apesar do reconhecimento dessas limitações não ser unânime, parte dos entrevistados reconheceram que o telejornalismo público conseguiu, em certa medida, cumprir sua função social ao veicular informações relevantes sobre os cuidados sanitários e medidas de prevenção (E01 e E03).

Por fim, os profissionais da TV pública brasileira e portuguesa também destacaram as dificuldades relacionadas à produção das matérias durante a pandemia, como a sobrecarga de trabalho, o estresse emocional e os desafios da apuração remota, em alguns momentos. Esses fatores, em alguma medida, também comprometeram a qualidade da cobertura e evidenciaram a fragilidade das condições estruturais do jornalismo público, sobretudo em contextos de crise (E01, E02, E04, E09, E10).

b) Denúncia sobre o que afeta o cidadão

Por sua natureza pública e considerando seu modelo de financiamento e gestão que não se baseia em receitas publicitárias, os noticiários das televisões públicas têm o dever de abordar as questões centrais que afetam a vida coletiva. Diferentemente da mídia comercial, voltada majoritariamente à lógica do lucro, os noticiários públicos devem constituir um espaço discursivo mais aberto ao contraditório e à crítica às estruturas de poder que ameacem os interesses coletivos (GANS, 2003; ROCHA; GRADIN, 2021; MELLO, 2009). Tal expectativa se confirma, em parte, quando os noticiários públicos abordam em suas reportagens, por exemplo, os riscos de contaminação pelo coronavírus a partir de problemáticas cotidianas como a superlotação do transporte público (M24), a situação da fome nas favelas (M23) no Brasil e, em Portugal, da superlotação dos hospitais em Portugal (M48, M49) e os receios da população em relação ao medo de ser mais uma vítima da pandemia (M29, M48).

Ainda que a denúncia dessas condições revele a representação das vozes dos cidadãos diretamente afetados pela crise sanitária, há a limitação de outros assuntos importantes, como por exemplo, a situação dos trabalhadores desempregados, onde é notável a escassez de depoimentos em ambos os telejornais. No caso português, por exemplo, a cobertura noticiosa dá visibilidade à insatisfação do setor da restauração frente às medidas restritivas (M34) e destaca denúncias de partidos da oposição sobre violações de direitos trabalhistas durante o estado de emergência (M30, M31, M35). Essas vozes, ainda que críticas, reforçam a centralidade da economia no debate público e evidenciam tensões entre saúde e economia.

Por sua vez, o Repórter Brasil ecoa discursos pela reabertura do comércio em meio ao pico da pandemia (M06, M07), representados por autoridades como o Presidente da República, o Ministro da Economia e empresários. A linha editorial, nesse caso, favorece uma perspectiva econômica que obscurece as consequências sociais mais profundas da crise, como o colapso dos serviços públicos e a precarização das condições de vida de parcelas significativas da população.

Já sobre as diferenças dos noticiários na abordagem sobre o que afetou o cidadão durante a pandemia, observamos que o Repórter Brasil utiliza assuntos subjacentes às temáticas de interesse comum, como o aumento do número de divórcios na pandemia, a importância de antidepressivos naturais (como a música e atividades físicas) e a

oleosidade da pele por decorrência do uso de máscaras. Esse desvio de foco representa uma forma de despolitização da crise sanitária e a ausência de responsabilização direta do governo federal diante das consequências sociais, sanitárias e econômicas da pandemia.

Em certo ponto, há o investimento na humanização de assuntos secundários (M12, M25) no Repórter Brasil que, embora consideradas subjacentes a outras problemáticas sociais relevantes, estão relacionadas às condições de vida de segmentos da população. Através da apuração e produção jornalística remota, o telejornal escolheu por destacar histórias como a de uma idosa que recorre à criatividade para enfrentar a solidão do isolamento social e de pessoas que produziram máscaras artesanais como forma de obter renda durante períodos de dificuldade econômica, evidenciando situações de vulnerabilidade e resistência durante a pandemia.

Já o noticiário português apresenta diferença na humanização da notícia através da apuração presencial e abordagem da dimensão do colapso da saúde pública. Apresenta a situação da falta de infraestrutura dos lares de idosos, assim como o dilema enfrentado por familiares em luto, com entrevistas a doentes com COVID-19 dentro dos hospitais, abordando expectativas de cura, de retorno ao lar e de contato com os parentes. Também expõe os desafios e a sobrecarga dos profissionais de saúde diante da crise sanitária enfrentada em Portugal. Essa abordagem no local aproxima o público dos impactos da pandemia e contribui para a construção de um jornalismo mais empático e comprometido com a sociedade, isto é, engajado em prol do bem da coletividade, conforme preconizam Hallin e Mancini (2010) e Mello (2009).

Essa discussão sobre o dever de assumir uma posição de denúncia sobre o que afeta o bem coletivo também coaduna com o conflito existente entre o mito da imparcialidade jornalística. Os jornalistas de ambos os países acreditam que, a imparcialidade, embora frequentemente evocada como valor fundamental da profissão, não se sustenta na prática em nenhum veículo de comunicação. Segundo a maioria dos profissionais, essa ideia opera mais como um ideal abstrato do que como um princípio efetivamente aplicável no fazer jornalístico, já que toda reportagem carrega, ainda que de forma não declarada, a interpretação, julgamento ou direcionamento dos repórteres, editores e da organização noticiosa (E01, E02, E03, E04, E05, E06, E08, E09).

Seja por meio da seleção dos temas, da escolha das fontes ou da forma como a narrativa da reportagem é construída, o conteúdo jornalístico acaba por representar diversos interesses, sejam pessoais, políticos, sociais, econômicos e/ou outros. Segundo os jornalistas entrevistados, embora a noção de imparcialidade seja insustentável na prática, é possível em certa medida, atribuir isenção aos interesses políticos e se posicionar, mesmo que de forma não declarada, a favor do interesse da sociedade. No entanto, esse posicionamento depende diretamente do ambiente democrático estabelecido pelos governos.

Dessa forma, os profissionais de ambas as TVs compartilham algumas estratégias que possibilitam driblar essa tensão. Como afirmaram os entrevistados da TV Brasil (E01 e E04), é possível ao profissional da TV pública encorajar o público a enxergar as coisas de forma um pouco mais nítida, através da escolha de diferentes entrevistados com perspectivas diferentes e nas entrevistas ao vivo dentro do estúdio. No entanto, esse potencial pode ser constantemente limitado por estruturas de decisão centralizadas na TV Brasil, em que as diretrizes editoriais seguem uma lógica verticalizada, com definições “de cima para baixo”, confirmando o conflito evidenciado por Soloski (2016) e Breed (2016) acerca do iminente controle organizacional exercido na produção noticiosa.

Essa hierarquia editorial compromete a autonomia dos jornalistas e, muitas vezes, conduz a uma prática profissional marcada por autocensura (E02, E04 e E05). Ainda assim, os profissionais da televisão pública brasileira demonstram consciência de que o compromisso do jornalismo público não deve se pautar por uma neutralidade artificial, mas por valores éticos mais profundos, como o interesse da sociedade, o direito à informação qualificada e a responsabilidade social. Em vez de uma imparcialidade ilusória, o que se espera é uma postura responsável, que valorize o contexto, a escuta qualificada e a complexidade dos fatos.

Em contexto diferente, muito embora seja também na televisão pública, E10 e E08 acreditam que a RTP consegue garantir uma isenção total em sua produção jornalística, no sentido de que não há nenhuma orientação ou influência externa para moldar o conteúdo que tem como foco o interesse da sociedade. Acredita-se que a diversificação das fontes de informação, repercussão de pesquisas científicas e análise dos dados é um mecanismo basilar para esse posicionamento a favor do público, ainda que não declarado abertamente pelo jornalista (E06, E09). Também há o reconhecimento de que existem diretrizes gerais que orientam a abordagem da RTP, com foco na isenção e rigor. Nesse

sentido, a isenção funcionaria como um compromisso com a conduta ética e responsável, que visa a produção de um jornalismo equilibrado.

A partir dessa reflexão, podemos compreender que a ideia de "imparcialidade" que muitos jornalistas buscam, e que é frequentemente reivindicada em normas de ética jornalística, é, na realidade, uma construção complexa. Popper (2004) nos lembra que a ciência e, por analogia, o jornalismo nunca está livre de influências pessoais ou ideológicas. Nesse sentido, os jornalistas das emissoras públicas, ao tentarem equilibrar a objetividade com o compromisso ético, precisam reconhecer que sua humanização e seu engajamento com os temas abordados não os tornam menos profissionais, mas fundamentais sobretudo no contexto de ameaça à democracia. Portanto, durante a cobertura de diferentes assuntos, o jornalista não é apenas um observador passivo da realidade, o que confirma a colocação de Correia (2005) sobre o jornalista ser um agente ativo na construção social da realidade.

c) Avaliação da condução do governo (posição crítica)

Confirma-se que ambos os noticiários públicos apresentam em suas matérias a ausência de críticas sobre as dificuldades enfrentadas por quem dependeu de auxílios econômicos governamentais como o *layoff* em Portugal, e o auxílio emergencial no Brasil. Por outro lado, destaca-se a valorização sobre a condução de políticas governamentais, a exemplo da coordenação da Task Force em Portugal (M42) e dP auxílio emergencial no Brasil (M08).

Outra semelhança diz respeito à ausência de avaliação crítica sobre a condução dos planos de vacinação. Em Portugal, não há aprofundamento sobre a demissão voluntária do primeiro coordenador da Task Force, investigado por vacinações indevidas. No Brasil, o atraso na compra das vacinas e no cumprimento do calendário de vacinação, assunto que foi destaque na Comissão Parlamentar de Inquéritos da COVID-19, não são aprofundados no Repórter Brasil.

Sobre as diferenças no tratamento da avaliação de políticas governamentais, destaca-se o silenciamento do Repórter Brasil sobre a postura negacionista do Presidente a respeito das medidas restritivas para controle do vírus. Por outro lado, o noticiário português aborda as posições contrárias à respeito da condução do governo no enfrentamento à pandemia, representando graves acusações da oposição sobre cortes de direitos de trabalhadores e redução de postos de trabalho (M30, M31, M35), assim como

apresenta as reivindicações do setor da restauração (M34) e as dificuldades de acesso ao *layoff* (M33) por empresas, confirmando a capacidade de confrontar diferentes posições para fortalecer a formação da opinião pública, aspecto crucial para evidenciar os limites entre a comunicação pública e governamental: o de se colocar de forma crítica e de conseguir questionar o poder (BUCCI, 2015).

Tal discrepância nas condições de produção da notícia são confirmadas nas entrevistas, onde os profissionais brasileiros evidenciam a instauração da censura pelas chefias de jornalismo sobre assuntos sensíveis ao governo. Por outro lado, de forma unânime, os jornalistas portugueses afirmam que nunca sofreram interferência política no processo de construção da notícia durante a pandemia, razão pela qual havia refletido na posição do noticiário em favor do interesse público e quando necessário, na realização de críticas das políticas governamentais através do confronto de opiniões nas reportagens.

Já no Brasil, a comunicação governamental e pública foi feita de forma integrada, o que dificultou a manutenção de uma linha editorial crítica às medidas governamentais. Segundo os entrevistados (E02, E04 e E05), o jornalismo da TV Brasil não conseguiu se desvincular da agenda de comunicação do governo, situação evidenciada quando matérias do Brasil em Dia, um programa de cunho governamental, eram transmitidas de forma literal e sem qualquer tipo de adaptação ou crítica no Repórter Brasil. Essas matérias focavam na divulgação restrita das ações do governo sem contextualização, refletindo claramente um processo de desvio da função pública de informar a população, muito embora estivesse no âmbito do campo da comunicação governamental, que também é uma das componentes do campo da comunicação pública (BRANDÃO, 2009). Sendo assim, a falta de aprofundamento sobre as questões sociais, como o sofrimento da população em meio à pandemia, foi uma característica marcante dessa fase, onde o telejornalismo público deixou de ser um espaço de crítica e fiscalização.

Em Portugal, os jornalistas da RTP, ao longo de suas trajetórias profissionais, destacam um ponto importante sobre as relações entre o poder político e o jornalismo público: embora nunca tenham sentido interferência política direta na construção das notícias na pandemia, perceberam diferenças nas estratégias de comunicação adotadas por governos que antecederam e sucederam tal gestão na RTP. Para alguns dos entrevistados, a independência editorial foi garantida pela autonomia histórica da RTP em relação aos governos, assegurada pela noções de isenção do serviço público (E07, E08, E10). Já um deles (E06) acredita que, a partir do seu prestígio profissional advindo

de uma carreira consolidada há quase três décadas, é possível se posicionar e direcionar a abordagem jornalística a favor do interesse público com autonomia em relação aos governos: “em termos da autonomia, eu pessoalmente estou muito confortável. Lutei muito por ela. É uma reputação e a reputação constrói-se” (E06), o que evidencia a teoria de Breed (2016) sobre a possibilidade de o jornalista poder se posicionar e abrir brechas dentro da política editorial do veículo de comunicação pelo seu “estatuto de estrela”.

Já E09 reconhece que a tentação de influenciar o noticiário sempre existiu não só pelo governo como também por partidos de oposição, sendo que o Conselho Geral Independente da RTP desempenha um papel importante em assegurar essa independência. Por outro lado, no caso brasileiro, a lacuna de um modelo de governança autônomo em relação ao governo federal é apontada pelos profissionais (E01, E02, E04 e E05) como um elemento que contribui para limitar a autonomia jornalística, onde é exigida a recomposição desse órgão de representação da sociedade civil, com poderes deliberativos, para controle social da TV Brasil.

d) Estímulo à participação do cidadão (interação com o público)

A presença de mecanismos para um vínculo mais forte com o cidadão, considerada por Coleman (2003) e Lattman-Weltman (2007) como fundamentais para o jornalismo público é ausente no telejornal Repórter Brasil, embora sejam práticas recorrentes nas televisões europeias. Por outro lado, pode ser verificada de diferentes formas no noticiário público português. Isso se dá através da colaboração do público na construção da notícia, na humanização das reportagens sobre as vítimas nos hospitais, na exploração diária de recursos técnicos para orientação e esclarecimento de dúvidas da população e na participação do público ao vivo nas ruas (fala povo).

A colaboração do público para construção da notícia é um fenômeno que contribui para ampliar a participação do cidadão e ao mesmo tempo democratizar o processo de produção jornalística. Muito embora a seleção e o tratamento da informação seja uma responsabilidade do jornalista, a sugestão da pauta e a captação de imagens *in loco* pelo cidadão é capaz de reforçar a autoridade do público na construção da notícia. Isso é confirmado no Telejornal (RTP) através da utilização de vídeos feitos pela população, e que denunciam a falta de acomodação de doentes e a superlotação nos corredores de hospitais em tempos de pandemia.

Já a humanização de problemáticas comuns à população, através da representação da história de personagens reais (cidadãos comuns), também é registrada no espaço discursivo do noticiário público português como um aspecto capaz de promover um vínculo mais forte com a sociedade. Um dos exemplos é a representação das dificuldades de acesso à internet da professora Silvia, que precisava ir a um monte para ter bom sinal e dar aulas durante a pandemia. Após a exibição da reportagem, o problema que levava dias com a operadora foi resolvido, assim como o do aluno que não tinha condições de comprar um computador para assistir as aulas remotas. Depois que a equipe de reportagem da RTP foi até a casa da família e mostrou as dificuldades, diversos voluntários sensibilizaram-se com a história e ofereceram a doação do computador para que o aluno pudesse assistir as aulas remotas.

Além disso, durante o momento de incertezas onde até mesmo a ciência foi desafiada, o noticiário público português reforçou seu lugar de referência (VIZEU; CORREIA, 2008) na vida das pessoas. Através da utilização de recursos de estratégias para esclarecimento das dúvidas da população sobre a necessidade do uso de máscaras, confinamento e vacinação, o Telejornal (RTP) realizou a análise de dados oficiais com a presença de especialistas, aprofundamento sobre resultados de estudos científicos, uso de recursos gráficos e a introdução de um infectologista ao vivo diariamente no noticiário.

Outro mecanismo importante utilizado pelo Telejornal (RTP) para criação de vínculo mais forte com o cidadão foi a ampliação da participação do público durante as entradas dos repórteres ao vivo nas ruas. Nessas aparições, foram manifestadas as opiniões sobre a permanência do uso de máscaras, a insatisfação com as exigências de testes para acesso a restaurantes, a insatisfação do setor da restauração com as sucessivas renovações dos estados de emergência e outras problemáticas relacionada à alteração das rotinas com as quais a população não estava acostumada.

Sendo assim, a humanização das reportagens e o uso do recurso “fala do povo”, embora sejam práticas recorrentes nas televisões europeias, como demonstrado na cobertura do Telejornal (RTP) durante a pandemia de COVID-19, são ausentes no noticiário da televisão pública brasileira. Na TV Brasil, não se observam reportagens que explorem a dimensão humana da crise sanitária, como visitas a hospitais, entrevistas com profissionais de saúde exaustos ou relatos de superação diante do luto e da recuperação, tal como fez a RTP. Essas abordagens, que vão além dos números oficiais de contágio e morte, foram fundamentais para promover empatia e aproximação do público. Além

disso, a TV Brasil não investiu em entradas ao vivo com repórteres em contato direto com a população (quando há, destaca-se apenas os repórteres em versões únicas), tampouco explora a participação espontânea do cidadão comum, que quando existe, são editadas nas reportagens a fim de limitar o debate público. Essa ausência limita a identificação e aproximação do público com o noticiário, restringe a diversidade de vozes e empobrece a representação social no espaço público da informação.

As entrevistas aos profissionais da RTP (E08 e E09) também revelam a importância de como o jornalismo, especialmente no contexto da televisão pública, tem que encontrar formas de engajar o público e facilitar a compreensão de assuntos complexos, como os dados da pandemia, por exemplo. Essa estratégia de "explicador" é frequentemente utilizada em telejornais como uma ferramenta para facilitar a compreensão, especialmente quando o público pode se sentir sobrecarregado com a complexidade de certos temas. Essa situação nos leva a refletir até que ponto o jornalismo público deve ir para garantir a participação do público, não só informando, mas também educando. O papel do jornalismo, especialmente o público, é justamente o de promover o debate para que a sociedade tenha autonomia para interpretar e tomar decisões fundamentadas.

e) Combate à desinformação

A circulação de notícias falsas ou distorcidas, sobretudo sobre a vacinação e o uso de medicamentos para tratamento precoce da COVID-19, ocuparam rápido e significativo espaço nas redes sociais. Apesar de ter comprovação científica sobre a eficácia na prevenção de mortes, a vacinação pública foi alvo de movimentos contrários que serviram para distorcer fatos importantes e essenciais à saúde das pessoas, sobretudo no Brasil, onde o posicionamento do Presidente da República foi contrário à vacinação.

Embora em Portugal também tenha havido a emergência de movimentos negacionistas à vacinação contra a COVID-19, a resposta das autoridades públicas foi marcada por uma forte defesa da imunização como política de saúde coletiva. O governo, por meio de seus representantes, como a Direção-Geral da Saúde, a Ministra da Saúde, o coordenador da Task Force e o próprio Primeiro-ministro, sustentou um discurso coeso em favor da vacinação, respaldado por evidências científicas e por uma estratégia de comunicação governamental centrada na confiança institucional.

Nesse contexto, o jornalismo público português recentrou sua função social, reafirmando seu papel como agente de esclarecimento no combate à desinformação. O Telejornal (RTP) assumiu a responsabilidade de enfrentar as notícias falsas e distorcidas sobre a vacinação, posicionando-se como uma fonte confiável de informação diante da avalanche de boatos que circularam especialmente em plataformas digitais. A atuação do noticiário incluiu a explicação técnica sobre a eficácia das vacinas, o esclarecimento de mitos infundados e a divulgação de testemunhos de profissionais de saúde (infecciosologistas, matemáticos, pediatras e outros) (M41, M42 e M45).

Dessa forma, o Telejornal (RTP) não apenas cumpriu sua missão de informar, mas também assumiu um papel ativo na preservação do espaço público democrático, representado no silenciamento das vozes dos manifestantes contrários à vacinação pública (M43). Tal posição também é confirmada nas entrevistas aos jornalistas da RTP, que unanimemente, reconhecem sua responsabilidade social diante de possíveis abordagens que possam elucidar o populismo e promover o colapso do bem coletivo.

Isso nos levanta uma tensão sobre os próprios atributos do jornalismo, que deve abarcar a diversidade de opiniões e o contraditório, conforme compreende Herman (2016), sendo esse aspecto também preconizado pela doutrina do equilíbrio, no que diz respeito à necessidade da exposição de posições contraditórias que disputam espaço na arena simbólica (GANS, 2003). Mas em caso dessa diversidade vir a ameaçar a cidadania e o bem comum, deveria o jornalismo ter que ouvir o contraditório? O noticiário público português nos mostra que não.

Ao assumir posicionamento com base em comprovações científicas e recomendação de autoridades sanitárias mundiais, o Telejornal (RTP) se torna um aliado no enfrentamento do coronavírus e contra a desinformação. Nesse caso, justifica-se a distinção privilegiada de uma versão hegemônica, que nesse caso é a ciência, e a estigmatização da outra versão conduzida por manifestações negacionistas.

Já no noticiário público brasileiro, observa-se que não há apresentação de estratégias para combater as desinformações que foram propagadas pelo Presidente e que fecundaram a disseminação de uma série de incertezas sobre a eficácia das vacinas. Nesse sentido, o recurso discursivo adotado pelo Repórter Brasil foi a repercussão de estudos científicos que comprovavam a eficácia das vacinas e a abordagem das falas do Ministério da Saúde que indicavam orientações para o andamento do plano de vacinação e a

importância da população em se vacinar, mas sem desmistificar a posição negacionista do presidente Bolsonaro.

Outra temática que foi palco de desinformação, diz respeito à recomendação de medicamentos sem comprovação científica como a hidroxicloroquina. Esse medicamento foi amplamente propagado nas redes sociais como uma solução para a COVID-19, especialmente após ser endossada pelo então presidente dos Estados Unidos Donald Trump com base em um estudo de um pesquisador francês e que teve disseminação em nível internacional, conforme indica o estudo de Camargo (2024). Agências de saúde como a Organização Mundial da Saúde (OMS), a FDA (Administração de Alimentos e Medicamentos dos Estados Unidos) e a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) alertaram que não havia evidências suficientes para apoiar seu uso como tratamento para COVID-19 e que o uso inadequado poderia causar efeitos colaterais graves.

Por outro lado, observamos no noticiário público brasileiro a desinformação sobre os riscos do uso do medicamento e a promoção das estratégias criminosas conduzidas por médicos que se intitularam “Médicos Pela Vida” (MPV), com apoio da Presidência da República, e financiamento de uma farmacêutica que obteve considerável lucro com o incentivo do uso da hidroxicloroquina. Em 2023, a associação e a indústria responsável por incentivar o uso do medicamento prejudicial à saúde receberam uma multa por danos morais coletivos e à saúde, representando um valor de R\$55 milhões de reais³¹. Sobre a organização MPV, Camargo (2024, p. 26) observa que é “composta por médicos de extrema-direita que apoiaram a eleição do presidente igualmente de extrema-direita e sua agenda de ‘guerras culturais’”.

Na contramão da exposição desses riscos impostos à população, o Repórter Brasil constrói uma versão consensual que defende amplamente o uso da hidroxicloroquina para tratamento da COVID-19. Isso através da exposição da fala de médicos que entregam uma carta ao Presidente Jair Bolsonaro em que defendiam o tratamento precoce, resultando no apoio e elogios do governo federal: “você marcaram

³¹ Responsáveis por divulgação de publicidade em defesa do “tratamento precoce” contra covid são condenados a pagar R\$ 55 milhões por danos morais coletivos e à saúde. Disponível em <<https://www.mpf.mp.br/rs/sala-de-imprensa/noticias-rs/Responsaveis%20por%20divulgacao%20de%20publicidade%20em%20defesa%20do%20tratamento%20precoce%20contra%20covid%20sao%20condenados%20a%20pagar%20R%2055%20milhoes%20por%20danos%20morais%20coletivos%20e%20a%20saude>>. Acesso em 24 de fevereiro de 2025.

uma posição de coragem e de agilidade” (M22), afirma Bolsonaro. Na passagem do repórter, é apresentado o testemunho do Presidente sobre a eficácia do medicamento sem qualquer contraposição.

Dessa forma, além da ausência de clarificação sobre as falas negacionistas a respeito da vacinação, observamos que o Repórter Brasil (TV Brasil) também desinformou sobre os riscos do uso da hidroxicloroquina e do esquema de publicidade indevida que teve apoio do chefe do executivo. Já o noticiário português também realizou reportagem (M48) sobre o uso do medicamento e conseguiu cumprir um papel importante no combate à desinformação ao abordar, com base em evidências científicas, a controvérsia sobre o uso da hidroxicloroquina no tratamento da COVID-19 ; esclarecer controvérsias com fontes confiáveis; apresentar diferentes pontos de vista, inclusive o do presidente dos EUA que defendeu amplamente o uso da medicação, e reforçar o papel da ciência como guia para decisões de saúde pública.

Essa postura editorial evidencia o compromisso do telejornal público com a integridade informativa e o fortalecimento do debate público qualificado, alinhando-se ao que defendem Blumer (1992) e Gurevitch e Blumer (2016) quanto à responsabilidade do noticiário público na manutenção da sanidade do processo político, escolha consciente confirmada de forma unânime por todos os profissionais entrevistados (E06, E07, E08, E09 e E010). Ao assumir uma posição ativa na checagem de fatos e na mediação de discursos contraditórios, o Telejornal da RTP exerce uma função de responsabilidade cívica diante da desinformação, contribuindo para uma opinião pública crítica e informada.

Ao contrário de uma postura neutra ou indiferente diante da desinformação, assumiu um papel ativo na defesa da ciência e do interesse público. Tal escolha editorial reafirma o compromisso com os princípios democráticos e com o direito à informação segura e de qualidade. Ao evitar dar palco a discursos negacionistas ou sensacionalistas, os profissionais da RTP reafirmaram que o jornalismo público não pode ser cúmplice da desinformação, sob o risco de enfraquecer o próprio ambiente democrático que tem o dever de proteger.

f) Presença de comentaristas (qualificação do debate)

A participação de comentaristas políticos no telejornal público trata-se da importância de um espaço autorizado para formação de opiniões fundamentadas, de modo

a fortalecer o debate público. Quando partirmos do princípio de que a imparcialidade no jornalismo é inalcançável, uma vez que “nenhum analista sério dos media defenderá que o jornalismo, seja em que parte do mundo for, é literalmente neutro” (HALLIN; MANCINI, 2010, p. 40), compreendemos que o jornalismo público deve assumir a responsabilidade do seu papel de mediador qualificado do debate público.

Nesse contexto, a presença de comentadores torna-se fundamental para interpretar, contextualizar e problematizar os acontecimentos de forma crítica. Além disso, diante dos ricos impostos pela desinformação e polarização política cada vez mais ascendente, os comentadores devem contribuir no combate à manipulação, ajudando a compreender narrativas simplistas que, muitas vezes, circulam nas redes sociais ou em canais sem tratamento jornalístico.

Em ambos os noticiários públicos, apesar da presença dos comentadores demonstrar o reconhecimento por parte da TV Brasil e RTP da importância da análise e da contextualização no momento de pandemia, observamos que esse espaço não assumiu, em geral, uma postura crítica explícita em relação às medidas governamentais. Os comentaristas muitas vezes se limitaram a elogios à condução política, sem a devida apresentação de contrapontos ou tensionamentos necessários para o fortalecimento do debate público.

No caso português, chegaram a elogiar publicamente o plano nacional de vacinação, a realização dos estados de emergência e a estratégia de apoio ao emprego (*layoff*) através de falas como “o primeiro-ministro tem tido intervenções muito positivas na forma e no conteúdo” e “a flexibilização do *layoff* é a resposta adequada para tentar evitar a destruição de empregos, diferente do que fez os EUA” (M46).

Tal situação é confirmada nas entrevistas aos jornalistas da RTP, que entendem esse fenômeno como parte da coalisão com o governo quase que natural em torno da noção do “bem comum”, assim como o fato de existirem muitas dúvidas e poucas respostas e alternativas ao cenário da pandemia (E05, E09, E10). Já no Brasil, os comentários deram destaque positivo as iniciativas como a PEC dos Precatórios e o Auxílio Brasil, que são confirmados nas entrevistas aos jornalistas da TV Brasil como uma estratégia de alinhamento e propaganda da comunicação governamental (E02 e E05). Dessa forma, a ausência de contrapontos e de uma análise mais abrangente, que envolvesse a posição de diferentes setores da sociedade, acaba por comprometer o

potencial crítico do jornalismo público, esvaziando a diversidade de perspectivas necessárias para uma opinião pública qualificada.

Por outro lado, em relação às diferenças desse espaço discursivo no Brasil e Portugal, observa-se que a cobertura portuguesa apresentou algumas singularidades relevantes, como a inclusão diária de um comentarista infeciologista no Telejornal da RTP, que acompanhava e analisava a evolução da pandemia com base em dados científicos e com recursos gráficos de fácil compreensão para o público. Esse especialista, além de cumprir uma função científica e informativa (como uma espécie de “termômetro” da situação epidemiológica), também fornecia sugestões de medidas de contenção, ajudando a população a compreender o cenário de forma mais concreta e qualificada.

Outro diferencial importante observado na RTP foi a atuação dos apresentadores do Telejornal no confronto argumentativo às posições dos comentaristas. Os âncoras direcionaram os debates com os comentaristas políticos a partir de perguntas críticas, que buscavam problematizar ou expandir as análises apresentadas (M46). Esse recurso conferiu ao noticiário uma dimensão dialógica, que rompe com o modelo de comentário unidirecional e favorece a pluralidade e a reflexão. Além disso, em Portugal houve espaço, ainda que pontual, para que os comentaristas fizessem denúncias sobre falhas estruturais, como a incapacidade dos lares de idosos lidarem com os infectados e a fragilidade do Sistema Nacional de Saúde (SNS).

Esse contraste entre os noticiários dos dois países revela que, embora ambos tenham espaços para análise política, a forma como são utilizados e, sobretudo, mediados é determinante para o cumprimento da sua função democrática. Quando há apenas valorização do discurso oficial, sem contrapontos ou tensionamentos, como ocorreu no Repórter Brasil (TV Brasil), o jornalismo corre o risco de se alinhar ao discurso governamental, renunciando a sua função crítica e de problematização. Por outro lado, quando há espaço para o confronto, como no caso do Telejornal (RTP), o jornalismo público se fortalece como arena de debate qualificado para o público.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo da presente pesquisa, que consistiu em compreender as condições de produção da notícia no jornalismo das televisões públicas do Brasil e de Portugal, especialmente diante do desafio de atender ao interesse público com autonomia editorial, foi alcançado. A investigação centrou-se na análise dos limites e possibilidades desse jornalismo em contextos marcados por denúncias de interferência política e pela frequente confusão entre comunicação pública e governamental, considerando também as diferenças nos sistemas políticos, modelos de financiamento, estruturas de governança e mecanismos de controle social em cada país.

Dessa forma, com foco na autonomia jornalística frente às influências governamentais, foi possível compreender os graus de independência da TV Brasil e da RTP na cobertura jornalística, especialmente em contextos de crise sanitária, como a pandemia de COVID-19, e identificar elementos que diferenciam a dimensão do jornalismo público e do governamental, bem como parâmetros normativos e de propriedade desejáveis para o jornalismo da televisão pública.

Para sustentar a análise da cobertura noticiosa e das entrevistas realizadas com profissionais da TV pública brasileira e portuguesa, foram construídos seis eixos analíticos, a partir do referencial teórico discutido ao longo do trabalho. Essas categorias, que consideramos como características do telejornal público e que recentram sua função sociopolítica, permitiram identificar, como os noticiários atuaram diante das demandas sociais durante o período analisado.

São elas: (a) Promoção da cidadania, com base em como promove o debate sobre questões que incidem no bem coletivo (direitos e deveres); (b) Denúncia sobre o que afeta o cidadão, voltada à visibilidade das reivindicações da população, especialmente contra estruturas de poder; (c) Avaliação da condução do governo, como expressão do posicionamento de forma crítica à condução das políticas governamentais; (d) Estímulo à participação do cidadão, analisando práticas de interação e representatividade através de mecanismos para promoção de um vínculo mais forte com o cidadão; (e) Combate à desinformação, sobre quais estratégias são utilizadas para esclarecer informações falsas ou distorcidas; e (f) Presença de comentaristas, entendida como uma estratégia de qualificação do debate público.

Tais categorias funcionaram como filtros interpretativos que permitiram a análise comparada e a identificação de convergências e divergências no modo como os telejornais enfrentam tensões inerentes à prática jornalística nas televisões públicas. Tais tensões se evidenciam, sobretudo, em três principais dimensões: (1) nas contradições entre a aplicação da imparcialidade e a autonomia jornalística para cumprimento do serviço ao público; (2) no limbo entre comunicação pública e estatal e os impactos das relações com o governo na produção da notícia; e (3) no papel dos noticiários das TVs públicas no combate à desinformação, especialmente durante uma crise sanitária.

O primeiro destaque, que diz respeito ao conflito entre o mito da objetividade jornalística e a limitação da autonomia dos profissionais, funciona como ideologia epistêmica, segundo o termo de Piaget e Garcia (2011), ao deslegitimar a atuação analítica dos jornalistas a favor do interesse da sociedade. Apesar da crença no ideal normativo ser compartilhada pelos jornalistas brasileiros e portugueses, seguindo a influência do profissionalismo neutro imposto pelo sistema de mídia liberal (HALLIN; MANCINI, 2010), há o reconhecimento predominante de que, na prática, ela é insustentável e que na televisão pública, a autorização da capacidade interpretativa dos jornalistas em favor da sociedade também depende do nível do ambiente democrático estabelecido pelos governos.

Assim, observa-se que o padrão liberal de jornalismo, centrado na suposta neutralidade e hegemônico por países como os Estados Unidos, além de ter influenciado a prática jornalística no Brasil, especialmente pela atuação da Rede Globo, é inalcançável na prática dentro da TV Brasil. Também não corresponde ao modelo presente na Europa, sendo menos aplicável a contextos em que o jornalismo se insere em dinâmicas políticas e culturais distintas, como ocorre em Portugal.

Essa realidade se confirma tanto na análise das reportagens quanto nas entrevistas com os profissionais. Em Portugal, observou-se um esforço significativo na cobertura do Telejornal (RTP), com foco na dimensão humana do colapso da saúde pública, na vigilância das ações governamentais de enfrentamento ao coronavírus e na criação de mecanismos para conhecimento do público sobre as problemáticas enfrentadas no cotidiano da população. Os depoimentos dos jornalistas reforçam essa decisão editorial, destacando a escolha consciente por uma abordagem mais sensível aos impactos sociais, aliada ao questionamento crítico das respostas governamentais. Essa postura foi sustentada pela diversificação de fontes, estratégia que visava construir consensos mais

amplios e representativos, conforme é evidenciado através da análise das matérias, que representam majoritariamente uma diversidade de vozes.

Diante desse contexto da produção jornalística na televisão pública portuguesa, há o reconhecimento da impossibilidade de ser imparcial diante do cenário de crise sanitária. Ainda assim, o ideal normativo é sustentado como uma ferramenta de proteção contra interferências externas, funcionando como o que Soloski (2016) evidencia a respeito da salvaguarda para evitar a percepção de censura na produção jornalística sob o risco de perda de credibilidade do público. Nesse sentido, posicionar-se em favor do interesse público, embora que de forma não declarada, não é visto como uma infração ética, mas como um dever e responsabilidade social diante de crises que podem comprometer o ambiente democrático, como a desinformação e a negação da ciência.

Já no Brasil, os profissionais reconhecem que o ideal normativo de imparcialidade jornalística contribui para camuflar os interesses do governo em nome de uma suposta objetividade, que na verdade, desautoriza o posicionamento dos jornalistas em favor da sociedade. Nesse sentido, as decisões editoriais refletem as condições do ambiente político em que o jornalismo da TV pública está inserido. Isso se evidencia na cobertura noticiosa do Repórter Brasil (TV Brasil), que esvazia a função crítica e fiscalizadora sobre a omissão do governo federal na condução de medidas de enfrentamento e controle da COVID-19.

Nesse sentido, ao reconhecermos que toda leitura da realidade é mediada por instrumentos cognitivos e pela ação interpretativa do sujeito, com base em Piaget e Garcia (2011) e Popper (2004), é possível questionar a ideia de que a notícia é uma representação neutra dos fatos. Essa ideologia epistêmica, transmitida como parte natural do conhecimento socialmente aceito, condiciona o fazer jornalístico e desautoriza a autoria e a capacidade interpretativa dos jornalistas em favor da sociedade e da realização do seu caráter interpretativo e de julgamento social (HALLIN; MANCINI, 2010).

No jornalismo da televisão pública brasileira, esse fenômeno se agrava pela necessidade de reforçar a legitimidade da TV Brasil frente ao público e ao Estado, ameaçada com a reprodução de práticas acríticas e de silenciamento da dimensão política, que priorizam a aparência de neutralidade jornalística. Assim, ao invés de assegurar um jornalismo mais plural e comprometido com o interesse público, a imposição da objetividade como padrão universal acaba por restringir a liberdade interpretativa e

esconder as disputas simbólicas e políticas que permeiam a construção da notícia. Sendo assim, a respeito dessa contradição, podemos considerar que:

- A imparcialidade jornalística é uma ideologia epistêmica que atua como obstáculo epistemológico, desautorizando outras formas de interpretar a realidade;
- A pretensa imparcialidade jornalística serve para apagar os processos subjetivos e sociais que permeiam a produção da notícia, naturalizando visões dominantes;
- A crítica ao positivismo ajuda a desmontar o mito da objetividade jornalística, abrindo caminho para valorizar a autoria e a ação interpretativa dos jornalistas;
- O jornalismo da televisão pública deve ser analisado não como um espaço neutro, mas como um campo atravessado por forças ideológicas, inclusive aquelas políticas, que se escondem sob o rótulo da “imparcialidade”.

Já a segunda dimensão inerente aos principais resultados do estudo sobre as similaridades e diferenças das condições de produção da notícia nas TVs públicas do Brasil e Portugal, está diretamente relacionada aos modelos de governança, à presença e ausência de órgãos de controle social e às heranças institucionais que moldam as relações entre comunicação pública e governo.

A esse respeito, a relação da cobertura da RTP com a comunicação governamental se divide em dois momentos: no início da pandemia, há uma união em torno do bem da coletividade e alinhamento consensual à posição governamental, refletida até mesmo no espaço destinado aos comentários políticos, que desviam críticas diretas ao governo. Já no segundo momento da pandemia, a cobertura do Telejornal incluiu críticas consistentes à condução governamental, como denúncias de cortes de direitos pelos partidos de oposição e dificuldades de acesso *ao layoff* pelas empresas.

Dessa forma, em Portugal, embora historicamente também existam tensões entre a comunicação pública e governamental, denunciadas inclusive pelos entrevistados e indicadas na análise da cobertura noticiosa do Telejornal (RTP), observa-se um contexto democrático (governo instituído e mecanismos de governança social dentro na RTP) que permite aos jornalistas preservar essa separação. Ou seja, há autonomia editorial suficiente para questionar decisões e ações dos governos, especialmente à medida que determinados aspectos da gestão da pandemia passam a ser debatidos publicamente. No início da crise sanitária, verifica-se uma intersecção consentida entre comunicação pública e governamental, mediada, no entanto, pela atuação crítica dos profissionais da

RTP. Por outro lado, nas entrevistas, questiona-se por exemplo, o espaço excessivo dado às autoridades governamentais, ao mesmo tempo em que se reconhece a importância de transmitir orientações claras a fim de obter a adesão da população às medidas de contenção ao avanço do vírus. Essa aproximação da comunicação pública não é percebida como comunicação governamental (no sentido de propaganda) no Telejornal (RTP), mas como uma forma legítima de comunicação pública voltada à promoção da cidadania e da saúde coletiva.

É importante salientar que, apesar de já ter registrado episódios de censura em períodos governamentais que antecederam a pandemia (E09), há um consentimento dos profissionais sobre a existência de um ambiente democrático na RTP estar ligado aos princípios dos diferentes governos. Por outro lado, acredita-se que o modelo de governança da RTP, com relativa independência do governo através do Conselho Geral Independente (CGI), favoreça a autonomia jornalística.

No caso brasileiro, observou-se uma integração preocupante na EBC entre a comunicação pública e governamental, evidenciada pelo esvaziamento do papel fiscalizador da TV Brasil e pela imposição editorial de uma cobertura omissa em relação às responsabilidades do governo, caracterizada como censura jornalística, além da priorização de pautas secundárias em detrimento de temas centrais ao debate público, também reflexo da autocensura. Nesse aspecto, há destaque para os riscos impostos pelos cargos de chefia por indicação governamental e ausência do órgão de representação da sociedade civil na TV Brasil, um dos elementos basilares da televisão pública.

Embora ambos os países compartilhem um histórico patrimonialista que os tornam suscetíveis à confusão entre as esferas da comunicação pública, estatal e governamental, essa sobreposição se apresenta de forma mais acentuada no contexto brasileiro. Ainda que esses conceitos coexistam no campo da comunicação pública, suas distinções tornam-se nebulosas quando há captura do aparato comunicacional pelo governo. A apropriação da TV Brasil durante a pandemia, especialmente no governo Bolsonaro, exemplifica esse processo: a comunicação pública, orientada pelo interesse público, foi desmontada em favor da promoção de interesses particulares ligados ao chefe do executivo, comprometendo a autonomia jornalística da emissora e indicando a usurpação para a comunicação governamental, que por sua vez, também foi esvaziada.

Sendo assim, no caso brasileiro se confirma o que Habermas (1997) salienta, ao destacar que a presença de influência político-partidária na dimensão da comunicação pública é um risco que pode causar uma disfunção em sua razão de ser. Por outro lado, uma esfera pública qualificada se manifesta pela capacidade de promoção da cidadania e influência na tomada de decisões para o fortalecimento democrático, sobretudo no que se refere aos assuntos da agenda política.

Ainda sobre esse aspecto, é importante salientar que a RTP apresenta uma estrutura de governança mais robusta, com a presença do Conselho Geral Independente e Conselho de Opinião (com representação da sociedade civil), desempenhando papel relevante na garantia da independência editorial. Por outro lado, ainda que os jornalistas da RTP não tenham relatado interferência direta durante a pandemia e reconheçam a importância dessa estrutura de governança desvinculada do governo, em certa medida, reconhecem mudanças perceptíveis de vulnerabilidade da RTP conforme os governos que antecederam e sucederam o momento da pandemia, o que aponta para uma zona cinzenta entre autonomia editorial e influência política indireta.

Ainda assim, o estudo revela que em Portugal, há uma articulação entre comunicação pública e governamental orientada por princípios de transparência e interesse coletivo. Já no Brasil, a comunicação pública é frequentemente instrumentalizada para dissimular a comunicação governamental, comprometendo sua autonomia. Tal debate suscita ainda outra reflexão sobre as comunicações governamental e estatal, que não podem ser consideradas pública se não estiverem orientadas para a satisfação dos interesses da cidadania. Isso aponta para a necessidade de reafirmar os valores democráticos como critério para essa distinção, a exemplo da transparência, inclusão, participação e comprometimento com o bem comum. Caso contrário, torna-se apenas um instrumento de poder a serviço de interesses restritos.

Por sua vez, o terceiro ponto central desse trabalho diz respeito aos desafios para o cumprimento da função social dos noticiários durante a pandemia de COVID-19. Nesse sentido, foi possível observar que ambos assumiram, em diferentes graus, uma postura ativa na abordagem pedagógica, valorizando a ciência como referência de autoridade e credibilidade diante do público em prol do interesse coletivo, o que revela convergências relevantes no papel educativo e orientador, mesmo em contextos adversos. Além disso, os noticiários de ambas as emissoras lidaram com desafios semelhantes nas rotinas

produtivas durante a pandemia, como a necessidade de apuração remota e o estresse emocional das equipes.

Ainda sobre as similaridades na forma como abordam questões que afetam diretamente o cidadão, ambos também compartilham silêncios significativos. Em especial, observou-se a ausência de uma cobertura mais aprofundada sobre a situação dos desempregados e a precarização das condições de vida de parcelas expressivas da população, com destaque para dimensão dos impactos no setor econômico. Esse silêncio da dimensão das questões ligadas aos cidadãos comuns revela limites na atuação do jornalismo público como mediador das demandas sociais, especialmente em contextos de crise, em que a visibilidade sobre as vulnerabilidades deveria ser intensificada.

No que tange as diferenças entre os noticiários, destaca-se o mérito do telejornal português no combate à desinformação, onde adotou uma postura clara de alinhamento com o conhecimento científico, promovendo o esclarecimento sobre a eficácia das vacinas, desmistificando os mitos propagados por manifestações antivacinas, também silenciadas, e dando voz a especialistas da saúde pública, como infectologistas, matemáticos e pediatras. Mesmo ao abordar temas controversos, como o uso da hidroxicloroquina, a RTP recorreu a fontes confiáveis e múltiplos pontos de vista, reforçando o papel da ciência e a responsabilidade social do noticiário. Tal postura revela que a ideia de dar espaço a “todos os lados” perde sentido quando se trata da disseminação deliberada de desinformação, especialmente em contextos de emergência sanitária. Nesse sentido, a RTP demonstrou um filtro editorial consistente, evitando dar palco a discursos negacionistas e priorizando as evidências científicas.

Em contrapartida, a TV Brasil mostrou-se hesitante diante da responsabilidade de enfrentar a desinformação. Apesar de repercutir estudos científicos e declarações do Ministério da Saúde, que em diversos momentos estavam em alinhamento com a ciência, mas em conflito com a postura do Presidente da República, a emissora silenciou essa dimensão, não desmentindo ativamente falsas alegações amplamente difundidas. Ademais, evitou contextualizar os riscos do uso da hidroxicloroquina e omitiu o esquema de promoção indevida desse medicamento por grupos que receberam respaldo do chefe do Executivo.

Nesse contexto, observou-se uma cobertura que, em determinados momentos, se alinhou a práticas que desinformaram e omitiram responsabilidades institucionais,

aproximando-se de uma comunicação que não apenas negligenciou o direito à informação, mas colaborou indiretamente com estratégias comunicacionais que colocaram vidas em risco. Ao silenciar diante de narrativas negacionistas e ao evitar a crítica direta a práticas médicas fraudulentas promovidas com apoio governamental, a TV Brasil comprometeu sua função pública, se afastando dos princípios fundamentais do jornalismo responsável e inviabilizando a dimensão política da pandemia. Tais escolhas editoriais revelam uma comunicação pública fragilizada no Brasil, que, ao não confrontar a desinformação de maneira contundente, renunciou à sua função pública de mediar, esclarecer e proteger a sociedade com base no interesse coletivo.

Outro ponto fundamental de distinção, diz respeito ao mérito do Telejornal da RTP em apresentar mecanismos dirigidos à aproximação do público, o que não constatamos no Repórter Brasil. Destacam-se, entre eles, a humanização das reportagens sobre as vítimas e profissionais nos hospitais durante a pandemia; o uso sistemático de recursos pedagógicos e explicativos, voltado a tirar dúvidas diárias da população com base em dados e pesquisas científicas; e a presença constante do fala povo, com entrevistas sobre a percepção da sociedade durante a pandemia, o que ampliou as representações sociais no noticiário.

Sendo assim, essa pesquisa contribui para a compreensão crítica das fronteiras entre jornalismo público e governamental, demonstrando que a autonomia jornalística depende de estruturas institucionais sólidas, mecanismos de controle social efetivos e compromisso com a função social. Ao propor parâmetros normativos que reforçam esse compromisso, o estudo avança na construção de uma noção mais clara de jornalismo da televisão pública como espaço de serviço ao cidadão, e não de promoção governamental.

Em síntese, a pesquisa reafirma que o jornalismo público pode e deve assumir uma postura comprometida com os valores democráticos. Contudo, para que essa atuação seja possível, é preciso considerar a existência de garantias institucionais de autonomia, para além das normas profissionais e do ambiente regulatório, mas a atuação de mecanismos em prol da pluralidade de vozes, de controle social e de modelo de financiamento estável. O jornalismo da TV pública não está imune às disputas de poder, mas seu compromisso com o bem coletivo deve ser inegociável. Em tempos de desinformação e de ataques à democracia, seu papel é ainda mais crucial: não apenas informar, mas sustentar as bases de uma cidadania crítica.

Portanto, a investigação reforça a ideia de que o jornalismo público, ao contrário do que se costuma exigir da imprensa comercial, pode e deve se comprometer com uma forma de narrar que privilegie o cidadão e o fortalecimento da democracia, mesmo que isso signifique, em certos momentos, tomar posição diante de injustiças ou omissões do poder público. A suposta imparcialidade jornalística, nesse sentido, não pode ser confundida com um impedimento para a autorização da capacidade do jornalista realizar um julgamento social sobre as circunstâncias que ameaçam o bem comum. É necessário assegurar a escuta de múltiplas vozes, sem renunciar a um olhar crítico e comprometido com o bem da coletividade.

Embora a exposição declarada da opinião do jornalista não seja uma prática consensual, tanto na TV Brasil quanto na RTP identificaram-se estratégias editoriais de posicionamento a favor do público. Isso revela uma tentativa de equilibrar a dualidade entre imparcialidade jornalística e compromisso social. No caso da TV Brasil, os profissionais afirmam ser possível introduzir a diversidade de perspectivas em entrevistas ao vivo no estúdio a partir da escolha de entrevistados com visões distintas, o que aponta para um caminho de pluralidade mediada. Já os jornalistas da RTP veem na diversificação de fontes e análise crítica de dados oficiais, uma via de oferecer ao público elementos para compreender contextos complexos sem renunciar a um certo distanciamento. Em ambos os casos, tais estratégias demonstram que é possível reforçar o papel do jornalismo da televisão pública como mediador de debates, e não como mero retransmissor de discursos supostamente imparciais.

Considerando que a legitimidade e a relevância da TV pública dependem também da confiança do público, pesquisas futuras podem investigar como a sociedade percebe o jornalismo público e em que medida uma suposta imparcialidade é compreendida como um valor desejado e critério de credibilidade. Outra perspectiva que pode ser aprofundada diz respeito ao aprofundamento sobre o impacto da estrutura de governança das TVs públicas, especialmente em relação à sua governança, autonomia jornalística e mecanismos de controle social, que podem ser examinados a partir da cobertura da RTP sobre a pandemia no Brasil, a fim de entender até que ponto é perceptível as diferenças no que se reflete na materialidade das reportagens.

Um campo ainda pouco explorado, mas relevante, diz respeito aos mecanismos sutis de posicionamento dos jornalistas da TV pública em favor do interesse público, mesmo quando não há manifestação explícita de opinião. Compreender como esses

profissionais lidam em contextos de tensão, conflito ético ou censura, pode lançar luz sobre práticas de resistência e negociação no interior das rotinas produtivas.

Por fim, estudos contínuos sobre os governos em exercício e o impacto de suas ações sobre as emissoras públicas são fundamentais para o monitoramento da função social da TV pública. Dada sua condição de constante vulnerabilidade às pressões políticas, é essencial manter um olhar vigilante sobre o cumprimento de seus princípios fundadores, garantindo que a essência da sua função social não seja capturada por interesses governamentais, mas permaneça como instrumento a serviço da cidadania.

Portanto, esta tese propõe que o jornalismo da televisão pública é capaz de cumprir seu papel se for, de fato, autônomo, plural e comprometido com o interesse público. As experiências contrastantes da TV Brasil e da RTP revelam que nem todo jornalismo produzido na televisão pública pode, de fato, ser considerado jornalismo público ou jornalismo cívico. A simples inserção em uma estrutura estatal, como ocorre na TV Brasil, não garante, por si só, o compromisso com os princípios democráticos e com a cidadania. Como evidenciado na investigação, em alguns momentos, a TV Brasil operou sob lógicas governamentais, o que compromete sua função pública essencial.

Sem instituições fortes, transparência e controle social, a produção da notícia tende a reproduzir lógicas patrimonialistas e governamentais, perpetuando os traumas históricos que esta pesquisa buscou situar. Assim, mais do que discutir apenas os modelos jornalísticos, esta tese propõe uma reflexão sobre o lugar da comunicação pública nas democracias contemporâneas e a urgência de se reimaginar o papel do Estado como garantidor, e não controlador, da capacidade interpretativa do jornalista.

No caso específico da televisão pública, dois critérios ajudam a pensar a sua caracterização: o critério de propriedade e o critério normativo. Pelo primeiro, a televisão é considerada pública por pertencer ao Estado, ou seja, sua propriedade é formalmente pública, financiada por impostos, doações, contribuições de taxas de licenciamento pela sociedade, fundos estatais etc. No entanto, esse aspecto estrutural não assegura, necessariamente, uma prática jornalística comprometida com o interesse coletivo.

Já o critério normativo vai além da estrutura e observa a finalidade e os princípios que orientam o conteúdo produzido. A televisão e o jornalismo nela veiculado só pode ser verdadeiramente pública quando atua de forma independente, plural, transparente e

com foco na formação crítica da cidadania, garantindo representatividade, diversidade e acesso à informação de qualidade.

Assim, o jornalismo público se define, em certa medida, menos pelo lugar institucional em que está inserido e mais pelos valores que orientam sua prática. Ele deve servir ao público, e não ao Estado, nem aos interesses privados ou de governos. A televisão pública, portanto, cumpre sua missão democrática quando promove espaços de diálogo, fiscalização do poder e fortalecimento da esfera pública, contribuindo para a construção de uma sociedade mais informada e participativa. Dessa forma, o grau de autonomia conferido às redações é condicionante não só das normas profissionais, mas das estruturas políticas (governos) e de governança da TV pública (cargos de chefia e presença de órgãos de controle social). Portanto, a autonomia editorial não é apenas uma prerrogativa dos jornalistas, mas uma conquista diretamente vinculada ao ambiente democrático.

REFERÊNCIAS

- ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ANGEIRAS, Maria. **Televisão e educação: história da criação da primeira TV educativa do Brasil – TV Universitária, canal 11**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Recife, 2015.
- ARROYO, Luis et. al. **Cajas Mágicas. El renacimiento de la televisión pública en América Latina**. Madrid, 2012.
- ASCENÇÃO, Patrícia. **O pluralismo da informação no serviço público de televisão: análise das temáticas e atores das notícias no telejornal da RTP**. In: Diversidade e Pluralismo nos Média. Org. Francisco Rui Cádima. Instituto de Comunicação da Nova. Lisboa - Portugal, 2019.
- BARROS FILHO, Clóvis. **Ética na comunicação**. 4ª edição. São Paulo: Summus, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Portugal: EDIÇÕES 70, 2002.
- BRANDÃO, Elizabeth. **Usos e Significados do Conceito Comunicação Pública**. VI Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/38942022201012711408495905478367291786.pdf>>. Acesso em: 20 de ago. de 2017.
- BECKER, Camila Lângaro. **Cidade, cidadãos e governo: estratégias híbridas do jornal Porto Alegre Agora in Comunicação pública e política – pesquisa e práticas** / Maria Helena Weber, Marja Pfeifer Coelho e Carlos Locatelli (Organização). Florianópolis: Insular, 2017.
- BRASIL. **Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008**. Dispõe sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 abr. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111652.htm>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.417, de 1º de março de 2017**. Altera a Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008, que dispõe sobre a criação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 mar. 2017. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13417.htm>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 12.005, de 23 de abril de 2024**. Regulamenta o Comitê Editorial e de Programação (COMEP), previsto na Lei nº 11.652/2008. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 abr. 2024. <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12005.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%2012.005%2C%20DE%2023,7%20de%20abril%20de%202008%2C>. Acesso em: 24 abr. 2025.
- BREED, Warren. **Controle social na redação: uma análise funcional**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, questões e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

BENETTI, Marcia. **Análise do Discurso em jornalismo**: estudo de vozes e sentidos. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. – (Coleção Fazer Jornalismo).

BUCCI, Eugênio. **O estado de Narciso**: a comunicação pública a serviço da vaidade particular. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

BBC. Sobre a BBC. [S.l.]: BBC, 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/aboutthebbc>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CÁDIMA, Rui F. **O “Public Service Media”, a RTP e os desafios da Era Digital**. In: Os desafios dos media de serviço público. Mediapolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Público. (Nº 2 – 2016). Universidade de Coimbra.

_____.; MARTINS, Luís Oliveira; SILVA, Marisa Torres. **Os media e o pluralismo em Portugal**. In: Comunicação e liberdade de expressão: atualidades / Cristina Costa (org.); Adilson Citelli [et al.]. São Paulo: ECA-USP, 2016. Disponível em: < <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002796834.pdf#page=99>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

CHARAUDEAU, Patrick. **O discurso das mídias**. Tradução: Angela S. M. Corrês. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

COLEMAN, Renita. Os antecedentes intelectuais do jornalismo público. In: TRAQUINA, Nelson; MESQUITA, Mário (Org.). **Jornalismo cívico**. Lisboa: Livros Horizonte, 2003.

CONSELHO DE OPINIÃO DA RTP. Parecer ao Relatório de Cumprimento das Obrigações de Serviço Público e do Projeto Estratégico 2022. Disponível em: <https://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/a1d/a1d8b7b79f546d85689a7b4cf53e42ee1.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2023.

CORREIA, João Carlos. **A Teoria da comunicação de Alfred Schutz**. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

COUTINHO; MATA, J. Telejornalismo a serviço do público: a voz do povo em cena. Revista FAMECOS, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 65–73, 2010. DOI: 10.15448/1980-3729.2010.1.6881. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6881>. Acesso em: 21 nov. 2023.

COUTINHO, Iluska. Sobre o (tele)jornalismo público: conceitos e métodos de análise. In: COUTINHO, Iluska (Org.). **A informação na TV pública**. Florianópolis: Insular, 2013a. p.21-39.

COUTINHO _____. Do telejornalismo público como um direito: a oferta de informação na TV Brasil como potencialidade para comunicar as diferenças. In: #telejornalismo: nas ruas e nas telas. Flávio Porcello, Alfredo Vizeu e Iluska Coutinho (orgs.). Coleção Jornalismo Audiovisual. V.2. Florianópolis: Insular, 2013b.

DUARTE, Jorge. **Princípios Da Comunicação Pública**. In: Comunicação pública na prática: depoimentos. / organização Jorge Duarte. São Paulo: Aberje: ABCPública, 2021. Disponível em <https://abcpublica.org.br/wp->

[content/uploads/2021/12/Comunicac%CC%A7a%CC%83o_Publica_na_Pra%CC%81tica_Depoimentos.pdf](#)>. Acesso em 26 de junho de 2023.

_____. **Sobre a emergência do(s) conceito(s) de Comunicação Pública.** In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling (org.). *Comunicação Pública, Sociedade e Cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2011. p. 121-134.

_____. **Instrumentos de comunicação pública.** In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade interesse público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Entrevista em profundidade.** In: *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). **Portaria-Presidência nº 461, de agosto de 2024.** Institui o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (CPADI). Brasília, DF: EBC, 2024. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presidente_no_461_sei_no_0000810_-_constituicao_do_comite_de_participacao_social_diversidade_e_inclusao.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO (EBC). **Portaria-Presidência nº 634, de dezembro de 2024.** Nomeia os representantes do CPADI. Brasília, DF: EBC, 2024. Disponível em <https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_presidente_no_634_sei_no_0019960_composicao_do_comite_de_participacao_social_diversidade_e_inclusao_-_cpadi.pdf>. Acesso em 10 de abr. 2025.

ESTATUTOS DA RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, 2014. Disponível em <https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/07/estatutosRTP-1.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

FRANCE TÉLÉVISIONS. **Quem somos nós?** Disponível em <<https://www.francetvpub.fr/en/the-france-televisions-group/>>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

FREIRE, Rita. **Medida Provisória 744: o desmonte da participação social na Empresa Brasil de Comunicação (EBC).** In.: SOCICOM debate: a comunicação pública em questão: crise na EBC. Ruy Sardinha Lopes (org.) – 2.ed. - São Paulo: SOCICOM, 2016, p.45-66.

GANS, Herbert. **Deciding what's news: a study of CBS Evening News, NBC Nightly, Newsweek and Time.** New York: Pantheon Books, 1979.

_____. **Democracy and the news.** New York, Oxford University Press, 2003.

GILL, Rosalind. **Análise de discurso.** In: *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi- Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GODOY, Jéssica. **Uma mirada em dois projetos e concepções sul-americanas de TV pública digital**: análise comparativa entre TV Brasil e Canal 7 Argentina. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação.

GUIA ÉTICO E EDITORIAL DA RTP. Disponível em <<http://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/e72/e72f275f3d2a2a813d953aa6abdd2da41.pdf>>. Acesso em 26 de junho de 2023.

GUREVITCH, Michael; BLUMER, Jay G. **A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo, questões e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HACKET, Robert. **Declínio de um paradigma? A parcialidade e à objetividade nos estudos dos media noticiosos**. In: TRAQUINA, Nelson (org.). Jornalismo, questões e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

HALLIN, Daniel; MANCINI, Paolo. **Sistemas de Media – Estudo Comparativo**: três modelos de comunicação e política. Lisboa: Livros Horizonte, 2010.

JARAMILLO LOPEZ, Juan Camilo. **Proposta geral de Comunicação pública**. 2012. In: DUARTE, Jorge (Org.). Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade interesse público. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

KOÇOUSKI, Marina. **Comunicação pública: construindo um conceito**. In: Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas /Heloiza Matos (org.) – São Paulo: ECA/USP, 2012.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. **Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas**. In: Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas /Heloiza Matos (org.) – São Paulo: ECA/USP, 2012.

JORNAL ECONÓMICO. **Nuno Artur Silva assegura que “não há interferência” política na RTP desde a criação do CGI**. 06 abr. 2019. Disponível em: <<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/nuno-artur-silva-assegura-que-nao-ha-interferencia-politica-na-rtp-desde-a-criacao-do-cgi-430871/>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. **Cidadania e audiência no telejornalismo comunitário da Rede Globo**. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Direitos e cidadania**: justiça, poder e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. Cap. 6. p. 193-213.

LOPES, Felisbela; SOUSA, Helena. **Num ano cheio de regulação, a RTP continuou sob suspeita de ingerência política**. Manuel Pinto & Joaquim Fidalgo (coord.) Anuário 2006 – A comunicação e os media em análise Projecto Mediascópico Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade Instituto de Ciências Sociais Universidade do Minho, 2006. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/29898/4/FI_HS_anuario.pdf>. Acesso em 26 de junho de 2023.

LUZ, Ana Javes. **Sistemas de Comunicação Governamental: A experiência da Prefeitura de Fortaleza (2005-2012)**. In: Comunicação pública e política – pesquisa e práticas / Maria Helena Weber, Marja Pfeifer Coelho e Carlos Locatelli (Organização). Florianópolis: Insular, 2017.

MAIA, Kamyla Faria. **O especificamente comunicacional na televisão pública brasileira: a incomunicabilidade das emissoras universitárias**. In: Epistemologia da comunicação: reflexões metateóricas sobre o especificamente comunicacional [E-book] / organizador, Luiz Signates. – Goiânia: Cegraf UFG, 2021.

MARCONDES, Danilo. **Desfazendo mitos sobre a pragmática Toda uma mitologia está contida em nossa linguagem**. Revista Alceu - v.1 - n.1 -pg 38 a 46 - jul/dez 2000.

MARTINS, Franklin. **Democracia brasileira depende da pluralidade na comunicação**. [Entrevista concedida a] Silmara Helena. Comunicação Pública na Prática: depoimentos. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021.

MATOS, Heloísa. **Comunicação pública é democracia comunicacional**. [Entrevista concedida a] Silmara Helena. In: Comunicação Pública na Prática: Depoimentos. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Empresarial e Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021. Disponível em https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Comunicac%CC%A7a%CC%83o_Publica_na_Pra%CC%81tica_Depoimentos.pdf. Acesso em 20 de nov. de 2023.

MENDEL, Tony; SALOMON, Eve. O ambiente regulatório para a radiodifusão: uma pesquisa de melhores práticas para os atores-chave brasileiro. Tradução: Claudia Bentes David. Série Debates CI No7 – Fevereiro de 2011 ISSN 2176-3224. Unesco, 2011.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia; SALGADO, Susana. **Evolução histórica e comparações entre Brasil e Portugal**. In: Diálogos Lusófonos Em Comunicação E Política. Hélder Prior, Liziane Guazina E Bruno Araújo (Orgs.). Editora LabCom.IFP. Covilhã, 2016.

MORAES, Fabiana. **Para que serve um jornalismo de subjetividade?** In: Livro de repórter: autoralidade e crítica das práticas / [organização] Beatriz Marocco, Angela Zamin, Marcia Veiga da Silva. – Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2019.

OLIVEIRA, Madalena; PAULINO, Fernando. **Serviço Público de Média em Portugal e no Brasil: problemas e desafios da pesquisa comparada. Sobre jornalismo**. Vol. 6, nº2 – 2017. Disponível em: < <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/50618>>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

PORTAL AGÊNCIA GOV, 2023. Disponível: <<https://agenciagov.ebc.com.br/sobre>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PORTUGAL. Lei n.º 8/2007, de 14 de fevereiro. Aprova a nova organização e funcionamento da Rádio e Televisão de Portugal, S.A. *Diário da República Eletrónico*, Lisboa, 14 fev. 2007. Disponível: <https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=908&tabela=leis>. Acesso em: 24 abr. 2025.

PORTUGAL. **Ministério Adjunto e do Desenvolvimento Regional**. Mantenha-se atualizado: Novo modelo de governação da RTP. Governo de Portugal, 10 jan. 2014. Disponível em: <<https://www.historico.portugal.gov.pt/pt/o-governo/arquivo-historico/governos-constitucionais/gc19/os-ministerios/madr/mantenha-se-atualizado/20140110-madr-rtp.aspx>>. Acesso em: 24 abr. 2025.

HERSCOVITZ, Heloiza. **Análise de conteúdo em jornalismo**. In: Metodologia de pesquisa em jornalismo. LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (Orgs.). 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010. – (Coleção Fazer Jornalismo).

LEAL FILHO, Laurindo. **A televisão pública brasileira, um vazio histórico**. In: Haussen, F.G; Brittos, V.C. (org.). Economia Política, Comunicação e Cultura. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, v. 1, p. 57-72.

MATTOS, Sérgio. **O Controle dos Meios de Comunicação: a história da censura no Brasil**. / Sérgio Mattos – Salvador: Edufba, 1996. PONTE, Cristina. Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico. Florianópolis: Insular, 2005.

PAULINO, Fernando Oliveira. **Os serviços da ouvidoria de rádios públicas como instrumentos de participação de contas e responsabilidade social da mídia**. In: Comunicação pública em debate: ouvidoria e rádio. Orgs.: Fernando Oliveira Paulino, Luiz Martins da Silva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

PIAGET, Jean; GARCIA, Rolando. Psicogênese e história das ciências. Petrópolis: Vozes, 2011.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias: linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

POPPER, Karl Raymand. **Lógica das ciências sociais**. Tradução: Estevão de Rezende Martins. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

REBOLLEDO, Francisco Ortiz. **Historia y restos de la televisión pública em Colombia**. In: Pensar la televisión pública: ¿Que modelos para América Latina?/ Rosa María Alfaro (et. al). 1a ed. – Buenos Aires: La Crujía, 2013.

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO, Rádio e Televisão de Portugal AS, 2022. Disponível em: <<https://cdn-images.rtp.pt/mcm/pdf/9a9/9a9b04bbd00c8d20afa060ffe0606a431.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2023.

RINCÓN, Omar. **No son los contenidos, son las estéticas, las narrativas y los formatos**. In: Pensar la televisión pública: ¿Que modelos para América Latina?/ Rosa María Alfaro (et. al). 1a ed. – Buenos Aires: La Crujía, 2013.

ROCHA, Heitor C. L. **A notícia e as referências de objetividade e intersubjetividade: ambiguidade e contradição na ideologia do profissionalismo jornalístico**. Revista Latino-americana de Jornalismo. Ano 8 vol.8 n.2 | jul./dez. 2021 | p. 13-39. João Pessoa, PB.

_____; GRADIM, Anabela. **Autonomia do jornalista, ética e política editorial: as implicações do enquadramento da notícia**. Estudos em Jornalismo e Mídia. Vol. 17 N o 1. Janeiro a Junho de 2020. ISSN 1984-6924.

_____ ; CORREIA, João Carlos; TELLERÍA, Ana Serrana. Esferas públicas, intelectuais e mídia: inclusão e exclusão social nas teorias da democracia. *Revista Eptic*, vol. 19, no 1, jan-abr, 2017.

_____ ; SILVA, Acsa; RÊGO, Marília. **A diversidade de versões e a objetividade jornalística: a distinção entre fato e opinião e credibilidade da notícia.** *Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 1º a 10/12/2020.* Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-0709-1.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

RÁDIO E TELEVISÃO DE PORTUGAL, Regulamento Interno do Conselho Geral Independente, 2015. Disponível em < https://media.rtp.pt/empresa/wp-content/uploads/sites/31/2015/10/CGI_RegulamentoInterno.pdf>. Acesso em 10 de abril de 2024.

ROSÁRIO, Nísia Martins. **Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos.** In: *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas / org. Cláudia Peixoto de Moura, Maria Immacolata Vassallo de Lopes.* – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público: informação, cidadania e televisão.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

SCHMITZ, Aldo Antonio. **Os graus de autonomia do jornalista brasileiro: lacunas entre ideais, percepções e práticas profissionais efetivas nos jornais Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Zero Hora.** Tese (Doutorado em Sociologia Política). Programa de Pós-graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.

SILVA, Acsa R. M. **A autonomia jornalística na televisão pública brasileira: entre a censura e as margens de manobra.** Dissertação de Mestrado em Comunicação. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2021. Disponível em < <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/39963/1/DISSERTA%c3%87%c3%83O%20Acsa%20Roberta%20Macena%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em 08 de junho de 2022.

_____ ; ROCHA, Heitor C.L. **Telejornalismo e espaço público: o jornalismo da TV pública pode ter lado?** In: M. Medeiros & T. Mainieri (Orgs.). *Comunicação pública e cidadania: experiências e práticas inovadoras* (p. 26-45). Goiânia, Brasil: Cegraf UFG, 2022.

_____ ; ROCHA, Heitor C. L. **A ideologia do profissionalismo jornalístico na televisão pública.** *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Anais. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação,* 2021. Disponível em: <<https://portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-tj/acsa-roberta-macena-da-silva.pdf>>. Acesso em 10 de junho de 2022.

SOUSA, H. e SANTOS, L. A. (2003) **RTP e Serviço Público, Um Percurso de inultrapassável dependência e contradição.** In: Pinto, Manuel et. al. *A Televisão e a Cidadania, Contributos para o debate sobre o Serviço Público*, Braga, Departamento de

Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/1002/1/helenasousa_lu%c3%adssantos_RTP_2003.pdf>. Acesso em 12 de setembro de 2023.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimo a notícia**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**. Florianópolis: Editora Insular, 2009. TUCHMAN, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo, questões e “estórias”*. Florianópolis: Insular, 2016.

VIEIRA, Alana Meirelles. *Autonomia relativa e disputa por hegemonia na televisão pública: a participação dos movimentos sociais na TV Brasil*. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2016.

VIZEU, Alfredo Eurico; CORREIA, João Carlos. **A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência**. In: VIZEU, Alfredo (Org.). *A Sociedade do Telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____; ROCHA, H. C. L. **Telejornalismo, ciência e ideologia**. A dificuldade de reconhecimento do estatuto científico da comunicação. In: *O Brasil (é)ditado*. Flávio Porcello, Alfredo Vizeu e Iluska Coutinho (orgs.). Coleção *Jornalismo Audiovisual*. V.1. Florianópolis: Insular, 2012.

WEBER, Maria Helena. **Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade**. In: *Comunicação pública e política – pesquisa e práticas* / Maria Helena Weber, Marja Pfeifer Coelho e Carlos Locatelli (Organização). Florianópolis: Insular, 2017.

ZÉMOR, Pierre. *La communication publique*. Paris: PUF, 1995. (Tradução resumida de Elizabeth Pazito Brandão).

_____. **As formas da comunicação pública**. In: DUARTE, Jorge (Org.). *Comunicação Pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.